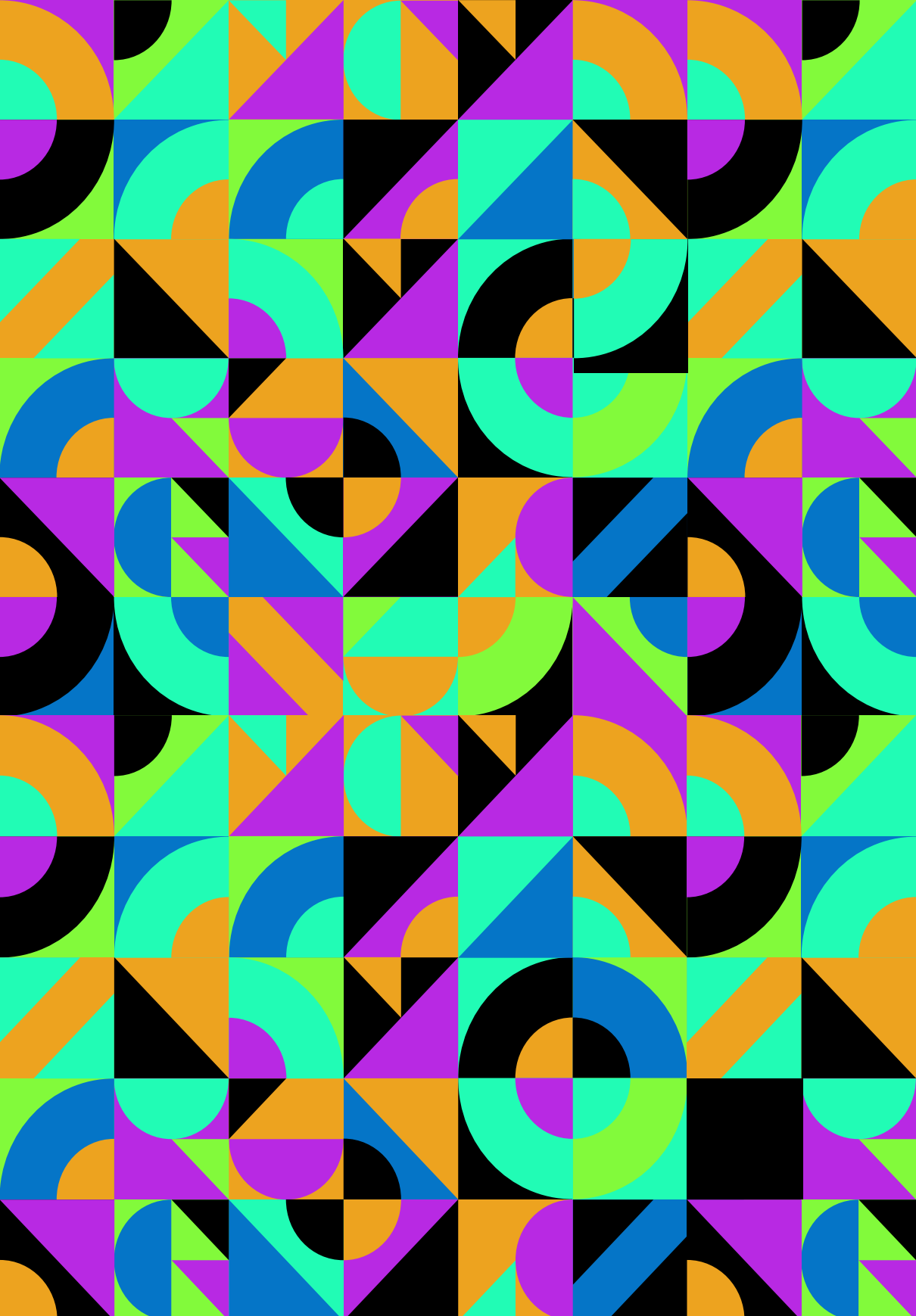


Gioandro Marcus Ferreira  
Ivanise Hilbig de Andrade  
Claudiane Carvalho  
Organizadores

**CONSTRUÇÃO  
DE SENTIDOS NO  
JORNALISMO**

contribuições de  
Maurice Mouillaud  
e Eliseo Verón





**CONSTRUÇÃO  
DE SENTIDOS NO  
JORNALISMO**

contribuições de  
Maurice Mouillaud  
e Eliseo Verón

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

João Carlos Salles Pires da Silva

VICE-REITOR

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

ASSESSOR DO REITOR

Paulo Costa Lima



**E D U F B A**

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Giovandro Marcus Ferreira  
Ivanise Hilbig de Andrade  
Claudiane Carvalho  
Organizadores

**CONSTRUÇÃO  
DE SENTIDOS NO  
JORNALISMO**  
contribuições de  
Maurice Mouillaud  
e Eliseo Verón

SALVADOR  
EDUFBA  
2020

2020, autores.  
Direitos para esta edição cedidos à Edfuba.  
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico  
da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

**CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Larissa Vieira de Oliveira Ribeiro

**REVISÃO E NORMALIZAÇÃO**

Ádila Marcelle Freitas e Jade Santos

**VETORES DE CAPA**

Freepick

SISTEMA UNIVERSITÁRIO DE BIBLIOTECAS - UFBA

C758      Construção de sentidos no jornalismo: contribuições de Maurice  
Mouillaud e Eliseo Véron / Giovandro Marcus Ferreira, Ivanise Hilbig de  
Andrade, Claudiane Carvalho (organizadores). - Salvador: Edfuba, 2020.  
337p.

ISBN: 978-65-5630-146-4

1. Jornalismo. 2..Análise do discurso. 3. Comunicação de massa  
- avaliação I. Ferreira, Giovandro Marcus. II. Andrade, Ivanise Hilbig de.  
III. Carvalho, Claudiane. IV. Título: contribuições de Maurice Mouillaud e  
Eliseo Verón.

CDU: 070:81'42

Elaborada por Geovana Soares Lira CRB-5: BA-001975/0

**EDITORA AFILIADA À**



**Editora da UFBA**

Rua Barão de Jeremoabo  
s/n - Campus de Ondina  
40170-115 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3283-6164

# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO • 7**

*Giovandro Marcus Ferreira,  
Ivanise Hilbig de Andrade e Claudiane Carvalho*

## PARTE I

## **DISCUSSÕES TEÓRICAS: OS CONCEITOS EM MAURICE MOULLAUD E ELISEO VERÓN • 13**

**Capítulo 1 • Nem tudo repousa sobre as  
máquinas: mediatização e seus impactos na  
enunciação • 15**

*Ivanise Hilbig de Andrade*

**Capítulo 2 • Fotojornalismo e significação:  
abordagens teóricas e metodológicas nos  
estudos de Eliseo Verón • 41**

*Nelson Soares e Adriana Telles*

**Capítulo 3 • A configuração do acontecimento:  
uma proposta de estudo do discurso da  
informação pelo viés de abordagens herdeiras  
de Paul Ricoeur • 67**

*Claudiane Carvalho*

**Capítulo 4 • Os títulos, o jornal desdeo epílogo • 93**

*Elton Antunes*

---

PARTE II

**A CONSTRUÇÃO DE APORTES METODOLÓGICOS:  
DISCURSOS E PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO • 121**

Capítulo 5 • Diário de uma expedição enunciativa:  
o discurso (jornalístico) de Euclides da Cunha em Canudos • 123

*Lidiane Santos de Lima Pinheiro*

Capítulo 6 • Disputas discursivas e violações na cobertura de  
assassinato de pessoas LGBT pelo jornal *Correio\** • 151

*Giovandro Ferreira, Clarissa Viana e Cassio Santana*

Capítulo 7 • O Observatório da Imprensa em  
duas perspectivas enunciativas • 171

*Nisia Rizzo de Azevedo*

Capítulo 8 • “Tudo pelo interesse público”:  
estratégias discursivas sobre o papel social do jornalismo • 197

*Adriana Santiago*

Capítulo 9 • O jogo da leitura:  
a ludicidade no tabletjornalismo • 225

*Rodrigo Cunha e Eduardo Nunes Freire*

Capítulo 10 • Como os títulos e as fontes podem influenciar na  
construção discursiva de webnotícias sobre violência sexual  
infanto-juvenil? Um estudo de caso no *G1* e na *Folha.com* • 247

*Dayanne Pereira da Silva*

Capítulo 11 • Análise de conteúdo & (im)possíveis  
interfaces com a enunciação: um breve estudo  
aplicado ao *Jornal Nacional* e ao *Jornal da Record* • 285

*Adriano de Oliveira Sampaio*

Capítulo 12 • Fotografias imaginadas • 309

*Rodrigo Rossoni*

**SOBRE OS AUTORES • 331**



## Apresentação

Este livro é uma homenagem a dois pesquisadores da Análise de Discurso aplicada ao estudo de produtos e processos mediáticos: o francês Maurice Mouillaud e o argentino Eliseo Verón. Mouillaud, autor de *Le journal quotidien* (1989) e sua versão em português *O jornal: da forma ao sentido* (2012), entre outras obras, e Verón, autor de *La semiosis social I* (1987) e *II* (2013), *Construire l'événement* (1981) e *Fragments de um tecido* (2004), entre outras, trabalharam ao longo de suas trajetórias acadêmicas realizando análises de produtos da comunicação, com atenção especial aos produtos impressos (jornais e revistas), utilizando-se, para isso, de noções e conceitos oriundos da Análise de Discurso de Escola Francesa, das Teorias da Enunciação e da Semiótica, sempre em um esforço teórico e metodológico de realizar investigações conectadas com o contexto sócio-histórico e cultural de produção e circulação de sentidos.

Entre suas obras, estão reflexões acerca de conceitos como os de recepção do discurso, se-

miose social, acontecimento, posicionamento discursivo, construção e estratégias discursivas, condições de produção do discurso. Por conta dessas contribuições para o campo da comunicação e para o estudo de seus produtos, é que ambos os autores têm sido bastante utilizados nos trabalhos dos pesquisadores do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (Cepad) da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

A proposta de transformar o livro do Cepad em um dossiê em homenagem e reconhecimento ao pensamento desses dois estudiosos motivou-se, por um lado, pelo valor teórico que tais reflexões aportam às pesquisas realizadas e, por outro, pelo fato de ambos terem morrido na segunda década deste século. Mouillaud, falecido em 2012, deixa um conjunto de poucos livros e artigos publicados, além de textos inéditos reunidos por Jean-François Tétu e Geneviève Mouillaud-Fraise publicados no livro *Le discours et ses doubles: sémiotique et politique* (2014), sua última obra. E Eliseo Verón, falecido em abril de 2014, meses depois de lançar sua última obra *La Semiosis Social, 2: ideas, momentos, interpretantes* (2013).

Nesse espírito, a publicação reúne reflexões que estavam sendo realizadas no período compreendido entre as mortes dos dois cientistas e está organizada em duas partes: uma teórico-conceitual, com artigos que apresentam e discutem noções e conceitos mais ampliados trabalhados por um ou ambos os autores; e uma segunda parte com análises e aplicações desses conceitos e metodologias.

No capítulo introdutório, Ivanise Hilbig de Andrade propõe uma reflexão sobre dois conceitos muito caros à Eliseo Verón – mediatização e enunciação – e de que forma a complexificação dos processos de mediatização tem impactado nos atos enunciativos. No segundo capítulo, Nelson Soares e Adriana Telles apresentam algumas contribuições de Eliseo Verón para a construção de mecanismos de estudo da fotografia e dos discursos sociais, com destaque para o fotojornalismo, que levem

em conta suas condições de produção, circulação e consumo no interior de sua semiose.

Claudiane Carvalho reflete, no capítulo seguinte, sobre a noção de acontecimento na perspectiva da configuração mediante a tríplice *mímesis*. Para tanto, o texto revisita autores, herdeiros do legado de Paul Ricoeur, que abarcam a relação entre o mundo fenomenal e o empenho para a construção do sentido por parte do(s) sujeito(s) enunciadore(s). Da articulação entre a análise do discurso e hermenêutica ricoeuriana, neste texto, o acontecimento jornalístico é compreendido como o resultado do processo evenemencial, que representa a informação em sua forma mais vulgar, a notícia; é a construção da coerência tempo-espacial, a constituição da atualidade, da espessura do aqui-agora. Fechando a parte teórica, Elton Antunes realiza, no capítulo 4, uma ampla discussão, a partir dos trabalhos de Maurice Mouillaud, sobre como o sistema de títulos de um jornal impresso – que envolve desde o nome do jornal, passando por editorias até os títulos informacionais – opera como um dispositivo, uma matriz de sentido que configura um lugar chave para compreensão do discurso do jornal diário como relato da atualidade.

Na segunda parte do livro, os autores aplicam os conceitos teóricos e metodológicos de Maurice Mouillaud e de Eliseo Verón em análises discursivas dos mais variados produtos mediáticos. Lidiane Santos de Lima Pinheiro examina, no capítulo 5, como se construíam expectativas (supostas) do leitor e se estruturava a temporalidade antes de os padrões modernos do jornalismo se firmarem no Brasil (no ano de 1897), em enunciados sobre Canudos, assinados por Euclides da Cunha e publicados em *O Estado de S. Paulo*. Giovandro Ferreira, Clarissa Viana e Cássio Santana analisam, no capítulo seguinte, a cobertura do jornal baiano *Correio* sobre os casos de violência contra pessoas LGBT,<sup>1</sup> buscando identificar nas diferentes matérias significantes, em especial,

---

1 Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

títulos e imagens, o posicionamento discursivo do suporte quando o tema é o assassinato de homossexuais.

No capítulo 7, Nísia Rizzo de Azevedo realiza uma análise do sistema de títulos e dos dispositivos de enunciação que permitem identificar o Observatório da Imprensa (OI) como instância de crítica ao jornalismo brasileiro contemporâneo, assim como as relações entre o OI, os meios de comunicação e o leitor como oriundas de um ponto de vista simultaneamente pedagógico e deontológico. Na mesma linha de análise da construção discursiva sobre o jornalismo e seu papel social, Adriana Santiago busca identificar, no capítulo seguinte, as estratégias discursivas utilizadas pelas empresas de comunicação em seus sites noticiosos para provocar os efeitos de sentido do discurso jornalístico oferecido atualmente. No capítulo 9, Rodrigo Cunha e Eduardo Nunes Freire exploram a noção de ludicidade como uma estratégia enunciativa da instância de produção na estruturação da experiência de leitura em publicações digitais em *tablets*. Para discutir essa relação entre produção jornalística e leitura, os autores propõem uma ampliação da noção de dispositivo para além dos aspectos técnicos, tratando-o como elemento da produção de sentidos. No capítulo que segue, Dayanne Pereira da Silva analisa, seguindo proposta de Maurice Mouillaud sobre o sistema de títulos dos jornais, as manchetes e as fontes de informação de sites noticiosos, buscando compreender como esses dois elementos interferem nos posicionamentos discursivos sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Adriano de Oliveira Sampaio questiona, no capítulo 11, as possíveis interfaces entre a análise de conteúdo e a Teoria da Enunciação propondo um estudo aplicado ao *Jornal Nacional* e ao *Jornal da Record*.

Por fim, no último capítulo desta obra, Rodrigo Rossoni discute compreensivamente os efeitos de sentido contidos na ação e nos discursos de uma criança de 11 anos que, no decorrer de uma oficina de fotografia, destruiu o seu filme fotográfico, jogando-o no fogo. Suas fotografias,

portanto, nunca existiram – pelo menos, no espaço bidimensional planar – mas produziram, como imagens latentes na superfície sensível do filme, um potente sistema de significações.

Com esse percurso, esta obra se propõe a ser, mais que um compilado, um registro das reflexões e contribuições de dois grandes teóricos dos estudos dos *media* e que conquistam cada vez mais espaço nas investigações empreendidas pelos pesquisadores brasileiros, por oferecer um olhar de análise discursiva e semiótica conectada com o atual contexto de complexificação da semiose e da produção de sentido.

Gioandro Marcus Ferreira  
Ivanise Hilbig de Andrade  
Claudiane Carvalho  
**Os organizadores**



PARTE I

---

**DISCUSSÕES TEÓRICAS:  
OS CONCEITOS EM  
MAURICE MOUILLAUD  
E ELISEO VERÓN**





# **Nem tudo repousa sobre as máquinas: mediatização e seus impactos na enunciação**

*Ivanise Hilbig de Andrade*

## **Introdução**

Nos processos de mediatização, segundo o semiótico argentino Eliseo Verón (2013, p. 101), “nem tudo repousa sobre as máquinas”. Pode até ser que o todo do processo de produção concentre-se nas máquinas, pondera o autor, mas “no reconhecimento há pessoas”. Sua afirmativa dialoga com a crítica à subjetivação da enunciação feita pelo semiólogo francês Christian Metz em seu último livro.<sup>1</sup> Para Metz (1991, p. 12), há uma tendência em personalizar as instâncias da enunciação, conferindo conotações antropomórficas a termos como “enunciador”

---

1 *L'énonciation impersonnelle ou le site du film.*

e “enunciatório” em domínios como o cinema, onde tudo repousaria sobre as máquinas.

A acertiva de Verón, a partir da releitura de Metz e de outros autores, revela-se atual, desafiadora e serve de inspiração para a reflexão proposta neste trabalho. Ela nos diz que, embora a comunicação mediaticizada – aquela que acontece por meio de um dispositivo técnico – dependa das máquinas, é a ação humana que produz sentidos, fazendo-os circular e possibilitando seu reconhecimento. Assim, no atual cenário de complexificação da mediatização, em que se busca configurar uma teoria a partir deste conceito em mutação, torna-se importante a compreensão dos impactos da mediatização na enunciação, sobretudo na enunciação mediática.

A criação, avanço e utilização de dispositivos técnicos de comunicação – escrita, imprensa, TV, Internet, etc. – possibilitam autonomia, persistência e acesso aos sentidos produzidos pela ação das pessoas (VERÓN, 2013), gerando novas ambiências enunciativas (FAUSTO NETO, 2008) e impactando nas interações humanas. (BRAGA, 2006) Assim, as relações que se estabelecem entre enunciadores e coenunciadores se reconfiguram na medida em que a mediatização permite maior fluidez dos sujeitos sociais no interior do dispositivo de enunciação. Isto é, as imagens que enunciator e coenunciador fazem de si e do outro podem ser pensadas em novos termos com a mediatização: o enunciator cria uma imagem de si e do destinatário que, por seu turno, cria uma imagem de si enquanto coenunciador e também como enunciator.

Mediatização e enunciação se interpenetram por ser a primeira uma condição de produção, uma conjuntura ou ambiência, que forja os atos enunciativos. Dessa forma, na medida em que os processos de mediatização se complexificam, os dispositivos de enunciação também se reconfiguram. Admitimos que a mediatização existe desde que o *homo sapiens* começou a exteriorizar seus pensamentos, conforme defende Eliseo Verón (2013). Assim, é possível afirmar que as relações que se

estabelecem entre enunciadores e coenunciadores tornaram-se mais complexas, interpenetradas e fluidas com o surgimento e avanço de novas tecnologias de comunicação como a escrita, a TV, o rádio e, hoje, a internet – com suas redes sociais de produção, transmissão, troca, circulação e recepção de informações, ou seja, sentidos mediatizados. Seguindo por esta perspectiva, este capítulo está dividido em três sessões que nos conduzem a conclusões acerca dos desafios em compreender a enunciação no atual contexto mediático, quais sejam: i) Da mediatização: condição de produção de processos enunciativos; ii) Do dispositivo: suporte material e matriz de sentido; e iii) Da enunciação: construção de sentido no contexto de mediatização.

### **Da mediatização: condição de produção de processos enunciativos**

O conceito de mediatização, ainda em construção e pleno de controvérsias, emerge no diálogo com outras noções como sociedade mediática e globalização marcada, por esse aspecto, pelo surgimento e avanço de tecnologias de comunicação. Para Stig Hjarvard (2012), a mediatização surge como um novo quadro teórico para reconsiderar questões antigas, embora fundamentais, sobre o papel e a influência da mídia na cultura e na sociedade.

Por mediatização da sociedade, entendemos o processo pelo qual a sociedade, em um grau cada vez maior, está submetida a ou torna-se dependente da mídia e de sua lógica. Esse processo é caracterizado por uma *dualidade* em que os meios de comunicação passaram a estar *integrados* às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais *em pleno direito*. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral

– acontece através dos meios de comunicação. (HJARVARD, 2012, p. 64, grifos do autor)

O autor defende que a lógica da mídia influencia a forma que a comunicação adquire, a natureza e a função das relações sociais, bem como os emissores, o conteúdo e os receptores dos processos comunicativos. Mais próximo de uma perspectiva funcionalista e tecnicista, Hjarvard sustenta que a mediatização “não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades”, mas uma “tendência que se acelerou particularmente nos últimos anos do século XX em sociedades modernas, altamente industrializadas e principalmente ocidentais, ou seja, Europa, EUA, Japão, Austrália e assim por diante”. (HJARVARD, 2012, p. 65)

Por outro lado, Eliseo Verón – assim como fez a propósito da afirmação de Metz sobre a primazia das máquinas sobre os processos de enunciação – reflete que o processo de mediatização evolui, certamente, com as tecnologias; apesar disso, as preocupações sobre a presença, uso, interferência, participação dos meios nas práticas sociais, nos hábitos e indivíduos não mudam muito. Seu objetivo foi, desde a década de 1980 até suas últimas publicações sobre o tema, compreender a mediatização dentro de um quadro sociológico, histórico e antropológico de relações entre *media*, indivíduos e instituições.<sup>2</sup>

Nos seus últimos textos sobre mediatização, Eliseo Verón passa a considerar o conceito não mais ligado apenas à presença e interação dos meios de comunicação na sociedade, mas como algo inerente ao ser humano, uma disposição da espécie. (2012a; 2012b; 2013; 2014)<sup>3</sup> Se-

---

2 Mais sobre o pensamento de Eliseo Verón sobre Mediatização em Andrade e Ferreira (2015).

3 Verón desenvolve um percurso histórico e antropológico sobre o surgimento dos primeiros fenômenos mediáticos e sua relação com a aceleração da evolução da espécie em *La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes* (2013, p. 171-184); e em “Teoria da mediatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências”. (2014, p. 13-19)

gundo ele, mediatização é uma “exteriorização de processos cognitivos” que se efetiva através de um “suporte material” – a pedra, a escrita, a imprensa, agora as imagens, a digitalização. (VERÓN, 2012a, p. 18) Em outros termos: “a mediatização é, no contexto da evolução da espécie, a *sequência de fenômenos mediáticos históricos que resultam de determinadas materializações da semiose, obtidas por procedimentos técnicos*”. (VERÓN, 2013, p. 147, grifos do autor, tradução nossa)

Em tom de crítica aos que acreditam em uma mediatização que surge no século XIX com a emergência dos *media*, Verón afirma: “a mediatização certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de Semiose”. (VERÓN, 2014, p. 14) Para o semiótico, o conceito de mediatização surge para explicar como o *homo sapiens*, enquanto espécie produtora de signos, exterioriza essa produção signica através de um suporte material, ou seja, utilizando-se de dispositivos técnicos de comunicação. “Quero dizer, o *sapiens* é um produtor de signos, mas nem toda produção de signos é mediática, algumas sim, outras não. Poderia-se dizer assim: felizmente o *sapiens* segue praticando alguma semiose não mediatizada”. (VERÓN, 2012a, p. 18)

A questão dos dispositivos técnicos de comunicação – os *media* – continua central no processo de mediatização, para o autor. Porém, não apenas relacionada à noção de meios de comunicação tal como entendida na sociedade moderna – imprensa, televisão, rádio, internet. De acordo com Verón, a relação entre produção de signos e a técnica está no primeiro instante da espécie *sapiens*, tendo começado em torno de 2,5 milhões de anos atrás, quando o homem iniciou a produção de ferramentas e utensílios de pedra, passando a exteriorizar seus processos cognitivos. A capacidade semiótica da espécie se expressa na produção

de fenômenos mediáticos, consistindo da exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais. (VERÓN, 2012a, 2013, 2014)

Neste contexto, a mediatização “de novo não tem nada”, é apenas o nome para a “longa sequência histórica de fenômenos mediáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências”. (VERÓN, 2014, p. 15-16) Mas que apresenta, agora, “algumas características especiais”. (VERÓN, 2012a, p. 18) Trata-se de um “sistema auto-organizante como todos os fenômenos da vida, aumenta a sua própria velocidade de mudança ao longo do tempo”. (VERÓN, 2012b, p. 11, tradução nossa) A vantagem conceitual da perspectiva de longo prazo é importante, segundo o pesquisador, para fazer lembrar que o que está acontecendo nas sociedades da modernidade tardia começou, de fato, há muito tempo. Portanto, a produção de signos pelos seres humanos, a semiose social, não mudou. As transformações aconteceram no âmbito dos suportes através dos quais se processa a exteriorização cognitiva. O problema, para Verón, é compreender o papel – social, histórico – dos dispositivos técnicos de comunicação desde o aparecimento da escrita até os dias de hoje porque é sobre isso, afirma o autor, que está ancorado o conceito de mediatização. (VERÓN, 2012a)

Desde a fabricação dos primeiros utensílios e o surgimento da escrita – momento chave da mediatização –, os dispositivos materiais tornaram-se mais estáveis, possibilitando a *autonomia* e a *persistência* dos signos por meio da materialização da mensagem. A *circulação da semiose* mediatizada constitui-se a terceira característica fundamental do processo de mediatização, junto com a *autonomia* dos emissores e receptores dos signos materializados resultante da exteriorização, e a *persistência* no tempo desses signos. “Podemos completar, então, este primeiro modelo do fenômeno mediático, cujos três aspectos correspondem às três dimensões da semiose: a primeiridade é sua autonomia; a secundidade, sua persistência no tempo; a terceiridade, o con-

junto de regras de sua circulação que definem as condições de acesso ao discurso”. (VERÓN, 2013, p. 200, tradução nossa)

Especialmente sobre a terceira característica, o autor considera o surgimento da internet a maior ruptura na história da mediatização: “A WWW comporta uma mutação nas condições de acesso dos atores individuais à discursividade mediática, produzindo transformações inéditas nas condições de circulação”. (VERÓN, 2013, p. 281, grifos do autor, tradução nossa) O uso da internet afeta progressivamente muitos aspectos das sociedades em processo de mediatização como o acesso à cultura e ao conhecimento, a relação com o Outro e o vínculo do ator social com as instituições, a partir do momento em que permite introduzir os resultados discursivos das operações cognitivas de primeiridade, secundaridade e terciridade no ciberespaço. (VERÓN, 2012b, p. 13)

Embora Verón passe a adotar uma noção ampliada e antropológica para o conceito de mediatização, é fato que suas reflexões datadas dos anos 1990 continuam atuais: os meios de comunicação assumem tamanha importância e autonomia na sociedade que passam a transformar práticas sociais já anteriormente estabilizadas. Sendo assim, é correto considerar que ao instalar uma nova ambiência, processualidades e relações na sociedade, a produção de sentido, no interior da semiose social, também se altera. O que nos leva a concluir que se a mediatização tem implicado a incorporação progressiva de novos registros significantes torna-se decisivo considerá-la parte dos modos de dizer. Em outras palavras: a mediatização provoca transformações nos processos enunciativos, por isso é entendida como uma condição constitutiva do discurso.

Para Antonio Fausto Neto (2008; 2012), com a intensificação e a generalização das operações mediáticas de construção de sentidos, instala-se uma nova “ambiência interacional”, cujas práticas sociais são atravessadas por fluxos, operações e dimensões técnico-discursivas, reconfigurando os vínculos sociais – os contratos – que passam a se ins-

tituir por contatos, lógicas e operações dos *media*. Trata-se, segundo o autor, de uma problemática que atravessa a sociedade, complexificando a produção de sentidos e sua análise. “A mediatização institui novos ‘feixes de relações’, que passam por operações de linguagens” (FAUSTO NETO, 2012, p. 36-37), o que impacta nos atos enunciativos:

Já não se trata apenas de uma sociedade que lida apenas com a existência dos meios, mas de uma outra, cujo modo de funcionamento os elege de modo complexo. Trata-se de questão que transcende aos veículos em si, e que envolve cultura, lógica e operações mediáticas. *A mediatização é um fator gerador de novas enunciações*, pois ela resulta da conversão de processos tecnológicos em meios, em situação de produção e de recepção de mensagens, afetando as relações entre instituições e os atores sociais. (FAUSTO NETO, 2012, p. 37, grifos nossos)

Dessa forma, ao adotarmos a mediatização como uma condição constitutiva de discursos, fator gerador de novas enunciações, deslocamos a problemática dos *media* do âmbito dos campos sociais e também dos próprios meios de comunicação, conforme propõe Fausto Neto, para a dos processos mediáticos, e, mais especificamente, para a produção de sentido e as novas estruturas e operações enunciativas. Isso porque “a matéria significativa é complexificada por novos processos e operações de enunciação que deixam de se constituir e de se manifestar tão somente através de operações linguísticas *stricto sensu*”. (FAUSTO NETO, 2012, p. 38, grifos do autor) Tais mutações nos regimes enunciativos, conforme Fausto Neto, afetam igualmente o funcionamento das discursividades sociais na medida em que as práticas que lhes engendram passam a ser dispostas em superfícies e redes reconfiguradas, impactando também nos dispositivos de comunicação.



## Do dispositivo: suporte material e matriz de sentido

De acordo com uma abordagem informacional ou mesmo tecnicista, os meios de comunicação costumam ser descritos como um canal ou suporte de mensagens, isto é, um veículo através do qual um conteúdo é transmitido de um polo a outro (do emissor ao receptor). As análises de produtos mediáticos por esse viés focalizam, assim, o estudo do aparato técnico, seu funcionamento, práticas de produção/recepção e inscrição social. Por outro lado, restringindo a definição de suas concepções muito abrangentes – como contexto de práticas de produção, canal ou meio técnico, materialidade dos suportes de armazenamento e transmissão, modalidades de interação entre interlocutores ou mesmo como sistemas semióticos – e voltando-se para uma perspectiva sociosemiótica, pode-se considerar os meios de comunicação como dispositivos técnicos e simbólicos constitutivos de significados. Nos termos de Meunier (1999): um “dispositivo tecnosemiótico”.

Para Eliseo Verón, os *media* surgem da conjunção e articulação de seu aparato tecnológico aliado a um sistema de práticas de utilização e formas de acesso que possibilita. Permanece, portanto, em constante mutação e adaptação. O surgimento da imprensa, no século XV, por exemplo, e a proliferação de “corpos efêmeros” (VERÓN, 2013), como os panfletos e depois os jornais, instaurou novos tipos de materialidades discursivas, transformando a relação dos textos com a temporalidade – de um presente mais próximo nos panfletos à periodicidade e promessa de regularidade com os jornais.

Ao realizar um retrospecto do processo de mediatização, Eliseo Verón (2013) assevera que, nascido no âmbito da discursividade política e da retórica panfletária, os jornais tornam-se negócios mais estáveis quando vislumbram a periodicidade e regularidade de publicação como garantias de legitimidade do produto. A complexificação das sociedades, após a Revolução Industrial e a partir do início do século XIX,

provoca aumento de demanda e expectativas pela leitura dos jornais. A imprensa se estrutura e começam a surgir as publicações diárias e semanais, solidificando a periodicidade como uma das principais características do jornalismo.

Seguindo por essa reflexão evolutiva do jornal impresso, nota-se que, no atual contexto de mediatização, cada vez mais a imprensa incorpora aspectos da cultura do audiovisual e do mundo digital: formas mais elásticas e plásticas, com maior preocupação estética; primeira página colorida e chamativa como a televisão; pulverização dos elementos discursivos para facilitar o acesso às informações (a navegação) e o *zapping* do leitor pelas páginas do jornal; e por fim uma pretensão do jornal de simular um ambiente de proximidade e não mais de distanciamento.

No entanto, em que pese as rupturas e transformações advindas dos avanços tecnológicos, de acesso e de consumo, o jornal impresso continua sendo jornal impresso. Isto é, enquanto dispositivo de comunicação, o jornal está a montante e a jusante da enunciação, na medida em que tanto quem produz quanto quem consome está habituado às práticas e constrangimentos de produção e leitura que são por ele (e nele) engendrados.

É o que Maurice Mouillaud (2012) define como uma “matriz de sentido”, a partir da qual o discurso jornalístico se constrói diariamente – em termos de forma e conteúdo. “Descrevemos os dispositivos como sendo matrizes (muito mais do que suportes) em que se vinham inscrever os textos. Neste sentido, o dispositivo (livro, jornal, canção, disco, filme etc) existe antes do texto, ele o precede, comanda sua duração e a extensão” (MOUILLAUD, 2012, p. 51), da mesma maneira que o texto também o antecipa e o determina. Os dispositivos são lugares materiais ou imateriais que possuem uma forma particular de estruturação no tempo e no espaço, nos quais se inscrevem os textos, independente da forma que o discurso assuma: um texto escrito, uma imagem, um livro, um programa de televisão, etc. Assim, para o autor, um meio de comu-

nicação é um dispositivo e não mero suporte: uma espécie de aparato acolhedor que se dispõe a ordenar os acontecimentos à sua maneira própria e peculiar.

O linguista Patrick Charaudeau (2010, p. 104-105), em seus estudos acerca do discurso da informação, considera dispositivo como a maneira de pensar a “articulação entre vários elementos que formam um conjunto estruturado” que constitui as condições materiais de realização de qualquer contrato de comunicação. O dispositivo é descrito pelo autor como o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem sem, contudo, ser apenas um meio de transporte do que é dito. Conforme Charaudeau (2010), “todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido”, operando constrangimentos ao discurso. Assim como uma folha de papel possui dois lados que a constitui, não há como separar, como já defendia Saussure, significante e significado, forma e conteúdo, mensagem e suporte.

Meunier (1999) entende dispositivo mediático como espaço de “agenciamento de elementos” que possibilita a produção de sentidos ao mediar a relação entre enunciador e coenunciador, operando a representação/construção do real. Mas é evidente, segundo o próprio autor, que os dispositivos de comunicação não se inserem simplesmente na narrativa ou em um real pré-existente. Pelo contrário, é o real (e sua representação) que depende da pré-existência de um dispositivo.

São os dispositivos que dão forma aos conteúdos dos *media* e o fazem segundo diferentes aspectos ou constrangimentos advindos do próprio meio de comunicação, sejam eles técnicos, sociais, culturais. E sendo agenciamento de elementos, comporta ao menos um arranjo (ou configuração) espacial e um arranjo semiótico (como textos, imagens, sons). Para Meunier (1999), o dispositivo é, então, um espaço em que se inserem e se relacionam as matérias significantes.

Conforme analisou Eliseo Verón (1986), a propósito do dispositivo de enunciação e da relação entre apresentadores de telejornais e teles-

pectadores, é o dispositivo televisivo, que preexiste e se interpõe entre os enunciadores, que possibilita o estabelecimento de um contato interpessoal efetivando a produção de sentido. Para Meunier (1999), isso evidencia o aspecto de interdependência entre a relação (ou a enunciação) e a técnica. O dispositivo tecnosemiótico é, portanto, espaço de agenciamento de sentidos e está inserido dentro de um conjunto de outros dispositivos mediáticos.

A partir deste ponto de vista, todo suporte de comunicação (filme, texto, livro, multimídia...) é um microdispositivo de construção de sentido. Os meios de comunicação como um todo são um macrodispositivo que incorpora uma grande quantidade de microdispositivos tecnosemióticos cujo funcionamento é, não de perceber, mas de elaborar um sentido de realidade. (MEUNIER, 1999, p. 89, tradução nossa)

Assim, os *media* informativos inscrevem-se no âmbito do dispositivo mediático geral da informação e contêm, eles próprios, dispositivos que lhe são subordinados, seguindo operações padronizadas de construção, arranjo e apresentação de matérias significantes. Nas palavras de Charaudeau (2010, p. 113): dispositivos são “operações de conexão entre as diferentes partes de uma narrativa, de subordinação e de encaixe dos argumentos, de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio”.

Ao considerar os *media* como dispositivos, entendemos que eles comportam dimensões da comunicação como certos arranjos espaciais, uma forma de ambiência (um meio em que) e um tipo de enquadramento ou matriz que institui um funcionamento discursivo próprio. Significa dizer que a configuração de um jornal, de um programa de rádio, de um site noticioso, etc., bem como as práticas de produção e consumo a eles historicamente e culturalmente associadas, se inscrevem em operações de construção de sentidos como condições preexistentes.

O dispositivo impõe constrangimentos em termos de práticas do fazer jornalístico que implicam diretamente nas estratégias adotadas pelo enunciador para informar e se relacionar com seu público.

Tal perspectiva, portanto, aponta para além da dicotomia forma e conteúdo na abordagem dos meios de comunicação ao pensarmos os efeitos de sentido que produzem. Nos conduz a um entendimento que deixa de considerar os *media* mero suportes, em suas características puramente funcionais, mas como matrizes agenciadoras de sentidos, que articulam sujeitos enunciativos, linguagens e práticas. Dessa maneira, um primeiro gesto implica em abordar os *media* numa perspectiva holística, não determinista e que não os reduza a uma de suas dimensões, mas examiná-los sob todas as suas facetas. (BOUGNOUX, 1999)

A produção de sentido operada por um meio de comunicação no atual contexto de complexificação da mediatização, conforme afirmado anteriormente, considera que ele próprio é, ao mesmo tempo, condição material de existência para os elementos significantes e também dispositivo técnico, social e simbólico de comunicação. Por conseguinte, muito do modo de dizer de um veículo advém de seu dispositivo, das formas de exposição do conteúdo e de suas especificidades, bem como das formas de inserção no espaço público mediatizado. Sendo assim, é possível afirmar que os processos de mediatização em curso atualmente impactam não apenas em reconfigurações do dispositivo técnico de comunicação (o suporte), mas, ao fazer isso, também provoca rupturas nos dispositivos simbólicos que são constitutivos de sentido, isto é, nos próprios modos de dizer dos meios de comunicação.

### **Da enunciação: construção de sentido no contexto de mediatização**

A enunciação é uma configuração espaço-temporal de sentido materializada em um suporte a partir de um dispositivo. Essa configuração

surge de determinadas condições que engendram a produção e o reconhecimento dos discursos. Com o processo de mediatização em curso, e conseqüentemente a nova ambiência de produção e circulação de sentidos que promove, verifica-se, segundo Verón (2013), uma aceleração do espaço-tempo nunca antes registrada na história, conduzindo a uma mudança de escalas da semiose social mediatizada. Cada vez mais as relações que os discursos mantêm com suas condições de produção e de reconhecimento estão em rápida transformação. Porém, nem toda produção de signos é mediática ou mediatizada. (VERÓN, 2013) Isto é, a enunciação, enquanto “ato de colocar a língua em funcionamento” (BENVENISTE, 1989), não depende dos meios de comunicação para funcionar, embora a mediatização tenha favorecido de modo incontestável a autonomia dos signos, a persistência dos sentidos ao longo do tempo e a maior circulação da semiose.

Como ponto de partida, importante frisar que a “enunciação” é da ordem não do que é dito, mas do dizer e suas modalidades, ou seja, os modos de dizer; enquanto o “enunciado” é da ordem do que é dito. Em linhas gerais, o enunciado é o conteúdo, a materialidade do discurso. (VERÓN, 2004) Em uma perspectiva da Análise de Discurso, segundo Maingueneau (2009, p. 56-57), a enunciação é processo e só se realiza na interação, ou seja, na relação enunciador/coenunciador. Pode ser definida como um acontecimento dentro de uma configuração de espaço-tempo específica (o eu/tu no aqui/agora) e está submetida a todo momento a constrangimentos propostos pelo gênero discursivo, pelo dispositivo de comunicação e/ou pelo contexto.

Segundo Meunier e Peraya (2008), diversas abordagens modificaram progressivamente o modelo telegráfico da comunicação, mas para isso foi necessário focalizar a atenção no discurso como ato de comunicação, implicando indivíduos singulares em uma dada situação espaço-temporal. Entre as várias correntes e pesquisas que se voltaram para

esta questão,<sup>4</sup> foram os trabalhos linguísticos sobre os embreantes que permitiram ancorar o enunciado em uma situação de enunciação, com destaque para o pensamento de Roman Jakobson, Émile Benveniste e Antoine Culioli.

Foi o linguista francês Émile Benveniste o responsável por cunhar o conceito-chave de “enunciação” na década de 1960, fortemente inspirado pelo paradigma estruturalista vigente na Europa. Seu objetivo era introduzir uma distinção entre as condições de emprego das formas (regras sintáticas) e as condições de emprego da língua. Nesse âmbito, teoriza sobre o funcionamento da língua e como o sentido é produzido em situações de comunicação diversas.

Em “O aparelho formal da enunciação”, capítulo do segundo volume de seu livro traduzido do francês *Problemas de Linguística Geral* (1989), Benveniste explicita ao longo de sua argumentação várias definições e caracterizações para o conceito de enunciação. Segundo o autor, de maneira geral: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82) e que o que caracteriza a enunciação é a “acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo” (BENVENISTE, 1989, p. 87), necessitando portanto de um locutor (emissor/enunciador), um sujeito que a faça funcionar em uma situação de comunicação, e um receptor que realize uma “outra enunciação de retorno”. (BENVENISTE, 1989, p. 84)

O enunciador pressupõe um coenunciador com o qual estabelece uma relação que possibilita a enunciação, definindo assim um “processo de *apropriação*”: o locutor se apropria do aparelho formal da língua e

---

4 Entre elas, a filosofia analítica e a pragmática anglo-saxônica de Austin, a pragmática linguística e as teorias da argumentação e da pressuposição de Ducrot, as teorias psicossociais sobre a interação elaboradas por Goffman e a Escola de Palo Alto e as diferentes correntes cognitivas que sublinhavam os mecanismos de compreensão e interpretação dos textos. (MEUNIER; PERAYA, 2008, p. 34)

enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro. Assim:

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84)

A definição de apropriação em Benveniste – e também as noções de referência e relação – é revista por Eliseo Verón (2004, p. 217-218) quando busca evidenciar a oposição enunciado/enunciação como distinção entre o que é dito e as modalidades do dizer. Em um discurso qualquer, afirma Verón (2004), as modalidades do dizer constroem um dispositivo de enunciação. Tal dispositivo comporta: a imagem daquele que fala (enunciador), a imagem daquele a quem o discurso é endereçado (destinatário, coenunciador) e o tipo de relação estabelecida entre enunciador-destinatário (E-D) que é proposta (e aceita ou não) no e pelo discurso. Assim, o enunciador que fala através do seu discurso prevê um coenunciador.

Importante destacar que, na teoria benvenistiana, “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. (BENVENISTE, 1989, p. 82) No entanto, suas conclusões possibilitaram aos estudiosos que o sucederam construir metodologias de análises que buscam, na materialidade do enunciado, os traços e pistas que remetem à enunciação. Outra contribuição de sua teoria diz respeito à referenciação. Trata-se da capacidade e da necessidade do locutor (o enunciador) referir pelo discurso: referir-se a si próprio e ao mundo, a uma situação de comunicação. Isso porque, na enunciação, “a língua se



acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo”. (BENVENISTE, 1989, p. 84)

Os aspectos da enunciação elencados por Benveniste, sejam os embleantes, sejam as formas de se dirigir ao coenunciador, corroboram para a produção de sentido na e pela enunciação. E, embora não utilizando o termo sentido ou mesmo discurso, na acepção que adotamos neste trabalho, é possível localizar no pensamento do autor, pistas que nos levam a concluir por um entendimento sobre como a enunciação constrói sentidos. Essa contribuição pode ser resumida em pelo menos três aspectos: 1) por entender como o sujeito se apropria da língua tornando-a linguagem, ou como se apropria (e articula) das matérias significantes para produzir sentido; 2) ao pressupor a existência de um sujeito enunciador como uma instância que enuncia a partir de um lugar social/institucional, reforçando a importância em se diferenciar o emissor empírico do sujeito enunciador construído a partir de uma situação de comunicação estabelecida; e 3) por compreender a enunciação como sendo um operador de análise, que oferece meios para o analista encontrar as pistas ou traços no enunciado que remetem ao processo de constituição de sentido.

Eliseo Verón (2013, p. 65-76) ao realizar uma releitura da obra de Benveniste, conclui que a linguagem é constitutiva dos seres humanos não podendo, dessa forma, ser instrumentalizada ou “colocada em funcionamento”. Verón reflete que a elaboração de uma teoria da enunciação “pós-benvenistiana” deve compreender a discursividade (social) desvinculada da subjetividade de um sujeito falante individual. A teoria de Benveniste se restringe ao campo da comunicação linguística oral, em que o sujeito falante realiza sua apropriação subjetiva da linguagem. Porém, no atual processo de mediação, os fenômenos da comunicação face a face são apenas um fragmento mínimo da semiose social, exigindo reflexões mais profundas sobre os mecanismos de constituição de

sentido frente ao contexto de complexificação dos usos e apropriações que enunciadore e coenunciadore fazem dos meios de comunicação.

Outro linguista francês que oferece bases para a reflexão sobre o impacto da mediatização na enunciação é Antoine Culioli. Sua teoria da enunciação e sua problemática acerca das relações entre os sujeitos do ato enunciativo é apresentada por Eliseo Verón (2013) como uma teoria que foi capaz de abrir novas frentes e perspectivas aos estudos linguísticos. Inspiração e suporte teórico-metodológico para diversas análises elaboradas por Verón, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, a obra de Culioli é considerada uma ruptura de paradigmas, pois rompe com a tradição saussuriana – na distinção língua-fala – e também com o transformacionismo de Chomsky – e seu sistema fechado de regras gramaticais.

O pensamento de Culioli funda-se não nos termos, mas nas relações. Sua visão é sistêmica e complexa, tendo como objeto a “atividade de linguagem” do sujeito, apreendida através da diversidade de textos, orais ou escritos. A atividade linguageira, segundo o linguista, é uma atividade: 1) de construção de representações; 2) de referência, e 3) de regulação. Essas três dimensões estão presentes sejam quais forem as dimensões do produto da atividade – um comentário, uma discussão científica, uma aula, uma obra de arte, uma notícia. A relação triádica entre representação mental, processos de referência e de regulação, é um pré-requisito de toda atividade simbólica mediada por sequências de texto e/ou gestuais. Essa relação deixa marcas nos enunciados, que reenviam o leitor ou a instância de reconhecimento ao processo de produção de sentidos.

Dessa forma, Culioli centra sua problemática sobre a atividade modalizante de um sujeito enunciador evidenciada pelos traços e pistas deixadas nos enunciados, que remetem a processos cognitivos inacessíveis. As modalidades enunciativas estão fundadas sobre o conteúdo do enunciado e colocam em destaque a intervenção da relação intersubjetiva num discurso, pois o sujeito não é real, mas teórico: um

modelo metalinguístico que permite um inventário dos funcionamentos cognitivos. O processo relacional da enunciação também se evidencia no pensamento de Culioli quando o linguista reconhece que a atividade linguageira da enunciação possibilita que, de um lado, o enunciador ofereça ao coenunciador as condições e limites de suas interpretações e, por outro, que a validação da construção discursiva proposta seja reenviada ao coenunciador.

De acordo com Verón e Fisher (1986), a abordagem proposta por Culioli tem uma dupla vantagem: ela coloca em evidência uma problemática a partir das relações intersubjetivas e faz apelo, ao mesmo tempo, a instrumentos mais abstratos tendo em vista a explicação de operações cognitivo-linguageiras. Todo esse percurso possibilita considerar os discursos sociais como não apenas linguageiros (textuais ou lineares), mas complexos, como é o caso do discurso mediático.

A partir do exposto nesta última sessão, voltamos ao questionamento inicial da reflexão proposta acerca dos impactos da mediatização na enunciação. Conforme discutido anteriormente, tanto o pensamento teórico de Benveniste quanto o de Culioli convergem para a existência de um dispositivo de enunciação – retomado por Eliseo Verón (2004) em suas análises. O que conduz a alguns questionamentos: a complexificação da mediatização e as transformações tecnológicas dos dispositivos de comunicação altera a natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação? Em outros termos: a imagem que enunciadores e coenunciadores fazem de si e do outro se altera? Tais perguntas levam a pensar sobre uma reconfiguração das relações no interior do dispositivo de enunciação por conta das rupturas trazidas pela mediatização.

Se, como nos informa Benveniste, o sujeito enunciador é uma instância que enuncia a partir de um lugar social/institucional e, quando faz isso, estabelece relações de representação e referenciação, conforme Culioli, é possível afirmar que a mediatização compacta a distância (a *décalage*) entre as instâncias de produção e de reconhecimento através

do fortalecimento dos processos de circulação e acesso aos sentidos mediatizados. Dito de outra forma: a complexificação dos processos de mediatização cria novos “coenunciadores” e isto impacta diretamente na natureza das relações no âmbito do dispositivo de enunciação.

Segundo Antonio Fausto Neto (2010), os estudos sobre a recepção têm mostrado há algum tempo que a instância de reconhecimento faz tantas outras coisas, distintas daquelas que são estimadas pelos produtores. Mas quando se trata da sociedade em processo de mediatização, o receptor é “resituado” em outros papéis dentro da própria arquitetura comunicacional emergente. (FAUSTO NETO, 2010, p. 6) Ou seja, mais do que se preocupar com a imagem projetada pelos produtores mediáticos (enunciadores) sobre os receptores (coenunciadores), o desafio hoje é compreender como a instância de reconhecimento se situa dentro da atual economia discursiva operada pelos meios de comunicação.

As novas formas de interação e de relações entre produção/recepção, entre enunciador/coenunciador, advindas das reconfigurações na organização e circulação dos discursos na sociedade em processo de mediatização tem se refletido nos modos de dizer dos *media*. Assim:

É o deslocamento do exame do ato comunicacional de uma problemática instrumental para aquela da dimensão discursiva (da enunciação) que vai oferecer os “insumos” da perspectiva do ângulo da complexidade. O conceito de enunciação chama atenção para o fato de que o ato discursivo se constitui em um complexo trabalho, uma vez que o sujeito apropria-se da linguagem para referir-se, referir o mundo e referir o seu *socius*. Essa construção evidencia a produção discursiva como uma questão relacional, e não só de caráter transmissional. [...] Trata-se da complexificação do processo de comunicação e não de sua desobjetivação. Disso não pode resultar a supressão dos lugares de produção e da recepção de discursos, mas sua *subordinação à uma*

*nova configuração de regimes de discursividades nos quais o trabalho enunciativo está preso. Trata-se da ordem interdiscursiva onde a circulação se aloja – como “terceiro” – e se oferece como um novo lugar de produção, funcionamento e regulação de sentidos. (FAUSTO NETO, 2010, p. 8, grifos nossos)*

Portanto, as lógicas sobre as quais se fundam as enunciações e a natureza das relações no âmbito do dispositivo de enunciação deslocam os sujeitos discursivos para novos espaços ou dispositivos. Para Fausto Neto (2010), no atual contexto de mediatização, meios de comunicação como o rádio, a televisão ou o jornal parecem desaparecer para se transformar em “superfícies multimidiáticas” controladas pelo receptor. É é nessa conjuntura de grandes transformações e rupturas nos modos de produção, de acesso e de consumo de produtos midiáticos – com o surgimento e emergência da Internet, por exemplo – que o receptor deixa de ser “meramente ativo” para ser o “operador/programador de seu próprio consumo multimidiático”. (VERÓN, 2007, p. 14) Assim, a mediatização e a complexificação tecnológica dos dispositivos de comunicação tem provocado rupturas nos ambientes, nas temporalidades, nas práticas sociais e nas discursividades, além de transformar a natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação na medida em que altera as imagens e os posicionamentos dos sujeitos envolvidos no processo enunciativo (produtores e receptores), as lógicas de contatos entre eles e os modos de envio e reenvio de discursos.

## **Considerações finais**

O entendimento de que todo discurso emerge no interior da *semiose* infinita, social e histórica e que a nova ambiência da mediatização e complexificação da produção de sentido operada pelos *media* reconfigura os processos enunciativos, nos leva a assentar esta reflexão sobre

bases teóricas e metodológicas que buscam compreender a produção discursiva admitindo que realmente “nem tudo repousa sobre as máquinas”. (VERÓN, 2013)

A mediatização provoca mutações na natureza das relações no interior do dispositivo de enunciação, reposicionando e provocando a interpenetração das instâncias de produção e de recepção, alterando, também, o próprio dispositivo tecnosemiótico ou de comunicação que serve de matriz de sentido para a produção discursiva. Reconfigura, assim, os papéis discursivos e sociais dos envolvidos no processo comunicativo uma vez que possibilita aos receptores (coenunciadores) que sejam cada vez mais produtores e cogestores do seu próprio consumo mediático. Com isso, os enunciadores – no caso dos *media*, os produtores – tem cada vez mais dificuldade para saber para quem estão comunicando, ou seja, qual a imagem construída da instância de reconhecimento.

A maior interpenetração das instâncias de produção e de recepção evidencia a importância de estudos sobre a circulação como um processo contínuo que abarca esses dois polos ou sistemas, isto é, como algo complexo que deve ser analisado não apenas como uma etapa “entre” o polo da produção e o polo da recepção. Considerando que o processo de produção de sentido configura uma semiose infinita, a produção de sentido operada pelos e nos *media* configura-se, então, como uma semiose infinita mediatizada. Sendo infinita – sem fim, sem meio e sem início – não cabe mais pensar as instâncias de produção, de circulação e de reconhecimento isoladamente, embora reconheçamos que cada uma delas opere segundo uma gramática. Porém, essas regras e constrangimentos de funcionamento, no atual cenário de complexificação da sociedade em processo de mediatização, estão, também, em constante reconfiguração: com práticas, papéis e imagens cada vez mais fluidas e menos definidas.

A partir do percurso reflexivo empreendido, é possível concluir que os estudos sobre mediatização e produção de sentido mediático não

devem ser mais de ordem puramente linguística ou de conteúdo, mas sociossemióticos, aliando análises sobre os modos de enunciação às condições de produção do discurso, sem deixar de considerar o atual contexto social: uma sociedade em forte processo de mediatização, com indivíduos cada vez mais informados em tempo real, que compartilham conteúdo e experiências via redes sociais online, tornando-se coprodutores de informações e cogestores da enunciação. Sendo assim, se nem tudo repousa sobre as máquinas, então cada vez mais a produção de sentido operada pelos *media*, bem como sua análise, recai sobre a circulação e o reconhecimento, enquanto polo de recepção (participativa).

## Referência

ANDRADE, I. H.; FERREIRA, G. M. Percurso da reflexão sobre a mediatização nos estudos de Eliseo Verón. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: [http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista\\_area.COL.htm](http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area.COL.htm). Acesso em: 13 dez. 2015.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: Edusc, 1999.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. *Animus – Revista interamericana de comunicação midiática*, Santa Maria, v. 5, n. 2, jul./dez., 2006.

CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. v. 1.

DEACON, D.; STANYER, J. Mediatization: key concept or conceptual bandwagon? *Media, Culture & Society*, Califórnia, n. 36, v. 7, p. 1032-1044, 2014.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma «analítica» da midiatização. *MATRIZES*, São Paulo, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

- FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (org.). *Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2010. p. 2-17.
- FAUSTO NETO, A. *AD – Rumos de uma nova analítica*. In: FERREIRA, G. M.; SAMPAIO, A. O.; FAUSTO NETO, A. (org.). *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: Edufba, 2012. p. 27-42.
- HEPP, A.; HJARVARD, S.; LUNDBY, K. Mediatization: theorizing the interplay between media, culture and society. *Media, Culture & Society*, Califórnia, n. 2, v. 37, 2015.
- HJARVARD, S. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, Ano 5, n. 2, jan./jun., 2012.
- MAINGUENEAU, D. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris, Seuil, coll. Mémo, 2009.
- METZ, C. *L'énonciation impersonnelle ou le site du film*. Paris: Klincksieck, 1991.
- MEUNIER, J.-P. Dispositif et théories de la communication: deux concepts en rapport de codétermination. *Hermès*, Paris, n. 25, p. 83-91, 1999.
- MEUNIER, J.-P.; PERAYA, D. *Introdução às teorias da comunicação*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOUILLAUD, M. *Da forma ao sentido*. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. Brasília: UnB, 2012. p. 47-53.
- VERÓN, E. *Il est là, je le vois, il me parle*. *Revue*, [s. l], n. 38, p. 98-120. 1983.
- VERÓN, E. Le séjour et ses doubles: architectures du petit écran. *Temps Libre*, [s. l], v. 11, p. 67-78, 1984.
- VERÓN, E. L'analyse du contrat de lecture: une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse. In: INSTITUT DE RECHERCHES ET D'ÉTUDES PUBLICITAIRES. *Les médias, expériences, recherches actuelles, applications*. Paris: IREP, 1983. p. 203-229.
- VERÓN, E. De l'image sémiologique aux discursivités le temps d'une photo. *Hermès*, Paris, n. 13-14, p. 45-64, 1994a.
- VERÓN, E. Mediatización, comunicación política y mutaciones de la democracia. *Semiosfera*, [s. l.], n. 2, p. 5-36. , 1994b
- VERÓN, E. Médiatisation du politique. Stratégies, acteurs et construction des collectifs. *Hermès*, Paris, n. 17-18, p. 201-214, 1995a.



- VERÓN, E. *Conducta, estructura y comunicación: escritos teóricos 1959-1973*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1995b.
- VERÓN, E. *Semiosis de lo ideológico y del poder: la mediatización*. Buenos Aires: CBC, Universidad de Buenos Aires, 1995c.
- VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. *Diálogos*, Perú, n. 48, p. 9-16, 1997.
- VERÓN, E. Semiosis of mediatization. In: MENDES, C.; LARRETA, R. E. (ed.). *Media and social perception*. Rio de Janeiro: Unesco, 1999. p. 458-474.
- VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- VERÓN, E. *Sémiotique ouverte: itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, 2007.
- VERÓN, E. Midiatização, novos regimes de significação, novas práticas analíticas?. In: FERREIRA, G.; SAMPAIO, A.O.; FAUSTO NETO, A. (Ed.). *Mídia, discurso e sentido*. Salvador: Edufba, 2012a. p. 17-25.
- VERÓN, E. Prólogo. In: CARLON, M.; FAUSTO NETO, A. (Org.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. Buenos Aires: La Crujía, 2012b. p. 9-15.
- VERÓN, E. *La semiosis social 2: ideas, momentos, interpretantes*. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- VERÓN, E. *Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências*. *MATRIZES*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-19, jan./jun., 2014.
- VERÓN, E.; FISHER, S. Théorie de l'énonciation et discours sociaux. *Etudes de Lettres*, Lausanne, p.71-92, oct/déc., 1986.



# **Fotojornalismo e significação: abordagens teóricas e metodológicas nos estudos de Eliseo Verón**

*Nelson Soares*

*Adriana Telles*

## **Introdução: Histórico sobre os estudos em fotografia**

A emergência da fotografia, na segunda década do século XIX, não apenas deu à sociedade de sua época uma maneira de ver o mundo com mais riqueza de detalhes como também inaugurou uma nova forma de o homem se relacionar com o mundo das representações, abrindo espaço a toda uma série de dispositivos de produção de imagem – cinema, vídeo e holografia, por exemplo. Essa nova perspectiva que o dispositivo fotográfico estabeleceu foi além do seu nível de produção, com a criação de objetos-imagens, e instaurou uma nova ordem de

pensamento sobre o mundo que, com a rápida evolução tecnológica dos materiais fotográficos e dos suportes de comunicação impressa, ganhou o gosto popular e passou a ser largamente consumida nos grandes centros urbanos da Europa. Na esteira dessa popularidade, a fotografia saiu dos círculos científicos e, incentivada pelo grande desenvolvimento industrial e tecnológico, integrou-se ao cotidiano do europeu, sendo amplamente requisitada tanto pela nobreza decadente quanto pela pequena burguesia. (FREUND, 1985)

As primeiras décadas após o surgimento da fotografia – quando se deram os primeiros sinais de um processo industrial de produção e consumo da imagem – tiveram como principal preocupação o debate sobre o lugar da fotografia em relação à arte, mais especificamente em relação à pintura. No momento de consolidação do fazer fotográfico enquanto prática social e artística, não se encontram muitas pesquisas e discussões que investigam a imagem fotográfica e seus processos de significação. Somente com a incorporação da fotografia pelos meios de comunicação impressos, o que só tomou força nas primeiras décadas do século XX, e com os passos iniciais de uma semiologia da imagem, o que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, teríamos os primeiros estudos da significação fotográfica, fortemente marcados pela concepção saussureana de signo linguístico. (DUBOIS, 1994)

Como consequência direta dessas condições de emergência, as pesquisas sobre fotografia – seu cruzamento com os suportes midiáticos e seus processos de significação – acabaram por herdar, inicialmente, as bases teóricas da semiologia estruturalista, sofrendo importante influência da semiótica peirceana nos anos de 1980. Essa predominância é bastante clara quando observamos aquelas pesquisas que marcaram os primeiros estudos da imagem fotográfica, sendo fundamentais para diversos avanços teóricos subsequentes. Assim, temos o célebre texto “Ontologia da Imagem Fotográfica”, de André Bazin, de 1945 e duas importantes contribuições de Roland Barthes, “A Mensagem

Fotográfica”, de 1961, e “A Retórica da Imagem”, de 1964, ambas publicadas na revista *Communications*. Posteriormente, na década de 1980, são publicadas outras três reflexões teóricas bastante relevantes para a compreensão do estatuto semiótico da imagem fotográfica: “A Câmera Clara”, último trabalho de R. Barthes, publicado postumamente em 1980; “O Ato Fotográfico”, de Philippe Dubois, de 1983; e “A Imagem Precária”, de Jean-Marie Schaeffer, de 1987. Além de trazerem os fundamentos da significação fotográfica – influenciados pela noção peirceana de signo triádico –, algumas dessas obras carregam as características de uma compreensão estruturalista do sentido, uma vez que, enquanto ciência nascente, a semiologia aplicada à imagem buscou legitimar-se com o apoio da linguística. (VERON, 1983)

Entre as diversas marcas que a linguística estruturalista deixou nesses trabalhos, é evidente a tendência de um estudo da matéria não verbal pressupondo sua passagem pela linguagem verbal. (SOUZA, 1998) Assim, tais estudos acabam por abordar o processo de significação visual da mesma maneira que se faz com o signo linguístico, ignorando, com isso, a materialidade própria dos sistemas que operam com imagem. Ou seja, negligenciam seus elementos específicos, tais como profundidade, cor, sombra, textura, extensão etc. e, além disso, concentram suas discussões no objeto significante. Temos, então, uma redução de fatores importantes que, mesmo estando fora da imagem, são de extrema importância à compreensão dos processos de interpretação e produção de sentido. Isso resultou no aprofundamento de uma análise interna – e fundamentada no elemento linguístico – da imagem, em detrimento da relação que se estabelece entre imagem e leitor e destes com o contexto de comunicação.

Essa última característica é notada em dois importantes artigos sobre a fotografia, “A Mensagem Fotográfica” e “A Retórica da Imagem”.<sup>1</sup> No

---

1 No Brasil, estes dois artigos encontram-se no livro *O Óbvio e o Obtuso*.

primeiro texto, publicado originalmente na edição inaugural da revista *Communications*, em 1961, Barthes aborda as fotografias de imprensa e lança as primeiras bases da autonomia estrutural da imagem fotográfica. Partindo de uma noção bastante tradicional da comunicação, ele propõe compreender a mensagem fotográfica em três partes: emissão, canal e recepção. A primeira e a última etapas (emissão e recepção) estariam no domínio dos estudos sociológicos, enquanto a mensagem mesma demandaria outro método, mais específico, de ordem semiológica. Barthes coloca ainda que, apesar de a imagem fotográfica ter suas características específicas, ela não se encontra isolada. Sua estrutura está em relação com os demais elementos – no caso da estrutura linguística, tem-se o material verbal do suporte jornalístico impresso: legenda, *lead*, título, por exemplo – que formam o todo da mensagem jornalística.

Embora Barthes considere a pertinência de um estudo da emissão e da recepção, percebe-se que ele não relaciona essas questões com o problema da produção de sentido da fotografia de imprensa. Além disso, embora afirme que “a estrutura da fotografia não é uma estrutura isolada” (BARTHES, 1990, p. 304), seu método propõe que nos concentremos em cada uma das estruturas, separadamente. Tal característica do trabalho de Barthes, influência do estruturalismo linguístico, também pode ser encontrada no artigo de 1964, também publicado na Revista *Communications* e intitulado “A Retórica da Imagem”. Nesse artigo, a tendência em segmentar o objeto em partes menores é explícita. Isso nos traz, novamente, à questão do risco de perda das sutilezas próprias do objeto analisado, uma vez que o processo de interpretação não ocorre de maneira estanque, em que o leitor apreende separadamente texto e imagem, para, em seguida, atribuir-lhe um sentido.

Por mais que esse segundo artigo de Barthes traga alguns problemas presentes também no texto de 1961, em “A Retórica da Imagem” ele avança no desenvolvimento do seu modelo teórico de análise da imagem

fotográfica, de modo a demonstrar mais claramente sua tese. Se em “A Mensagem Fotográfica” o semiólogo investiga a fotografia de imprensa, neste outro trabalho ele toma como objeto a fotografia publicitária para discutir a relação entre sentido e imagem. Seguindo essa perspectiva, Barthes retoma as observações feitas no texto anterior e, a partir de uma peça publicitária das massas *Panzani*, segmenta o processo de significação em três partes, a saber: (a) a mensagem linguística, (b) a mensagem denotativa e (c) a mensagem conotativa.

Em (a) está a parte verbal da comunicação publicitária: legenda, título do anúncio e outras informações verbais que possam estar no interior da imagem, presentes no “real” da cena fotografada. Como podemos perceber, (a) demanda basicamente um conhecimento linguístico para sua compreensão, não pertencendo estritamente à imagem, mas, antes, ao contexto geral da comunicação. No caso de (b) e (c), a substância é estritamente não verbal – trata-se propriamente da fotografia. Assim, a mensagem denotativa (b) indica a dimensão analógica da imagem, que explora o grande poder de semelhança que repousa no dispositivo fotográfico: como mostra Barthes, a mensagem denotativa é aquela que responde a pergunta “o que é isso?”. Trata-se de um plano da mensagem que não necessita de um código para que se estabeleça sua interpretação; grosso modo, a mensagem denotativa é a descrição do “real” presente na cena. Para além de (b), que se encerra na analogia da imagem fotográfica, há uma mensagem conotativa (c). Nesta, pode-se encontrar o conteúdo simbólico e ideológico, uma vez que a produção, a circulação e o consumo do discurso de imprensa acontecem sob diversas coerções do campo comunicacional e em um contexto cultural específico. Dessa forma, o que possibilita esse nível conotado da mensagem fotográfica é certa reserva de elementos significantes, de caráter simbólico, depositados na história e na cultura.

Apesar das críticas que podem ser feitas aos estudos de Barthes, algumas delas muito em função de sua influência estruturalista, seu mo-

delo de análise – expresso nesses dois artigos da década de 1960 – traz algumas contribuições de extrema relevância às pesquisas acerca da imagem fotográfica de uma maneira geral e, principalmente ao trabalho com o não verbal no contexto midiático, em que é muito raro encontrar a fotografia fora de uma relação entre texto e imagem. Além dessas pesquisas desenvolvidas no período de consolidação da semiologia, Barthes nos oferece outro trabalho de grande importância nesse campo e que, até os dias atuais, é leitura obrigatória aos pesquisadores em imagem fotográfica. Trata-se de *A Câmara Clara*, seu último livro, publicado em 1980, a pedido dos *Cahier du Cinéma*.

Por mais que *A Câmara Clara* seja uma obra de caráter pessoal, na qual Barthes parte de observações de sua vida particular, várias são suas contribuições no sentido mesmo de uma fenomenologia da fotografia. É bem verdade que, do ponto de vista das questões próprias da fotografia no contexto da comunicação midiática, esse livro não traz muitos avanços; contudo, num plano mais geral, mais próximo de uma filosofia da linguagem, suas observações são bastante pertinentes. Sob certos aspectos, podemos dizer inclusive que Barthes antecipa questões relevantes na distinção que se pode fazer entre a fotografia e as outras formas de imagens. Para ficar em um exemplo, basta recorrer à simples afirmação de que “[...] um retrato pintado, por mais semelhante que seja, [...] não é uma fotografia” (BARTHES, 1984, p. 25), no qual sinaliza para uma definição da fotografia ancorada não mais no seu poder de semelhança – sua iconicidade –, mas na relação que a fotografia estabelece com seu referente – sua indicialidade. Tal definição será muito bem explorada por Philippe Dubois, em *O Ato Fotográfico* (1994).

Nessa obra fundamental para os estudos em fotografia – vista pelo próprio autor como pós-estruturalista e claramente fundamentada na noção peirceana de índice –, Dubois traz algumas contribuições ao entendimento das imagens técnicas em seu aspecto ontológico e na sua relação com a história da arte, principalmente com a arte contemporâ-



nea. Dentre elas, podemos destacar a evolução do pensamento sobre o dispositivo e a imagem, bem como sua concepção da fotografia enquanto ato (de produção e recepção), com base na lógica que a faz ser, que a distingue das outras imagens.

Com relação à evolução dos discursos sobre o dispositivo e seu valor dentro da cultura, Dubois distingue três momentos, ou três pensamentos: o discurso da mimese, o discurso da transformação do real e o discurso da fotografia como traço do real. No discurso da mimese, que marca o século XIX, à fotografia é dado o lugar máximo da imitação, da reprodução fiel e objetiva do real. Nessa época, a compreensão do estatuto da fotografia era baseada fundamentalmente no seu valor de ícone, na sua semelhança com o objeto fotografado. Esse foi o momento em que se assistiu ao rápido crescimento e à popularização da imagem fotográfica – em algumas práticas sociais, principalmente o retrato, ela chegou praticamente a substituir a pintura.

Entretanto, na segunda metade do século XX, percebe-se a dominância de outra ordem de discursos acerca da fotografia: o discurso da transformação do real. Nesse momento, a percepção da fotografia como essencialmente marcada pela semelhança dá lugar a um pensamento diametralmente oposto, em que a imagem fotográfica seria vista como modificação e, algumas vezes, como deturpação do real. Aí podemos destacar aqueles discursos baseados nas teorias da percepção e aqueles claramente marcados pelo traço ideológico. No primeiro caso, Dubois cita o trabalho de Rudolf Arnheim (1957), que elenca diversos elementos que fazem da fotografia não uma reprodução exata, mas uma modificação na aparência do real. Entre os pontos destacados por Arnheim, temos o enquadramento como elemento selecionador do que será representado, a mudança do tridimensional (o objeto) para a superfície bidimensional da fotografia, a redução cromática do real à escala tonal de cinzas que compõem a imagem fotográfica em preto e branco e a exclusão dos demais sentidos, permanecendo apenas a experiência

visual ou visual-sonora (no caso do cinema). Ou seja, essa linha de pensamento descaracteriza a reprodução do real, na direção de uma percepção parcial do real, sofrendo, assim, certa modificação. No segundo caso, nas argumentações marcadas pela questão da ideologia, Dubois traz, entre outros, Pierre Bourdieu. O sociólogo propõe os argumentos trabalhados por Arnheim – que reforçam uma redução em termos de cor e profundidade – e também destaca a determinação imposta pelo enquadramento, uma vez que este indica os aspectos do real e o momento exato em que leitor da imagem terá acesso à cena. Além disso, Bourdieu sustenta que a fotografia só é vista como o real objetivo porque a ela foi atribuída esta função dentro da sociedade: servir de imitação objetiva do mundo.

O autor de *O Ato Fotográfico* ainda destaca um terceiro discurso, o da fotografia como traço do real. Enquanto o discurso da mimese se caracterizou pela ideia de extrema semelhança da fotografia com o referente, uma relação fundamentalmente icônica, e o discurso da transformação do real foi marcado pela ideia de modificação do objeto, em que a semelhança seria apreendida na cultura, como uma convenção ou acordo geral da sociedade, uma relação fundamentalmente simbólica, esse terceiro momento traz um elemento novo: a definição da fotografia não está mais centrada em sua semelhança, seja ela natural e imediata (icônica) ou convencional e arbitrária (simbólica), mas em sua gênese, no processo que a faz ser. Assim, o discurso sobre o caráter da fotografia toma outro rumo, baseando-se na sua singularidade diante das outras imagens, a saber, a relação de contiguidade física entre o objeto/referente e a fotografia. Trata-se, então, de uma relação indicial, que se constrói a partir da sua lógica físico-química, na qual o objeto necessariamente precisa ter estado diante da máquina fotográfica para refletir luz em direção à superfície fotossensível e, com isso, produzir a imagem.

Assim, caracterizando o processo fotográfico de uma forma mais precisa, Dubois sustenta que essa última definição da fotografia – de

uma conexão física com o real, que redundando em uma relação indicial – é, de fato, o que garante sua distinção entre as demais imagens e nos dá a impressão de vermos o objeto, em vez da representação fotográfica – aderência entre o referente e a fotografia, como já indicou Barthes. Além disso, essa concepção da fotografia com base no seu processo de conexão física lhe garante um *status* de imagem-ato, em que sua compreensão e recepção são preenchidas por esse sentido de singularidade (atestação) e de imagem em processo. É importante ainda frisar que a imagem fotográfica é necessariamente pensada enquanto conjunto, não cabendo uma divisão entre processo e produto. Ou seja, a fotografia abre espaço a uma nova forma de pensar a imagem – o fotográfico, nas palavras do autor; uma forma de pensar que envolve, indissociavelmente, relações sígnicas, temporais e espaciais, em que estão implicados o sujeito, o ser e o fazer. (DUBOIS, 1994, p. 60)

Como se vê, a evolução do pensamento acerca do dispositivo fotográfico e seus processos de significação estão fortemente marcados, num primeiro momento, pelos pressupostos da semiologia saussureana e, posteriormente, pela lógica peirceana do signo. Em todo caso, os estudos oriundos dessas duas tradições teóricas consideram de modo bem discreto as relações que a imagem fotográfica mantém com seu contexto imediato e seu contexto mais amplo, que implicam coerções ideológicas, históricas e culturais nos processos de produção, circulação e consumo dos discursos.

Dessa forma, além das questões de fundo teórico que se mostram pertinentes, é necessário ainda um método analítico compatível com as características dos discursos midiáticos, nos quais as relações sincréticas entre a fotografia e o texto verbal são uma constante. Dentro dessa lógica, a perspectiva de Eliseo Verón, em sua metodologia do Contrato de Leitura, ao mesmo tempo em que acolhe princípios fundamentais da significação fotográfica coloca em relevo as coerções históricas e ideológicas em toda a cadeia de constituição dos discursos sociais – dentre

eles a produção fotográfica nos meios de comunicação de massa –, desde sua produção até seu consumo simbólico.

## **As teorias da enunciação no contrato de leitura**

A partir das teorias da enunciação, encontramos na constituição dos discursos dois níveis fundamentais: a enunciação e o enunciado. A enunciação, conforme afirma Emile Benveniste (1999, p. 83), corresponde à “colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização”. Ou seja, a enunciação é o ato que instaura o discurso, que o torna presente no mundo social. Dessa forma, a enunciação é da ordem do acontecimento – é fato concreto, inscrito num contexto no qual os sujeitos sofrem as coerções históricas e ideológicas – e da ordem do momentâneo – é algo que ocorre e não mais se repete, tornando-se impossível sua (re)produção.

Atrelada a esses fatores que delineiam o conceito de enunciação, temos a forma que assume o discurso. A maneira como o discurso dos meios de comunicação se põe a dizer, os recursos que mobiliza para mostrar e os artificios que utiliza para seduzir seus coenunciadores estão no plano enunciativo do discurso e encerram a forma adquirida pelos conteúdos.

Assim definida, é importante ainda reforçar algumas características que a enunciação assume dentro de uma perspectiva discursiva:

- a. A enunciação não pode ser vista como um nível do discurso dominado unicamente pelo seu enunciador. Mesmo considerando os discursos dos meios de comunicação, nos quais há uma considerável distância entre o enunciador e seu auditório, a ideia de interação é fundamental. Como destaca Pinto (1999), não se deve cair no mito da unicidade do sujeito – a noção de que o único responsável pelas formulações discursivas

sivas é aquele que se convencionou chamar de autor –, pois o dialogismo é intrínseco à natureza mesma da linguagem, conforme explica Mikhail Bakhtin (1997, p. 319): “O locutor não é um Adão e, por isso, o objeto de seu discurso se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos [...] ou ainda as visões de mundo, as tendências, as teorias, etc. (na esfera da troca cultural).”

- b. Nem sempre a enunciação é de responsabilidade do indivíduo falante. Considerando o princípio da heterogeneidade discursiva (ALTHIER-REVUZ, 2004), devemos atentar para a sutil diferença entre sujeito falante, locutor e enunciador. A partir da noção de polifonia, desenvolvida por Bakhtin (1997), alguns linguistas, especialmente Osvald Ducrot (2001), diferenciam essas três instâncias discursivas, a fim de dar conta dos casos em que não se pode imputar ao sujeito falante a responsabilidade da enunciação. O sujeito falante é, então, o agente empírico, aquele que propala fisicamente o enunciado; já o locutor é uma entidade existente no interior do discurso – que não apresenta uma materialização no mundo concreto –, que se responsabiliza pelo enunciado. No caso do discurso citado, o sujeito falante não é aquele que elabora o discurso, mas apenas quem assegura que alguém emitiu a informação citada. No caso dos meios massivos de comunicação, temos, por exemplo, as situações em que a publicidade usa a afirmação de especialistas e testemunhas – indivíduos identificáveis que atestam algo sobre o produto, marca ou serviço anunciado (LUPETTI, 2000, p. 108) – e, no jornalismo, depoimentos que compõem a base da matéria jornalística, a partir dos quais o repórter e/ou redator apenas atesta(m) o que foi dito pela fonte. Já a distinção entre locutor e enun-

ciador Ducrot reserva àquelas situações em que é menos perceptível a não responsabilidade da enunciação, como em alguns casos de ironia e discursos polêmicos.

- c. É a partir da enunciação que o enunciado se refere ao mundo. Através de seus elementos internos, a enunciação desenvolve uma vinculação entre o enunciado e o mundo material – função dêitica –, estabelecendo referências de espaço, tempo e pessoa fundamentais para proporcionar uma articulação entre o mundo da representação e o contexto a que ela se refere. Tem-se, dessa forma, o que em Análise de Discurso é denominado como atividade reflexiva da linguagem: ao mesmo tempo em que a enunciação vincula o referente ao mundo, criando sua dimensão factual, ela também se estabelece enquanto ato e acontecimento, sendo possível sua localização no espaço e no tempo, o que torna explícito o nível reflexivo da linguagem.

Enquanto a enunciação é da ordem do acontecimento e do momento, sendo uma ação individualizada de funcionamento da linguagem, o enunciado designa, dentro dessa abordagem, o produto do ato de enunciação. (MAINGUENEAU, 1998, p. 54) Em outras palavras, o enunciado se refere ao plano do conteúdo discursivo, sendo a enunciação a forma assumida por esse enunciado.

Percebe-se, então, que um mesmo enunciado pode ser moldado de diversas formas. Através da enunciação, um discurso pode assumir aspectos variados, construindo em seu interior uma imagem determinada do enunciador – aquela entidade responsável pelo dizer/mostrar – e também uma imagem do seu coenunciador – aquela entidade a quem se dirige o enunciador. A partir daí o discurso passa a configurar os laços da relação entre enunciador e coenunciador – indicando os papéis que podem ser assumidos por cada um deles.

Como forma de exemplificar o jogo entre essas instâncias, considere-se, inicialmente, um enunciado simples: “Marcos foi à faculdade”. Nesse enunciado, constatam-se diversas possibilidades de modalização, cada das quais propõe uma relação diferente entre enunciador e coenunciador. Então, pode-se ter:

a. Marcos foi à faculdade.

Esse pode ser considerado um dos casos mais simples de desenvolvimento do enunciado. Tem-se um enunciador que apresenta a seu interlocutor o conteúdo de uma forma impessoal, à maneira de uma verdade absoluta, no qual não há um envolvimento explícito de nenhum dos sujeitos envolvidos na interação discursiva.

b. Eu imagino que Marcos foi à faculdade.

Nesse caso, o enunciador afirma algo em que acredita, mas que não é colocado como uma certeza. Ocorre, assim, um envolvimento que implica o enunciador e sua fala perante o coenunciador.

c. Sabemos que Marcos foi à faculdade.

A partir do verbo na primeira pessoa do plural – a desinência verbal identifica o sujeito “nós”, em elipse – o enunciador envolve seu interlocutor na afirmação que faz. Esse recurso é usado principalmente quando um dos sujeitos procura apoio para o que pretende dizer e/ou mostrar.

Dessa forma, fica mais claro que um determinado enunciado pode assumir inúmeras variações modais, a depender de como é articulado o ato enunciativo e, conseqüentemente, de como enunciador e coenunciador se inserem no discurso.

É importante observar, contudo, que, apesar da relevância dada à enunciação, não se trata de negar a importância atribuída ao conteúdo, mas de ressaltar como são decisivas as propriedades enunciativas do

discurso, sobretudo no caso dos meios de comunicação de massa, uma vez que, em se tratando de conteúdo, poucas são as diferenças apresentadas pelos discursos que disputam um mesmo universo concorrencial – como é o caso da publicidade e do jornalismo. Mas, ao situar a enunciação como aspecto fundamental na distinção entre os discursos, deparamo-nos com um problema: sendo a enunciação um ato de natureza singular, marcado pela impossibilidade de ser reproduzido, como então compor um objeto de estudo preciso, de acordo com o rigor necessário ao desenvolvimento do trabalho científico?

A resposta vem das próprias teorias da enunciação. Tendo em vista que não é possível analisar a enunciação mesma que viabilizou um determinado enunciado, deve-se, a partir deste, pôr em prática a reconstrução do ato enunciativo. Trata-se de buscar no produto da enunciação os elementos explícitos do discurso que apontam para outros elementos implícitos. Assim, o trabalho consiste em levantar os explícitos – chamados aqui de marcas da enunciação –, a fim de recompor o ato enunciativo, por relações de pressuposição existentes entre os elementos presentes e aqueles ausentes.

Esse exercício de reconstrução do momento da enunciação – que se denomina catálise (GREIMAS; COURTÈS, 1979, p. 43) –, implica em determinar as categorias de espaço, tempo e pessoa que articulam o enunciado com o contexto situacional, recompondo, assim, parte da enunciação. No caso dos textos verbais, as instâncias que localizam e ancoram o enunciado são chamadas de dêiticos. Temos, então, exercendo a função dêitica, pronomes pessoais e de tratamento (ele e você, por exemplo), que caracterizam as relações entre os sujeitos envolvidos; os tempos verbais que definem a dimensão temporal do discurso; pronomes que indicam referências de espaço, como aqui e lá.

Mesmo havendo estudos mais aprofundados sobre a presença dos dêiticos na comunicação verbal, vale ressaltar que estes existem em todos os tipos de discurso, independentemente de sua matéria signi-



ficante. Contudo, em se tratando de discursos não verbais – ou mesmo aqueles que operam com relações entre imagem e texto –, ainda há muito a ser construído – sendo necessário, então, dentro desse panorama teórico, identificar e sistematizar alguns mecanismos que assumem funções dêiticas no fotojornalismo.

Tendo em vista a necessária polissemia das imagens (BARTHES, 1990), é comum a comunicação de massa trabalhar com discursos heterogêneos, nos quais encontramos a relação entre imagem e texto como um recurso para limitar, ou mesmo conduzir, o sentido das interpretações – caso bastante comum no fotojornalismo, através de legendas e dos demais elementos verbais, e na fotografia publicitária, através de títulos, subtítulos e corpos de texto. Isso acontece porque a linguagem verbal tem maior precisão na referência ao seu contexto (função dêitica), o que não ocorre facilmente com a imagem fotográfica.

Apesar da polissemia que marca o não verbal e sua decorrente deficiência em definir claramente suas dimensões de espaço, tempo, pessoa, é possível localizar nas imagens cinematográficas, fotográficas e pictóricas elementos que permitam estabelecer relações com o seu contexto e que configuram a interação entre enunciador e coenunciador no interior do discurso. Isso porque as categorias temporais, espaciais e actanciais não pertencem a esta ou àquela linguagem, mas fazem parte de toda e qualquer linguagem, embora seus mecanismos de funcionamento possam variar de uma matéria significativa para outra. (FIORIN, 1999, p. 52)

No caso das imagens móveis – cinema, vídeo e animação digital, por exemplo – a questão toma caráter mais específico, uma vez que nelas estão envolvidos diversos tipos de significantes – em muitos casos, sons, imagens e linguagem verbal. Entretanto, quando se pensa em imagens fotográficas, percebe-se que seus dispositivos enunciativos se assemelham em muito àqueles trabalhados nas imagens pictóricas, inclusive porque a evolução visual da fotografia foi, durante muito tem-

po, marcada pelos cânones da pintura. (FREUND, 1985) Assim, discutir os elementos enunciativos do fotojornalismo e da fotografia publicitária impõe duas linhas fundamentais: (1) considerar o legado das imagens pictóricas planas (em especial a pintura) na utilização do espaço visual (composição, perspectiva, ponto de vista e outros aspectos) e, consequentemente, as suas função enunciativas; e, em seguida (2), articular as tais imagens fotográficas com o texto verbal que as acompanha, a fim de compreender as relações entre texto e fotografia na produção de sentido nos meios de comunicação de massa.

Com relação às implicações entre texto verbal e fotografia, tem-se, como já foi citado, os estudos de Barthes – “A Retórica da Imagem” e “A Mensagem Fotográfica” – no qual o semiólogo identifica basicamente duas formas de relação entre texto verbal e fotografia (não apenas no jornalismo, mas também na publicidade): as funções de fixação e *relais*. Podem-se destacar, ainda, os estudos de Verón (1985), nos quais o autor sistematiza alguns tipos de relações entre fotografia e texto verbal – considerando toda a dimensão do suporte jornalístico deste último –, na perspectiva da produção de sentido do jornalismo impresso, em especial, os *news*. Nesse sentido, Verón chega a quatro categorias de imagens fotojornalísticas, a saber: retórica das paixões, pose, categorial e testemunhal. Tal tipologia não se baseia somente na relação entre texto verbal e fotografia, mas considera também a maneira como o suporte jornalístico se apropria das imagens, atribuindo-lhes sentido, como se pode ver a seguir:

- a. testemunhal: trata-se da categoria mais comum de fotografia de imprensa, embora não seja o tipo de imagem que ocorra com maior frequência. (VERÓN, 1996) Esse tipo de imagem aponta para o instante do acontecimento e indica a habilidade do fotógrafo em “estar no lugar certo e na hora certa” para captar a imagem. Além disso, a fotografia testemunhal está também vinculada à noção de instantaneidade e espontanei-

dade do discurso jornalístico, reforçando a impressão – bastante cara ao campo jornalístico – de não manipulação e não construção da cena e do acontecimento. Com isso, a imagem testemunhal se torna o exemplo clássico do “ter estado aqui” de Barthes (1990, p. 36), esgotando, sobretudo, o nível da aparência, sua dimensão denotativa.<sup>2</sup> Como exemplo, pode-se destacar a imagem de primeira página do Jornal *Correio* (Figura 1), do fotógrafo Arisson Marinho. Nessa fotografia em cores, construída a partir de um plano de conjunto,<sup>3</sup> vê-se um grupo de ciclistas que faz um passeio noturno na região do Dique do Tororó, em Salvador. Através do posicionamento dos corpos dos ciclistas e do movimento dos veículos, percebemos se tratar do registro de um fragmento da ação que acontecia diante do fotógrafo – ou seja, não se trata de pessoas posando diante da câmera. A discursividade desse tipo de imagem de imprensa opera como atestação do acontecimento, o que é reforçado pela relação de fixação<sup>4</sup> entre a fotografia e o texto verbal que a acompanha: “Passeio no Dique celebra Dia Mundial Sem Carro”.

---

2 É importante destacar que Verón não trabalha com o conceito barthesiano de mensagem denotativa.

3 De acordo com Sousa (2004, p. 68), o plano de conjunto é um pouco menos aberto que o plano geral, o que permite identificar os agentes da ação e relacioná-los com o ambiente próximo.

4 Fixação é a relação entre texto verbal e imagem, na qual o primeiro orienta a interpretação que se fará da segunda. Ou seja, o texto verbal limita a cadeia flutuante de possíveis significações da imagem, conduzindo a interpretação do leitor. (BARTHES, 1990, p. 32-34)

Figura 1 – Testemunhal



Fonte: Jornal Correio (2015).

Pose: enquanto a fotografia testemunhal é marcada pela ideia do instantâneo, a pose, ao contrário, indica o momento em que o fotografado (figura pública ou não) para e se deixa fotografar para uma determinada publicação. Aqui pode haver a escolha de um cenário, a construção de uma luz mais elaborada, um refinamento no enquadramento ou simplesmente o estudo da postura do retratado – elementos não citados ou discutidos por Verón –, pois a imagem não está diretamente associada a um fato ou acontecimento – não é o tipo de fotografia que costuma estar presente em matérias mais fatuais. Apesar de se apresentar sob regimes discursivos bastante diversos, essa categoria de imagem muito se assemelha ao álbum de família – sobretudo em relação ao efeito de temporalidade despertado –, principalmente quando a fotografia de pose apresentada foi produzida em um passado mais ou menos distante. Com isso, a fotografia de pose apela para um trabalho sobre a memória, enquanto a imagem testemunhal está ligada a um momento presente. Como exemplo, temos a imagem da editoria de Economia do Jornal *Correio*, do fotógrafo João Alvarez (Figura 2). A matéria, que trata do

empreendedorismo a partir do passatempo das pessoas, traz a imagem de uma artesã e sua produção de bijuterias: no primeiro plano, no terço da direita, a artesã é fotografada através de um plano médio,<sup>5</sup> olhando diretamente para câmera e segurando as peças da sua produção. No segundo plano, de forma levemente desfocada, vê-se o espaço de seu ambiente de trabalho com miçangas, estantes e diversos materiais de trabalho. Trate-se de uma fotografia em que a pessoa retratada parou por alguns instantes, permitindo a produção da imagem. Observa-se, ainda, a importância que certos elementos da fotografia – miçangas, estantes, bancada de trabalho – apresentam para a caracterização do ambiente de trabalho de uma das fontes da matéria. Temos, assim, elementos simbólicos diversos que dão ao leitor uma ideia acerca do trabalho com o artesanato – um claro exemplo do que Barthes (1961, p. 309) classifica como processo de conotação do tipo “objetos”.

Figura 2 – Pose

**Com organização,  
seu passatempo  
se transforma em  
fonte de renda**

Lucy Brandão Barreto  
lucy.barreto@receita.gov.br

Ganhar bem fazendo o que gosta é o sonho de muita gente. Para a artesã Selma Santos já é realidade. Ela fabrica bijuterias há 15 anos e em 2010 entrou para o grupo dos mais de 300 mil microempreendedores individuais (MEI) na Bahia – 5,3 milhões em todo o Brasil. Segundo a pesquisa mais recente divulgada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), mais da metade desses empreendedores trabalha em sua própria casa: 48,6%.

Mas para saber se o seu hobby pode render uma boa grana, é preciso analisar se ele é viável como negócio e se existem pessoas interessadas nesse produto ou serviço. É o que indica a gerente da unidade de atendimento individual do Sebrae na Bahia, Fernanda Grez. “Não significa que só porque eu gosto de fazer isso vai dar certo e gerar renda. A primeira coisa a fazer é identificar o mercado, saber se tem



A artesã Selma Santos faz bijuterias como passatempo e acabou se especializando em bijoelas. Hoje fatura R\$ 5 mil por mês e faz o que gosta

Fonte: Jornal *Correio* (2015)

5 O plano médio, de acordo com SOUSA (2004, p. 68), pode ser mais aberto (plano de três quartos ou plano americano) ou mais fechado (plano próximo).

- b. Categorical: nesse tipo de fotografia de imprensa, costumamos encontrar um indivíduo que, de acordo com suas características, acaba representando uma classe social ou perfil profissional. Assim, a imagem de um aposentado na fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por exemplo, pode não estar representando aquele indivíduo apenas, mas, a depender da articulação entre texto verbal e fotografia, a classe dos aposentados e a condição geral em que se encontram os aposentados brasileiros. Ou seja, o sujeito, destituído de sua individualidade, passa a representar a classe social ou profissional a que pertence, sendo anulado em favor do grupo. Um bom exemplo desse tipo de imagem é a fotografia publicada no jornal Correio pelo fotógrafo Mauro Akin Nassor (Figura 3) em uma matéria que trata do treinamento que a Polícia Militar (PM) deu aos porteiros do bairro da Pituba, para orientá-los quanto aos cuidados com a segurança e prevenção de assaltos. Na imagem, vê-se um grupo de homens, todos profissionais de segurança, uniformizados durante o treinamento. Trata-se de uma imagem em plano de conjunto, na qual se podem identificar ao menos três indivíduos e a ação na qual estão inseridos. A legenda “Porteiros no lançamento do Programa Vigilância Participativa, na Pituba. Eles terão linha direta com PMs” mostra como a individualidade dos fotografados é substituída pela função social “Porteiro”. Trata-se, como se pode perceber, de apresentar um indivíduo enquanto uma categoria profissional, um grupo social.

Figura 3 – Categorical

## Batalhão de Operações dos Porteiros

### Treinados pela polícia, porteiros da Pituba ajudarão na segurança

Amanda Palma

amanda.palma@reciobahia.com.br

Há cerca de três meses, quando chegava no prédio onde mora, na Alameda Pádua, na Pituba, a gastrônoma Vera Lúcia Novaes quase foi assaltada. Foi o porteiro que a salvou. “Ele foi meu anjo da guarda”, diz. Um carro a seguiu, por volta das 19h, e, ao chegar próximo à portaria, ela buzinou.

“Eles sabia que eu não buzino e saiu para ver o que estava acontecendo. Depois disso, os caras fugiram”, lembra Vera.

O porteiro que ajudou, Ale-mão, tem mais de 30 anos de profissão e já é conhecido por estar atento a tudo que acontece dentro e fora do prédio. “Ela estava chegando no prédio, eu vi um carro seguindo a casa



Porteiros no lançamento do Programa Vigilância Participativa, na Pituba. Eles terão linha direta com PMS

Fonte: Jornal Correio (2015).

- c. Retórica das Paixões: essa categoria de fotografias de imprensa apresenta algo em comum com as imagens testemunhais: ambas são tomadas de um acontecimento, são caracterizadas como “instantâneos”. No caso da retórica das paixões, as fotografias são “tomadas” sem permissão, geralmente de personalidades públicas do campo político. Sua discursividade é fundamentalmente marcada pela associação da fotografia a um sentido bem diferente daquele representado pelo acontecimento que a imagem nos mostra. Assim, é comum vermos fotografias de imprensa que trazem a expressão facial de alguma figura pública e, de acordo com a articulação entre imagem e texto verbal, o sentido global desencadeado pela fotografia passa a ser outro, bem diverso do acontecimento fotografado. Ou seja, na retórica das paixões o jogo de sentido busca, atra-

vés de uma expressão facial, significar algo que não está claro na imagem e, muitas vezes, nada tem a ver com o acontecimento a partir do qual a fotografia foi produzida. Em relação a sua temporalidade, as fotografias dessa categoria instauram um quadro conjuntural mais ou menos determinável em sua dimensão temporal, ainda que o momento de captação da imagem não tenha nenhuma vinculação com o tempo instituído pelo discurso. Um exemplo desse tipo de fotografia é a imagem publicada na editoria de Esportes *Correio*, por Rafael Martins (Figura 4). A matéria, que trata da denúncia feita pelo Ministério Público a respeito de um esquema de notas fiscais “frias” do Esporte Clube Bahia, é acompanhada por uma imagem do então presidente do clube, Marcelo Guimarães Filho. A imagem mostra, no primeiro plano, o ex-diretor do Bahia apresentando expressão tensa, nervosa. No segundo plano, logo atrás da figura humana, está o símbolo do clube. A legenda que acompanha a imagem vincula a imagem ao assunto da matéria “Presidente do Bahia entre dezembro de 2008 e julho de 2013, Marcelo Guimarães Filho é um dos 12 acusados pelo Ministério Público de participar de esquema de notas frias no clube”. Como se percebe, a imagem não apresenta o fotografado falando sobre o tema da matéria ou em qualquer ação vinculada à denúncia do Ministério Público. Trata-se de uma expressão facial captada em uma situação qualquer, uma imagem que pode ter sido produzida fora do período da investigação, mas com efeito de sentido orientado para o tema da matéria, em função das relações entre imagem e texto não verbal. Assim, o jogo de sentido presente nessa articulação entre fotografia de imprensa, legenda e título da matéria atribui à expressão tensa do Marcelo Guimarães Filho um sentido de preocupação com relação ao escândalo que envolve as notas frias do time.



Figura 4 – Categoria retórica das paixões



Fonte: Jornal *Correio* (2015).

## Considerações finais

A proposta metodológica de Eliseo Verón, como se pode ver, agrega os pressupostos da Análise de Discurso aos estudos da imagem fotográfica de imprensa, tomando como base a construção do acontecimento jornalístico e a posição que a fotografia assume no interior dessa semiótica. Em boa medida, o trabalho de Verón vai além dos estudos tradicionais da imagem, nos quais prevalece uma visão imanente da significação fotográfica – característica das pesquisas de base estruturalista,

como é o caso de Roland Barthes, e pós-estruturalista, conforme o estudo de Philippe Dubois –, apresentando-nos um conjunto de categorias de análise que considera as relações entre o discurso e seu contexto e uma concepção da significação que comporta as coerções ideológicas e históricas.

Não se trata, com isso, de negar ou refutar pesquisas de reconhecimento de valor à compreensão da fotografia, mas de, a partir desses trabalhos, constituir mecanismos de estudo da fotografia e dos discursos sociais, com destaque para o fotojornalismo, que levem em conta suas condições de produção, circulação e consumo no interior de sua semiose. E nesse sentido o trabalho de Eliseo Verón traz uma expressiva contribuição.

## Referências

- ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: ALTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 15. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papyrus, 1994.
- DUCROT, O. *El decir y lo dicho*. 3. ed. Buenos Aires: Edicial, 2001.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- FREUND, G. *Fotografia e sociedade*. São Paulo: Vega, 1985.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1979.

JORNAL CORREIO. Salvador, 2015.

LUPETTI, M. *Planejamento de Comunicação*. São Paulo: Futura, 2000.

MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SOUSA, J. P. *Fotojornalismo: introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, T. C. C. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal, Ciberlegenda 1. *Revista Eletrônica do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói, 1998).

VERON, E. Discursivités de l'image. *In: VERON, E. L'image fixe*. Paris: Centre Georges Pompidou-La Documentation Française, 1983.

VERON, E. El análisis del contrato de lectura: un nuevo método para los studios de posicionamiento en los soportes de los media. *In: INSTITUT DE RECHERCHES ET D'ÉTUDES PUBLICITAIRES. Les medias: experiences, recherches actuelles, applications*. Paris, 1985.

VERON, E. De la imagen semiológica a las discursividades. *In: VEYRAT-MASSON, I.; DAYAN, D. Espacios públicos en imágenes*. Barcelona: Gedisa, 1996.



# A configuração do acontecimento: uma proposta de estudo do discurso da informação pelo viés de abordagens herdeiras de Paul Ricoeur<sup>1</sup>

*Claudiane Carvalho*

## Introdução

Em 1972, na clássica edição de número 18 da revista *Communication*, Edgar Morin tira das sombras um tema há muito eclipsado nas ciências sociais. Um fenômeno marcado pela exterioridade, o aconteci-

---

1 As reflexões contidas neste texto integram um dos capítulos do livro autoral *A construção da notícia: interseções entre jornalismo e comunicação estratégica*. (Edufba, 2019) E também, uma versão construída em parceria com Giovandro Ferreira foi publicada na edição de n. 28 da Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación.

mento só se constrói como tal, a partir da enunciação. É uma resposta à impossibilidade de percebermos tudo à nossa volta e só se faz reconhecível, por meio da intertextualidade.

Definido como o “que irrompe na superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1993, p. 27), o acontecimento, para ser apreendido como tal, solicita uma modificação no estado do mundo e, além disso, pede que essa alteração seja percebida e significada pelos sujeitos da enunciação. Nesse sentido, estamos tratando do acontecimento a partir de dois polos: antes da configuração, por um lado, e configurado, por outro lado. Em outros termos, estamos abarcando a relação entre o mundo fenomenal e o empenho para a construção do sentido por parte do(s) sujeito(s) enunciador(es). Nesse aspecto, o acontecimento é sempre uma construção, é o resultado do processo *evenemencial*.<sup>2</sup> (CHARAUDEAU, 2003, 2012)

Portanto, o que nos interessa, uma vez que, neste texto, articulamos a análise de discursos (AD) e a hermenêutica ricoeuriana, não é o acontecimento como tal, mas o seu processo de configuração, marcado pela modificação do mundo e pela percepção desta pelos sujeitos, que a inscrevem numa rede coerente de significações sociais. Ou seja, ao desequilíbrio, quando percebido, é necessário que o sujeito aponte o que provoca o efeito de saliência na uniformidade do mundo, inscrevendo-o, portanto, numa problematização. Essa problematização vai existir em função de o sujeito ter um sistema de reconhecimento “que lhe permita julgar o afastamento entre esse novo estado do mundo e as leis, as

---

2 O processo *evenemencial* pressupõe retirar o fato da exterioridade à medida que este depende do olhar do sujeito, das redes estabelecidas, através de sua experiência, entre os diversos sistemas de pensamento e crenças. “Assim, não é tanto o acontecimento enquanto tal que interessa a uma disciplina do sentido, mas o que designaremos como *processo evenemencial*”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 99, grifo do autor) O autor afirma que, no processo *evenemencial*, os efeitos de desequilíbrio, de saliência e de pregnância são solidários e intimamente ligados.

regras ou as normas do sistema preexistente” e também em função do desejo do sujeito de “reorganizar o mundo, através de uma recategorização semântica. Isso produz o que denominamos de efeito de ‘pregnância’”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 100)

Nessa direção, este capítulo tem a proposta de realizar uma discussão teórica acerca da noção de acontecimento e suas implicações na tessitura espaço-temporal do discurso informativo. Para tanto, acreditamos ser possível traçar uma convergência entre reflexões de distintos autores, à luz da hermenêutica de Paul Ricoeur. Embora tenhamos consciência das diferenças epistemológicas, acreditamos que as abordagens dos autores, aqui citados, encontram-se ao mirar o acontecimento pelo prisma da configuração.

Rodrigues (1993), Molotch e Lester (1993), Charaudeau (2003, 2012), Quéré (2001, 2005, 2013), Sodré (2009), Mouillaud (2002a, 2002b, 2012c), Alsina (2009) são alguns dos estudiosos que abordam o acontecimento na perspectiva do antes e depois da configura o, ou seja, entendem-no como o resultado do percurso mimético. “Remetemos neste ponto a Paul Ricoeur, que, no âmbito de sua hermenêutica da narrativa, propõe que a significa o social da experiência humana passa por uma forma de inteligibilidade que consiste em integrá-la numa narrativa, mais precisamente no que constitui seu cerne: a ‘intriga’”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 96) Esta integra o ocorre por meio da tríplice *mímesis*.

Quéré (2005, 2013) traça a distin o entre acontecimento existencial e acontecimento objeto, sendo o primeiro concernente ao mundo dos fen menos e o segundo resultante dos processos de apreensão e significa o dos sujeitos sociais. O pesquisador defende o potencial hermenêutico próprio do acontecimento e alia   hermenêutica de Ricoeur o pragmatismo norte-americano de George Mead, John Dewey e Charles S. Peirce. Para Quéré, o acontecimento tem espessura espaço-temporal e   vivido no presente, embora projete um passado e um futuro. Neste ponto, direcionamos a discussão ao interesse desta pesquisa

e recorreremos à Sodré (2009), para quem o acontecimento é o fato sócio-histórico gerador do espaço da atualidade, do aqui-agora. É a informação jornalística, concretizada em notícia, que conforma a experiência singular deste aqui-agora. Se informar é “dar forma” àquilo que ocorreu, eis aí um trabalho de coerência no espaço e no tempo, a tessitura de uma intriga. (MOUILLAUD, 2002c, p. 50-51)

Tanto Sodré quanto Mouillaud (2002a, 2002c) tratam a construção do acontecimento como um processo também de enquadramento, mas rejeitam uma oposição enrijecida entre acontecimento e informação, pois pressupõem que o primeiro já traz o gérmen do segundo. Além disso, Mouillaud destaca que a configuração do acontecimento (a informação) não consiste na resposta final ao processo construtivo, pois este é infinito, dada a existência da semiose<sup>3</sup> ilimitada.

Comungamos, portanto, a perspectiva de que a configuração do acontecimento é fruto da tríplice *mimesis* (RODRIGUES, 1993; MOLOTCH; LESTER, 1993; CHARAUDEAU, 2003, 2012; QUÉRÉ 2005; SODRÉ, 2009; MOUILLAUD, 2002a, 2002b, 2002c, 2012), que representa a informação em sua forma mais vulgar, a notícia (SODRÉ, 2009; CHARAUDEAU, 2012); é também a construção da coerência tempo-espacial, a constituição da atualidade, da espessura do aqui-agora. (CHARAUDEAU, 2012; MOUILLAUD, 2002b; QUÉRÉ, 2013; SODRÉ, 2009)

As concepções sobre acontecimento, destacadas acima, serão apresentadas ao longo deste capítulo. Nas próximas páginas, apresentaremos a noção pelo ângulo do processo de construção *evenemencial*,<sup>4</sup> que deve apontar para a notícia.

---

3 O termo semiose foi introduzido por Charles Sanders Peirce para se referir ao processo de significação.

4 Diz respeito ao processo de construção do acontecimento. A palavra acontecimento em francês é *événement*, termo que dá origem ao neologismo.



## O processo *evenemencial*

Nossa referência, para iniciar o trajeto, é Charaudeau (2003, 2012), que, baseado no legado de Ricoeur, trata do acontecimento a narrar e do acontecimento narrado,<sup>5</sup> sendo este último a notícia. Em tempo, Charaudeau, Sodr e e Mouillaud destacam a inerência entre fato, acontecimento e notícia, sublinhando que o acontecimento   a configura o do fato social, enquanto a notícia diz respeito a essa dimensão do aqui-ago- ra, da factuality do acontecimento. Assim, o acontecimento   uma espécie de metáfora que configura as tramas da atualidade – ou seja, conforma uma dimensão espaço-temporal que representa o aqui-ago- ra. Dessa forma, a informa o midiática   a atualiza o de um estado de coisas,   a presentifica o que confere “ao tempo uma nova dimensão, um corte transversal que   a sincronia”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 71)

Vê-se que a configura o do acontecimento   indissociável das condi o es de circula o em dispositivos técnicos de comunica o. Segundo Rodrigues (1993), a circula o midiática instaura uma espécie de meta-acontecimento, ou seja, a notícia enquanto enuncia o   um novo acontecimento que vem integrar o mundo, que produz o efeito de real e conforma uma experiência de mundo. Ao longo do tempo, a no o de meta-acontecimento se dissolveu na própria ideia de acontecimento na média, a qual já carrega as marcas da enuncia o.

Todavia, para o acontecimento ser midi tizado, ser jornalístico,   preciso apresentar algumas características. Conforme Alsina (2009),   necessário que promova uma varia o no ecossistema, tenha comunicabilidade e implique, de alguma maneira, o sujeito social. Com algumas aproxima o es em rela o   pondera o de Alsina (2009),

---

5 Patrick Charaudeau usa os termos “a relatar” e “relatado”. Aqui, adotamos “narrar”, a fim de manter a sintonia com a perspectiva ricoeuriana da tessitura da intriga, enquanto passagem do tempo do mundo ao tempo dos homens.

Charaudeau (2003, 2012) infere que a seleção do acontecimento a ser midiaticizado ocorre em função do seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade.

Assim, o acontecimento “inscreve-se num processo de construção *evenemencial*, que deve apontar para a notícia” (CHARAUDEAU, 2012); ou seja, o acontecimento é sempre construído e, em sua forma final, ganha a denominação de notícia. Sodré (2009) também indica o acontecimento como critério de produção da notícia. Diferentemente de Charaudeau, que não se prende à distinção entre fato e acontecimento, Sodré considera o último como estratégia de narração do fato social. Mouillaud sustenta a hipótese “de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de ‘fato’”. (MOUILLAUD, 2002b, p. 51) Rodrigues (1993), Molotch e Lester (1993) e Alsina (2009) também utilizam esse prisma do agenciamento. Quéré (2013), por sua vez, flexibiliza essa dimensão discursiva do acontecimento, para abarcar também o impacto deste nas experiências individuais e coletivas. Guardadas as diferenças entre as referências epistemológicas dos autores, todos, em alguma medida, discorrem sobre o acontecimento, pelo viés da configuração.

A tríplice *mimesis* de Paul Ricoeur (2010), que trata da semiotização do mundo, foi inspiração, em proporções distintas, para os autores citados desenvolverem seus estudos sobre o discurso informativo midiático. Patrick Charaudeau (2003, 2012, 2013), por exemplo, considera a notícia como o acontecimento relatado, ou seja, a configuração do acontecimento bruto. Essa perspectiva da oposição entre o acontecimento da ordem do bruto, “cru”, e o acontecimento da ordem do construído, “cuit”, ganha fôlego nos anos 1990 com a publicação intitulada *L'événement en perspective*, da coleção *Raisons Pratiques*, da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), de Paris. Os textos con-

tidos nessa obra expressam um percurso científico de atenuação das leituras de Ricoeur com forte carga da filosofia fenomenológica, estruturalismo e hermenêutica.

Com base na abordagem ricoeuriana, temos, de um lado, o acontecimento bruto com o caráter de emergência, surgimento de algo que muda o estado do mundo, provoca a desordem, desestabiliza – como uma pedra incrustada na rocha, antes de se tornar diamante –, e, do outro lado, estes atributos são absorvidos pela percepção humana, ou seja, são enredados nas teias das mediações sociais da inteligibilidade, do simbolismo e da temporalidade. Aqui, há o processo de configuração do acontecimento (a pedra torna-se diamante).<sup>6</sup>

Charaudeau (2003, 2012, [2013]) defende que a recepção tem acesso ao “mundo comentado ou relatado”, ou seja, o mundo é entregue ao destinatário já configurado, já investido de sentido pelo sujeito da enunciação. O acontecimento é sempre construído, “encontra-se nesse ‘mundo a comentar’ como surgimento de uma fenomenologia que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 95) Dessa maneira, a recepção não vislumbra o acontecimento em seu estado bruto; “para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra a um sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 95)

Vamos, adiante, acompanhar como autores distintos, a partir do legado de Ricoeur, trataram a configuração do acontecimento.

---

6 Nossa tradução para: “D’une part, l’événement en tant que surgissement de quelque chose qui modifie un état du monde, qui crée du désordre par rapport à un état antérieur mais qui ne signifie pas (comme la pierre encastrée dans la roche avant qu’elle devienne diamant). D’autre part, l’événement construit par un système de signification qui le travaille, le fait s’insérer dans un champ d’intelligibilité et lui donne sens (la pierre devenue diamant)”. (CHARAUDEAU, [2013])

## Do acontecimento existencial ao acontecimento objeto: a abordagem de Quéré sobre o processo *evenemencial*

Louis Quéré (2013) também trabalha na perspectiva da oposição entre o acontecimento antes e depois da configuração. Em seus primeiros estudos sobre o conceito, o sociólogo partiu da premissa de que o acontecimento precisa ser apreendido, através da tessitura da intriga (*mise en intrigue*). Nos últimos anos, entretanto, dedicou-se mais a entender o acontecimento como importante componente da organização da experiência, aliando-se, então, ao pragmatismo norte-americano de George Herbet Mead, John Dewey e Charles Sanders Peirce, mas sem abdicar do legado hermenêutico. “Pelo viés pragmatista, entendemos que os acontecimentos são coisas concretas, coisas reais, antes de serem colocadas no discurso. São coisas que ocorrem, que se passam. Tal abordagem é mais sensível a essa dimensão que chamo real ou existencial, como coisas que existem”. (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 175)

Quéré traça a distinção entre o acontecimento existencial e o acontecimento objeto, sendo este último uma espécie de “segunda vida do primeiro”, embora defenda a coexistência entre ambos. Para Quéré, interessa as formas de operatividade dos dois tipos de acontecimento na experiência e, em segunda mão, o estudioso também responde ao historiador Pierre Nora (2006 apud QUÉRÉ, 2013), discordando da abordagem de que o acontecimento tenha se dessubstancializado, ou tenha perdido sua garantia de real, por ter se tornado sua própria mídia-tização. Quéré, aliás, é um dos principais críticos dos estudos que restringem o conceito às configurações midiáticas, mesmo reconhecendo a relevância da mídia na identificação, publicização e exploração dos acontecimentos e amplificação dos “campos problemáticos”<sup>7</sup> revelados por eles. (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 176)

---

7 Sobre esse conceito, ver mais em Delleuze (2003). Em entrevista ao Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), publicada na edição nº 14 da ECO-Pós, Quéré faz uma retomada dos seus estudos sobre o acontecimento e relembra casos polêmicos na França, os quais se tornaram acontecimentos

Segundo Quéré, todo acontecimento tem a dimensão existencial, no sentido de que são coisas que existem e, nessa dimensão, o sujeito não pode intervir. Ele declina da conotação existencialista para abordar o existencial como o que é, o que nós experimentamos como concreto, existente com suas qualidades imediatas, que se faz sentir, antes de ser articulado pelo pensamento. (DEWEY, 1929 apud QUÉRÉ, 2013) O autor cita os exemplos de catástrofes naturais, como os tsunamis ou terremotos. Quando este acontecimento existencial torna-se objeto de pensamento, de investigação, à mercê de julgamentos e inferências, tem-se o acontecimento objeto. As situações de comunicação, por sua natureza, retiram o acontecimento da condição única de existencialidade, alçando-o à condição de objeto, pois é intrínseco ao processo comunicativo a mediação simbólica do tema.

Constantemente, estamos convertendo acontecimentos existenciais em acontecimentos objetos, até mesmo com fins práticos, no intuito de intervir para “domesticá-los”. A diferença entre os dois tipos é o grau de simbolização: na condição de objeto, o acontecimento não deixa de ser real, mas integra a nossa experiência por outras vias, explica Quéré (2013). No mais, o sociólogo volta a Dewey para demonstrar que o acontecimento nos permite a experiência, pois é preciso que haja algum tipo de resistência, que se lide com a pressão externa, para que a experiência ocorra.

Para refletir sobre esse primeiro contato com o acontecimento, ainda isento do discurso, Quéré ancora sua argumentação na perspectiva

---

públicos e até contribuíram para a criação de novas leis. Um deles foi a discussão pública sobre o incômodo gerado, no ambiente escolar, pelo uso do véu por uma garota. Por questões religiosas, ela não o tirava nem nas aulas de educação física. O caso ganhou visibilidade e se tornou um tema público, gerando uma lei francesa para regular os usos de tal adereço em espaços públicos Quéré relembra a expressão “campo problemático” ao relatar tal caso: “A questão do véu islâmico, por exemplo, se tornou um campo problemático, um campo novo, dentro do qual, em seguida, outros acontecimentos foram se inscrevendo e ganhando significação. (LAGE; BARCELOS, 2011, p. 177)

triádica de Peirce, valendo-se da primeiridade, secundidade e terceiridade para fazer a passagem da existencialidade à significação.

A primeiridade, que seria a dimensão do acontecimento existencial, refere-se à experiência direta que não diz nada, simplesmente é. É o impacto das coisas do mundo em nós, é o sentimento, o novo, o espontâneo. (PEIRCE, 2010) Diz respeito à dimensão da “possibilidade de ser, real ou imaginário. É pura possibilidade, ainda indeterminada, todavia é a que permite depois a concretização de todos os seres. A primeiridade é o abstrato”. (ZECCHETTO, 2008, p. 50) Para ficar mais claro, pensemos na brancura da nuvem, a qualidade da cor, geral, sem especificação, ou seja, a brancura sem relação direta com a nuvem ou qualquer outra coisa. A primeiridade é o reino do abstrato, a potencialidade de interpretação (pode ser),<sup>8</sup> o pano de fundo sobre o qual as coisas tomam forma. Para Peirce, é o modo de ser do que é tal como é, sem referência a nenhuma outra coisa. Ele introduz o termo “*ground*” para indicar, desde o ponto de vista lógico, a primeiridade como o “momento inicial do conhecimento”. “Desde o ponto de vista metafísico, podemos conceber a primeiridade como o ser em geral, tudo que pode ser pensado e dito, aquilo pelo qual alguma coisa se manifesta enquanto ser, em sua inefabilidade antes de ser uma coisa concreta”.<sup>9</sup> (ZECCHETTO, 2008, p. 50)

---

8 A primeiridade de Peirce é um estágio anterior à *mimesis* I de Ricoeur, uma vez que, para o filósofo francês, a *mimesis* I encerra a ação enquanto quase-texto, simbolicamente mediada. Lembremos, entretanto, que Ricoeur é hermenêuta, sua preocupação é com a interpretação, com o texto, enquanto discurso. Peirce está atrelado à filosofia pragmatista e, portanto, tem a preocupação com a construção do conhecimento e da experiência. No mais, são recorrentes as indagações sobre a possibilidade de vivenciar a primeiridade após a primeira infância. Depois de inseridos no mundo da linguagem, será que temos algum acesso ao mundo que não seja simbolicamente mediado? Será que temos acesso a essa qualidade indeterminada, ainda não concretizada nas coisas e nos seres? Estas questões, embora pertinentes, fogem ao contexto da nossa problemática e emergem, aqui, somente como hipertexto ou provocação.

9 Tradução nossa para: “Desde el punto de vista metafísico, podemos concebir la primeridad como el ser em general, todo lo que puede ser pensado o dicho, aquello por lo cual alguna cosa se manifiesta em cuanto ser, em su inefabilidad antes de ser una cosa concreta”.

A secundidade é uma categoria relacional, de conflito (“*struggle*”) de um fenômeno de primeiridade com outros, é calcada nas analogias – eu reconheço um terremoto, porque tenho referências do que seja um. Trata-se do fenômeno existente, da possibilidade realizada, do que foi concretizado em relação ao pano de fundo geral da primeiridade. “A atividade semiótica é algo real e, em consequência, é um fenômeno de secundidade. O Segundo é, pois, sempre o fim, o elemento ocorrido, o causado”. (ZECCHETTO, 2008, p. 50)<sup>10</sup> A secundidade faz referência à exterioridade, ou melhor, ao choque com o externo, ao movimento de resistência, à colisão com o acontecimento. Queré baixa âncora no pragmatismo para dizer que o acontecimento nos impõe a experiência, porque promove a resistência, o choque, o embate. Ele compara o acontecimento com um empecilho para a pedra que desce montanha abaixo. (LAGE; BARCELOS, 2011)

A simbolização está sob os desígnios da terceira categoria peirceana – a terceiridade. Esta exhibe validade lógica ao real e o ordena, é formada por leis que regem e regulam os fenômenos. “Se trata, então, de uma ‘interrelação’ estabelecida com o terceiro termo, ou seja, a interconexão de dois fenômenos em direção a uma síntese, a alguma lei que a rege, ao que pode ocorrer se se estabelecem certas condições”. (ZECCHETTO, 2008, p. 51)<sup>11</sup> Aliás, a existência da semiose está condicionada ao regimento de um conjunto de leis e princípios. A terceiridade promove a aliança com a primeiridade e a secundidade. Assim, a primeiridade é a chamada “qualidade de sentimento”, a secundidade é a reação como

---

10 Tradução nossa para: “La actividad semiótica es algo real y, en consecuencia, es un fenómeno de secundidad. Lo Segundo es, pues, siempre el fin, el elemento ocurrido, lo causado”.

11 Tradução nossa para: “Se trata, entonces, de la ‘interrelación’ establecida con el tercer término, o sea, la interconexión de dos fenómenos en dirección a una síntesis, a alguna ley que la rige, o a lo que puede ocurrir si se establecen ciertas condiciones”.

elemento do próprio fenômeno e a terceiridade é a representação, também como elemento do fenômeno.

Queré recorre a Peirce no intuito de justificar e embasar a ideia de que o acontecimento preexiste ao processo de construção do discurso. Ainda nessa empreitada, o sociólogo vai a G. H. Mead – *A Filosofia do Presente*, conferência realizada em 1931 – buscar a definição de acontecimento “como aquilo que se torna”, não o que ocorre simplesmente. Com a tônica maior na questão da experiência, Queré, através de Mead, mostra que o acontecimento é vivido no presente, porque tem uma espessura espaço-temporal.<sup>12</sup> E, aqui, o presente não se reduz a uma certa duração variável, mas a uma direção do passado para o futuro. Ampliando o diálogo até Ricoeur, o presente é entendido, então, como uma totalidade temporal, na qual os acontecimentos se estendem a outros acontecimentos na tessitura de uma intriga. (RICOEUR, 2010) O acontecimento tem uma totalidade, é uma experiência que dura, existe e, quando é apreendido nas teias da reflexão, nós lhe atribuímos significações, engendrando o acontecimento-objeto, diz Queré.

Nessa direção de pensamento, o acontecimento tem um aspecto extensionista, não é o que acontece, mas o que se torna, o resultado de transições. Dewey também é enfático ao tratá-lo como o “tornar-se”, marcado pela incompletude e infectado pelo não ser, ou seja, o que ainda não é. (DEWEY, 1925 apud QUÉRÉ, 2013) A essa concepção, Dewey acrescenta a observação de que o acontecimento é direcional e aponta para o futuro. (DEWEY, 1958) Na primeira metade do século passado, o teórico pragmatista considerou uma surpresa, senão um mistério, a percepção de que o acontecimento é apreendido, de fato, nos julgamentos e investigações em curso no universo discursivo. Aqui, localizamos pistas de uma visão do acontecimento que se aproxima do viés

---

12 “[...] les événements son présents avec une épaisseur temporelle et spatiale”. (MEAD, 1958)



da tessitura da narrativa, a qual aprisiona o que emerge, o que é fugaz e que não pode ser delimitado como intervalo entre um início e um fim.

A intertextualidade também é evocada nos estudos de Quéré, que pondera sobre a impossibilidade da nossa experiência nos colocar em contato com um dado sem conteúdo. Temos espécies de roteiros, *scripts* que nos auxiliam no ato receptivo e interpretativo. A experiência transita entre a total novidade e a total redundância, por isso, pode-se pensar em graduações não, necessariamente, em valorações.

É plausível o leitor se questionar sobre a aderência deste autor (Quéré) à proposta do texto, uma vez que ele se aproxima mais do pragmatismo norte-americano que da hermenêutica de Ricoeur. A possibilidade da indagação leva-nos a explicitar nossas escolhas e caminhos. Ao nosso ver, Ricoeur não desconsidera ou minimiza a dimensão existencial do acontecimento, mas acentua que o sentir e o perceber são também simbolicamente mediados e, logo, aprendidos nas teias da inteligibilidade, simbolismo e temporalidade.

Neste estudo, Quéré é importante porque mantém o lastro com a configuração do acontecimento, embora sua problemática em torno da experiência o lance também para outras terras. Acreditamos que a passagem do acontecimento existencial ao acontecimento objeto elucidada as marcas da influência da tríplice *mimesis* sobre a obra de Quéré, sugerindo, pois, a leitura do sociólogo pelas lentes do círculo hermenêutico. Como o próprio declarou, a diferença entre os dois tipos de acontecimento é o grau de simbolização (QUÉRÉ, 2013), pois o acontecimento tem um potencial hermenêutico próprio. (QUÉRÉ, 2005)

O modelo configurativo proposto pela passagem do acontecimento existencial ao acontecimento objeto, de Quéré, encontra consonâncias com o modelo configurativo motivação-percepção-significação do acontecimento (dinâmica de saliência e pregnância), de Charaudeau (2003, 2012, 2014). São nomenclaturas distintas para tratar do processo *evenemencial*. Se algo destoia na comparação entre esses modelos con-

figurativos, é a preocupação de Quéré com a experiência. Ele diz que o acontecimento sensibiliza o sujeito, antes mesmo de sua transformação em discurso. É o impacto pelo sentimento, a dimensão afetiva, a qual também foi reivindicada por Sodré (2009) ao reclamar por uma compreensão do acontecimento também no registro afetivo do mundo e para além do registro simbólico, “Quer dizer, não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o *sensível* de uma situação, com sua irradiação junto aos sujeitos e a revelação intuitiva do real que daí poderá advir”. (SODRÉ, 2009, p. 68, grifo do autor) O acontecimento é muito mais do que a transmissão de um conteúdo factual.

### **Configurar é enquadrar: das abordagens de Sodré e Mouillaud sobre acontecimento e informação**

Se Quéré afirma que o acontecimento tem espessura espaço-temporal e é vivido no presente, Muniz Sodré enfatiza a importância deste para a construção da Atualidade. Neste ponto, Sodré (2009) também faz alusão ao aspecto mimético do acontecimento. Segundo o pesquisador, a factualidade da vida não dispõe de enredo, só de repetições, coincidências e inesperados. Quem lhe outorga uma tessitura de intriga ou um esquema narrativo é a construção do acontecimento (ou da informação), a partir de um conjunto de regras e convenções discursivas, hábitos e práticas sociais. Ao dar ênfase à informação midiática, o estudioso tem o acontecimento como a “modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção do real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social”. (SODRÉ, 2009, p. 36-37) Assim, linguagem e mundo se conectam na construção do acontecimento, tornando inviável a separação entre informação e o que acontece. O acontecimento consiste, sob esta ótica, no fato sócio-histórico, e é gerador do espaço da atualidade, do aqui-agora. Para Sodré,

o fato, mesmo inscrito na história, é uma elaboração intelectual. (SODRÉ, 2009, p. 33) Assim sendo: “O real da notícia é a sua ‘factualidade’, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento”. (SODRÉ, 2009, p. 27)

A referência sócio-histórica, delimitada pelo que acontece num aqui e agora da vida social, assume um aspecto funcional na *mimesis* do discurso informativo. Neste âmbito, Sodré (2009) e Mouillaud (2002b, 2002c) vão refletir sobre a indissociabilidade entre a construção do acontecimento e a questão do enquadramento. Para eles, o processo *evenemencial* ou de configuração do acontecimento instaura, ao longo do trajeto, um processo simultâneo de enquadramento, de delimitação de molduras e quadros. A seleção do acontecimento a ser configurado em notícia – a constituição dos critérios de noticiabilidade – por exemplo, já denota os primeiros direcionamentos e fronteiras, no que tange ao conteúdo e à forma, para um acontecimento ser admitido no campo jornalístico ou da informação. (CARVALHO, 2012; MOUILLAUD, 2002b, 2002c; SODRÉ, 2009; TUCHMAN, 1993)

O percurso mimético, proposto por Ricoeur (2010), atribui coerência espacial e temporal à vicissitude dos fatos. Não condiz, portanto, com a ideia de imitação da realidade, mas com a produção do discurso verossímil, marcado pela verossimilhança. Nesse aspecto, sublinhamos, o discurso informativo “se realiza em função de uma referência sócio-histórica, de algo que acontece num aqui e agora da vida social”. (SODRÉ, 2009, p. 37) Para Mouillaud, a *mimesis* informativa viabiliza o acontecimento por meio do enquadramento técnico: “a) delimitando um campo e um fora do quadro; o quadro determina o que deve ser visto; b) focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados no quadro tendem à solidarização entre eles”. (MOUILLAUD, 2002b, p. 43) Esta cena, entretanto, “é capturada por uma série de enquadramentos interiores, o enquadramento, por sua vez, re-produz-se em abismo no interior da cena do acontecimento”. (MOUIL-

LAUD, 2002c, p. 62) A perspectiva abissal dos enquadramentos explica os porquês de nunca cobrirmos, por exemplo, uma partida de futebol na sua totalidade. Vamos seguir os caminhos da bola, focar no desempenho de um determinado jogador, vibrar em sintonia com a torcida, mas de forma fragmentada e em momentos distintos.<sup>13</sup>

Essas cenas, portanto, integram e compõem uma cena mais ampla que é o acontecimento, o qual é mais que “uma moldura no espaço, é um fragmento no tempo”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 63) Assim, o pesquisador vislumbra o acontecimento como uma “dinâmica inesgotável de apreensões”, reforçando a perspectiva de uma multiplicidade de focos em detrimento de uma soma de microacontecimentos. Tal como descreve Mouillaud, o acontecimento se apresenta “como um planalto entre duas linhas que o identificam, isolando-o dentro do *continuum* da duração” (MOUILLAUD, 2002c, p. 63); repousa no tempo e no espaço, “sobre decisões que, atribuindo-lhe limites arbitrários, instituem a cena do acontecimento como uma cena legítima”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 63)

Em outras palavras, o pesquisador não perde de vista a abordagem ricoeuriana da tessitura da narrativa, da construção discursiva do acontecimento, a partir de uma coerência espaço-temporal. E ao sublinhar a inerência entre a construção do acontecimento e o enquadramento, uma vez que o primeiro é um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser compreendida por si só, Mouillaud sugere: “Pode-se descrever este fragmento com um conceito que tomamos emprestado à fotografia e ao cinema, o enquadramento”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 62)

Embora nos seja familiar a cena do diretor de cinema ou fotógrafo em busca dos melhores enquadramentos para suas imagens, a noção,

---

13 Os recursos técnicos de edição nos programas televisivos driblam esse aspecto monossêmico ao usar o efeito das janelas e colocar na tela duas ou mais cenas de um acontecimento. Assim, pode-se dividir a tela entre o jogo, a torcida e o narrador. O recurso não é muito recorrente, porque vai de encontro à economia da atenção solicitada na experiência do espectador televisivo.

tratada pelos pesquisadores norte-americanos por *framing*, remete ao conceito sociológico de *frame analysis*, desenvolvido pelo canadense Erving Goffman (1974, 1991) para explicar as diferentes atuações dos indivíduos, de acordo com as situações sociais. Os quadros são sistemas de referência que permitem os indivíduos atribuírem sentido às ocorrências ou situações, organizando, assim, a experiência social. A noção de quadro ajuda a compreender porque o sujeito social constrói, modula e interpreta os discursos de maneiras distintas, de acordo com as diferentes situações – a sala de aula, a consulta médica, a mesa de jantar com a família, entre outros, solicitam quadros específicos. O *framing* concerne aos esquemas interpretativos e regras que permitem ao indivíduo a estruturação da vida cotidiana. Segundo Sodré (2009, p. 38), o “enquadre” possibilita a conversão de um problema social em público:

Seja de natureza política,  tica ou est tica, o enquadre afina-se evidentemente com a cultura de um grupo específico, permitindo ao ator social descrever, interpretar ou categorizar as situa es que se lhe afiguram como problemáticas. Por meio dele, um problema social   suscetível de converter-se em problema público, dando margem ao surgimento de a es coletivas.

Embora Goffman não tenha contemplado a imprensa em suas reflexões, a midiaticiza o cumpre um papel central no processo de visibiliza o e produ o de acontecimentos no espaço público. “Por isso, o enquadramento midiático   a opera o principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, se *constrói*) o acontecimento”. (SODRÉ, 2009, p. 38, grifos do autor) Essa pondera o ecoa também nos estudos de Alsina (2009), Charaudeau (2012), Mouillaud (2002b, 2002c), Rodrigues (1993), Ferreira (2011), Fausto Neto (2006), Verón (1981), Quéré (2013), entre outros. Mouillaud destaca que o enquadramento midiático não

é uma moldura posta sobre a realidade, mas constitui a própria realidade. “O acontecimento e a mídia confundem-se em um ponto em que a fala da mídia torna-se performativa, e não mais, apenas, descritiva”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 63-64)

Em suma, ao abordar a construção do acontecimento, Mouillaud (2002c) reforça o debate sobre a inerência do enquadramento ao processo configurativo, porque este marca uma distinção entre acontecimento existencial e informação (acontecimento midiático). As raízes desta diferenciação estão na filosofia e concernem às mudanças entre uma modalidade transparente em oposição à opacidade do acontecimento midiático: “aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 56) Esse antagonismo entre acontecimento existencial e acontecimento midiático retoma a visão de Quéré, exposta acima, para quem também podemos aplicar a noção de enquadramento.

Mouillaud aposta que a construção do acontecimento desemboca na notícia, ou informação, entretanto, esta perspectiva do acontecimento, à montante, e da informação, à jusante, não pode implicar uma armadilha que conduza ao entendimento de uma dualidade ou oposição taxativa. Esse discurso, na verdade, é perigoso, porque sustenta a visão da mídia como transmissora da realidade, se pensarmos o acontecimento como o fato social, e a informação como mera projeção deste. Resguardada por essa dualidade, a mídia aparece como quem faz a transmissão, o relato fidedigno do fato. Contrariando essa vertente, colocamos em pauta a ideia de construção, ao invés de transmissão, e quebramos as perspectivas dualistas ou oposicionistas para pensarmos em processos, em operações. Aliás, estamos sob o farol da configuração e este, por si só, pressupõe estruturação, não estrutura.

Mouillaud (2002a, 2002b, 2002c) e, por seu turno, também Sodré (2009) rejeitam a perspectiva de uma dualidade enrijecida, porque con-

templam que o acontecimento já traz, em seu cerne, a forma da informação. Em outras palavras, ambos flexibilizam o antes (acontecimento) e o depois (informação) como pontos fixos, para propor articulações, interações, um processo configurativo. Não tratam, portanto, de um intervalo entre o acontecimento e a informação, pelo contrário, pensam em transações, em processos. Em seus estudos sobre os acontecimentos da mídia, por exemplo, Mouillaud faz alusão à *mimesis I*, quando expõe que este acontecimento é pré-construído nas dimensões sociais do espaço e do tempo. “O espaço e o tempo social trazem marcas que definem áreas e momentos que prescrevem sua natureza e sua forma aos acontecimentos”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 64)

Para elucidar, voltemos ao exemplo da cobertura de uma partida de futebol, que estará sujeita ao horário e ao tempo de duração do jogo, às suas regras, às delimitações impostas pelo campo, entre outros. E, mesmo que ocorram negociações entre as entidades esportivas e os veículos midiáticos, no que tange à mudança de horários, alguns princípios não podem ser alterados. Além disso, Mouillaud também destaca que o acontecimento traça um passado e aponta para o futuro, embora seja construtor da atualidade.

Um dos aspectos mais relevantes dos estudos de Mouillaud, ao nosso ver, diz respeito ao processo de agenciamento da informação, que extrapola o campo midiático, uma vez que este já recebe o “real domesticado”. “Os acontecimentos da mídia podem ser considerados como o terminal e a parte emergente de um processo de informação que começou bem antes no espaço e no tempo”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 65) No mais, o autor também destaca a importância da semiose ilimitada e alude à *mimesis III*, de Ricoeur, ao lembrar que o discurso informativo, ao ser interpretado pelo leitor, torna-se um outro discurso.

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por

sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. (MOUILLAUD, 2002c, p. 51)

Dessa maneira, o acontecimento é uma configuração e também não logra de solução final. “A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações”. (MOUILLAUD, 2002c, p. 51)

### **Apontamentos para considerações finalizantes**

Regidos por princípios e leis dos seus próprios sistemas, os fenômenos existem independentemente do olhar do homem. Na clássica edição número 18 da revista *Communication* (1972), Edgar Morin, também editor da publicação, escreve os artigos *Le retour de l'événement* e *L'événement (Sphinx)*. Morin fala de fenômenos autogerados (um ciclone) e de fenômenos heterogerados (os efeitos de um ciclone no vilarejo), mas, a despeito da distinção, o relevante é que, no processo de ordenamento do sentido, o sujeito precisa ter a dupla faculdade de perceber o fenômeno e de estruturá-lo com o auxílio da linguagem. Essas percepções, entretanto, precisam estar integradas a um conjunto de pensamentos e de experiências, anteriores ao surgimento fenomênico.

O acontecimento é, por conseguinte, este fenômeno marcado pela exterioridade e só se constrói como tal, porque recebe do sujeito a oferta de sentido, ou seja, “não existe leitura da realidade que seja descontextualizada e que não esteja objetivada”. (ALSINA, 2009, p. 113) Em outras palavras, o acontecimento também é, sim, uma forma de construção social da realidade por parte dos sujeitos e é determinado histórico e culturalmente.

Miquel Rodrigo Alsina recorre a Berger (1981) para explicar como se dá o processo de subjetivação dos fenômenos externos. Segundo Berger (1981 apud ALSINA, 2009), o indivíduo é interpelado pelas “facticidades”



externas, sobre as quais não tem domínio, mas as internaliza, transformando a objetivação em estrutura subjetiva de sentido. A presença do acontecimento se justifica também pela impossibilidade de percebermos e interpretarmos tudo que está à nossa volta. No mais, este se faz reconhecível, porque lança mão da intertextualidade. “O acontecimento é o resultado da brutal coexistência de um fato com outros fatos, antes isolados uns dos outros através da informação”. (LEMPEN, 1980, p. 50 apud ALSINA, 2009, p. 115)

O processo de subjetivação do acontecimento também pode ser traduzido pelas noções de saliência e pregnância, já apresentadas neste texto. A tríade modificação – percepção – significação constitui etapas do processo *evenemencial*. A mudança na ordem, a alteração no estado das coisas, a promoção da desestabilização é o *start* do processo. Mas essa mudança, como dito anteriormente, precisa ser percebida pelo sujeito social, a partir do efeito de saliência. E, por fim, é necessário que haja pregnância, que a alteração adquira sentido para esse sujeito. (CHARAUDEAU, 2012, 2013)

Nesse sentido, essa modificação e sua percepção cognitiva, deve inscrever-se numa problematização, isto é, numa cadeia de causalidades que lhe conferirá uma razão de ser. E para que essa problematização se realize, é preciso que, de um lado, exista no sujeito um sistema de reconhecimento que lhe permita julgar o afastamento entre esse novo estado do mundo e as leis, as regras e as normas do sistema preexistente e, de outro, um ato de intervenção desse sujeito que atenda a um novo desejo de reorganização do mundo, através de uma recategorização semântica. Isso produz o que denominamos de efeito de “pregnância”. Assim, a modificação não é vista apenas como saliência, ela se torna pregnância para o sujeito. (CHARAUDEAU, 2012, p. 100)

É na pregnância que o sentido é conferido à saliência e, este, por sua vez, torna-se uma nova saliência, garantindo o que já reconhecemos como a inevitável semiose ilimitada.

Este trabalho compactua com os autores que abordam a notícia como acontecimento configurado, constituindo, pois, como importante narrativa no processo social de construção da realidade. (ALSINA, 2009; CHARAUDEAU, 2003, 2012, [2013]; FERREIRA, 1997, 1999; MOUILLAUD, 2002a, 2002b, 2002c; MOLOTCH, LESTER, 1993; QUÉRÉ, 1997, 2005, 2011, 2013; RODRIGUES, 1993; SODRÉ, 2009) Assim, abordamos, de forma mais detida, a transformação do acontecimento a configurar em acontecimento configurado (notícia).

Ao estudar o acontecimento, sob o foco do pragmatismo norte-americano, Louis Quéré reclama a dimensão da experiência, que, ao seu ver, preexiste ao discurso. Entretanto, apresenta a articulação entre o acontecimento existencial e o acontecimento objeto, reconhecendo a necessidade, nas relações sociais, da configuração narrativa do acontecimento. Charaudeau, por sua vez, fiel ao legado do círculo semiológico de Ricoeur, destaca a dimensão configurativa ao sublinhar que não há acontecimento fora do discurso. Ele é abordado enquanto construção porque, não existindo em si mesmo, solicita nomeação. As mortes podem ser tratadas como “chacina”, “ataque terrorista”, “genocídio”, mas, para tanto, “é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 131) O acontecimento configurado nasce num processo *evenemencial*, que se constrói ao término de uma triplíce *mimesis*, a qual evidencia os processos de transação – negociação entre as instâncias de produção e reconhecimento – e transformação – passagem do mundo a narrar em mundo narrado.

É através da configuração do acontecimento que a narrativa midiática confere sentido ao tempo. (ALSINA, 2009; CHARAUDEAU, 2003, 2012, [2013]; MOUILLAUD, 2002a, 2002b, SODRÉ, 2009) Assim, o acon-

tecimento constitui uma resposta narrativa do jornalismo à questão do tempo. Isso porque, este tem espessura espaço-temporal, é vivido no presente (MOUILLAUD, 2002a, 2002b), consiste num fato sócio-histórico gerador de atualidade, do aqui-agora. (SODRÉ, 2009) Entretanto, tem a capacidade de apontar um passado e também um futuro. (QUÉRÉ, 2013)

Se o tempo humano é um tempo narrativizado (RICOEUR, 2010), no discurso informativo, a narrativa é marcada pela urgência. E a atualidade é constituída de uma sucessão de notícias novas que, cada vez mais, envelhecem rápido. “O acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 135) A tessitura dessa narrativa tem como referência o acontecimento, o qual oferta espessura ao tempo no discurso informativo.

## Referências

ALSINA, M. R. *A construção da notícia*. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009. (Clássicos da Comunicação).

BERGER, P. *Para una teoría sociológica de la religión*. Barcelona: Kairós, 1981.

CARVALHO, C. *A construção da notícia: interseções entre jornalismo e comunicação estratégica*. Salvador: Edufba, 2019.

CHARAUDEAU, P. El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: convenciones psicosociales y convenciones discursivas. *Le site de Patrick Charaudeau*, [s. l.], 18 jun. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2lgCyNK>. Acesso em: 31 maio 2014.

CHARAUDEAU, P. *El discurso de la información*. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. A communicative conception of discourse. *Discourse Studies*, London, v. 4, n. 3, p. 301-318, 2002.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, P. 'La démocratie technique à l'épreuve de l'événement dramatique. le site de Patrick Charaudeau, [s. l.], [2013]. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Sur-l-evenement-mediatique.html>. Acesso em: 28 maio 2014.

CARVALHO, C. A. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricouer. *MATRIZES*, São Paulo, v. 6, p.169-188, 2012.

DEWEY, John. *Experiência y Educación*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1958.

DEWEY, J. *The quest for certainty*. New York: Minton Balch and Company, 1929.

FAUSTO NETO, A. Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições. In: LEMOS, A.; BERGER, C.; BARBOSA, M. (org.). *Narrativas midiáticas contemporâneas*: livro da XIV Compós – 2005. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 95-107.

FERREIRA, G. M. *Le contrat de communication des quotidiens 'A Gazeta' et 'A Tribuna' de La Ville de Vitória (Espírito Santo – Brésil) de 1988 à 1993*. 1997. (Thèse de doctorat) Université Paris II – Panthéon Assas. Institut Français de Presse et Communication, Paris, 1997.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University, 1974.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris : Éditions de Minuit, 1991.

LAGE, L.; BARCELOS, T. Por uma abordagem pragmatista dos acontecimentos: entrevista com Louis Quéré. *Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 176-183, 2011. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=449&path%5B%5D=467&gt>. Acesso em: 13 jun.2013

MEAD, G. H. *The Philosophy of the act*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalo. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 34-53.

MORIN, E. Le retour de l'événement. *Communications*, Paris, n.18, p.6-20, 1972a.

MORIN, E. L'événement sphinx. *Communications*, Paris, n.18, p.173-192, 1972b.

MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 2002a. p. 29-36. (Comunicação, 2).

MOUILLAUD, M. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília, DF: UnB, 2002b. p. 37-48. (Comunicação, 2).

MOUILLAUD, M. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília, DF: Editora da UnB, 2002c. p. 49-84. (Série Comunicação, v. 2).

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. *O Jornal: da forma ao sentido*. 3. ed. amp. Brasília, DF: EdUnB, 2012.

NORA, P. Le retour de l'événement. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (dir.). *Faire de l'Histoire : nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974, p. 210 - 228. (Bibliothèque des Histoires)

PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. Cambridge: Harvard University Press, 1958.

QUÉRÉ, L. L'événement. In: BEAUD, P. et al. (dir.). *Sociologie de la Communication*. Paris: CNET, 1997. p. 413-540.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

QUÉRÉ, L. Les formes de l'événement. *Mediazioni*, Bologna, n. 15, 2013. Disponível em: <<http://mediazioni.sitlec.unibo.it>>. Acesso em: 11 fev.2014.

RICOEUR, P. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés Editora, 1989

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 27-33.

SODRÉ, M. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993a. p. 74-90.

VERÓN, Eliseo. *Construire l'événement: les médias et l'accident de three mile island*. Paris: Les Editions de Minuit, 1981.

ZECCHETTO, V. (coord). *Seis Semiólogos en busca del lector*. Buenos Aires: La Crujia, 2008.



# Os títulos, o jornal desde o epílogo<sup>1</sup>

*Elton Antunes*

## Introdução

O jornal *Folha de S.Paulo* do domingo, dia 14 de dezembro de 2014, trouxe 82 páginas, excluindo páginas de pequenos anúncios (classificados), mais uma revista com 100 páginas. *O Globo* não ficou muito atrás: 68 páginas mais 110 de uma revista. Numa terça-feira, 16 de dezembro, ambos trouxeram 58 páginas. No domingo, considerado no mercado editorial brasileiro de jornais diários dia nobre (de maiores tiragens), o tempo de leitura dedicado pelos leitores aos jornais não ultrapassa em média

---

1 Parte dessas reflexões foram desenvolvidas na tese *Videntes imprevidentes: Temporalidade e modos de construção da atualidade em jornais impressos diários*, sob orientação do professor Giovandro Marcus Ferreira e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

54 minutos. De segunda a sábado, 13% menos tempo é gasto: 47 minutos<sup>2</sup>. Tal situação por si só evidenciaria o papel proeminente que os títulos ocupam em uma publicação impressa. Mas, obviamente, o sistema de títulos de um periódico jornalístico ultrapassa a simples dimensão de conferir funcionalidade à leitura. Do ponto de vista das teorias da análise do discurso, os títulos têm o estatuto de lugar privilegiado de investimento de sentido e, portanto, constituem-se em aspecto central para compreensão do discurso jornalístico. Uma das abordagens existentes nesse campo que tem oferecido grande rendimento analítico é a de Maurice Mouillaud (1989, 1997), estudioso das formas – os dispositivos – pelas quais o jornal impresso constrói sentidos.

Pretendemos nesse artigo apresentar, a partir de uma perspectiva assentada nas reflexões de Mouillaud, a maneira como o sistema de títulos de um jornal impresso – que envolve desde o nome do jornal, passando por editorias até os títulos informativos – opera como um dispositivo, uma matriz de sentido que configura um lugar chave para compreensão do discurso do jornal diário como relato da atualidade. Nessa operação, os títulos irão se constituir em um tipo característico de enunciado que ajudará a conferir ao jornal suas marcas de identidade.

Para tanto, iremos inicialmente apresentar a perspectiva teórico-metodológica construída pelo autor e, em seguida, indicar os processos de configuração dos títulos de jornais diários caracterizando sua especificidade discursiva. Para esse exercício faremos a descrição da configuração discursiva dos títulos em dois jornais diários brasileiros “generalistas” (*O Globo* e *Folha de S.Paulo*) buscando verificar como eles,

---

2 Informações apuradas pela Associação Nacional de Jornais a partir da pesquisa do Ibope Monitor 2004 – “Tempo dedicado a ler ou folhear um exemplar de jornal”. Esses dados não apresentaram modificações significativas 10 anos depois. A “Pesquisa Brasileira de Mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira” indicou que “com relação à intensidade do uso, observa-se que o brasileiro, quando se expõe ao meio jornal, dedica, em média, 1h05 a essa leitura”.



constituindo um sistema de títulos, com suas invariâncias e variâncias, expressam perfis próprios e estratégias informativas particulares.

## Os objetivos dos títulos

O que são os títulos de jornal? Ao mesmo tempo são signos linguísticos e signos plásticos. Na perspectiva da análise do discurso (AD), os títulos da imprensa constituem um dispositivo pertencente a um tipo situacional ou gênero discursivo específico, a informação, e cumprem o papel de anunciar um conteúdo informativo que lhe é subsequente. Os títulos não são, entretanto, formas equivalentes ao anúncio publicitário ou de obras como os livros.

No âmbito da AD há diferentes perspectivas de abordagem dos títulos. Imbert (1988) faz uma análise dos títulos buscando constituir uma tipologia discursiva. Van Dijk (1990, 1998) constrói uma abordagem dentro de uma matriz psicolinguística de compreensão do discurso. Verón (2004) investiga os títulos identificando o papel que o componente ideológico joga na produção de sentido. Já Mouillaud (1989, 1997) procura estudar os títulos em seu funcionamento.

A pretensão inicial do título na página de um jornal diário é identificar uma dada matéria entre as demais, indicando seu elemento central de interesse. Visto como modo inicial de contato e conhecimento com o tema abordado em cada matéria, costuma-se afirmar que o título equivale no jornalismo a uma espécie de “menor unidade informativa”. Sintetizaria o “conteúdo da informação” e cumpriria o papel estratégico de apresentar seus elementos de maior proeminência. Essa é uma caracterização corriqueira presente em diferentes estudos, que acenam a perspectiva dos títulos atuarem como uma forma de “anúncio” que convoca a atenção do leitor, ativando uma dada memória e motivando-o para a leitura das matérias a que se referem. Tal papel é, assim, cumprido segundo uma dupla visada: os títulos informam e, ao mesmo

tempo, devem captar a atenção do leitor, caracterizando um duplo contrato presente na situação de comunicação midiática. Eles têm, pois, uma função referencial e uma função retórica, atuando como marcas de orientação para a leitura e a construção dos significados.

O saber profissional costumeiramente limita o papel do título a uma maneira de condensar a informação da matéria em enunciado curto. Mas, na perspectiva da análise do discurso,

ele não saberia fazê-lo e vários dados indicam que não é essa a sua finalidade, mas captar, selecionar, implicar e orientar, inserindo os dados num complexo de experiências enciclopédicas, sociais e ideológicas a fim de produzir uma série de efeitos contextuais. [...] O título atua, portanto na captação do leitor enquanto consumidor de informação, por um lado, e como um espaço estratégico de posicionamento do enunciadador, por outro. (SOUZA, 1996, p. 176)

Em estudo de 1973 sobre revistas semanais “burguesas e populares”, Verón (2004a, p. 82) já apontava essas duas dimensões fundamentais dos títulos como fenômenos discursivos:

em primeiro lugar, uma dimensão metalinguística: com efeito, se trata sempre do título de um discurso que se apresenta depois dele; neste sentido um título qualifica a este último, o nomeia. Ademais, todo título tem uma dimensão referencial: como o discurso do qual é o nome, fala também de ‘algo’.

A maneira particular com que estas duas dimensões se combinam em um título constitui o que Verón chama de a “moldura” do discurso. Mais que um resumo, esses mecanismos de implicação e orientação que estruturam o título permitem sua compreensão, sobretudo a partir da noção de relevância, segundo a qual o título indicará o tópico mais

importante da notícia. Graficamente destacados, muitas vezes no “alto” dos artigos, os títulos precedem o texto informativo (matéria) e funcionam como parte da macroestrutura semântica do texto noticioso que opera, por um lado, como forma de sumarizar informação – seja por apagamento, generalização ou reconstrução dos significados – e também como unidade cognitiva que representa uma maneira de compreensão do texto. O título é, pois, uma macroproposição que em um primeiro nível cumpre a função de resumir, através da supressão de detalhes e a referência a um conhecimento geral pressuposto ou que se possa deduzir desse enunciado geral. Como destaca Van Dijk (1992, p. 142) os títulos “são lidos em primeiro lugar, e sua informação formal ou semântica inicia um complexo processo de compreensão”. Comandam, pois, a percepção e o processo de leitura dos demais materiais informativos presentes na página impressa, configuram-se em uma estratégia de leitura. Tal macroestrutura se dá de maneira articulada a um “esquema” formal que tem nas manchetes a categoria de abertura. O título aqui opera como um sumário, uma proposição de nível mais alto do discurso da notícia submetida a regras particulares de expressão – perfil editorial da publicação, projeto gráfico etc.

## **O dispositivo jornal**

Os títulos de jornais dirigem o processo de apreensão dos leitores otimizando a construção de um contexto de interpretação das notícias e são vistos por Mouillaud (1997) como um sistema de enunciados organizados em um dado dispositivo que está, por sua vez, subordinado ao dispositivo jornal. Em seus trabalhos, o autor não pretende realizar uma reconstituição da genealogia, histórica ou cotidiana, do título jornalístico, mas observa que o aparecimento do título no jornal impresso está diretamente relacionado à necessidade de relatar fatos do cotidiano. No final do século XIX, ainda prevaleciam nas páginas dos jornais à escrita

literária e política, conferindo aos periódicos uma feição graficamente mais pesada, com grandes massas de textos e um aspecto cinzento. A narrativa factual do cotidiano fragmenta a escrita jornalística, tornando os textos mais curtos, produzindo enunciados heterogêneos e subordinando-os a uma lógica “cuja unidade não provém mais da ordem interna do discurso, mas da ordem externa da diagramação”. (MOUILLAUD, 1997, p. 32) Tal maneira fragmentada de organizar a forma textual é o próprio modo de o discurso jornalístico apresentar a atualidade, a partir de então critério fundamental de organização e unidade do jornal. Ou, nos termos de Gonzalo Abril (2003), uma forma cultural, textual e cognitiva que se compõem a partir de um espaço sinóptico, “um esquema mediador de várias práticas semióticas, algumas anteriores e outras constituídas em nome da própria tecnologia e cultura tipográficas”<sup>3</sup>. (ABRIL, 2003, p. 108) Como mostra Gouazé (1979), a forma do jornal apareceria assim como a condição mesma de existência da atualidade; sua escrita particular atua como produtora daquilo que nomeamos atualidade.

A página do jornal, com todos seus elementos – tamanho dos artigos, títulos, fotografias etc. –, torna-se então uma matriz, um dispositivo que prepara para o sentido. Dispositivo que, para Mouillaud, não tem uma acepção técnica, no sentido de mero suporte, perspectiva fortemente presente nos estudos da comunicação que tomam os meios como objeto central. De certa maneira, o autor trabalha com uma noção de dispositivo muito presente em determinadas teorias do cinema, que o compreendem como uma maneira de agenciar elementos diversos para produzir/construir os enunciados:

Os dispositivos são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos [...]; o dispositivo tem uma

---

3 “un esquema mediador para un sin número de prácticas semióticas, anteriores algunas y otras constituidas por mor de la propia tecnología y cultura tipográficas”.

forma que é sua especificidade, em particular um modo de estruturação do espaço e tempo; o dispositivo não é um 'suporte', mas uma 'matriz' que impõe suas formas aos textos [...]; os dispositivos se encaixam uns nos outros [...]; os próprios dispositivos pertencem a lugares institucionais; [...] o dispositivo e o texto se precedem e determinam-se de maneira alternada. (MOUILLAUD, 1997, p. 34)

O título é um dispositivo no interior e, ao mesmo tempo, constituinte do dispositivo jornal. Nos jornais diários impressos contemporâneos, há uma série de outros dispositivos imbricados e que trazem um conjunto de implicações para os processos de comunicação que se dão em torno ou a partir deste veículo. A compreensão do sistema de títulos, na perspectiva do autor, supõe então a abordagem do jornal como uma forma, um dispositivo, que articula de maneira encaixada/subordinada, outras formas/dispositivos: 1) o discurso do acontecimento – matéria prima do jornal; 2) as falas do e no jornal – o jogo das fontes; 3) a ordem propugnada pela diagramação; 4) o dispositivo fotográfico como operador privilegiado de representação simbólica; 5) os enunciados identitários – o nome do jornal, seus títulos e o sistema de citação dos outros enunciantes; e, por fim, 6) o leitor implicado no discurso do jornal.

## **Dispositivo e disposição na página**

O sistema de títulos, atuando sob a forma de um dispositivo, é tomado como a principal expressão da estrutura do jornal, constitui uma "região" que é articulada e articula a coluna vertebral da página e seu estrato transversal. A coluna é o elemento de base da unidade informacional e o estrato corresponde às áreas graficamente ocupadas pelos títulos. "O título representa uma região-chave do jornal na medida em que aparece na interseção de duas articulações; constitui uma unidade de corte do

estrato e uma unidade de corte de coluna". (MOUILLAUD, 1989, p. 100) Ou seja, o entendimento dos títulos deve necessariamente passar pela compreensão dos procedimentos de *mise en page*, de organização e hierarquização das informações no jornal. O título é uma zona "conflagrada", um lugar de tensão da e na página.

A disposição na página do jornal vai caracterizar funcionalmente o título. Tomados em um *continuum*, quanto mais voltados para os lugares de entrada no jornal (primeira página), os títulos indicam uma proximidade temporal com o acontecimento relatado, sua singularidade eventual. As "manchetes" são aí a sua modalidade típica. À medida que caminham para as páginas internas, os títulos vão se articulando com enunciados invariantes no sistema de títulos – chapéu ou versal, que indicam temas recorrentes na abordagem do jornal –, não exclusivos de uma única edição da publicação, mas que remetem à série, à coleção. O sistema de títulos configura então parte do relevo da página-jornal, soma-se a outras variáveis visuais (colunas, legendas etc.), e permite a compreensão da página como uma superfície organizada por coordenadas, por um eixo vertical e um eixo horizontal.

Mouillaud faz algumas interessantes analogias que permitem compreender melhor essa "topografia" do jornal. O autor nos diz sugestivamente que "da experiência do habitante (que tem a prática do território) ao leitor de jornal (que o varre com o olhar), existe uma solução de continuidade e uma conversão do olhar". (MOUILLAUD, 1997, p. 69) Toda publicação tem um modo de apresentar e dispor seus elementos visuais. A página do jornal opera como um contexto que informa, que dá forma ao discurso jornalístico. A forma diagramática, a quantidade de páginas, sua distribuição, a maneira como o texto é dividido e a tipografia produzem efeitos de sentido e "preparam" para a recepção do leitor. O texto do jornal ocupa e se dispõe em um certo espaço, se constitui em uma superfície exposta ao olhar. São múltiplos materiais significantes enfeixados em uma linguagem verbal escrita, na linguagem fotográfica,

na linguagem gráfica e na linguagem diagramática. O jornal possui uma plasticidade, também apela para um domínio estético de apreensão.

A forma moderna do jornal, cristalizada a partir da dinâmica das grandes cidades no século XX – lembremos o Brasil dos anos 1950 com a reforma gráfica do Jornal do Brasil (JB), por exemplo –, opera sob uma racionalidade centrada na ideia de funcionalidade da leitura obtida com uma economia de elementos gráficos e uma ordenação sensível da informação. (LESSA, 1995) Planejamento prévio do volume de texto a ser distribuído nas páginas, limpeza do desenho da página e sua verticalização, uso do espaço em branco. O texto passa a ser subordinado a um repertório de *layouts*. Outra referência histórica pode ser vista também no final do século XIX, em Nova Iorque, na disputa entre os editores Joseph Pulitzer e William Hearst, que ampliaram maciçamente a tiragem de seus jornais usando novas técnicas jornalísticas, em particular o uso de títulos horizontais, hierarquização de espaços e títulos e a utilização intensiva de imagens.

A página do jornal é, assim, um “código” que indica ao leitor como se movimentar por entre seus textos à maneira da cidade moderna, onde a população urbana faz perambular seu olhar atrás dos índices que conferem concretude ao espaço. Para um planejamento urbano quase sempre operando através do zoneamento monofuncional – áreas de moradia, comércio, indústria etc. –, o jornal “responde” de maneira análoga com seções temáticas/editoriais bem caracterizadas. Tal organização orienta a leitura e sugere significações aos acontecimentos relatados.

A primeira página, por exemplo, oferece ao leitor uma dimensão de unidade sobre o conjunto da publicação, algo como olhar a cidade do alto. É um mapa, uma representação topográfica que permite reconstituir um conhecimento de conjunto, perdido pelo cidadão face ao crescente (des)ordenamento social, físico e demográfico da cidade. Ao visitante da cidade incomensurável, o mapa oferece alguma “segurança”; ao leitor da primeira página o jornal oferece um primeiro contato.

## O texto jornalístico como um sistema complexo

O problema da diagramação, da disposição dos elementos na página, requer que vejamos o título como parte de um texto jornalístico articulado sob a forma de um sistema complexo composto por uma topografia, uma tipografia, um paratexto e um texto. Verón (2004b, p. 137), por exemplo, caracteriza tal abordagem ao tomar os títulos como unidade de análise “um fragmento discursivo qualquer que tenha sido proposto como unidade por obra da organização material dos discursos sociais (página, uma capa, um artigo, um livro um título etc.)”. Verón chama de “*encuadre discursivo*” a tudo que rodeia o texto propriamente dito: título, subtítulo, imagens etc. O conjunto de relações que compõe o agrupamento dos títulos resulta em uma verdadeira rede argumentativa. Tais agrupamentos realizam operações de inferências, que convidam o leitor a recorrer a elementos que o conduzem inevitavelmente a uma conclusão. É um movimento e a “segregação espacial das unidades-títulos tem o objetivo de criar a distância que fará possível esse movimento”. (VERÓN, 2004b, p. 153)

Essa moldura pode ser também chamada, segundo outras perspectivas de abordagem no âmbito da AD, de a perigrafia do texto, algo da ordem daquilo que não está nem dentro nem fora, que compreende uma série de elementos que o envolve como a moldura fecha o quadro com um título, uma assinatura ou uma dedicatória. São “entradas” no texto (artigo), que permitem julgá-lo, avaliá-lo sem ter propriamente “entraído” nele. “A perigrafia é uma zona intermediária entre o fora do texto e o texto. É preciso passar por ela para se chegar ao texto. Ela escapa, ainda que pouco, à imanência do texto, não que lhe seja transcendente (não é uma perigrafia suplementar), não segue-o, situa-o no intertexto” (COMPAGNON, 1996, p. 70).

Para Compagnon (1996), a perigrafia atua como uma cenografia para o texto, em alguma medida imobiliza-o, constitui-lhe uma silhueta. Tal



perspectiva, esposada por Mouillaud, é bem desenvolvida por Genette (1987) para quem essa perigrafia é parte de um paratexto e atua como um lugar de transição e de transação do sentido, “zona indecisa’ entre o de dentro e o de fora, sem limites rigorosos, nem em direção ao interior (texto) nem ao exterior (o discurso do mundo sobre o texto)”. (GENETTE, 1987, p. 8) O paratexto é, assim, um lugar, uma “zona”, uma categoria espacial. Genette distingue duas dimensões no conceito de paratexto: o epitexto, que reúne os elementos que envolvem a obra e lhe são exteriores (entrevistas, lançamentos etc.) e o peritexto, conjunto das produções que circundam o texto – capa, formato da página, prefácios, dedicatórias, assinaturas, títulos etc. Funcionalmente, um elemento do peritexto está sempre subordinado ao seu texto e tem não só significados econômicos mas significações culturais.

Segundo Genette (1987), o título é sobretudo um objeto de circulação e de apelo aos destinatários que possui três funções: designação, indicação do conteúdo, sedução do público. O título pode visar tanto o conteúdo temático do texto ou mesmo sua forma –artigo, etc. A identificação é sua característica mais importante, mas não se deve desconsiderar que o título é, também e necessariamente, uma maneira de “embrulhar” as ideias. A noção de peritexto tem aqui um forte apelo à função de intermediário.

O texto e seu peritexto, esse sistema e suas relações, têm diferentes níveis e deve ser visto como uma totalidade (ADAM, 1999), um sistema em que cada unidade linguística deve ser investigada em relação de interdependência com outras. Isso permite reconhecer a complexidade pragmática da circulação material e das condições de produção de um texto.

Resta a questão muito delicada da delimitação exata do início e do fim de um texto. [...] É necessário considerar os elementos peritextuais como partes da unidade complexa texto. [...]

Um grande número de enunciados são determinados pela operação de segmentação textual (global) que constitui um texto em unidade linguageira. (ADAM, 1999, p. 80, tradução nossa)

A perspectiva analítica de Mouillaud (1989) nos oferece, pois, uma compreensão do texto jornalístico na imprensa escrita como uma totalidade de significação que transcende o corpo da matéria. O texto jornalístico é um todo constituído por meio de uma diagramação, uma forma tipográfica, uma série de elementos peritextuais e o texto propriamente. (LUGRIN, 2001) O texto no jornal é, ao mesmo tempo, uma disposição – sua caracterização como um elemento gráfico na página –, uma composição – sua construção através linguagens específicas – e uma justaposição – a combinatória dos diferentes elementos e o estabelecimento de relações entre eles.

Caracterizado como parte integrante de um peritexto, os títulos são enunciados que podem ocupar dois lugares distintos no interior do jornal: o do peritexto do jornal e o do peritexto do artigo. O primeiro remete aos elementos tendencialmente invariantes no interior da publicação – seu nome, a indicação de editorias, os cadernos. O peritexto do jornal aparece, segundo Mouillaud (1989), como um conjunto de princípios de repartição e classificação do conteúdo informacional transformando o conteúdo da publicação em “realidade”. Já o peritexto do artigo indica os elementos que variam de acordo com uma mesma proposição referencial dada na matéria – são os títulos, subtítulos, intertítulos, chapéu, olho, legenda, assinaturas, pé com indicação de serviços etc. – e são decisivos para a organização visual da página e a indicação do valor da informação.

O papel cumprido pelo peritexto é de três ordens: atrair o olhar do leitor; orientar a leitura dos diferentes enunciados presentes na página do jornal; e constituir uma imagem de marca da publicação. (SOUZA, 2000) O peritexto permite, por exemplo, uma redução do tempo de

leitura do jornal: enquanto a leitura integral de hipotéticas 48 páginas de um periódico diário poderia consumir algo superior a cinco horas, o sistema de títulos auxilia a um tipo de leitura que não ultrapasse meia hora de atenção. Da mesma maneira, tal dispositivo ajuda a evidenciar a “qualidade diferencial” de um diário frente a outros jornais – um modo de dizer específico – sendo mais um elemento que organiza e trata as preferências do leitor.

### **Padrões dos títulos**

Sob essa matriz conceitual é possível, então, precisar o lugar dos títulos no jornal. Como diz Mouilaud, os títulos são uma dobra na página que representa as macroestruturas do jornal e as microestruturas do texto a que se refere. Na perspectiva da análise do discurso, se a diagramação, a tipografia, as fotografias e outros materiais significantes são elementos plásticos importantes para distinção de um jornal de outro, “os títulos estabelecem o primeiro contato semântico e discursivo” do leitor com o jornal. (SOUZA, 2000) O sistema de títulos é uma unidade macroestrutural do discurso do jornal que diz, sobretudo, de um processo de transação discursiva (CHARAUDEAU, 1997) que não prescinde de um saber partilhado entre os interlocutores. Integrante do sistema complexo que é o texto jornalístico, o título é um tipo particular de enunciado, entendido em um sentido mais geral utilizado pela AD como uma “marca verbal do acontecimento que é a enunciação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 56) e, em termos mais específicos, como uma frase considerada em um contexto particular.

Podemos, segundo tal perspectiva, ensaiar um rápido exercício de análise tomando como referência, por exemplo, os diários *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, dois dos mais tradicionais jornais diários brasileiros

da atualidade.<sup>4</sup> Sediados em cidades diferentes, se apresentam, sobretudo, como periódicos de circulação e abrangência nacional, com linhas editoriais voltadas para o noticiário do país e internacional, além do tratamento secundário de temas locais. O ângulo de abordagem das duas publicações as coloca como típicos “jornais de referência”, cujo público leitor é integrante de classes e segmentos sociais de maior poder aquisitivo e vinculados a estratos da elite econômica e cultural. Não se trata aqui de realizar uma análise comparativa, caminho tradicional para esse tipo de pesquisa, mas tão só produzir uma imagem de conjunto de cada um dos jornais a partir do seu sistema de títulos.

A especificidade da linha editorial de cada publicação não oblitera as inúmeras similaridades existentes na cobertura jornalística de ambas. Por exemplo, a *Folha de S.Paulo* e *O Globo* trazem suas páginas em formato *standard*. Obviamente, seria muito importante um recorte que distinguísse nas páginas dos jornais elementos outros que não o discurso jornalístico. Nas atuais publicações, onde se avizinham matérias jornalísticas e publicitárias em situação de confronto, complementaridade ou de ignorância mútua, certamente as interações entre o discurso jornalístico – inclusive suas modulações, como encartes diversos, revistas etc. – e outros discursos é essencial para caracterização do meio do jornal.

A *Folha de S.Paulo*, nessa edição, trazia ainda títulos em suas páginas de opinião, na primeira página e seções específicas como “quadrinhos” ou de colonistas não identificados com nenhuma das editorias diárias. Já em *O Globo*, não se considerou também seções muito similares às do jornal paulista: páginas de opinião, primeira página e seções específicas. As sete editorias indicadas anteriormente são apresentadas em sumário pelos dois jornais como as regiões de destaque de cada publicação. São tópicos que organizam os demais assuntos.

---

4 Em 2014, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), *Folha de S.Paulo* e *O Globo* eram os dois jornais brasileiros de maior circulação.

## Informacionais e anafóricos

Como enunciados, os títulos atendem em geral a dois padrões distintos de acordo com o gênero informativo e a “topografia” do jornal: informacionais e anafóricos. No primeiro caso, para notícias e reportagens os títulos tendem a se constituir em frases organizadas em torno de um verbo de ação, sem determinantes, para que se tome o substantivo pela maior indeterminação, e sem marcas temporais e aspectuais dos verbos, empregando-se o presente ou passado – *Folha de S.Paulo*: “Mensalão’ derruba Dirceu, o ex-superministro de Lula”, “Oposição aplaude demissão, mas acha pouco”, “Empresas menores deixam de exportar”; *O Globo*: “PF prende 27 de grupo de extermínio”, “Sargento é morto por três ladrões de toca-fitas”, “Outros ministros devem voltar à Câmara”.

O Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* indica claramente que os títulos devem “ser claros, específicos e preferencialmente descrever uma ação em curso. O título deve destacar o elemento mais importante ou inusitado do texto”. (MANUAL, 2001) Quando se tem a cobertura de acontecimentos que possuem um desenrolar ou mesmo o retorno do jornal a acontecimentos/assuntos recorrentes, que se repetem em edições sucessivas, a duração é atestada pelos títulos anafóricos. Entretanto, é muito característico que os jornais brasileiros, diferentemente dos diários franceses analisados por Mouillaud, não tragam os anafóricos como títulos principais das matérias. Para que as publicações reportem assuntos constantes ou de duração mais alargada que o período de 24 horas, os anafóricos aparecem como frases nominais sobre os títulos, nos antetítulos<sup>5</sup>. É o caso do antetítulo “Escândalo do ‘mensalão’/A queda”, do *Folha de S.Paulo* (FSP), que trata dos acontecimentos relacionados a denúncias de compra de parlamentares pelo governo federal. Da mesma forma,

---

5 Em algumas regiões do país eles podem ter o nome de chapéu ou cartola.



A organização desses títulos no jornal é um instrumento fundamental para compreensão do seu papel. O peritexto jornalístico que compõe diretamente o sistema de títulos trata das editorias – um contextualizador generalizante do domínio temático –, do chapéu ou sobretítulo – um contextualizador particularizante e factual, que especifica e atualiza a editoria –, dos títulos propriamente – macroestrutura principal, cujo aspecto tipográfico é o mais saliente e que apresente aquilo que se diz ser a “informação nova” –, e o subtítulo ou bigode – que faz o ajuste do sentido presente no título e amplia seu quadro explicativo. (SOUZA, 2000)

Vê-se, assim, como o título nos jornais deve ser compreendido como parte de um sistema. “O peritexto dentro da página do jornal funciona como uma rede de efeitos contextuais enlaçada por contextualizações sequenciais que forçam a leitura a ajustes constantes”. (SOUZA, 2000, p. 61) Cada elemento cumpre um papel fundamental e, reunidos, formam um sistema discursivo autônomo onde o essencial da informação é apresentado segundo um domínio da realidade de que se fala e um contexto particular em que se fala. É nesse sentido que os títulos cumprem duas funções pragmáticas essenciais: 1) orientam a interpretação dos acontecimentos; e 2) ajudam a estabelecer o acordo intersubjetivo entre a instância da produção e os destinatários ideais.

Para Mouillaud (1989), o sistema de títulos se organizará fundamentalmente sob a forma de sistemas de oposição marcados por três aparentes antinomias: aberto/fechado, interno/externo e invariante/variável. O primeiro par diz da relação dos conjuntos de páginas do jornal com os títulos segundo critérios de atribuição de valor à informação. As páginas abertas (primeira página e página final)<sup>6</sup> recebem um conjunto

---

6 Aqui devemos ressaltar que Mouillaud realiza sua análise tendo como referência a imprensa diária francesa, sobretudo os jornais *Liberation* e *Le Monde*, cujo formato (o chamado tabloide europeu), tradicionalmente utiliza-se desse expediente de capa e uma “segunda capa”, na página final. No Brasil, a imprensa em formato de tabloide produzida no sul do país (*Zero Hora*, *Diário Catarinense*, por exemplo) costuma adotar estratégia de paginação

de informações, expresso principalmente pelos títulos, cujo critério de presença é uma dada importância ou relevância atribuída pelo jornal. Não há, em princípio, restrição a qualquer classe de acontecimentos. Já as páginas fechadas, interiores ao jornal, têm no título um designador que indica o tipo de informação aceita para publicação pelo jornal.

Já o par externo/interno caracteriza as páginas como externas por atuarem como membranas permeáveis aos fatos relatados no jornal, adquirindo assim uma plasticidade derivada da proximidade com os acontecimentos do mundo exterior. As páginas internas, por sua vez, capturam os acontecimentos segundo uma distribuição por assuntos, em um mecanismo de classificação das informações ali presentes.

A terceira oposição, invariante/variável, distingue os enunciados presentes no sistema de títulos segundo uma maior ou menor permanência na relação entre o jornal como coleção e as edições singulares de cada dia. Os enunciados mais próximos dos acontecimentos são marcados por um traço de imprevisibilidade, enquanto os enunciados invariantes constituem as sequências e continuidades que ligam as edições dia após dia. Vale destacar que essas três dimensões, para Mouillaud, se constituem numa “estrutura em abismo”: elas se atravessam, interpenetram e combinam ao longo do jornal e em cada sistema de relações que os títulos estabelecem com os outros elementos do discurso jornalístico, estando tais dimensões diretamente relacionadas à escala da análise feita para estudar o jornal.

Uma primeira e fundamental consequência analítica dessa abordagem é produzir uma polaridade entre os chamados títulos informativos e os títulos anafóricos. Os títulos tipicamente noticiosos (notícias

---

semelhante. O jornal *Folha de S.Paulo* conta atualmente com uma página – “Folha Corrida” – que “criada para ser lida em até cinco minutos” e funciona como um índice de leitura rápida uma “outra capa” para o noticiário. Conforme apresentação do jornal, “o objetivo é oferecer ao leitor, sempre com textos curtos, uma segunda “porta de entrada” para o jornal além da primeira página”.



e reportagens) se apresentarão como uma fórmula condensada do lide, destacando seu argumento central. No caso dos títulos anafóricos, far-se-á uso de sentença, nome ou locução indicativa de uma categoria que se atribui aos fatos, com o uso de figuras como a antítese, metáfora ou a paráfrase. “O título anafórico lembra os acontecimentos que começaram antes do número e dos quais a duração excede a duração cotidiana”. (MOUILLAUD, 1997, p. 105) Tal caracterização estabelece relações diretas entre os títulos anafóricos e a organização temporal da publicação, e entre os títulos informacionais e a organização espacial do jornal. No caso dos dois jornais brasileiros, na *Folha de S.Paulo* os anafóricos são utilizados em menor quantidade e o uso de locuções nominais como título é admitido apenas em cadernos especiais ou artigos opinativos. Já o jornal *O Globo* faz um uso mais recorrente dos anafóricos, sobretudo em edições dominicais, nas quais o “ar” de revista da publicação é acentuado.

Os títulos estariam mesmo no coração do processo que Rebelo (2002) chama de mútua apropriação: o leitor se apropria do jornal no processo de leitura; o jornal captura a atenção do leitor numa forma de ofertar a publicação. Para que tal processo se cumpra, o sistema de títulos do jornal estrutura-se sob uma dupla feição, que pode ser caracterizada como uma segunda polaridade estruturante: enunciados invariantes e enunciados variáveis. No primeiro caso, os títulos se articulam segundo um eixo horizontal (tipicamente as editorias) e um eixo vertical (seções internas às editorias).

O eixo horizontal caracteriza-se pela fraca relação entre seus elementos constituintes – apenas uma relação de contigüidade – e por se tratar de uma cadeia aberta acrescentável em qualquer momento. Em contrapartida, os elementos dispostos ao longo de cada eixo vertical estão em relação de implicação cujo ponto de partida é localizado algures, no eixo horizontal. (REBELO, 2002, p. 46)

Na acepção de Mouillaud (1997), estes são os chamados títulos referenciais, que informam menos do que acontece no mundo senão acerca do próprio jornal. O nome do jornal é o seu principal título referencial.

Os títulos referenciais são, então, uma espécie de bacia de captura que tem como contraface necessária os títulos informacionais, que atualizam os primeiros. Os títulos informacionais marcam a diferença cotidiana no jornal, ligam-se com o acontecimento relatado, estabelecem os liames com o real. “O micro-sistema título referencial/título informacional oferece, assim, ao jornal, essa possibilidade espantosa de, de um dia para o dia seguinte, ser outro, continuando, no entanto, a ser o mesmo”. (REBELO, 2002, p. 47)

Para Mouillaud (1989), os gêneros informacionais não constituem formas narrativas e, portanto, podem ser questionados quanto à possibilidade de expressarem uma temporalidade. Em alguma medida, o autor segue a perspectiva de Weinrich (1973), que não vê relação entre os tempos verbais e a experiência temporal vivida. É nesse sentido que, para Mouillaud, os títulos-assunto são por definição intemporais, já que se trata de uma maneira do jornal desenvolver invariantes referenciais que permitem a produção de enunciados informacionais. Já os títulos anafóricos afiguram-se como atemporais: atêm-se meramente ao presente da informação, que é independente da temporalidade histórica.

É, pois, necessário distinguir o tempo do acontecimento e a temporalidade do título enquanto enunciado de jornal. Caso se considere, por exemplo, o seguinte enunciado: ‘O rapto de A. Heineken’, a diferença entre as duas leituras é evidente: por um lado, ‘o rapto’ remete a um acontecimento datado e terminado (‘A. Heineken foi raptado’) mas ‘o rapto’, como título, designa um processo em curso que continua a ser válido para além do rapto datado. Esta última validade pertence ao mundo do jornal, ao sentido de um ‘mundo possível’. O título ‘O rapto de A. Heineken’ tem por função fazer o acontecimento

perdurar por tanto tempo quanto aquele em que é produzido pelo jornal. (MOUILLAUD, 1997, p. 109)

Nesse sentido, para Mouillaud, o presente da atualidade marcado pelos títulos anafóricos é tão somente um índice de presença, o estar diante de, mas não constitui uma marca de temporalidade como a cronologia expressa pelas datas do jornal.

Já os títulos informacionais, obedecem à regra de apagar os traços que indicarão as circunstâncias de enunciação datadas, substituindo-as por marcas de processo ou estado. O enunciado informa sobre um acontecimento localizado numa cronologia específica e o título arranca-o desta linha temporal interpretando-o como presente. É dessa maneira que os títulos serão, na página do jornal impresso, o lugar privilegiado para a construção do “efeito do direto”, uma ilusão criada pela presença do presente do indicativo confundindo o tempo do acontecimento e o tempo da enunciação.

O título informacional (que é o enunciado específico do número) aparece como um momento entre duas enunciações opostas: em sua base, a narrativa histórica (que é o limite do artigo, um limite que nunca está completamente atualizado), e, em seu topo, uma classificação. A informação se produz na suspensão da narrativa. Caso se considerem os processos na ordem de sua produção, o título informacional representa um momento inicial, isto é, o ato presente; a presença que se fecha em duas direções opostas: de um lado, a narrativa encadeia o tempo, seqüência a seqüência; de outro, uma lista de classes fecha o presente de cada um dos números. (MOUILLAUD, 1997, p. 115)

A perspectiva de Mouillaud não pode ser, assim, reduzida a apenas uma tipologia discursiva dos títulos jornalísticos, como presente em

Imbert (1988). No seu sistema de oposições Mouillaud mostra como os títulos da imprensa são expressões discursivas complexas, verdadeiros dispositivos que articulam dimensões estratégicas e estéticas. Como caracteriza Rodrigues (1990, p. 110),

os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. [...] Nesta estratégia paradoxal da relação entre as singularidades designadas e os sentidos pressupostos assenta uma verdadeira encenação do texto, pela qual se instaura uma certa forma original de relação à verdade e à vontade de saber, em que são enredados tanto os enunciados como o leitor.

Enfim, por seu sistema de títulos o jornal realiza um duplo movimento: informa sobre um determinado conteúdo e, ao mesmo tempo, diz também do modo como o faz.

## Considerações finais

Se uma cultura visual dá a tônica da condição contemporânea, é certo que a forma jornal “responde” também a essa nova sensibilidade. Se noutros momentos e contextos os veículos eletrônicos (rádio e TV fundamentalmente) foram avaliados por uma cultura letrada, agora parece ser o jornal que é submetido ao viés de uma cultura do áudio-visual. Contra a palavra “cristalizada” na página do antigo jornalismo impresso, é preciso construir formas mais elásticas para o meio. “Maneirismos” de toda ordem se farão agora presentes: a primeira página colorida e “chamativa” como a televisão; a pulverização dos elementos discursivos para facilitar a “navegação” e o “zapping” do leitor pelas páginas do jornal; a pretensão do jornal, no enalço de outros meios, de simular um

ambiente de proximidade, não sugerir distanciamento. A página exacerba sua natureza recortada e fragmentária, multiplicam-se os recursos não verbais e paraverbais, utilizando-se das tecnologias de edição gráfica, para a oferta dos textos tipicamente utilitários – informações de serviço, etc. Tais movimentações, não poderia ser diferente, tem na forma assumida pelo sistema de títulos uma resultante e um vetor.

A rigidez das editorias cede lugar para uma reorganização dos conteúdos com base em aspectos que digam respeito a uma maior proximidade com o leitor. Não só os conteúdos são ressemantizados (“Economia” vira “Dinheiro”), mas eles passam a enfeixar artigos jornalísticos cuja associação com a editoria nem sempre é “automática”.

A primeira página, além do que revelar hierarquias de assuntos com agrupamento de conjuntos temáticos e estabelecimento de relevância, opera como um *menu à la carte*. Ela própria, juntamente com outras “primeiras” páginas que se multiplicaram nos cadernos temáticos, jornais dentro dos jornais, apelam ao pôster como forma de disputar espaço na paisagem visualmente saturada da cidade, nem tanto pelo espaço nas bancas, já que a venda avulsa não ultrapassa, no caso dos grandes jornais, 15% da tiragem.

Dividir, fragmentar, quanto menores as unidades textuais, maiores as chances de captar o leitor. Quanto maior o número de unidades, maiores as chances de atingir alguns dos múltiplos interesses do leitor consumidor. Num fim de semana, facilmente um jornal diário ultrapassa 100 páginas. Da mesma forma, os títulos e o conjunto dos elementos que compõem o peritexto jornalístico se multiplicam.

De novo Mouillaud (1997, p. 33) pode ser sugestivo quando afirma que “se o jornal gerou os títulos, como a cidade gerou as vitrines e as tabuletas, os títulos ‘fazem’ o jornal e as tabuletas a cidade, da qual elas são a receita”. Para o autor, se o dispositivo funciona como uma espécie de matriz dos textos, os textos também inventam o dispositivo. Há uma lógica de mútua determinação entre jornal e cidade, entre as formas jor-

nalísticas do meio impresso e os modos de significação. O que implica em pensar os termos dessa relação sem buscar uma equivalência entre as duas instâncias. Nem a sensibilidade contemporânea apenas reflete outras instâncias, nem a forma discursiva do jornal é mero repositório das formas da vida social.

Daí que a abordagem do sistema de títulos proposta na análise de Mouillaud se mostre rica, mas, a nosso ver, precise reposicionar alguns aspectos da sua perspectiva. Um desses aspectos diz respeito à historicidade das interações e transformações promovidas e patrocinadas pelo discurso jornalístico e o dispositivo jornal. Do ponto de vista do discurso jornalístico, é preciso evidenciar aspectos históricos que ajudam a entender as mudanças na imprensa. Sociedade e épocas distintas não falam da mesma forma jornal. A compreensão das formas concretas demanda a compreensão da evolução da história do jornal considerando mudanças em sua base econômica e tecnológica – novas formas de financiamento e condições de produção com ampliação/redução de tiragem e público –, alteração das relações com outros campos sociais e emergência do jornalismo como um novo tipo de negócio. Em alguma medida, é preciso não falar “do” jornal abstratamente, mas averiguar, nos termos de Mouillaud, quais os limites materiais e simbólicos atuais do jornal diário, perguntarmo-nos em que a página impressa se transformou em nossa sociedade. Ao invés de fazer associações ligeiras que, por exemplo, vinculam o suporte e a forma a determinadas “qualidades” da comunicação (visual/instabilidade, impresso/estabilidade etc.), devemos indagar acerca dos tipos de enunciado e as funções enunciativas que hoje dão ao jornal sua identidade. As formas de jornal analisadas por Mouillaud, em alguma medida, se modificaram e já deflagram novos sentidos.

Nesse sentido, os títulos do jornal devem ser pensados hoje se considerando as tendências de evolução da imprensa das quais se destacam os crescentes desenvolvimentos dos aspectos visuais da página e,

articulado a esse movimento, uma divisão das matérias em textos menores juntamente com sua rearticulação em unidades mais abrangentes no interior da página – páginas duplas, coberturas especiais etc. O que traz implicações evidentes: ampliação das possibilidades de leitura (mais seletiva, em mosaico) das notícias; readequação dos chamados gêneros jornalísticos; ampliação dos enlaces e das camadas de significação da cobertura jornalística; reforço da dimensão imagética do texto jornalístico.

Por fim, se os títulos são uma dimensão fundamental do jornal para construção do discurso jornalístico da atualidade, talvez pudéssemos imaginar que eles hoje não apenas mostram que “o eixo ordenador do tempo é sempre o momento da enunciação” (FIORIN, 1999, p. 143), produzindo algum tipo de vínculo entre o tempo linguístico e outras formas temporais. Não poderiam ser os títulos, além de um localizador e referenciador espacial, enunciados que organizariam uma “macronarrativa”, a do jornal? Se eles permanecem como um ponto de passagem (espacial) entre o topo dos invariantes (os títulos-assunto) e uma base narrativa (a história narrada no artigo), os títulos poderiam ser vistos, por um lado, como parte de uma grande narrativa que articula os diversos enunciados do jornal e lhes dá uma inteligibilidade em função das relações que se estabelecem entre eles, e por outro lado, como o momento do “epílogo” de uma história que ele narra. O que os tornaria, os títulos, não apenas intemporais ou atemporais, conforme referidos tão somente a um tempo de *chrónos*, de uma cronologia que implica narração de fatos segundo uma ordem progressiva e linear, heterogênea ao próprio acontecimento que se relata, mas de novo a esses profundamente conectados, recuperando, de alguma maneira os liames que o enunciado jornalístico guarda com o acontecimento.

## Referências

- ABRIL, G. *Cortar y pegar: la fragmentación visual en los orígenes del texto informativo*. Madrid: Cátedra, 2003.
- ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- COMPAGNON, A. O trabalho da citação. Belo Horizonte: EdUFMG, 1996.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1999.
- GARCIA, L. *Manual de redação e estilo*. São Paulo: Globo, 1992.
- GENETTE, G. *Seuils*. Paris: Seuil, 1987.
- GOUAZE, J. L'énonciation des titres. In : MOUILLAUD, M. et al. *Stratégies de la presse et du droit*. Lyon: PUL, 1979. p. 119-181.
- HOEK, L. H. *La marque du titre: dispositifs sémiotiques d'une pratique textuelle*. Paris: Mouton Éditeur, 1981.
- IMBERT, G. *Le discours du journal "El Pais"*. Paris: Editions du CNRS, 1988.
- LESSA, W. D. Amílcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil. In: LESSA, W. D. *Dois estudos de comunicação visual*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 16-59.
- LUGRIN, G. Les ensembles rédactionnels: multitexte et hyperstructure, *Médiatiques*, n. 21, Louvain-la-Neuve, ORM. Disponível em: <https://www.comu.be/orm/mediatiques/21.pdf> Acesso em: 4 ago. 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MANUAL de redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MOUILLAUD, M.; TETU, J.-F. *Le journal quotidien*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1989.
- MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.
- REBELO, José. *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.



RODRIGUES, A. D. *Estratégias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1990.

SOUZA, W. E. *Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens*. 2000. 557 f. Thèse (Doctorat en Sciences du langage) – Université Paris XIII, Villetaneuse. 2000.

SOUZA, W. E. *Análise contrastiva da configuração linguístico-discursiva de títulos de jornais brasileiros*. 1996. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

VAN DIJK, T. A. Estrutura da notícia na imprensa. In: Cognição, discurso e interação. São Paulo: Contexto, 1992. p. 122-157.

VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.

VERÓN, E. Ideología y comunicación de masas: sobre la constitución del discurso burgués en la prensa semanal (1975). In: VERÓN, E. *Fragmentos de un tejido*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004a. p. 71-110.

VERÓN, E. El espacio de la sospecha (1982). In: VERÓN, E. *Fragmentos de un tejido*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004b. p. 29-169.

WERINCH, H. *Le temps*. Paris: Seuil, 1973.



PARTE II

---

**A CONSTRUÇÃO  
DE APORTES  
METODOLÓGICOS:  
DISCURSOS E  
PERCURSOS DA  
INVESTIGAÇÃO**



# Diário de uma expedição enunciativa: o discurso (jornalístico) de Euclides da Cunha em Canudos<sup>1</sup>

*Lidiane Santos de Lima Pinheiro*

## Introdução

A Guerra de Canudos foi um dos maiores eventos da imprensa brasileira. O país testemunhou pela primeira vez a cobertura diária de um acontecimento estritamente nacional, ao qual foi dada tamanha importância, que jornalistas de diversos periódicos foram enviados à região como correspondentes – prática inaugurada ou intensificada a partir de então no Brasil – e os jornais que não o fizeram quase

---

1 Este trabalho foi apresentado no ReCom: seminário comunicação e processos históricos, em 2015, Cachoeira (BA), e contém partes da tese de doutorado defendida pela autora, em 2012, sob orientação do prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira (Poscom-UFBA).

cotidianamente transcreviam reportagens sobre o evento, de outros órgãos de imprensa.

No presente trabalho, observaremos, particularmente, como Euclides da Cunha enunciou Canudos nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo*, enquanto a guerra se desenrolava no sertão nordestino. A escolha por tal recorte se deu pelo fato de Euclides ter se tornado o mais conhecido correspondente em Canudos, pelo posterior sucesso de seu livro *Os sertões*, lançado cinco anos após o fim do conflito.

Apesar de, com a publicação das reportagens e dos telegramas de Euclides no livro *Diário de uma expedição* (CUNHA, 2000), vários pesquisadores já terem se debruçado sobre tal material, proponho aqui um olhar direcionado – em alguma medida, quase arqueológico, como queria Foucault (2005) – para as marcas ou pistas das condições de produção de tais enunciados: o da análise de discurso de linha francesa.

Primeiro, explicaremos, brevemente, a atuação do jornal no conflito de Canudos, para, então, aprofundarmo-nos na análise da produção jornalística de Euclides da Cunha, desde seus primeiros artigos sobre o tema (intitulados *A Nossa Venda*) até sua cobertura como correspondente de guerra (*Diário de uma expedição*). No discurso observado em tal material, examinaremos, especificamente, os posicionamentos do enunciatador, as supostas expectativas do leitor e a estrutura temporal dos seus enunciados. Antes, porém, apresentaremos a metodologia adotada aqui, indicando como vamos operar a análise.

## Metodologia de análise

Para a análise proposta neste trabalho, observaremos, fundamentalmente, como os dispositivos de enunciação são ativados nos textos de Euclides sobre Canudos, estruturando a espessura temporal do acontecimento, mobilizando saberes e projetando expectativas do leitor – noções fundamentais para o jornalismo moderno.

Trabalharemos a noção de temporalidade, fundamentalmente, observando como é construído o regime temporal na enunciação: o acontecimento é apresentado como finalizado, ainda em andamento ou agendado (com evoluções possíveis)? Pelo exame das marcas de tempo, em palavras e expressões que sugerem espessura temporal no discurso (verbos, advérbios etc.), ficaremos especialmente atentos à constituição do sentido de atualidade no enunciado e à estruturação do triplo presente – “presente do presente” (o agora), “presente do passado” (o pensamento do passado no presente) e “presente do futuro” (a projeção do futuro no presente). (AGOSTINHO, 2008)

Sobre os saberes e as expectativas do leitor, ressaltamos, antes de tudo, que investigar tais noções não significa necessariamente analisar as exatas condições de recepção do discurso – mesmo porque, isso seria impossível, visto que trabalhamos com textos do fim do século XIX. Visamos apenas observar o lugar proposto ao destinatário pelo enunciador, ou seja, entender como o locutor expressa as características, os saberes e as expectativas do seu leitor. Por isso, estudaremos os supostos saberes e expectativas do leitor no próprio discurso jornalístico, pois é nele que “são forjadas as modalidades de construção de um destinatário genérico, através da organização do espaço-tempo do jornal”. (FERREIRA, 2003, p. 269)

A imagem do leitor presumido (coenunciador) será analisada aqui juntamente com o posicionamento do enunciador:

A posição de enunciação *pedagógica* define o enunciador e o destinatário como *desiguais*: o primeiro mostra, explica, aconselha; o segundo olha, compreende, tira proveito. A posição de enunciação ‘*distanciada*’ e não-pedagógica induz uma certa *simetria* entre o enunciador e o destinatário: o primeiro, mostrando uma *maneira de ver as coisas* [...], convida o destinatário a adotar o mesmo ponto de vista. (VERÓN, 2004, p. 230, grifo do autor)

Assim, avaliaremos se a enunciação do jornal se posiciona didaticamente, deixando clara a diferença entre o saber do enunciador e o do coenunciador; se é pretensamente objetiva, mostrando a informação e gerando efeito de transparência; ou se a posição é de cumplicidade e diálogo, mobilizando valores culturais reconhecíveis pelo leitor.

Ainda que o tamanho do nosso *corpus* nos obrigue a destacar apenas os casos mais significativos, ficaremos atentos ao uso das palavras “plenas” (substantivos, adjetivos etc.) e instrumentais (conectivos) relevantes para os objetivos da pesquisa, bem como dos dêiticos – que são o “conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 108) O dêitico é revelado no uso, por exemplo, de pronomes pessoais ou de advérbios de tempo e espaço, que indicam vestígios do enunciador, coenunciador, momento ou lugar da enunciação.

## Canudos no jornal

A fim de demonstrar a importância dos periódicos na campanha contra Canudos, Walnice Galvão (1994, p. 67) destaca que os “participantes da campanha, por alta que seja sua patente, não desdenhavam de mandar cartas aos jornais, explicando suas opções estratégicas e táticas”. Para a propaganda republicana na imprensa, pôde-se contar também com a recém-instalada linha telegráfica, entre as vilas de Queimadas e Monte Santo.

Palavras discordantes do senso comum sobre a guerra raramente tinham espaço na imprensa republicana. Alguns jornais monarquistas, inclusive, foram empastelados neste período. Logo, os correspondentes especiais que foram a Canudos já sabiam o que informar antes mesmo de lá chegarem e, ainda que tenham oscilado entre as opiniões preconcebidas e a realidade cruel que presenciavam, os jornalistas (ou a maioria deles) continuaram seguindo a campanha republicana e cala-



ram denúncias contra o Exército. Afinal, “todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional”. (GALVÃO, 1994, p. 107)

Assim, foram raros os correspondentes que se pronunciaram sobre a censura a que eram submetidos pelos militares ou ultrapassaram os limites da não ofensa ao regime republicano. Os que o fizeram agiram timidamente, tornando suas críticas quase insignificantes, em meio ao oceano de notícias construtoras de uma visibilidade do sertanejo como inimigo e do Exército como o grande herói nacional. (LIMA, 2004)

Euclides da Cunha, correspondente de *O Estado de S. Paulo*, não foi exceção. Quanto à sua participação na Guerra de Canudos, lemos no site deste jornal:

No início de 1888, meses antes da Proclamação da República, Euclides da Cunha, então um jovem redator republicano expulso do Exército passa a colaborar com ‘O Estado’, sob o pseudônimo de Proudhon. Neste mesmo ano ‘A Província’ atingia a marca de 4.000 assinantes. Em janeiro de 1890, já com o nome de ‘O Estado de S. Paulo’, a tiragem havia dobrado: 8 mil. Em 1896 a tiragem não consegue ultrapassar os dez mil exemplares, não por falta de novos leitores, mas devido às limitações do equipamento gráfico. Porém, uma nova máquina é adquirida e a tiragem pula para 18 mil exemplares durante a campanha de Canudos, quando eram ansiosamente aguardadas as reportagens enviadas por Euclides da Cunha através do telégrafo. (RESUMO, [20–].)

Porém, meses antes dos textos de Euclides sobre o acontecimento no interior baiano, *O Estado de S. Paulo* já anunciava o tema, em um discurso que se avolumaria no jornal: Canudos era apresentada como a antagonista do sistema político vigente, que ameaçava e representava perigo para a República, por seu potencial de ruptura política. Podemos

observar tal posicionamento nas diversas publicações do *Estado* sobre o evento, de novembro de 1896 a outubro de 1897. Quando foi anunciado o término da guerra, o discurso de República ameaçada deu lugar ao de República vitoriosa. Aí, a comemoração do fim do acontecimento tomou as páginas do periódico, mas por tempo limitado. Assim que alguns republicanos começaram a revelar publicamente a sua vergonha pelos fatos, a crise, que parecia ter acabado, se mostrou latente, pela necessidade de racionalizar o que foi Canudos. Mas o jornal silenciou e o tema, para ele, perdeu drasticamente a sua relevância. Nos três momentos, a bipolaridade reinou no discurso do jornal: a princípio, apresentava-se o nós (enunciadores e leitores) *versus* eles (sertanejos mostrados como retrógrados, fanáticos e inimigos da República); em seguida, o nós (República vitoriosa) sobre eles (derrotados); por fim, o nós (brasileiros) sem eles (também brasileiros). (PINHEIRO, 2012) A seguir, observaremos como Euclides da Cunha reflete, na sua enunciação, tal discurso.

### De “A nossa Vendeia” ao “Diário de uma expedição”

Devia ter sido hontem nomeado para o estado-maior de s. exa. o ministro da guerra o engenheiro militar dr. Euclides da Cunha. O illustre moço, que é um dos nossos mais distinctos collaboradores, partirá para o Rio no vapor em que embarcar o 1º batalhão. Por contracto firmado com esta empresa, o dr. Euclides da Cunha nos enviará correspondências do theatro das operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antonio Conselheiro. Este trabalho será por nós publicado em volume. O dr. Euclides da Cunha é, como todos os nossos leitores sabem, um escriptor brilhante e perfeitamente versado nos assumptos que vae desenvolver. O seu trabalho, por conse-

guinte, será interessante e constituirá um valioso documento para a história nacional. (CANUDOS, 1897)

Assim é mencionada, pela primeira vez em *O Estado de S. Paulo*, no dia 30 de julho de 1897, a ida de Euclides a Canudos, como correspondente deste jornal. O locutor, sem poupar adjetivos elogiosos ao colaborador, apresenta como qualificações para o trabalho do correspondente de guerra: 1) o fato de ele ser engenheiro militar; 2) de já ser um dos colaboradores do jornal – desde que se chamava *A Província de São Paulo*, para o qual Euclides escrevia artigos propagandistas da República ainda não instaurada; 3) a promessa de escrever uma obra (“trabalho de fôlego”) sobre o tema; 4) já ser conhecido pelos leitores e 5) ser “um escritor brilhante e perfeitamente versado nos assuntos que vai desenvolver”.

Imerso em estudos sobre o Brasil e atento às notícias sobre a campanha no sertão baiano, Euclides havia publicado, no primeiro semestre de 1897, dois artigos sobre Canudos em *O Estado de S. Paulo*, intitulados “A Nossa Vendeia”. O primeiro, conforme trecho da reportagem de Manuel Benício (apud GALVÃO, 1994, p. 324), de 10 de julho de 1897, “impressionou a todos que o leram pelo critério e ilustração com que foi escrito”. Publicado em 14 de março de 1897, após a morte do coronel Moreira César e a divulgação da derrota da terceira expedição, “A Nossa Vendeia” comparava a Guerra de Canudos a uma “agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados” da revolta da Vendée – sublevação católica ocorrida no oeste da França, por camponeses e nobres contrários aos ideais da Revolução Francesa. Segundo Euclides, “como na Vendeia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império”.

O segundo artigo, de 17 de julho de 1897, foi escrito em plena campanha nacional em prol da quarta expedição, quando se mobilizavam “recursos até então inéditos no país, inclusive como ferramenta de mídia”. (GALVÃO, 2000, p. 12) Euclides, então, tem na Vendeia uma metáfora

fácil (pelo poder associativo), para a leitura de Canudos, e que possui uma forte carga simbólica do passado para a produção de sentidos sobre este acontecimento.

Em consequência desses artigos, Euclides foi convidado para ser correspondente especial do *Estado* e foi agregado à comitiva militar do ministro de guerra, Marechal Bittencourt, após o telegrama enviado, em 29 de julho, por Júlio de Mesquita ao presidente da República, Prudente de Moraes. Chega a Salvador no dia 7 de agosto de 1897 e, de acordo com Roberto Ventura (2002, p. 37), em 3 de outubro, dois dias antes do fim da guerra, Euclides se retira doente de Canudos, “após ter passado 18 dias na frente de batalha”.

Ao todo foram 34 reportagens e 61 telegramas enviados por Euclides, de março a outubro de 1897. Sob o mesmo título-assunto,<sup>2</sup> “Canudos”, apenas as reportagens tinham por subtítulo: “Diário de uma expedição”. Por causa do lento sistema de comunicações e pelas condições de transporte da época, elas tinham datas desconexas em relação ao que acontecia no campo de batalha. Além disso, a ordem de publicação não necessariamente seguia a ordem da escrita; muitas vezes, reportagens enunciadas em situações divergentes eram publicadas numa mesma edição do jornal; e, após o fim da guerra, o jornal manteve a publicação das cartas de Euclides, mesmo desatualizadas. Inclusive, toda a sequência escrita em Canudos só foi publicada depois de terminado o conflito.

Como as datas da produção do enunciado eram diferentes das datas da leitura do mesmo, para que o leitor organizasse o quebra-cabeça do encadeamento dos fatos, era necessário que o enunciador destacasse o momento exato da enunciação. Por isso, o mais importante nos títulos das cartas contendo as reportagens era indicar a data e o lugar a partir

---

2 O título-assunto é apenas um índice, uma classificação que auxilia o leitor na identificação do assunto, não acrescenta informações sobre o evento e é intemporal, mas, acima de tudo, caracteriza um tema de importância para o jornal, um paradigma (MOUILLAUD, 2002) – como o foi Canudos, no fim do século XIX.

do qual haviam sido enviadas. Também os textos telegrafados, após o título-assunto “Canudos”, ao invés de um título específico, havia o registro do local e a data do momento da escrita: “Bahia, 23 de agosto”; “Alagoinhas, 31 de agosto”; “Queimadas, 1º de setembro”.

### **Suposta expectativa de novos conhecimentos sobre a região e sobre os fatos de Canudos**

Só a partir da última expedição, a prática de enviar correspondentes especiais se tornou comum nos jornais. Por isso, apenas no final de julho de 1897, informações mais detalhadas sobre o acontecimento passaram a ser divulgadas. Logo, quando Euclides escreveu seu primeiro artigo sobre o tema, em 14 de março, pouco se conhecia sobre o cenário dos combates. Surge (supostamente), por isso, a expectativa do leitor em obter novos conhecimentos sobre a região do conflito. Assim, o enunciador se posiciona como professor (cenografia de ensino), descrevendo o relevo e as formações rochosas e explicando fenômenos geográficos do sertão baiano, como se produzisse um ensaio científico: “E sobre os campos, em cujo solo depauperado vingavam apenas bromélias resistentes e cactos esguios desnudos, florescem o *umbuzeiro* [...]; a *ju-remá* [...]”. (CUNHA, 2000, p. 47, grifo do autor)

A linguagem rebuscada afasta este enunciado do jornalismo que se conhece a partir do século XX – bem como a flexão do verbo na primeira pessoa do singular e o excesso de adjetivos. Além do abuso desses elementos gramaticais, hoje rechaçado pela escrita jornalística, o formato do texto e o modo de apresentar o conteúdo são completamente outros. A ausência da atual obsessão pela objetividade permitia que o texto fosse iniciado das formas mais diversas: citando viajantes e botânicos que haviam escrito sobre a região, numa forte aproximação com a linguagem acadêmica, ou usando metáforas e outras figuras de linguagem, à luz da escrita literária. Chama a atenção, ainda, a explícita parcialidade,

reveladora do lugar de fala do enunciador: “A República sairá triunfante desta última prova” (CUNHA, 2000, p. 52); “As tropas da República seguem lentamente, mas com segurança para a vitória”. (CUNHA, 2000, p. 61) – trechos do “A Nossa Vendaia II”.

A suposta expectativa de novos conhecimentos sobre a região é, particularmente, respondida: 1) nos primeiros artigos de Euclides, escritos ainda em São Paulo; 2) nos textos de agosto, quando chega a Salvador; e 3) nos de deslocamento, produzidos na estrada ou na chegada às vilas de onde escreve. A caracterização da região é, então, detalhada e direcionada a um leitor que quase nada conhece sobre ela. Chegando a Salvador e lá permanecendo por quase um mês, Euclides escreve em tom menos pedagógico. Mas, assim que ele muda de ambiente, o anterior posicionamento volta e a relação com o leitor, de quem vinha se aproximando (talvez pela admitida escassez de assuntos), é novamente posta à distância.

No segundo “A Nossa Vendaia”, a exposição de alguns aspectos da guerra ganha mais relevo do que a descrição da região. Para construir discursivamente o acontecimento, o enunciador emprega expedientes próprios a um engenheiro militar. Explica as táticas de guerra usadas – “a profunda estratégia europeia naquelas paragens desconhecidas é abalada por uma tática rudimentar pior do que a tática russa do deserto” – e dá sugestões de como evitar erros: “um Exército não pode dispensar uma linha de operações [...]”; “tal não sucederia se [...]”; “Não basta garantir Monte Santo”. (CUNHA, 2000, p. 53, 60)

Outra enunciação reveladora da suposta expectativa do leitor em conhecer mais sobre os fatos da guerra pode ser observada em uma das poucas cartas que possuem título: “Um episódio da luta”, escrita na Bahia, em 18 de agosto. Caracteristicamente informativo, o posicionamento aqui se aproxima do posicionamento comum às notícias modernas. Em pretérito perfeito, narra o episódio heroico em que alguns conselheiristas tentam destruir o canhão Krupp 32, mais conhecido como “a mata-

deira”, e acabam sendo mortos. A introdução da reportagem, “Em dias de junho último” (CUNHA, 2000, p. 100), porém, revela que o fato narrado tinha acontecido há mais de um mês. Ainda assim, era relevante jornalisticamente por ser desconhecido e, por isso, teria o interesse do leitor.

Por fim, na última reportagem escrita por Euclides em Canudos, em 1º de outubro, a suposta expectativa de conhecer os fatos do fim da guerra é ainda satisfeita. O leitor tem, então, diante de si, diversos momentos do conflito que parece estar em seu término, a descrição da morte de alguns chefes do Exército e o avanço da tropa. A narração é feita em terceira pessoa, mas a primeira pessoa do singular também é usada, para marcar no discurso a posição testemunhal do enunciador e, assim, produzir um efeito de credibilidade: “Vi caírem as primeiras vítimas sobre o acervo informe das ruínas da igreja”; “Ouvi nitidamente a ordem para que avançasse o 5º de polícia da Bahia”. (CUNHA, 2000, p. 208, 209) Nesta reportagem, Euclides abandona o posicionamento didático ou informativo e passa a dialogar indiretamente com seu leitor, geograficamente distante de Canudos:

Felizes os que não presenciaram nunca um cenário igual...  
Quando eu voltei, percorrendo, sob os ardores da canícula, o vale tortuoso e longo que leva no acampamento, sentia um desapontamento doloroso e acreditei haver deixado muitos ideais, perdidos, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue. (CUNHA, 2000, p. 218)

O enunciador, portanto, adjetiva de “felizes” os que não estavam na guerra – referindo-se claramente a seus leitores, com os quais compartilha seu desapontamento e a perda de ideais – e dá dramaticidade à cena, usando adjetivos, substantivos e verbos que expressam dor: “ardores”, “doloroso”, “agonizavam manchados de poeira e sangue”. Depois

desse aparente desabafo, volta a valorizar temas que interessavam particularmente ao leitor paulista: “Era a ala direita do batalhão paulista, correto sempre, severamente subordinado ao dever e pronto a enfrentar os perigos à primeira voz”. (CUNHA, 2000, p. 219)

### Suposta expectativa de familiaridade com o tema

Os eventos que cercam o batalhão paulista é tema recorrente em diversas reportagens de Euclides. Inclusive, após seu retorno a São Paulo, o único artigo que escreveu sobre Canudos foi intitulado “O batalhão de São Paulo”, em 26 de outubro de 1897. Neste, como em todos os outros que abordam o batalhão, o heroísmo é construído discursivamente: “Os *briosos soldados* que voltam da luta são *dignos do entusiasmo* com que o povo os recebe”. (CUNHA, 2000, p. 269, grifo nosso) A enunciação é marcada por dispositivos de valorização do batalhão, como se observa, por exemplo, no uso:

1. da primeira pessoa do singular – “Eu já sabia que o batalhão paulista chegara a Canudos realizando uma marcha brilhante e rápida”;
2. de adjetivos elogiosos ou qualificadores de consenso por opiniões favoráveis – “a *opinião unânime* dos habitantes daquela cidade traduzia-se num *elogio constante* ao procedimento da força deste Estado”; “*nem uma voz discordante* perturbava essa *manifestação absolutamente sincera e franca*, que *ainda perdura e persistirá*”;
3. do grau superlativo relativo do adjetivo – “enuncio um fato que me foi exposto pelas *pessoas mais sérias* da localidade”, “o *batalhão menos sacrificado*”;



4. da citação de fontes – “o general em chefe repetidas vezes me manifestou, com a franqueza excepcional que o caracteriza, a confiança inteira, absoluta, que lhe inspirava o batalhão de S. Paulo”;
5. do recurso retórico de nomear seu discurso como “a verdade”<sup>3</sup> – “Exponho lealmente a verdade”. (CUNHA, 2000, p. 269-273, grifo nosso)

O excesso de adjetivações valorativas do batalhão de São Paulo neste artigo, que praticamente só aborda tal assunto, parece ter como objetivo dar satisfação ao leitor paulista do sucesso de tal agrupamento durante a campanha. A referência ao batalhão já servira para dar relevância a textos anteriores – o que nos induz a pensar numa projeção enunciativa da expectativa de o leitor se aproximar do tema da guerra por algo que lhe fosse familiar.

A suposta expectativa de familiaridade com o tema envolve os saberes do leitor. Ao citar nomes de autores e usar referências culturais ou históricas sem explicações detalhadas, o enunciador conta com o conhecimento enciclopédico do coenunciador. Em nenhum artigo, por exemplo, Euclides especifica claramente o que foi a Vendaia. Igualmente, refere-se – mas não abre nenhum quadro explicativo, como o faria um jornal moderno – à “tática fulminante de César”,<sup>4</sup> ao “pincel funéreo de Rembrandt”<sup>5</sup> e a um “minotauro de 10 mil gargantas”<sup>6</sup>. (CUNHA, 2000, p. 61, 77, 113) Cita

---

3 Ratificar a veracidade de uma informação era prática comum no jornal da época, por causa dos constantes boatos. Euclides, em diversos artigos, faz referência às especulações e marca a credibilidade do que narra: “são informações seguras”; “confirma-se a notícia” (CUNHA, 2000, p. 141) – Queimadas, 2 de setembro.

4 A Nossa Vendéia, 17/7/1897.

5 Bahia, 12 de agosto.

6 Bahia, 20 de agosto.

Humboldt, Victor Hugo etc., menos em heterogeneidades<sup>7</sup> mostradas que constitutivas. Além disso, muitas vezes ele faz uma citação, mas não diz o nome do autor (prática comum na época), e, frequentemente, o faz na língua original e sem tradução: “Como verdadeiro herói [...] *De verre pour gémir, d'airain pour résister*<sup>8,9</sup> (CUNHA, 2000, p. 84, grifo do autor) – indicando que o leitor deveria também saber francês.

Nessas passagens, o posicionamento do enunciador é mais aproximado. O coenunciador passa a ser cúmplice dos seus saberes ou dos já compartilhados por ele: “as condições naturais do terreno [...], *como é sabido*”. Por isso, neste momento, dirige-se diretamente ao leitor: “*imagine-se agora a série de dificuldades que sobrevirão*” – Bahia, 20 de agosto. (CUNHA, 2000, p. 114, grifo nosso)

Este posicionamento de cumplicidade fica ainda mais explícito no texto de 5 de setembro, de Cansanção. Nele, Euclides explica que, sob o convite de dois frades franciscanos alemães, assistiu a uma missa e, em acentuada subjetividade, questiona admirado: “há quantos anos tenho eu passado indiferente, nas cidades ricas, pelas opulentas catedrais da cruz?” Depois, confessa, ironicamente: “e ajoelhei-me quando todos se ajoelharam e bati, como todos, no peito, murmurando com os crentes o *mea culpa* consagrado”. Por fim, dirige-se diretamente ao leitor, a quem tem por um semelhante, e roga, com o verbo no tempo imperativo negativo (que expressa, se não uma ordem, um pedido): “não me apedrejes,

---

7 Mesmo que não haja qualquer citação direta, o enunciado só adquire sentido quando relacionado a outros enunciados. A heterogeneidade pode ser mostrada ou constitutiva – sendo que “a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir [...] através do interdiscurso”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 75)

8 Verso comum à época, de Victor Hugo, do livro *Les chants du crépuscule*: “de vidro para gemer, de bronze para resistir”, conforme tradução de W. Galvão em *Diário de uma expedição*. (CUNHA, 2000, p. 84)

9 Bahia, 13 de agosto.

companheiros de impiedade; poupai-me livres-pensadores, iconoclastas ferozes! [...] eu não menti às minhas crenças e não traí a nossa fé". (CUNHA, 2000, p. 153)

Assim, então, a enunciação revela os contornos de seu leitor modelo: paulista, republicano, livre pensador e anticlerical. Da mesma forma, permite construir o *ethos*<sup>10</sup> do homem cientificista e cético que denuncia. Tal *ethos* é patente também na carta de 15 de agosto, Bahia. Nesta, ao explicar a chegada de tropas vindas de diversas regiões do Brasil, Euclides indica seu lugar de fala de homem branco e descendente de português:

Vêm [...] promanando de todos os pontos da *nossa* terra, [...] reunindo-se precisamente no *solo onde pela primeira vez aparecemos na história* - o paulista empreendedor e altivo, o rio-grandense impetuoso e bravo e o filho do norte robusto e resistente. [...] Parece um refluxo prodigioso da *nossa* história. Depois de longamente afastados, todos os elementos da *nossa* nacionalidade *volvem* bruscamente ao *ponto de onde irradiaram*. (CUNHA, 2000, p. 87-88, grifo nosso)

Com um discurso determinista e reducionista, o enunciador silencia a existência de índios nas diversas partes do território, antes de Pedro Álvares aportar na Bahia, e considera como o início da história a chegada do homem branco, com quem se identifica, ao usar a primeira pessoa do plural: "aparecemos" – por meio da qual identifica também o coenunciador. Esta era uma percepção comum aos homens letrados da época e, logo, condizia com a suposta expectativa de seus leitores.

---

10 *Ethos* é a personalidade do locutor revelada na enunciação (na articulação do verbal e do não-verbal) e não seus reais atributos.

## Suposta expectativa de confirmação das hipóteses correntes

Um último tipo de expectativa projetada pelo enunciador pode ser observado em cartas que abordam o sistema republicano ou o líder Antônio Conselheiro: a suposta expectativa de confirmação das hipóteses correntes. Na carta de 19 de agosto, por exemplo, Euclides cita o depoimento de um “jagunço adolescente”, do qual conclui:

Quanto a Antonio Conselheiro, ao invés da sordidez imaginada dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira mal tratada onde fervilham vermes - emolduram-lhe a face magra e macerada, longa barba branca, longos cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados. (CUNHA, 2000, p. 107)

Assim o enunciador responde à suposta expectativa do leitor de saber como era o Conselheiro, ainda que não confirme inicialmente as ideias correntes sobre ele. Contudo, dois parágrafos depois, Euclides ratifica a imagem negativa relacionada ao líder: “as ordens dadas, cumpridas religiosamente. Algumas são crudelíssimas e patenteiam a feição bárbara do maniaco construtor de cemitérios e igrejas”. (CUNHA, 2000, p. 108) Tal construção do personagem é mantida em outras reportagens: na de 23 de agosto, por exemplo, ele é o “grande homem ao avesso”, “inferior ao mais insignificante dos seres”. (CUNHA, 2000, p. 122, 123) Portanto, fica claro, nesses enunciados, o discurso do “nós” versus “eles”, já comum no jornal.

Na carta de Monte Santo, 6 de setembro, o enunciador interpela indiretamente o leitor: “a maioria republicana da nossa terra precisa conhecer toda a verdade desta situação dolorosa, pela voz ao menos sincera dos que aqui estão prontos para compartirem do sacrifício

nobilitador pela República". (CUNHA, 2000, p. 163) O leitor de um jornal republicano espera confirmar suas ideias favoráveis à República, lendo textos que elevem o caráter deste sistema político. Esta suposta expectativa é fartamente respondida por Euclides: "não se faltam homens que se disponham a morrer pela República varados pelas balas",<sup>11</sup> "a República é imortal!",<sup>12</sup> "viva a República".<sup>13</sup> (CUNHA, 2000, p. 171, 67, 225)

Como já dissemos, não era sempre que Euclides tinha novidades sobre as ações das tropas republicanas e, então, ele apenas confirmava hipóteses correntes ou confessava a falta de assunto. Ao precisar escrever, mas sem nada novo para contar, ele já inicia o texto prevenindo seu leitor: "nada ainda novo sobre a luta".<sup>14</sup> (CUNHA, 2000, p. 170) Esta citada ausência de notícias é recorrente em outras cartas, escritas enquanto o autor esperava a partida para Canudos: "será esta a última carta que escreverei deste ponto onde, involuntariamente, fiquei retido, lutando com uma falta de assunto extraordinária, que já deve ter sido percebida"<sup>15</sup> (CUNHA, 2000, p. 126) – justifica-se para o leitor, pelas cartas anteriores que talvez não tenham sido relevantes, pela carência de notícias.

Comentar o próprio processo produtivo é, de alguma forma, um tipo de autorreferencialidade ou metalinguagem. O enunciador justifica alguma ausência na sua escrita, usa a primeira pessoa do singular para indicar que testemunhou o fato, cita cartas anteriormente enviadas ou explica as formas de obtenção e seleção das informações: "não posso, nestas notas ligeiras, esboçar um quadro indefinível"; "a linguagem seca dos telegramas transmitiu para aí o fato, mas não o pôde definir"; "há

---

11 Monte Santo, 9-10 de setembro.

12 Bordo do Espírito Santo (nome do navio que o levou à Bahia), 7 de agosto.

13 Telegrama de 8 de agosto.

14 Monte Santo, 9-10 de setembro.

15 Bahia, 23 de agosto.

cerca de dez dias fui assaltado por uma notícia absolutamente inesperada. [...] Faltou-me o ânimo para transmitir a deplorável nova”.<sup>16</sup> (CUNHA, 2000, p. 76, 83, 131)

As referências feitas pelos meios de comunicação de cada época dizem muito sobre eles. Os exemplos oferecidos no último parágrafo apontam a naturalidade com que se comentava o processo produtivo no jornalismo, e mais, indica o paradigma jornalístico de então. O texto não tinha a pretensão de se confundir com o acontecimento e, portanto, admitia limitações e impossibilidades; o enunciador reconhecia problemas em sua escrita, os estados pouco favoráveis à sua produção e o processo de seleção das notícias.

Difícilmente, numa notícia segundo os parâmetros da moderna escrita jornalística, se encontraria, por exemplo, um trecho tão subjetivo e metalinguístico quanto o que segue:

É possível que das notas rápidas de um diário, em que os períodos não se alinham, corretos, disciplinados e calmamente meditados, ressumbrem exageros; é possível mesmo que eu os releia mais tarde com surpresa. Mas nessa ocasião estarei como os que agora as lêem – fora do círculo hipnótico de um entusiasmo sincero e não terei, como agora tenho, diante de mim a visão deslumbrante de uma pátria regenerada.<sup>17</sup> (CUNHA, 2000, p. 93)

Esse trecho não se destaca apenas por ser autorreferencial e por referir-se diretamente ao coenunciador, mas também pela temporalidade nele construída: menciona as “notas rápidas” do presente da enunciação, a possibilidade de releitura futura, sem esquecer o tempo

---

16 Os trechos aqui destacados são respectivamente das cartas de: Bahia, 12, 13 e 31 de agosto.

17 Bahia, de 18 de agosto.

do coenunciador, marcado pelo verbo no presente do indicativo e pelo dêitico “agora”.

Os dêiticos, que indicam a situação da enunciação, estão presentes em quase todas as cartas. Exemplos: “a situação é, porém, *hoje* muito diversa”; “*ontem* [...] o general Savaget teve bruscamente tolhida a sua marcha”; “dos que *hoje, neste momento*, devem estar chegando a Canudos”; “*aqui* chegamos às *cinco e meia* [...] São sete e meia. *Dentro de cinco minutos* reataremos a marcha”; “*partiremos amanhã cedo* para Monte Santo”; “completo *ontem* o cerco de Canudos, a luta correrá vertiginosamente, *agora*. Os sucessos de *hoje* o indicam”.<sup>18</sup> (CUNHA, 2000, p. 76, 82, 95, 130-131, 155, 182, grifo nosso) Tais dêiticos de pessoa, tempo e espaço são vestígios explícitos do enunciador ou do coenunciador e designam o dia anterior, posterior ou o próprio momento e lugar da enunciação. Mostram, enfim, como “os enunciados tomam como ponto de referência o *próprio ato enunciativo* do qual são o produto”. (MAIN-GUENEAU, 2002, p. 106, grifo do autor)

## A temporalidade da narrativa euclidiana

O tempo desliza na narrativa, mas pode também se imobilizar, significando ausência de mudança ou progresso. Na carta de Monte Santo, de 7 de setembro, a passagem do tempo tem um significado muito mais simbólico que cronológico: “e isto todos os dias, no mesmo lugar, às mesmas horas [...]. Tem-se a sensação esmagadora de uma imobilidade do tempo. A terra realiza a sua rotação eterna, os dias sucedem-se astronomicamente, mas não mudam aqui”. (CUNHA, 2000, p. 165) Para o enunciador, no sertão, o tempo parece não passar.

---

18 Esses trechos (com grifo nosso) são respectivamente das cartas de: Bahia, 10, 13, 16, 31 de agosto, Quirinquá, 5 de setembro, Canudos, 24 de setembro.

Contudo, comumente produzida no pretérito perfeito, a narrativa euclidiana enquadra fatos de um passado recente e também ativa a memória coletiva sobre acontecimentos históricos: Euclides cita a Independência, os Farrapos, os Bandeirantes, a Revolução Francesa e outros movimentos que, sob seu olhar, se aproximavam da Guerra de Canudos.

Já com pretensões de provocar o efeito de presentificação, no texto que ele escreve a bordo do navio em direção à Bahia (7 de agosto), o tempo relevado é o presente. O leitor segue suas descrições, como se presenciasse seu deslocamento: “corro os olhos pelo vapor”; “erguem-se, agora, [...] cúmulos pesados”. (CUNHA, 2000, p. 65, 67) Essa operação se repete em outras reportagens, como na de 10 de agosto, quando é descrito o cenário da população emocionada com os soldados convalescentes em Salvador: “o aspecto da rua comove [...]. Passam soldados que tornam dos sertões [...]. A população, vivamente emocionada, rodeia-os de uma simpatia respeitosa e espontânea” (CUNHA, 2000, p. 70). Tal visão presenciada por Euclides já havia se tornado passado quando chega aos leitores paulistas, mas permanece no presente do enunciado, como se pertencesse ainda ao momento em que aqueles percorrem os olhos sob o jornal. Tal quadro marca o tempo do enunciatador, mas, enquanto a guerra prevalecer, diz respeito também ao tempo do coenunciador, como uma constante, um eterno gerúndio. Em outras ocasiões, o enunciatador releva o próprio presente: “*escrevo rapidamente estas linhas, no meio do tumulto quase, enquanto a fuzilaria intensa sulca os ares a cem metros de distância*” – Canudos, 24 de setembro. (CUNHA, 2000, p. 182, grifo nosso)

O “presente do futuro” – ou seja, as previsões de algo que ainda não aconteceu, mas que está fortemente implicado no presente – também se encontra em boa parte dos textos. Por falta de uma notícia relevante, para dar alento aos leitores ou apenas como recurso retórico, a previsão esperançosa de uma vitória republicana é ratificada: em 7 de agosto,



“em breve pisaremos o solo onde a República vai dar com segurança o último embate”; em 10 de agosto, “os sitiados cederão pela fome [...] Está prestes a findar a doloríssima campanha”; em 12 de agosto, “o sacrifício feito pela República não irá além. [...] A campanha, prestes a findar, não fará mais vítimas”. (CUNHA, 2000, p. 67, 75-76, 79)

Contudo, a esperança traduzida em certezas sobre o futuro vai se diluindo nas reportagens posteriores, como lemos em 16 de agosto: “somos irresistivelmente levados a considerar a campanha, em vez de próxima ao seu termo, sob a sua feição primitiva, incompreensível, misteriosa”; e em 2 de setembro: “Quase que posso garantir que a luta não terminará pela exaustão lenta do inimigo [...] Este plano [...] tem o inconveniente de prolongar a campanha por muito tempo”. Em 24 de setembro, volta a esperança: “Creio que entramos no período agudo da luta que talvez não dure oito dias”; mas, já no dia 28, Euclides admite seu erro: “há três dias acreditei que os nossos antagonistas não poderiam resistir três horas [...] Mas lá estão [...] e não cedem”. Por fim, no último texto escrito em Canudos, a 1<sup>o</sup> de outubro, a anterior certeza se tornava dúvida confessa: “tudo é incompreensível nesta campanha: a batalha continuava mais acesa e mortífera”; “a verdade é que ninguém poderia prever uma resistência de tal ordem. [...] Tudo, porém, são surpresas nesta campanha original”. (CUNHA, 2000, p. 96, 142, 185, 196-197, 214, 221) De mestre a aprendiz, o enunciador deixa de lado o posicionamento pedagógico e mostra as suas incertezas.

## **Notícias telegrafadas**

Vimos que as reportagens, publicadas com dias e até um mês de atraso, narravam o acontecimento, mas os telegramas davam notícias dos fatos, de forma mais objetiva, direta e presentista. Nos textos telegrafados, o interesse do jornal e do leitor pelo cotidiano da guerra é evidente. Ali, a atualidade era construída não apenas pela revelação pública e no-

vidade, mas pela periodicidade quase diária e pelo efeito de simultaneidade entre o acontecimento, a escrita e a leitura. Nesse sentido, poderíamos afirmar que os enunciados dos telegramas se aproximam mais da dimensão de atualidade jornalística moderna. Vejamos alguns exemplos de tal efeito de atualidade, produzido principalmente por dêiticos temporais e espaciais e pela conjugação do verbo no presente: “*observo que nesta cidade há muito menos curiosidade sobre os negócios de Canudos do que aí e no Rio de Janeiro*”;<sup>19</sup> “*realiza-se agora o espetáculo promovido pelo comitê patriótico, em favor das vítimas de Canudos*”;<sup>20</sup> “*O marechal Carlos Machado Bittencourt, ministro da Guerra, permanece aqui por dois ou três dias apenas e seguirá logo para Monte Santo*”.<sup>21</sup> (CUNHA, 2000, p. 223, 226, 250 grifo nosso)

Poderíamos ainda dizer que o enunciado telegrafado já indica traços da notícia moderna, por ser mais factual e fragmentado do que as cartas dos correspondentes de guerra ou os comentários nos longos artigos do jornal da época. Vejamos:

Bahia, 12 de agosto

Instalou-se uma nova enfermaria para os feridos de Canudos, no mosteiro de S. Bento.

- Chegará amanhã o batalhão patriótico “Pais de Carvalho”, do Pará.

- Ao atravessar, em passeio, a cidade, o general Savaget foi espontaneamente saudado por multidão imensa.

- Seguem para o sertão com o ministro da Guerra, depois da vinda de todos os batalhões, cem praças de infantaria e vinte de cavalaria.

---

19 Bahia, 7 de agosto.

20 Bahia, 8 de agosto.

21 Queimadas, 1º de setembro.

- No dia 17, depois da vinda de todos os batalhões, segue para o sertão o Sr. ministro da Guerra acompanhado de cem praças de polícia e vinte de cavalaria.
- Chegou a Canudos a primeira turma de estudantes de medicina. (CUNHA, 2000, p. 228)

Vemos aí a fragmentação dos relatos, por limitações técnicas do próprio telegrama. São seis assuntos tratados em seis parágrafos, com cerca de duas linhas cada. Foi enviado às 15h30 e há outro com novas informações, do mesmo dia, enviado às 20h20, o que sinaliza a corrida já existente pela atualização das notícias.

Contudo, a linguagem do texto telegrafado diferencia-se da linguagem do jornalismo moderno: 1) pelo uso ocasional da primeira pessoa do singular (muito menos frequente que nas reportagens) – “*Visitei no quartel da Palma o coronel Carlos Teles [ ... ]. O general Savaget disse-me que a vitória é próxima e segura*”,<sup>22</sup> “*Envio na íntegra o plano do assalto de Canudos*”;<sup>23</sup> 2) pela pouca precisão das fontes, com expressões vagas e sem designação de nomes – “*Carta de Canudos hoje recebida diz que os jagunços estão encurralados no arraial, sob forte bombardeio*”,<sup>24</sup> “*Corre, sem que tenha visos de verdade, que [ ... ]. Conjectura-se que [ ... ]. Esta notícia carece de confirmação. É talvez mais um boato e nada mais*”;<sup>25</sup> 3) pelo constante julgamento de valor e pela explícita parcialidade, evidenciando o posicionamento do enunciador (no uso de pronomes e verbos na primeira pessoa do plural, bem como no abuso de adjetivos, advérbios etc.) – “*Aguardamos próxima vitória e termo da luta mais bárbara da*

---

22 Bahia, 7 de agosto.

23 Bahia, 14 de outubro.

24 Bahia, 12 de agosto.

25 Bahia, 16 de agosto.

*nossa história*”,<sup>26</sup> “Continua a resistência do *inimigo* [...] As *nossas* baixas são relativamente pequenas [...] O batalhão paulista tem acompanhado *brilantemente* os esforços *heroicos* do Exército. A *vitória é infalível*. A *República é imortal*”.<sup>27</sup> (CUNHA, 2000, p. 224, 266, 229, 233, 247, 264, grifo nosso)

Enfim, respeitando as diferenças já apontadas do fazer jornalístico ontem e hoje, poderíamos concluir, junto com Antonio Hohlfeldt (2009), que, por telegramas e por cartas, Euclides enviava informações do teatro das operações como um jornalista: “é o relato do *aqui e agora*, melhor característica do jornalismo, trazendo o distante para o perto e o passado para o presente, sempre atualizado”.

## Considerações Finais

Euclides da Cunha, correspondente de *O Estado de S. Paulo*, resumindo o acontecimento de Canudos à carga simbólica contida na metáfora da “Nossa Vendaia”, seguiu o mesmo esquema do jornal e, como os demais correspondentes de guerra, bipolarizou o acontecimento (no discurso do “nós” e “eles”), mantendo-se a favor das versões oficiais. Apenas no fim da campanha, ele pareceu revisar suas ideias sobre o conflito.

Na sua correspondência, publicada em 1897 pelo *Estado*, destacam-se quatro principais expectativas do leitor (supostas pelo enunciatador): a de obtenção de novos conhecimentos sobre a região; a de aquisição de novas informações sobre o acontecimento; a de familiaridade com o tema e a de confirmação das hipóteses correntes. Nas duas primeiras, que aparecem, sobretudo, nos textos iniciais – quando Euclides deslocava-se, até sua chegada a Canudos –, o posicionamento do enunciatador é didático e distanciado, concentrando-se em apresentar algo novo;

---

26 Bahia, 28 de agosto.

27 Monte Santo, 3 de outubro.

mas, nas segundas – quando se demorava em algum lugar, já sem notícias dos fatos, e após conhecer de perto a realidade da guerra –, seu posicionamento passa a ser cúmplice e aproximado – suas anteriores lições sobre a região e o conflito dão lugar à confirmação de conjecturas, mas também a incertezas e dúvidas explícitas.

Assim, ao reforçar hipóteses e apresentar novas informações, a cobertura do acontecimento por Euclides, em 1897, já respondia às duas funções, que, segundo Mouillaud (2002, p. 107), são as principais de um jornal: “a evocação (e o reforço) de um paradigma e a produção de uma diferença”.

Outra modalidade que ganhou relevo na análise foi a autorreferencialidade. Além de noticiar o conflito, descrever o cenário e dar satisfações sobre o batalhão de São Paulo, o enunciador partilhava com o leitor seu próprio processo de produção textual, se presentificando e explicando o funcionamento de tal sistema informativo.

Finalmente, não poderíamos deixar de pontuar a estrutura temporal do acontecimento no discurso jornalístico do fim do século XIX. Produzir um efeito de atualidade já era importante para tornar as notícias de então relevantes à leitura, mas tal efeito era menos ligado à instantaneidade ou à simultaneidade (tão importantes para o jornalismo moderno) que à revelação pública (ainda que de uma ocorrência antiga). Em tempos de telégrafo, as notícias mais atuais de Canudos datavam do dia anterior e eram fragmentadas. As reportagens, longas, ricas em detalhes e comentários, eram enviadas por carta e, portanto, publicadas mais de uma semana ou quase um mês após terem se passado os fatos ali narrados. Ainda assim, mantinham o interesse público, pelas revelações nelas contidas. Logo, a atualidade e a fragmentação (principalmente dos telegramas) já se impunham como características do jornalismo do fim do século XIX, mesmo que sob outras perspectivas – numa imprensa descomprometida com a imparcialidade e a objetividade, quando o texto tinha a liberdade de refletir cenografias diversas.

## Referência

- AGOSTINHO, S. *Confissões*. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Série Ouro).
- CANUDOS. *O Estado de S. Paulo*, 30 jul. 1897.
- CUNHA, E. *Diário de uma expedição*. Organização de Walnice Nogueira Galvão São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- FERREIRA, G. M. Contribuições da Análise do Discurso ao Estudo de Jornalismo. In: FRANÇA, V. et al. (org.) *Estudos de Comunicação*: livro do XI Compós. Porto Alegre: Sulinas, 2003. p. 263-282.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- GALVÃO, W. N. *No calor da hora*: a Guerra de Canudos nos jornais. 4a Expedição. São Paulo: Ática, 1994.
- GALVÃO, W. N. Nota editorial. In: CUNHA, E. *Diário de uma expedição*. Organização de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 29-37.
- HOHLFELDT, A. O repórter Euclides da Cunha em Canudos. In: *Mesa redonda O centenário de Euclides da Cunha – A epopeia de Canudos*, Porto Alegre, 2009.
- LIMA, Lidiane Santos de. *Comunicação em tempo de guerra*: Euclides da Cunha, os jornais e a campanha de Canudos. 2004. Dissertação (Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2004.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal*: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002. (Comunicação, 2).
- PINHEIRO, L. S. L. *A construção do acontecimento histórico*: o discurso do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário. 2012. 417 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

RESUMO histórico. *Grupo Estado*, São Paulo, [20—]. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>. Acesso em: 22 jan. 2009.

VENTURA, R. *Os sertões*. São Paulo: Publifolha, 2002. (Folha Explica).

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: EdUnisinós, 2004.

ZILLY, B. Canudos telegrafado: a guerra do sertão como evento de mídia na Europa de 1897. *Anos 90: revista do programa de pós-graduação em história*, Porto Alegre, n. 7, p. 59-87, jul. 1997.





# Disputas discursivas e violações na cobertura de assassinato de pessoas LGBT pelo jornal *Correio*\*

*Giovandro Ferreira*

*Clarissa Viana*

*Cassio Santana*

## Introdução

Este artigo tem como proposta analisar a cobertura de assassinato de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT)<sup>1</sup> realizada pelo jornal *Correio*, no período de 2013 a 2015. Para isso, propomos o seguinte percurso analítico: partimos de alguns dos conceitos da Análise dos

---

1 Atualmente, o movimento de combate da discriminação em função da orientação sexual utiliza a sigla LGBT, contemplando a luta de lésbicas, travestis e transexuais. Entretanto, a denominação desse movimento sofreu alterações ao longo dos anos - de Movimento Homossexual, para MGL, depois GLT e, posteriormente GLBT, incorporando a partir de 1999, os bissexuais e os transgêneros. (FACCHINI apud ROSSI, 2010)

Discursos que fundamentaram no nosso estudo, como os conceitos de semióse social, contrato de leitura e posicionamento discursivo. No momento seguinte, partimos para a análise da cobertura jornalística de assassinatos de pessoas LGBT, na qual levamos em consideração as condições nas quais o discurso está inserido, bem como nos voltamos para as matérias significantes, em especial, a operação de enquadramento realizado pelos títulos. Apresentaremos uma reflexão sobre como a evolução dos acontecimentos violentos envolvendo esta população possuem quadros que coincidem e que, muitas vezes, configuram um segundo nível de violação. O *corpus* de análise foi construído a partir da metodologia de semana construída proposta por Kayser (1953), na qual uma semana de cada mês foi selecionada, totalizando 24 semanas,<sup>2</sup> com alguns acréscimos de casos especiais que tiveram repercussão no período.

Como traremos mais a frente, entendemos o jornalismo como um objeto privilegiado para a análise das mudanças sociais, por integrar a rede complexa de produção dos discursos sociais. (VERÓN, 2004) A produção desses discursos, conforme proposto no conceito de semióse social, possui uma lógica de funcionamento interdiscursiva: “toda análise de discurso implica um certo dispositivo que é, se podemos dizer assim, um fragmento de tecido semiótico ‘arrancado’ do fluxo da produção social de sentido”. (VERÓN, 2004, p. 73) Em outras palavras, o discurso não pode ser visto de forma isolada, pois está articulado aos demais discursos que o circulam. Essas relações interdiscursivas integram tanto as condições de produção quanto as de reconhecimento de um discurso.

---

2 Este *corpus* corresponde a 23% do total de dias de um ano.

## O discurso jornalístico e seu caráter interdiscursivo

Os fenômenos cotidianos têm o seu significado construído a partir de um processo de semiose social (VERÓN, 1980, 1993): estão inseridos numa espécie de fluxo discursivo, condicionado pelos processos histórico, político-social. Nesse contexto, toda a produção de sentido está submetida a certas condições de produção, de modo que, ao nos debruçarmos sobre determinados produtos, poderemos, através da análise das diferentes matérias significantes que os compõem, identificar marcas ou rastros, entendidos como investimentos de sentido. (VERÓN, 1993) Nessa perspectiva, o discurso de um suporte sobre determinado tema não deve ser tomado isoladamente, tendo em vista a sua inserção no fluxo discursivo. Por outro lado, o discurso jornalístico põe em relação duas instâncias – a de produção e a de reconhecimento – que também estão submetidas a condições de produção e reconhecimento. Ou seja, produção e processamento dos sentidos são condicionados pelos aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais.

A problemática da relação do jornal com o leitor norteia a noção de contrato de leitura, proposta por Verón (2004). Segundo Verón, a relação se processa na variação das modalidades do dizer, no nível da enunciação, que funcionam como um dispositivo de enunciação ou contrato de leitura, que comporta: (1) a imagem e o lugar de quem fala, isto é, do enunciador; (2) a imagem e o lugar daquele a quem é destinado a mensagem, o destinatário; (3) e a relação entre ambos. (VERÓN, 2004) Para o estudo do contrato, são priorizadas as propriedades regulares do discurso que configuram invariantes discursivas. (VERÓN, 2004) Busca-se uma sistematização das propriedades dos discursos, tomadas em seu conjunto – em outras palavras, as operações são descritas articuladamente, visando a compreender a relação entre os elementos que os compõem.

Buscando avançar na relação entre o jornal e o leitor, o pesquisador Giovandro Ferreira (2006) propôs o conceito de posicionamento discursivo, que ultrapassa a dimensão do produto, ao levar em conta aspectos extradiscursivos do jornal, enquanto marca. Busca-se complementar a análise do contrato de leitura, no interior do produto, propondo um olhar mais atento para as estratégias dos jornais no ambiente concorrencial. Dito de outra maneira, o contrato leitura, embora fundamental para análise entre enunciador e destinatário, tem limitações analíticas, que seriam supridas por uma análise para além do produto. (FERREIRA, 2006)

Neste trabalho, partimos de alguns dos elementos da análise do contrato de leitura<sup>3</sup> proposta por Verón (2004), em que capas, títulos, fotos e legendas, enquadramentos, diagramação são analisados de forma integrada. Daremos, contudo, especial atenção aos títulos da matéria, por identificá-los como elos centrais na relação entre enunciador e coenunciador. Os títulos realizam, ainda, uma operação de enquadramento: apresentam “certas propriedades do discurso enquadrado”, ou seja, carregam “o ‘núcleo’ do processamento da informação”. (VERÓN, 2004, p.105) São duas as principais relações mantidas entre título e enquadramento: (1) metalinguística: de modo que o título classifica o discurso ou nomeia; (2) referencial: diz sobre algo, acrescenta significado.

Nossa análise integrará metodologia qualitativa (posicionamento discursivo) e quantitativa (análise de conteúdo), de modo a completar todas as etapas de análise. Esperamos com essa integração identificar as propriedades regulares do discurso do jornal *Correio* quando o tema é o assassinato de pessoas LGBT. No momento que segue, nos dedicaremos a uma breve reflexão sobre as condições que estão articuladas aos discursos atuais sobre a violência contra essa população.

---

3 Embora partamos dos princípios metodológicos propostos por Eliseo Verón na análise do contrato de leitura, outros elementos da metodologia como o estudo da recepção não foram utilizados.

## Direitos LGBTs: conquistas e disputas recentes

Como levantado no tópico anterior, a produção dos sentidos sociais possui uma dimensão interdiscursiva, o que demanda uma análise que leve em conta a sua inserção no tecido discursivo. Dessa forma, os discursos sobre violência contra pessoas LGBT estão marcados tanto pelas disputas por direitos lideradas pelos movimentos em defesa dessa população, quanto pelas reações contrárias ao reconhecimento de direitos civis.

O jornal, ao cobrir casos de violência ou ações do Estado voltadas à garantia da cidadania LGBT, dá visibilidade a esses embates, construindo enquadramentos e fazendo ecoar as diversas vozes dos atores envolvidos. Por meio das modalidades do dizer e das diferentes matérias significantes que o compõem, é construído, assim, um posicionamento que está submetido a condições de produção que envolve desde as rotinas produtivas, até o universo concorrencial, e as expectativas do público visado que se relacionam diretamente com as transformações históricas e culturais do período. Neste tópico, trataremos um pouco dessas condições de produção, levantando algumas das conquistas e disputas travadas pelas lideranças deste segmento.

A conquista de direitos pelo movimento LGBT é recente: o movimento, surgido no Brasil em 1978,<sup>4</sup> teve sua primeira vitória de impacto nacional em 1985, com a decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) de retirar o “homossexualismo” da classificação de patologias. (MELLO et al., 2012) Nesse período, a atuação do movimento era voltada para a afirmação da identidade dos homossexuais a partir do combate a expressões

---

4 Segundo Rossi (2010), a maioria das obras que relatam o surgimento do “Movimento Homossexual” no Brasil traz o ano de 1978 como o seu marco histórico. O autor destaca o surgimento do “Grupo Somos”, em São Paulo, como o primeiro grupo que atuou em defesa da população LGBT, bem como a criação do jornal “O Lâmpião da Esquina” publicado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais.

discriminatórias. Além da retirada do “homossexualismo como desvio e transtorno sexual” da Classificação Internacional de Doenças (CID), reivindicava-se a inclusão do termo “orientação sexual” na Constituição de 1988, bem como proibição da discriminação por “orientação sexual” do Código de Ética dos Jornalistas. (HOWES apud ROSSI, 2010) Já na década de 1990, a atuação do movimento LGBT voltou-se para o reconhecimento de direitos civis, como a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo, que viria acompanhada de outros direitos como a herança, benefícios previdenciários, entre outros. (ROSSI, 2010)

A Organização Mundial de Saúde alterou a Classificação Internacional de Doenças (CID) em 17 de maio de 1990, data que passou a ser reconhecida internacionalmente como o Dia de Combate à Homofobia. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia também adotou medida voltada ao combate à discriminação, tornando ilegal qualquer terapia que favorecesse a patologização da homossexualidade. Um dos embates discursivos travados pelo movimento, nesse sentido, foi a rejeição do termo “homossexualismo” por denotar um sentido negativo, associado a uma patologia. Rejeita-se, ainda, o termo “opção sexual” para remeter à orientação sexual dos indivíduos, por trazer o sentido de “escolha consciente” ou “voluntariamente alterável”.<sup>5</sup>

Se, por um lado, as mobilizações ocorridas nas décadas de 70 e 80 foram marcadas pela oposição ao Governo, sobretudo no período da Ditadura, por outro, a partir da década de 1990, com os primeiros casos de HIV/AIDS no Brasil, as organizações em defesa das pessoas LGBT tornaram-se parceiras do Estado na assistência e prevenção da doença. Houve um processo de institucionalização dos movimentos, com a criação de ONGs e profissionalização dos ativistas o que resultou, segundo autores como Mello e colaboradores (2012); Canabarro (2013) e Rossi (2010)

---

5 Ver definição de orientação sexual e homossexualidade disponível no site do GGB, ver: <http://www.ggb.org.br/orienta-homosexual.html>.

num distanciamento entre lideranças e a população LGBT, bem como numa dificuldade de realizar “mobilização massiva”. (MELLO et al., 2012, p. 155) Apesar dessa fragilidade causada pela potencial cooptação das organizações por governos, esse processo de institucionalização também possibilitou o fortalecimento das próprias organizações a partir do financiamento oferecido pelo Estado. (ROSSI, 2010)

Em 2008 ocorreu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que propôs um debate sobre a cidadania LGBT. No ano seguinte, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e criada uma subsecretaria dedicada à questão, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Em 2010, um Conselho de Combate à Discriminação LGBT foi criado, também vinculado à SDH. Apesar desses órgãos e programas, a “ausência de respaldo jurídico que assegure sua existência como política de Estado” (MELLO et al., 2012) faz dessas ações instáveis uma vez que dependem de vontade política e estão sujeitas às pressões dos setores contrários.

Depois de mais de uma década de disputas, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou por unanimidade resolução que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, reconhecendo-as como entidades familiares. A resolução veio acompanhada de uma onda contrária encabeçada, sobretudo, por lideranças e parlamentares religiosos. (MELLO et al., 2012) Aqui, cabe destacar que coube ao Poder Judiciário reconhecer os direitos civis da população LGBT, tendo em vista a reação de parlamentares contrários à questão.<sup>6</sup> O jornal *Correio* cobriu essas disputas, tanto no suporte impresso quanto no *online*. Considerando a importância da capa no discurso de um suporte, percebemos que a temática ocupou um lugar marginal, tendo

---

6 O primeiro projeto de lei prevendo a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi apresentado em 1995 pela deputada do PT, Marta Suplicy. (ROSSI, 2010)

em vista que os casos não chegaram à sua principal vitrine. Além disso, as matérias se atêm apenas à decisão do órgão, bem como à reação de parlamentares e do segmento religioso. Com o título “STF aprova união estável gay”, a notícia publicada no dia 6 de maio de 2011 evidencia os aspectos jurídicos – “casais homossexuais têm os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira estabelece para os casais heterossexuais” e “põe fim à discriminação legal”. Embora traga o número de uniões estáveis identificadas pelo Censo 2010 – 60 mil em todo país –, a notícia não dá voz aos envolvidos, recorrendo apenas a especialistas e à decisão divulgada pelo STF. Em contraste, na matéria publicada no dia 12 de maio do mesmo ano, a publicação reproduz nota da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

STF aprova união estável gay.  
(STF..., 2011, p 11)

Para CNBB, no caso dos gays, STF ‘ultrapassou os limites’.  
(PARA..., 2011, p. 11)

A análise das citações presentes nos títulos se faz útil pra compreendermos o posicionamento adotado pelo enunciador nesse caso. Consideramos que, na construção do seu discurso, o jornal faz ecoar múltiplas vozes (CHARAUDEAU, 2010), um fenômeno conceituado como polifonia – “enunciados nos quais várias vozes são percebidas simultaneamente”. (MAINGUENEAU, 2002, p. 138) Se no discurso direto, busca-se como efeito de sentido a autenticidade, por outro, no indireto, é reforçada uma suposta objetividade. Apesar de o modalizador “para” propor um distanciamento, a citação “ultrapassou os limites” acaba por enfatizar o discurso do segmento contrário. Já no primeiro título, o verbo “aprova” possui um efeito de sentido neutro, remetendo à ação e não às causas ou implicações da decisão.



Por outro lado, principalmente ao envolver artistas e celebridades como no caso da união civil entre Daniela Mercury e Malu Verçosa, o posicionamento discursivo é distinto. Além de manchete na contracapa da publicação, o evento ganhou cobertura com matéria de uma página. A manchete com o título “Bem-Casadas” –que remete ao doce distribuído tradicionalmente em festas de casamento–, acompanhado de foto das noivas abraçadas estabelecem uma relação de sincronia com o texto escrito, tendo como efeito de sentido a naturalização da união. As citações no interior da matéria, bem como nos elementos paratextuais, reforçam esta estratégia discursiva.

Daniela agora é minha esposa, minha família, minha inspiração para viver. Malu Mercury. Malu, no Facebook.

Estou muito feliz. Muito obrigada pelas mensagens gentis e carinhosas pelo nosso casamento. Bom Domingo! Viva o amor! Daniela, no Twitter. (BEM..., 2013)

Outra ação que sofreu pressões promovidas, sobretudo, pela Frente Parlamentar Evangélica, foi o Projeto Escola Sem Homofobia proposto pelo Ministério da Educação, que propunha a distribuição de seis mil kits de combate à homofobia em escolas públicas. Intitulado pelos opositores de “kit gay”, o projeto foi acusado de “estimular práticas homossexuais” e acabou por ser suspenso pela presidenta Dilma Rousseff em maio de 2011. (MELLO et al., 2012) O *Correio* cobriu a decisão e os embates travados no parlamento. Na matéria publicada no dia 26 de maio daquele ano, o enunciador nomeia o projeto de “kit gay”, através do título “Dilma suspende ‘kit gay’ do MEC”. Além de reproduzir discurso dos parlamentares que se opunham ao projeto com a denominação, o título coloca em oposição a presidenta e o Ministério da Educação, evidenciando os embates internos do governo.

Atualmente, o canal de maior visibilidade do movimento LGBT são as “Paradas do Orgulho LGBT”<sup>7</sup> organizadas em diversas cidades do Brasil. Apesar do caráter festivo, associado a uma espécie de carnaval fora de época – característica que leva a críticas sobre uma suposta despolitização – as Paradas têm o lado positivo promover uma desestabilização de “normas e convenções heteronormativas” que atribuem à orientação sexual diferente da heterossexual como anormal. (MELLO et al., 2012, p. 153) Nas matérias publicadas pelo *Correio*, nos dias 3 de junho e 31 de agosto de 2013, percebe-se uma disputa discursiva travada entre o movimento LGBT e os segmentos contrários à causa. Se, na primeira matéria, o título destaca o combate à homofobia e a quantidade de pessoas presentes nas ruas, na nota seguinte, é destacada a reação de um juiz que considera o espaço como impróprio para menores de 18 anos por considerar que adolescentes “não têm maturidade para decidir sobre sua opção sexual”. (JUIZ..., 2013, p. 6) Nesse caso, o enunciador colocou em oposição o discurso do juiz e de uma especialista, a partir de citação direta: “Acho que é um pouco inadequado considerar que a manifestação condicionaria alguma tendência à sexualidade”. (JUIZ..., 2013, p. 6)<sup>7</sup>. Portanto, é possível perceber o embate explícito, entretanto, o jornal tende a silenciar a questão da homofobia na cobertura de crimes motivados pelo preconceito contra a orientação sexual, como veremos mais à frente.

---

7 Esses atos remontam os episódios ocorridos em Nova Iorque, no bar *Stonewall Inn*, em 1969, que são associados à própria origem do movimento moderno de combate à discriminação contra homossexuais. (ROSSI, 2010; CANABARRO, 2013) Segundo Canabarro (2013, p.2), foi naquele ano em que ocorreu a primeira revolta contra a discriminação das pessoas por serem consideradas como “desviantes das normas sociais”. Rossi (2010, p. 70) aponta as décadas de 1950 e 1960 como o ponto inicial do “movimento homossexual”, por ter sido o período quando surgiram organizações política que combatiam a discriminação contra homossexuais.

## A Cobertura da Violência contra pessoas LGBT pelo *Correio*

O jornal *Correio* é um dos principais jornais da Bahia, com uma tiragem média semanal de 20 mil, tendo como principal concorrente o Grupo A Tarde, com os jornais *Massa!* e *A Tarde*. Depois de uma reformulação, o suporte adotou o formato tabloide, voltando-se para o segmento popular, com o preço de capa de 0,75 centavos. Têm-se, então, textos curtos, sobretudo na editoria 24h, onde são apresentados resumos das notícias do dia a dia. (FERREIRA et al., 2012)

A escolha de analisar o *Correio* foi motivada pela própria cobertura da publicação. No ano de 2013, um título do jornal sobre o caso do estudante Itamar Ferreira, declaradamente homossexual, morto por moradores de rua na Praça do Campo Grande, foi motivo de repúdio por diversos segmentos da sociedade civil, que viram no título um linchamento póstumo da vítima. No ano de 2015, mais um caso chamou atenção, agora acerca do assassinato do bailarino Reinaldo Pepe. A repercussão negativa fez o jornal retratar-se publicamente através de artigo<sup>8</sup> do pesquisador da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Leandro Colling, nos suportes impresso e online.

De acordo com pesquisa feita pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 312 gays, lésbicas e travestis foram mortos em todo o país no ano de 2013. Em 2014, houve um aumento (4,1%), totalizando 326 mortes. A Bahia ocupou, em 2013, a quarta posição entre os estados brasileiros mais violentos contra as pessoas LGBT, com 20 assassinatos. No ano 2014, esse número cresceu: 25 mortes, segundo relatório do GGB.

O *Correio* deu visibilidade a esses casos, com um número de matérias que corresponde à realidade retratada pelo relatório do GGB. Nos

---

8 Ver artigo "Leandro Colling: quando a imprensa dá mais uma facada", disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/leandro-colling-quando-a-imprensa-da-mais-uma-facada/?cHash=70df6f9be9a8e810a7a97b2caba25e02>.

dois anos, foram identificadas 32 matérias sobre oito mortes que ocorreram no período – pouco menos da metade do valor total, percentual compatível com amostra de 23% das edições adotada. A maioria dos casos ocorreu na Bahia e foi publicada na editoria *24h Bahia* (64,5%), pela política editorial da publicação de proximidade com os leitores. Casos especiais, de personalidades, com cargos ou posição de legitimidade na sociedade figuraram na editoria *Mais* (29%), onde são publicadas matérias com maior profundidade. Esses fatos também chegaram à primeira página e foram construídos como um acontecimento, com cada uma de suas etapas repercutidas.

As principais fontes convocadas a falar foram a polícia (48,4%), seguida das famílias das vítimas (19,4%). Percebemos uma dependência da fonte policial na construção de notícias sobre violência em geral e, especificamente, no caso de pessoas LGBT: enquanto a voz policial aparece com um “porto seguro” para a explicação do caso, os familiares são solicitados a esclarecer determinada conduta da vítima, seus hábitos, sua vida. Apesar da cobertura, identificamos que a dimensão da homofobia nos casos era invisibilizada, recorrendo-se ao latrocínio como explicação dos crimes. Entre outros fatores, poderíamos apontar como causa dessa invisibilidade a predominância do discurso policial nas matérias. Uma vez que não há uma tipologia deste tipo de crime, as autoridades policiais buscam no lugar comum as causas dos crimes: passional, roubo seguido de morte, etc. Nas próximas páginas, trataremos os principais quadros que possibilitaram a atualização dos acontecimentos violentos envolvendo vítimas LGBT.

### **A violência contra pessoas LGBT como acontecimento midiático**

Nos anos de 2012 e 2013 três assassinatos de homossexuais ganharam destaque na imprensa baiana, sobretudo, pela posição social ocupada pelas vítimas: o primeiro, Itamar Ferreira, estudante da UFBA, o segun-

do, Augusto Omolú, bailarino do Balé Teatro Castro Alves, o terceiro, Reinaldo Pepe, integrante do Balé Folclórico da Bahia. Esses casos são vistos como acontecimentos midiáticos, pois ultrapassaram o ordinário e impuseram novas atualizações à cobertura. O acontecimento é entendido como um fato “que se desdobra em novas aparições na mídia – com investigação, julgamento, sentenciamento. Essas aparições se configuram numa narrativa dramatizada, capaz de apresentar novos quadros ao público”. (MOURA, 2014, p. 70)

O ritual de cobertura de fatos violentos é semelhante: parte da identificação do crime em si, até as investigações que levam à prisão dos envolvidos. No caso de vítimas LGBT, entretanto, um novo quadro tem sido recorrente, sobretudo, na cobertura do *Correio*: a orientação sexual da vítima é colocada em questão, não associada a um possível crime de ódio, mas como um fator para uma espécie de linchamento moral que começa na divulgação de informações pela polícia, ratificada sem questionamento pelos órgãos de imprensa. Como veremos a seguir, esse foi um quadro presente nos três acontecimentos citados, trazendo um segundo nível de violação às vítimas, desta vez, simbólica, sem que haja possibilidade de defesa. Nas mortes de Itamar, Omolú e Pepe, os quadros que possibilitaram uma atualização do acontecimento e sua própria presença na esfera de visibilidade pública foram 1) comoção pela morte/ enterro; 2) prisão dos acusados, que se desdobra em 3) investigação sobre as motivações do crime e, por consequência, o linchamento midiático ao associar a orientação sexual das vítimas às causas dos acontecimentos.

A Universidade Federal da Bahia é a palavra âncora que vai acompanhar a quase totalidade dos títulos das matérias sobre a morte do estudante Itamar Ferreira. O mesmo ocorreu nos demais acontecimentos: as vítimas eram constantemente associadas às instituições às quais faziam parte enquanto bailarinos. Esse foi o elemento motriz para a cons-

trução do primeiro quadro, que tem como efeito de sentido a comoção. Esta operação discursiva pode ser identificada nos títulos que seguem.

Dor e cobrança. (DOR..., 2013)

Luto na Dança. (LUTO..., 2013)

CRIME REINALDO PEPE

Estrela da Companhia

Famílias e amigos destacam talento e força de solista morto a facadas (ESTRELA..., 2015)

Nos três casos, os títulos são formados sem a presença de um verbo, a partir de uma operação discursiva que prioriza a sua dimensão metalinguística (VERÓN, 2004), ou seja, de nomear os acontecimentos sem fazer referência aos fatos especificamente. Entre os exemplos citados, apenas o terceiro utiliza o chapéu e o subtítulo para referenciar o acontecimento e conduzir o leitor no processo interpretativo. Por outro lado, as imagens que os acompanham, neste quadro, reforçam o efeito da comoção. As fotografias, geralmente de arquivo, são acompanhadas de legenda que remetem à posição social ocupada pelas vítimas: "Itamar: intercâmbio nos EUA" e "Um dos mais importantes da dança baiana [...]".

Após despertar o interesse dos leitores com o primeiro quadro da descoberta do corpo, associado ao mistério envolto no crime e, em seguida, manter sua atenção com a comoção, o enunciador traz uma nova atualização: a prisão dos envolvidos. Nesse ponto, os títulos priorizam a sua dimensão referencial: carregam as principais atualizações do caso e são acompanhados de antetítulos que localizam os acontecimentos ou os nomeiam, a exemplo dos títulos a seguir. As fotografias, em sua maioria, testemunhais –que registram o momento da prisão –ou de re-

trato dos acusados, servem para completar a cena e amparar o próprio discurso.

#### ASSASSINATO NO CAMPO GRANDE

Preso a loura suspeita por morte do estudante de comunicação. (MALU..., 2013)

#### BAHIA VIOLÊNCIA

Assassino de Omolú é preso em Portão

Rapaz diz que crime aconteceu após discussão sobre programa.

(ASSASSINO..., 2013, p.18)

#### CRIME SOLISTA DO BALÉ FOLCLÓRICO

Preso em Muritiba, Wallysson admite ter matado Reinaldo Pepe.

(SUSPEITO..., 2015)

Diretamente ligada ao quadro da prisão dos acusados, o quadro que segue dá início ao julgamento moral que o enunciador reverbera. No caso Itamar, a cobertura foi mais cruel no dia 15 de abril, ao estampar na contracapa –última página do jornal normalmente exposta em bancas de revista –o título “Sexo grupal atraiu aluno da UFBA para emboscada”. O título está acompanhado de um antetítulo e de um subtítulo, oferecendo um percurso interpretativo construído pelo jornal. Neste conjunto de títulos do *Correio*, o que provocou o assassinato foi a busca do Itamar pelo sexo grupal. A utilização do verbo “atraiu” no pretérito perfeito coloca a versão de um dos acusados como um fato dado. Neste caso, o depoimento é reproduzido pela polícia por meio da delegada e, em seguida, ratificado pelo enunciador, dando à sua palavra um estatuto de verdade que implica num julgamento moral. Neste enquadramento, Itamar e Ednilson foram agredidos por adotarem um comportamento socialmente recriminável: buscaram por sexo grupal, em praça pública,

com desconhecidos. Nesse sentido, “sexo grupal” possui uma relação de causalidade com a morte do estudante. O mesmo julgamento ocorreu com o caso de Pepe, no título “Morte por R\$ 20”, embora a utilização do verbo “diz” no subtítulo proponha certo distanciamento que coloca o discurso do acusado em questionamento, ao contrário do que vimos no caso de Itamar.

#### ASSASINATO NO CAMPO GRANDE

*Sexo grupal atraiu aluno da UFBA para emboscada*  
Presos pela PM, moradores de rua confessam o crime: objetivo do grupo era roubar o estudante. Parentes e amigos cobram segurança e justiça.  
(SEXO..., 2013)

#### SALVADOR REINALDO PEPE

*Morte por R\$ 20*  
Assassino diz que matou bailarino depois de briga por valor do programa  
(MORTE..., 2015)

No caso Omólú, criou-se uma contradição entre a sua relação matrimonial e a suposta causa da morte – “discussão sobre programa”, versão contestada pela família: “Família duvida de programa, mas comemora prisão de acusado”. (ASSASSINO..., 2013a, p. 19) Um questionamento semelhante pôde ser identificado no caso Itamar com Ednilson, no qual o jornal reitera a versão de que testemunhas teriam visto os dois “namorando”, embora a vítima negue o envolvimento sexual. O questionamento chega ao ponto de colocar as versões da vítima e dos acusados no mesmo patamar, como se todos devessem explicar-se.



## Considerações Finais

Podemos nos perguntar: qual importância da orientação sexual das vítimas, tanto para a cobertura jornalística como para fins de elucidação do caso? Poderíamos responder: por conta de uma possível motivação homofóbica, pelo menos no que diz respeito à elucidação do caso. Contudo, essa hipótese mostra-se no mínimo equivocada. Percebe-se uma leniência do jornal em, de fato, buscar respostas sobre a presença ou não da homofobia nos crimes. A versão policial, o latrocínio, tem maior capilaridade e espaço na matéria, enquanto que as circunstâncias que poderiam fundamentar uma possível tese de homofobia são tratadas como marginais ou são imediatamente descartadas. Pode-se argumentar que cabe à polícia a prerrogativa da investigação, entretanto, caberia ao jornalismo problematizar versões oficiais, confrontando-as com outras que surgem e que são rapidamente desconsideradas. Por fim, as próprias vítimas são convocadas a explicar-se, embora não possam fazê-lo, cabendo à família o papel da negação.

Percebemos uma aparente contradição no posicionamento discursivo do *Correio* na cobertura de questões relacionadas ao universo LGBT, que resulta de uma série de fatores: desde a política editorial do veículo, até os embates discursivos que circulam e que ecoam em suas páginas. Por um lado, em temas como o reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo, é possível identificar um viés positivo, que tende à naturalização desse direito civil. Por outro, quando o tema é a violência sofrida por homossexuais, a simples ratificação do discurso policial leva a um segundo nível de violação, desta vez, simbólica, cometida pelo próprio veículo.

Esses casos ilustram um comportamento comum na cobertura da violência em geral, sobretudo, na Bahia: a recorrência da polícia enquanto fonte quase exclusiva, sendo divulgadas, não só os aspectos técnicos (indiciamento, provas etc), mas também as suas aberrações, como fo-

ram expostas acima. É construída uma relação de nós *versus* eles, nos casos estudados – eles os homossexuais, os moradores de rua; e nós os heterossexuais, os moradores da região. Há uma exposição de pessoas, suas privacidades. Somente para citar algumas das deformações praticadas pelo veículo. A imprensa constrói sua voz, em especial, pela maneira como ela articula as diferentes vozes no interior de suas páginas. Aquele que aparece para explicar um caso, uma situação e outros, como as famílias de Itamar, Omolú e Pepe, que vêm para se explicar. Há, então, dois aspectos a serem observados. Um é a oportunidade ou não de ter voz num veículo de comunicação, outro, são as circunstâncias, as condições, as modalidades dessas diferentes vozes no interior das matérias, que vão compor a voz do jornal. Nesse contexto, fontes como o movimento LGBT aparecem como uma voz marginal, quase nula, apenas para supostamente seguir o modelo de apresentar os diferentes lados.

## Referências

- ASSASSINO de Omolú é preso em Portão. *Correio*, Salvador, 6 ago. 2013a. Mais, p. 18-19,
- ASSASSINO diz que matou bailarino depois de briga por valor do programa. *Correio*, Salvador, 15 abr. 2013b. 24h Bahia, p. 18.
- BEM casadas. *Correio*, Salvador, 14 out. 2013. Caderno 1. p. 40
- CANABARRO, R. P. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2013, Passo Fundo. *Anais [...]*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela S. M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- COLLING, L. Quando a imprensa dá mais uma facada. *Correio*, Salvador, p. 2, 19 mar. 2014.
- DANIELA discursa contra a homofobia e racismo durante a Parada Gay. *Correio*, Salvador, 3 jun. 2013. 24h Brasil, p. 32.
- DANÇA triste. *Correio*, Salvador, 4 jun. 2013. Mais., p. 20-21

- DILMA suspende quite gay do MEC. *Correio*, Salvador 26 maio 2011. 24h Brasil, p. 10.
- DOR e cobrança. *Correio*, Salvador, 15 abr. 2013. Mais, p. 28-29.
- ESTRELA da Companhia. *Correio*, Salvador, 17 mar. 2015. Mais, p. 14-15.
- FERREIRA, G. et al. (org.). *A construção da violência na TV e em jornais impressos da Bahia*. Salvador: Edufba, 2012
- FERREIRA, G. M. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mudanças na problemática da análise do discurso. *Eptic*, São Paulo, v. 8, n. 1, 2006.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: relatórios 2013/2014*. Salvador, [2014?]. Disponível em: <http://www.midianews.com.br/storage/webdisco/2014/02/14/outros/747486191270d149b81fdfe548b921d1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- MALU Fontes: um lugar para beijar. *Correio*, Salvador, p. 2, 16 abr. 2013. p. 2.
- JUIZ proíbe crianças em Parada Gay de domingo. *Correio*, Salvador, 31 ago. 2013. 24h Bahia, p. 6.
- LUTO NA DANÇA. *Correio*, Salvador 03 de junho de 2013. 24h Bahia, p. 31.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELLO, L. et al. Questões LGBT em debate: sobre desafios e conquistas. *Sociedade e Cultura*, v. 15, p. 151-161, 2012.
- MORTE e mistério na praça. *Correio*, Salvador 14 abr. 2013. Mais, p. 26-27.
- MORTE por R\$20. *Correio*, Salvador 19 mar. 2015. Mais, p. 24-25.
- MOURA, C. V. M. *Um emissor e dois enunciadores: a violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- PARA CNBB, no caso dos gays CTF “ultrapassou os limites”. *Correio*, Salvador, 12 maio 2011. 24h Brasil, p. 11
- STF aprova união estável gay. *Correio*, Salvador, 6 maio 2011. 24h Brasil, p. 11.
- SUSPEITO de matar principal bailarino do Balé Folclórico é preso em Muritiba. *Correio*, Salvador, 17 mar. 2015. Mais. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/suspeito-de-matar-principal-bailarino-do-bale-folclorico-e-presos-em-muritiba/>. Acesso em: 24 abr. 2015.

KAYSER, J. *Une semaine dans le monde: étude compare de 12 grands quotidiens pendant 7 jours*. Paris: Unesco, 1953.

ROSSI, A.J. *Avanços e limites no combate à homofobia: uma análise do processo de implementação do Programa Brasil sem Homofobia*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SEXO grupal atraiu aluno da UFBA para emboscada. *Correio*, Salvador, 15 abr. 2013. Capa.

STF aprova união estável gay. *Correio*, Salvador, 6 maio 2011. 24h Brasil, p. 11.

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

VERÓN, E. *A produção do sentido*. São Paulo: EdUSP: Cultrix, 1981.

VERÓN, E. *La Semiosis Social*. Barcelona: Gedisa, 1993.

# O Observatório da Imprensa em duas perspectivas enunciativas

*Nisia Rizzo de Azevedo*

## **Introdução: Análise dos discursos numa ótica enunciativa**

Como bem expôs o filósofo francês Michel Pêcheux na questão posta no título de seu último livro publicado, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, em que revê toda a sua produção anterior, a Análise do Discurso (AD) estuda a dinamicidade do discurso social e é simultaneamente afetada por ela, pois tanto o discurso como os sujeitos que os constituem são constituídos por ele e passam por transformações de acordo com o contexto sócio histórico. Disso resulta a “naturalidade” com que os conceitos de discurso variam ao longo do tempo e a depender da filiação de seus teóricos, embora sua definição primeira corresponda à sucessão de frases, como

mencionado no artigo inaugural, publicado na revista *Languages*, em 1969, por Zellig Harris, ao cunhar o termo “análise do discurso” para descrever procedimentos distribucionais para unidades transfrásticas. Mas de antemão sinalizamos que, neste artigo, o sentido de discurso é o de “lugar de investimento de sentido” (VERÓN, 2004a, 61) não limitado à matéria linguística, mas dele fazendo parte também outras matérias significantes, como o sistema de títulos, por exemplo.

Tal posicionamento está afinado com o que constitui, a partir dos anos 1980, a semiologia de terceira geração, não mais atrelada a análises imanentistas de uma primeira geração de estudos circunscrita às possibilidades de produção de sentidos nas relações de denotação e conotação que valorizavam a mensagem em si mesma. Tampouco se inscreve no contexto da segunda geração de estudos semiológicos, datada dos anos 1970 e responsável por introduzir na análise dos discursos sociais o processo enunciativo e a noção de “produção de sentidos” como caminho fértil para pesquisas futuras. A atual fase, de terceira geração, agrega em definitivo o estudo dos “efeitos de sentido” como agenda de pesquisa.

É possível nesta terceira fase falar de “efeitos de sentido”, mas não mais de “sentidos”, como de forma coerente o demonstra o *Dicionário de Análise do Discurso* de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, no qual não se encontra isoladamente o verbete “sentido”, senão agregado à expressão “efeitos de”. Para Verón, a terceira fase da semiologia é responsável por englobar “o processo que vai desde a produção de sentido até o ‘consumo’ de sentido, no qual a mensagem é um ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações”. (VERÓN, 2004a, p. 171, tradução nossa)<sup>1</sup> Trata-se do trinômio produção-reconhe-

---

1 “... el proceso que va desde la producción de sentido hasta el “consumo” de sentido, donde el mensaje es un punto de pasaje que sostiene la circulación social de las significaciones”.

cimento-circulação, do qual cada uma de suas partes, isoladamente, pode gerar uma gama significativa de pesquisas.

Também neste artigo optamos pela denominação pluralizada para esse campo de estudos, que provém da ideia de que a análise de discursos tem origem não só na AD de tradição francesa, mas é também tributária de uma abordagem anglo-saxã. (PINTO, 2002, p. 11; VERÓN, 2004a, p. 60-62) Verón aponta a abrangência do termo discurso, porque a análise discursiva não se limita à matéria linguística, mas inclui o corpo e a imagem, por exemplo, como matérias significantes; não se restringe a uma concepção singularizada de discurso, como se sobre ela fosse possível fazer uma teoria geral descontextualizada – segundo ele, não se pode falar “do discurso” como se falava “da língua”, de modo singularizado; e ainda reúne uma série de postulados para uma abordagem do discurso como um fenômeno de produção (e reconhecimento) social do sentido. Ou seja, a pluralização evidencia “a contextualização dos discursos, onde a produção, a circulação e o engendramento dos efeitos se realizam no interior da sociedade, na presença e concorrência de outros discursos”. (FERREIRA, 2003, p. 267-8)

A filiação teórica dos estudos que embasam a análise de discursos que empreendemos em nossa pesquisa assenta-se também em uma concepção enunciativa do discurso, para a qual a presença do “outro” no discurso é um fator importante para evidenciar o sentido dos discursos postos em circulação. Esta noção é tributária dos estudos pioneiros de Bakhtin, a partir da crítica à concepção saussuriana objetivista e abstrata para a qual a língua era um sistema monológico. Os estudos empreendidos por Bakhtin situam-se no campo das ciências da linguagem e da poética sociológica e criam uma abordagem dialógica do discurso constituída como “ciência das relações” de cariz cognitivo, construtivista e metalinguístico, voltada inicialmente ao estudo de como o romance constitui-se por uma diversidade discursiva. (MACHADO, 1995)

No campo da Linguística, a definição de discurso como “impacto do sujeito no texto” (DUBOIS, 1969 apud FERREIRA, 2003, p. 265) também conduz ao conceito de “enunciação”, assim direcionando a noção de discurso ao processo de interação intersubjetiva. Nessa concepção também há uma correlação com a definição clássica de discurso de Émile Benveniste, que o considera “o ato mesmo de produzir um enunciado” pelo processo de “enunciação”, que significa “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. (BENVENISTE, 1989, p. 82) Considerado o responsável pela (re)incorporação da subjetividade aos estudos do discurso, Benveniste ocupa-se mais de analisar o processo de enunciação e não puramente o enunciado, a partir de uma estrutura de diálogo. (MUSSALIM, 2001) Trata-se do processo de apropriação da língua em que o enunciador inscreve-se no discurso e inscreve o outro numa relação “eu-tu” insinuada por marcas pronominais. “O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”. (BENVENISTE, 1989, p. 87, grifo do autor)

Para Michel Foucault (2009, p. 110), campo enunciativo é uma “rede verbal em que o efeito de contexto pode ser determinado”. É a condição de existência do enunciado, pois “uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um *campo enunciativo* em que apareça como elemento singular”. (FOUCAULT, 2009, p. 111, grifo nosso) Nesse sentido, não há enunciado livre, neutro e independente, mas sempre fazendo parte de um conjunto, integrando-se em um jogo enunciativo. Daí que os enunciados possam ser repetidos, mas a enunciação seja sempre única, singular.

O conceito de campo enunciativo ou discursivo também remonta à teoria dos campos sociais, do sociólogo Pierre Bourdieu, e foi introduzida na AD por Dominique Maingueneau, com as noções de “universo” e “espaço” discursivos – a primeira mais ampla e a segunda mais restrita do que campo discursivo. Trata-se de um conjunto de posicionamentos



discursivos, termo considerado “uma das categorias de base da análise do discurso, que diz respeito à instauração e à conservação de uma identidade enunciativa” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 392) que possuem entre si uma relação de concorrência, delimitando-se reciprocamente.

O campo discursivo não é uma estrutura estática, mas um jogo de equilíbrio instável. Ao lado das transformações locais, existem momentos em que o conjunto do campo entra em uma nova configuração. Ele também não é de forma alguma homogêneo: há posicionamentos *dominantes* e *dominados*, posicionamentos *centrais* e *periféricos*. Um posicionamento ‘dominado’ não é necessariamente ‘periférico’, mas todo posicionamento ‘periférico’ é ‘dominado’. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 92, grifos do autor)

Um exemplo que ilustra a diversidade de posicionamentos discursivos coexistentes em um mesmo campo enunciativo é o discurso científico, como procedimento em que determinados conceitos são mais operacionais que outros (colocados à margem ou silenciados) em um determinado tipo de análise e muitas vezes as marcas de subjetividade são “apagadas” intencionalmente em favor de uma impessoalidade ou efeito de neutralidade que, ao mesmo tempo, marca um determinado lugar de fala ou posicionamento discursivo. Assim nos explica Foucault (2009, p. 104):

Não é preciso, na verdade, reduzir o sujeito do enunciado aos elementos gramaticais de primeira pessoa que estão presentes no interior da frase: inicialmente, porque o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma linguístico; em seguida, porque um enunciado que não comporta primeira pessoa tem, ainda assim, um sujeito; enfim e sobretudo, todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa (quer seja

em primeira ou segunda pessoa) não têm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado.

O que Foucault faz é fundamentar teoricamente o descolamento que há entre o sujeito empírico e o sujeito do discurso, que não se relacionam de forma biunívoca, e nos mostrar em seguida que um mesmo sujeito empírico pode assumir posições enunciativas diferentes. Além disso, para o filósofo, os discursos são reflexo de uma dispersão do sujeito, posto que o discurso é “um campo de regularidades para diversas posições de subjetividade” e “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”. (FOUCAULT, 2009, p. 61)

## Sistema de títulos como enunciação

Uma das matérias significantes analisadas em nossa pesquisa, além do texto propriamente dito e de aspectos gerais na disposição da primeira página do *website* do Observatório da Imprensa, é o sistema de títulos por ele empregado. Tal sistema funciona como um conjunto enunciativo que auxilia a identificar o posicionamento discursivo do veículo analisado. Além disso, sua composição engloba aspectos linguísticos e plásticos, posto que os títulos fazem parte de um sistema mais amplo que é a diagramação da *webpage*. Para compreender melhor como funciona esse sistema no jornalismo impresso, o francês Maurice Mouillaud (1997) dispôs sua teoria enunciativa, adaptável a outros suportes que utilizam sistema de titulação semelhante, como a *web*.

Esse sistema inclui uma conjunção de títulos utilizados com o objetivo de orientar não só a leitura da página, mas também a compreensão da informação pelo leitor. Metaforicamente, funciona como “mapa” enciclopédico representado pelo jornal, pois agencia elementos diversos para produzir/construir enunciados que traduzam o conhecimento a respeito

do mundo. Há os títulos fechados, invariantes porque marcam uma identidade para o veículo de comunicação, destacados em geral na forma de títulos-assunto no topo das páginas internas do jornal e marcando nomes das editorias ou seções. O próprio nome do jornal pode funcionar como um título invariante, embora algumas vezes possa tomar forma diferenciada em edições especiais. Já as páginas externas de uma publicação impressa, a primeira e a última, são abertas e mais “sensíveis”, no sentido de que são imprevisíveis e as últimas a serem fechadas em uma edição, pois dependem da hierarquia atribuída pelo jornal aos fatos, o que faz com que apresentem uma diagramação sempre peculiar.

Mouillaud (1997) chama a atenção de que o sistema de títulos de um jornal também tem valor interpretativo, pois representa um jogo enunciativo que remete aos assuntos, a partir de marcas de uma relação do veículo de comunicação com a noção de atualidade. Os títulos anafóricos,<sup>2</sup> por exemplo, são muito comuns na imprensa e se reportam aos assuntos como já conhecidos pela audiência, delimitando tanto um saber compartilhado, como um espaço de repercussão ou continuidade do acontecimento, cujo tempo de existência é determinado midiaticamente. Nesse tipo de título são eliminadas as marcas de temporalidade e inseridas as nominalizações. Constitui-se o que Mouillaud chama de “presente atemporal”, uma noção de tempo arbitrada pelo veículo de comunicação, descolada da temporalidade histórica e totalmente vinculada à atualidade como um valor-notícia, marcando assim uma “dilatação” do tempo presente para o momento da leitura. Assim é que o sistema

---

2 Anáfora, em uma concepção textual, diz respeito a “uma expressão cuja interpretação referencial depende de outra expressão (ou outras expressões) mencionada no texto e geralmente chamada de seu *antecedente*”. (KLEIBER, 1993a, p. 22 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 36, grifo do autor) Em uma concepção cognitiva, a anáfora traz um referente já partilhado com o interlocutor, sem a necessidade de explicitá-lo porque seus elementos já estão fornecidos pelo contexto situacional.

de títulos funciona como topografia da página ou espinha dorsal de um periódico, organizando e hierarquizando as informações.

Os títulos informam e captam a atenção do leitor, revelando simultaneamente e respectivamente suas funções referencial e retórica. Servem ainda como “moldura do discurso”, segundo Verón, e são “parte da macroestrutura semântica do texto”, segundo van Dijk, organizando os textos segundo a ordem externa da diagramação. Antunes (2007) também trata o sistema de títulos como “moldura” e sinônimo de “perigrafia” do texto, segundo ele “‘entradas’ que permitem julgar e avaliar o texto (artigo) sem ter propriamente ‘entrado’ nele”. São, citando Compagnon, uma “cenografia” para o texto, sua silhueta e, citando Genette, constituídos por significados econômicos e culturais. Desempenham ainda um triplo papel: atrair o olhar do leitor, orientar a leitura e constituir uma imagem de marca da publicação, segundo Souza, reduzindo o tempo de leitura de um jornal. Em resumo, os títulos ocupam lugares diferentes no interior de uma publicação: o do peritexto do jornal e o do peritexto do artigo.

O primeiro remete aos elementos tendencialmente invariantes no interior da publicação (seu nome, a indicação de editoriais, os cadernos). O peritexto do jornal aparece, segundo Mouillaud, como um conjunto de princípios de repartição e classificação do conteúdo informacional transformando o conteúdo da publicação em “realidade”. Já o peritexto do artigo indica os elementos que variam de acordo com uma mesma proposição referencial dada na matéria (são os títulos, subtítulos, intertítulos, chapéu<sup>3</sup>, olho<sup>4</sup>, legenda, assina-

- 
- 3 Palavra ou expressão de valor anafórico colocada acima do título, que indica o assunto tratado no(s) texto(s) logo abaixo dela. Pode servir para orientar o leitor quanto a coberturas de repercussão mais longa ou em relação a subtemas relacionados a uma determinada editoria ou página. Exemplos: Economia (editoria) e Caso Mensalão ou Moradia (chapéus ou cartolas). (MARTINS FILHO, 1997)
  - 4 Recurso de edição que mostra os melhores trechos de textos longos, em geral com até três linhas, e serve para “arejar” a leitura. É muito comum em entrevistas pingue-pongue. (MARTINS FILHO, 1997)

turas, pé com indicação de serviços etc.) e são decisivos para a organização visual da página e a indicação do valor da informação. (notas nossas)(ANTUNES, 2007, p. 242)

## **Análise dos dispositivos de enunciação**

Em uma análise de discursos, podem-se examinar especificamente os tipos de relações entre o enunciador, na posição de suporte de imprensa, e seu coenunciador ou leitorado, como propõe Eliseo Verón, ao discorrer sobre os dispositivos de enunciação presentes no discurso midiático. Segundo ele, tais dispositivos são constituídos por “matérias significantes” –além da matéria linguística, tudo o que a circunda, como fotografias, ilustrações, diagramação, sistema de títulos etc, tomados em conjunto em relação ao texto– que são “o lugar de investimento de sentido” e servem para situar como se posicionam os suportes de imprensa e seus correlatos em outros meios de comunicação diante de seus concorrentes, seu leitorado e seus anunciantes, demarcando assim sua singularidade e sua sobrevivência no mercado comunicacional massivo.

O sistema analítico proposto pelo autor argentino está apoiado em uma teoria enunciativa e propõe a identificação de três questões fundamentais: 1) a imagem daquele que fala ou a posição do enunciador “E” – a imagem que atribui a si mesmo aquele que fala ou a relação de quem fala com o que diz; 2) a imagem daquele a quem se dirige o discurso ou a posição do destinatário “D” (ou coenunciador), também definida pelo produtor do discurso; e 3) a relação entre o Enunciador e o Destinatário (E-D), proposta no discurso e por meio do discurso. Deve ser ponto pacífico que tanto “E” quanto “D” não são sujeitos empíricos, mas entidades discursivas.

Assim é que um determinado enunciador pode colocar-se, no discurso, de forma mais distante ou próxima de seu destinatário, a depen-

der da relação estabelecida no discurso e verificada pelos embreantes<sup>5</sup> de pessoa (pronomes pessoais), por exemplo. Se há uma relação mais próxima, pode-se estar evocando a participação do leitor, a constituição de uma equipe (nós, nosso, tempos verbais na primeira pessoa do plural etc.) ou ainda demarcando uma relação de cumplicidade entre “E-D”. Já a relação mais distante entre “E-D” pode trazer consigo um papel pedagógico ao enunciador, que classifica, hierarquiza, quantifica e formula perguntas ao destinatário de modo impessoal, objetivo, em uma relação de poder assimétrica.

Verón faz ainda uma distinção entre enunciado e enunciação na aplicação da análise dos dispositivos de enunciação. Para ele, o enunciado inscreve-se na ordem do que se diz ou, de forma aproximada, é da ordem do conteúdo; enquanto a enunciação corresponde ao dizer e suas modalidades ou, em outras palavras, às maneiras de dizer. O autor usa o exemplo de dois enunciados que trazem *a priori* uma mesma informação, mas pela maneira como são construídos apresentam posicionamentos discursivos diferenciados: “Pedro está doente” e “Creio que Pedro está doente” não possuem o mesmo sentido. O primeiro enunciado traz uma evidência, enquanto no segundo há uma crença.

Muitos suportes midiáticos são indistinguíveis do ponto de vista do conteúdo, segundo Verón, pois há uma grande homogeneidade em certas zonas de concorrência e circularidade de assuntos. Desta forma, a especificidade de cada um, assim como seu fracasso ou êxito, mede-se

---

5 Segundo Maingueneau, enquanto o processo de “embreagem” diz respeito ao conjunto de operações por meio das quais um determinado enunciado ancora-se na situação enunciativa, o termo “embreante”, sinônimo de “dêitico” e “elemento indicial”, denomina os elementos que marcam a embreagem no enunciado. Os embreantes de pessoa são os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas (eu, tu/você, nós, vós); os determinantes meu/teu, nosso/vosso/seu e suas formas femininas e plurais; os pronomes o meu/o teu, o nosso/o vosso/o seu e suas formas femininas e plurais. Há ainda os embreantes temporais e espaciais, representados pelos advérbios e locuções adverbiais respectivas. (MAINGUENEAU, 2002, p. 108)

pelas modalidades de dizer o conteúdo, que nos remetem simultaneamente aos terrenos da semiologia e da retórica e de sua concepção de *ethos*<sup>6</sup> discursivo, assim como às formulações de Verón sobre a tríade produção-circulação-reconhecimento dos discursos sociais.

## O pioneirismo do Observatório da Imprensa

Antes de expor as análises realizadas, é importante contextualizar nosso objeto de pesquisa. Trata-se dos discursos de crítica midiática produzidos pelo Observatório da Imprensa<sup>7</sup> (OI), monitor de mídia pioneiro no país desde 1996 quando começou suas atividades inicialmente na web de forma inovadora, em uma época em que ainda eram pouquíssimos os portais de notícias e *sites* institucionais brasileiros. Apesar de também ser exibido na TV, desde 1998, e possuir versão radiofônica, desde 2005, escolhemos analisar o *website* pela acessibilidade maior do conteúdo em comparação ao rádio e à TV, ainda que hoje em dia a maioria dos programas de rádio e TV do OI já estejam disponíveis também no *website* do monitor, conferindo-lhe um caráter multimídia.

A opção pelo Observatório da Imprensa como objeto de análise deriva de quatro fatores fundamentais: 1) a regularidade na produção de seu conteúdo, iniciando com edições quinzenais, depois semanais e, atualmente, edições-base semanais e atualização diária; 2) a legitimidade de seu editor principal e um de seus fundadores, o jornalista Alberto Dines,

---

6 A noção de “*ethos* discursivo” constitui o “triângulo da retórica antiga” aristotélica: instrução pelos argumentos (*logos*), comoção pelas paixões (*pathos*) e insinuação pelas condutas (*ethos*). Mas, para Maingueneau, não se restringe à persuasão de um auditório. Compõe-se também de um “tom” e de uma “cenografia” específica. São ainda um conjunto de traços psicológicos, físicos, gestos e vestimentas que animam o orador quando ele profere seus discursos, manifestando-se como “maneira de ser” que conduz a uma “maneira de dizer” peculiar. (MAINGUENEAU, 2008)

7 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>

alcançada graças à destacada atuação como editor de jornalismo impresso diário no Brasil; 3) a visibilidade que extrapola a *web*, chegando à televisão e ao rádio, nos quais também possui versões de suas críticas midiáticas; e 4) o grande número de acessos de seu *site* e nas redes sociais, em especial o twitter, no qual possuía 248 mil seguidores até julho de 2014.

O percurso do OI e a trajetória profissional de Alberto Dines caminham paralelos às condições que levaram a cobertura jornalística brasileira a adotar a crítica de mídia como prática discursiva corrente. Como editor do *Jornal do Brasil* em plena ditadura militar, na época um dos mais importantes diários nacionais, hoje em versão apenas digital,<sup>8</sup> Dines contribuiu para a organização das instituições jornalísticas brasileiras, como a instauração de editorias, das reuniões de pauta e departamento de pesquisa nas redações. No *Jornal do Brasil* (JB), “avisava” aos leitores, emnotascifradas sobre meteorologia, que com a instauração do AI-5, em 1968, o jornal estaria sob censura do regime militar. De 1962 a 1973, elaborou o embrião de sua atual ocupação com crítica de mídia: os *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*, de autocrítica do JB, inspirados nos *Winners and Sinners*, do *The New York Times*. O último de seus exemplares transformou-se mais tarde em um dos livros mais importantes de jornalismo no país: *O Papel do Jornal e a Profissão de Jornalista* (1974). Em 1973, foi demitido do JB depois de obedecer literalmente às orientações do jornal de não dar manchete sobre a morte do presidente chileno Salvador Allende, publicando matéria de capa inteira sobre o assunto, sem a manchete.

No exílio profissional como professor-visitante na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, acompanhou a prática do *media criticism* na cobertura do primeiro grande escândalo político-midiático, o Watergate, que resultou na renúncia do presidente Richard Nixon, em

---

8 Site: <<http://www.jb.com.br/>>



1974. De lá retornou ao Brasil, em 1975, para escrever uma coluna diária de política na *Folha de S.Paulo* e assumir a sucursal do jornal no Rio de Janeiro, no momento de reforma no jornal e distensão política no governo Geisel. Nasce nesse período sua primeira coluna semanal de análise da imprensa nacional, na *Folha*, a *Jornal dos Jornais*, interrompida em 1977 por ingerência novamente da ditadura militar.

O cenário dos anos 1970, quando Dines inicia suas primeiras atividades de crítica de mídia, era de uma completa ausência da prática discursiva crítico-midiática nas páginas dos jornais brasileiros. Para Dines, isso era sintoma de uma extrema reserva do setor jornalístico, que compreendia a crítica de mídia, naquela época, como tabu. *“Grandes jornalistas amigos meus diziam: ‘Mas, Dines, o que é que você tá fazendo? Nossa vida não pode ser tornada pública. Há um segredo profissional...’. E eu falava: ‘Mas pelo amor de Deus, não é nada disso...’ E hoje você vai a seminários em ambientes os mais conservadores e se está discutindo a imprensa em termos até bastante rigorosos, o que há 35 anos seria impensável”*.<sup>9</sup>

Em meados dos anos 1990, após um longo período de pesquisas em Portugal, Dines decide implantar um observatório de mídia brasileiro, mais uma vez em um momento conturbado de nossa história política: época do primeiro *impeachment* da América Latina, em 1992, ao presidente Fernando Collor, com apoio da imprensa e da sociedade brasileiras. O nome vem da França (Observatoire de la Presse), com passagem por Lisboa, onde de fato iniciou suas atividades, em 1994, como Observatório de Comunicação de Portugal, do qual Dines é cofundador. A iniciativa portuguesa reunia palestras e seminários para discutir e praticar a crítica midiática e foi replicada aqui no Brasil, nos auditórios da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), mas não deu certo por falta de uma cultura nacional de participação em palestras,

---

9 Entrevista com Alberto Dines, em 14 de julho de 2011, por telefone, para nossa pesquisa.

mesmo em ambiente universitário, como pontuou o editor adjunto do OI, Mauro Malin.<sup>10</sup>

O Observatório da Imprensa representa a culminação de um movimento de “convocação para a requalificação da imprensa brasileira que, dez anos depois da redemocratização, parecia dominada por outra ditadura: o *marketing*.” (DINES, 1996) Havia uma excessiva oferta de brindes pelos veículos impressos em detrimento da qualidade do conteúdo jornalístico com o intuito de atrair mais leitores. É o que Dines chamou de “brindodependência”, espécie de “acomodação” dos leitores, que passavam a não exigir qualidade jornalística da imprensa nacional. (DINES, 1996)

O passo decisivo foi a instauração do Observatório de Imprensa na *web*, para só depois passar a outros meios de distribuição. O veículo de crítica midiática nasce assim aberto à participação dos internautas, em uma extensa rede de colaboradores que contribui com cerca de 70% dos textos que o OI publica semanalmente, como informa um de seus editores, Luiz Egypto.<sup>11</sup> Segundo ele, essa pode ser a causa do Observatório estar cada vez mais popular nas redes sociais, em especial o Twitter, no qual os textos mais indicados são os publicados pelos colaboradores.

Em resumo, o Observatório da Imprensa nasce em 1996 no ciberespaço nacional inicialmente vinculado ao meio universitário, mas sem pretensões acadêmicas. Dois anos antes de sua inauguração na *web*, foi apoiado pelos professores Carlos Vogt e José Marques de Melo, do Labjor da Unicamp, e recebeu inicialmente apoio do Instituto Uniemp.<sup>12</sup> O auxílio financeiro espontâneo da Fundação Ford, no entanto, é que foi decisivo para a divulgação internacional do projeto como experiência replicável e sua autossustentabilidade por meio da implantação do

---

10 Entrevista concedida em 11 de julho de 2011, por telefone, para nossa pesquisa.

11 Entrevista feita no dia 7 jun. 2011, por telefone, também para esta pesquisa.

12 <http://www.uniemp.org.br/>

departamento de captação de anúncios. O Observatório digital hoje se mantém com a venda de *banners* em suas *webpage* e recursos do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), entidade civil, não governamental e não partidária. De acordo com seu estatuto, não pode aceitar financiamento de partidos políticos, governos, empresas, veículos de comunicação, fabricantes de armas, bebidas alcoólicas e cigarros, para em tese garantir-lhe uma crítica mais autônoma.

### **Seleção da amostra e objetivos da pesquisa**

O material coletado em nossa pesquisa foi selecionado segundo uma adaptação do método de análise de conteúdo “semana construída”, do francês Jacques Kayser, que fez escola na América Latina nos estudos sobre a mídia realizados pelo Ciespal,<sup>13</sup> entre os anos 1950 e 1960, quando ainda não havia cursos universitários de jornalismo na maioria dos países latino-americanos. O método tem como escopo selecionar aleatoriamente uma semana de um determinado período de uma publicação analisada.

Como selecionamos dois anos de publicação no *website* do OI, ou seja, os anos de 2009 e 2010, e as edições são semanais, usamos como critério para garantir maior abrangência para a amostra a composição de uma semana de publicação de cada mês em ordem cronológica. Assim, a amostra compõe-se da primeira semana do primeiro mês, a segunda semana do segundo mês, a terceira semana do terceiro mês e a quarta semana do quarto mês, recomeçando a contagem, nos casos de não haver uma quinta semana do quinto mês, para a primeira semana do quinto mês e assim sucessivamente.

Foram selecionados os textos-manchetes de cada edição e o primeiro texto do editor Alberto Dines a aparecer no rol de chamadas da

---

13 <http://www.ciespal.net>

edição, que totalizariam 48 artigos distribuídos em 24 edições. Mas eliminados os casos em que as manchetes também eram assinadas por Dines, o material verbal resultou em 34 textos distribuídos igualmente nos dois anos. Nesse período, os textos de Dines foram manchete 14 vezes, totalizando com os textos assinados por ele e que não foram manchete da edição um percentual de 70% dos textos selecionados com a assinatura dele. Ou seja, de antemão já se pode inferir o viés editorialista e a univocidade do material analisado.

Os conteúdos analisados são problematizados segundo uma abordagem discursiva e a partir de uma questão central: se os observatórios de mídia constroem um lugar de monitoramento do discurso jornalístico para si, como eles edificam simultaneamente lugares de fala para a mídia e para o leitor no jogo enunciativo que propõem? De modo específico, a investigação procurou identificar as relações propostas pelo Oi, por meio de seu discurso, com a mídia e seu leitorado, a atuação dele na construção de seus discursos e suas propostas de mudanças para o jornalismo contemporâneo.

### **Análise do sistema de títulos e dos dispositivos de enunciação**

Existe um padrão no sistema de títulos das matérias de nossa amostra. Todos ocupam a posição à esquerda da primeira página abaixo do título invariante “Hoje”, indicando a recência das chamadas e o sistema de atualização diária cristalizado no site, apesar de as edições mudarem todas as terças-feiras. Todos também trazem um chapéu em vermelho, cor que chama a atenção do leitor e que é reproduzida nas Tabelas 1 e 2 a seguir, além de uma relação de complementaridade com os títulos propriamente ditos que os seguem.

Os chapéus do *corpus* funcionam como títulos de valor anafórico, pois não só indicam o tema tratado nos textos como remetem a assun-

tos cobertos pela mídia que, em tese, já são conhecidos pela audiência. Um título anafórico serve para criar uma relação de cumplicidade com o leitor, como se o Observatório enunciasse, ao iniciar um “debate” com ele, que ambos sabem do que vai ser tratado, há um conhecimento prévio compartilhado a respeito da realidade a ser analisada. Por isso, há menções breves aos acontecimentos nos artigos do OI, sem se deter em detalhes privilegiados pelo lide: o quê, quem, quando, onde, como e por quê? O que o Observatório de Imprensa mais traz à tona são aspectos silenciados pelos veículos de comunicação, contextualizações necessárias à compreensão das coberturas jornalísticas e novas propostas de enquadramento para os fatos.

Contudo, depois de promover a partilha de um conhecimento comum e insinuar uma relação de cumplicidade com seu leitorado nos títulos anafóricos (chapéus), o OI traz, nos títulos propriamente ditos, uma demarcação clara de seu posicionamento crítico a respeito do assunto em pauta. Essa estrutura está mais claramente expressa nos títulos nº 3, 5, 7, 8, 10, 14, 15 e 16, na Tabela 1, e nos títulos nº 22, 24, 26, 29, 30, 31 e 34, na Tabela 2. Ou seja, primeiramente há uma demarcação do tema partilhado com o leitor para, em seguida, ser apresentada a crítica do OI.

TABELA 1 - SISTEMA DE TÍTULOS (2009)

EDIÇÃO	DATA	Nº	TÍTULOS
519	6/1	1	CRISE FINANCEIRA GLOBAL. A mídia, o mercado e a fraude (Luciano M. Costa)
		2	FOGO SOBRE GAZA. UOL em pé de guerra (Alberto Dines)
524	10/2	3	CASO PAULA OLIVEIRA. Afobação em lugar da investigação (Alberto Dines)
529	17/3	4	COBERTURA POLÍTICA. O Senado sob pressão (Alberto Dines)
535	28/4	5	LEI DE IMPRENSA REVOGADA. O comportamento ambíguo dos jornais (Alberto Dines)

EDIÇÃO	DATA	Nº	TÍTULOS
536	5/5	6	ÀTOMOS & BITS. Opiniões custam pouco, notícias custam muito (Luiz Weiz)
		7	LEITURAS DO FIM DE SEMANA. Falta sintonia com o leitor (Alberto Dines)
541	9/6	8	MÍDIA SOBRE A MÍDIA. A crise sem disfarces (Alberto Dines)
547	21/7	9	SARNEY ENCALACRADO. O que ficará para a história (Luciano M. Costa)
		10	FELIPE MASSA ACIDENTADO. Os jornalões se mexeram (Alberto Dines)
552	25/8	11	IMPrensa & STF. O fórum simbólico (Alberto Dines)
553	1/9	12	FÉ & RADIODIFUSÃO. Os riscos da intolerância (Euguênio Bucci)
		13	2ª GUERRA MUNDIAL. A primeira guerra midiática (Alberto Dines)
559	13/10	14	LEITURAS DO FIM DE SEMANA. A vanguarda do atraso (Alberto Dines)
564	17/11	15	IMPrensa E JUDICIÁRIO. O poder poupado (Alberto Dines)
569	22/12	16	CRIANÇAS NA MÍDIA. O que o Ministério das Comunicações se nega a ver (Vânia Carneiro)
		17	CASO SEAN. Uma história de amanhã

TABELA 2 – SISTEMA DE TÍTULOS (2010)

EDIÇÃO	DATA	Nº	TÍTULOS
571	5/1	18	DIREITOS HUMANOS. Os fanáticos ensandecidos (Alberto Dines)
576	9/2	19	CRÔNICA E REPORTAGEM. Em busca de um jornalismo para o século 21 (Tomás Eloy Martínez)
		20	SALINGER & JOBS. Comparando o incomparável (Alberto Dines)

EDIÇÃO	DATA	Nº	TÍTULOS
581	16/3	21	VIOLÊNCIA SEXUAL. Crimes sem punição (Alberto Dines)
587	27/4	22	LEITURAS DE VEJA. A reserva de mentiras (Luciano M. Costa)
		23	LEGIONÁRIOS DE CRISTO. O sigilo que se esvai (Alberto Dines)
588	4/5	24	LULA NO EL PAÍS. Repercussão mal ajambrada (Alberto Dines)
593	8/6	24	COPA & ELEIÇÕES. A torcida e a liturgia do cargo (Alberto Dines)
599	20/7	26	ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS. Com o dedo na ferida (Luciano M. Costa)
		27	VIOLÊNCIA URBANA. Wesley temia os tiros; morreu com o lápis na mão (Alberto Dines)
604	24/8	28	HUMOR NAS ELEIÇÕES. Liberdade de fazer rir (Luciano M. Costa)
		29	FATO & NOTÍCIA. O reality show dos mineiros chilenos (Alberto Dines)
606	7/9	30	CASO ERENICE GUERRA. O método Veja de jornalismo (Alberto Dines)
611	12/10	31	DEBATE DOS PRESIDENCIÁVEIS. Oportunidade desperdiçada (Alberto Dines)
616	16/11	32	TÚNEL DO TEMPO. Pensamento único, o retorno (Alberto Dines)
622	28/12	33	DILMA PRESIDENTE. Imprensa paz e amor (Luciano M. Costa)
		34	DILMA PRESIDENTE. Incrível, Sarney na oposição (Alberto Dines)

Dos títulos anafóricos, todos grafados em caixa alta, são retiradas na edição do veículo as marcas de temporalidade e os verbos de ação e privilegiadas as nominalizações. Esse processo traz para a superfície textual a reprodução de “uma voz autorizada” ou uma leitura preferencial

do tema em questão dada pelo observatório. Assim acontece com a totalidade dos títulos do OI, como pode ser observado nas tabelas.

Abaixo dos títulos propriamente ditos, aparecem como informação complementar os nomes dos autores dos textos, um recurso também importante para definir a leitura do material e uma marca da relação do sistema de títulos com o peritexto do artigo. A importância da assinatura do autor do texto como recurso definidor da leitura advém do descolamento entre a credibilidade atribuída pelo leitor a um veículo e a confiança que o leitor deposita em determinado colunista em particular, por exemplo.

A composição formada pelo título invariante “Hoje”, o chapéu, o título propriamente dito e a assinatura do autor do texto funciona como um jogo enunciativo, pois relaciona todo o sistema de títulos ao peritexto da *webpage* e o peritexto do artigo. Assim é que se pode afirmar, em um exercício interpretativo, que os chapéus e seus títulos complementares marcam um posicionamento do OI em relação a uma maneira de dizer (*ethos*) que lhe é peculiar, um tom crítico, de modo geral adjetivado, instigador de polêmica e incitador do diálogo. Há também um tom irônico nos títulos, em especial nos textos assinados por Alberto Dines (ver Tabelas 1 e 2), alertando o leitor de que ele precisará não só conhecer de antemão os fatos criticados, mas também fazer um esforço intelectual maior para acompanhar e compreender o debate proposto.

Os chapéus seguem alguns modelos que se repetem em nossa amostra. Quando não recorrem ao clássico “Caso ‘X’”, repetem a fórmula bipolar, com dois temas unidos pela conjunção “e” ou um “&” estilizado. Há uma fórmula também recorrente, que indica o exercício do OI de análise da cobertura do final de semana, considerada pelo monitor a edição mais importante. Quando não há um grande assunto nas edições dominicais dos grandes jornais, mas alguns fatos de interesse mediano em coberturas fragmentadas, o OI apresenta em um mesmo texto um comentário geral indicado no verbete “Leituras do fim de semana”. Já a



fórmula textual em que o chapéu coincide com o nome do assunto tratado no título inicia-se com “O que”, marcando explicitamente a relação de complementaridade de um com o outro. São exemplos os títulos nº 9 e nº 16, que juntos podem ser substituídos pelas formulações: “Um Sarney encalacrado é o que ficará para a história” e “O Ministério das Comunicações nega-se a ver as crianças na mídia”.

O OI demarca, assim, em seu sistema de títulos, um posicionamento crítico a respeito da mídia, não só por seus títulos invariantes –seu nome, o *slogan* “Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito” e os nomes das seções –quanto pela relação das chamadas de capa com os peritextos da página e do artigo. Com relação ao peritexto do artigo, cabe também observar que o sistema de títulos exerce sobre o texto, obviamente, um princípio sumarizador, cuja função é resumir o assunto de que trata e simultaneamente chamar a atenção do leitor para o tema e em que perspectiva ele será criticado. Isso ocorre em alguns deles, que anunciam um determinado posicionamento do OI em relação às coberturas jornalísticas, em geral por meio de adjetivos ou de certo tom irônico. Há adjetivações que revelam de antemão nos títulos o posicionamento que virá no texto a respeito das coberturas, como nos títulos nº 5, 18, 24, 31, 32 e 34. Mas há títulos em que não há adjetivação explícita, mas a seleção de substantivos empregados com valor adjetivo, como os títulos nº 29, 30 e 33.

Na análise dos dispositivos de enunciação, temos um enunciador que observa a mídia e cria para si mesmo um lugar que transita entre o distanciamento do papel de crítico da mídia em um tom professoral que ensina a forma correta de praticar (para os jornalistas) e de ler (para o cidadão comum) o discurso jornalístico, ao mesmo tempo em que demarca um lugar de cumplicidade com a mídia e o leitor em muitos momentos, como quando se coloca respectivamente na condição de sujeito que fala no interior de uma prática discursiva jornalística e como leitor da mídia.

As críticas feitas pelo OI à grande mídia reúnem aspectos deontológicos, sem tomarmos um código deontológico em particular como referência, pois se reportam a princípios éticos gerais da prática social jornalística, como o respeito ao direito fundamental do cidadão à informação, garantido constitucionalmente em nosso país; o respeito ao direito de resposta das fontes de uma cobertura jornalística; a presunção de inocência das fontes; o combate a todo tipo de violência ou incitamento à violência; o resguardo do anonimato de fontes, quando crianças ou adolescentes etc.

Outro aspecto importante observado nos discursos do OI são as críticas ao silenciamento de questões que a mídia não divulga porque afetam seus interesses políticos e corporativos, tensionando forças e até mesmo deslocando a própria mídia de seu lugar de fórum de debates de questões públicas. Observamos que a prática discursiva da crítica à mídia também vem se legitimando por meio do discurso do OI nas críticas de caráter técnico quanto às formas de apuração, escolha das fontes e questões concernentes à construção do texto jornalístico.

## Considerações finais

O sistema de títulos empregado na amostra auxilia, como demonstramos, a compor a “cena enunciativa” em que se desenrolam as considerações críticas a respeito da mídia feitas pelo OI, reforçando o estabelecimento de uma polarização assimétrica de discursos ou vozes que pode ser mais complementada pela análise dos dispositivos de enunciação. Mas do exercício demonstrativo da análise de tais dispositivos no *corpus* da pesquisa trazemos por ora algumas considerações gerais a respeito desse tópico. De um lado, há o lugar de fala autorizado do OI, próprio de um enunciador fincado na posição de “mestre”, que quer ver prevalecer seu ponto de vista e o faz assumindo um tom militante, crítico e irônico, ao mesmo tempo representando os acontecimentos criticados a partir

do que considera a maneira deontologicamente correta de praticar o jornalismo. Por outro lado, o OI cria um lugar de fala para o leitor situando-o na condição de “aprendiz”, aquele que precisa das orientações a respeito da forma correta de praticar (para os jornalistas) e de ler (para o cidadão comum) o discurso jornalístico, para compreender melhor os problemas sociais, políticos, econômicos etc. e quiçá promover mudanças nas práticas jornalísticas.

Os posicionamentos do Observatório de Imprensa em relação à mídia também reforçam o desenho de uma situação de crise no jornalismo brasileiro. Primeiro, porque para o observatório a mídia nacional não obedece de modo satisfatório aos procedimentos deontológicos considerados por ele ideais, haja vista no *corpus* o predomínio de avaliações negativas do OI a respeito do comportamento da mídia, em relação às neutras e positivas. Segundo, porque nossa mídia ainda não alcança os moldes internacionais considerados ideais pelo OI, seja pela falta de transparência na relação com o leitor, pela pouca profundidade e/ou pela contextualização inexistente ou nula na cobertura dos acontecimentos, ao contrário dos diários-modelo do OI, o americano *The New York Times* e o espanhol *El País*.

O receituário do bom jornalismo normatizado pelo OI e constante no *corpus* analisado inclui recomendações para apurar melhor as informações para garantir a veracidade do relato; tornar mais transparentes os interesses envolvidos nos acontecimentos midiáticos e não sonegar informações ao leitor; interpretar e contextualizar melhor as informações internacionais com impacto nacional; preparar melhor os jornalistas para interpretar as notícias; respeitar os direitos humanos, assim como evitar sensacionalismos e a falta de polêmica no discurso jornalístico. Há também reforço a ações positivas da mídia, como a mobilização para ações políticas e a humanização do relato. Ou seja, o OI critica a imprensa e também a elogia, promove a identificação entre crítica e

ensinamento, ocupa o lugar de “mestre” e traz a mídia para o lugar de “aprendiz” em uma relação de poder assimétrica.

Quanto ao lugar que o OI cria para si em seu discurso, é aquele que mostra os erros da imprensa e os critica, mostrando normativamente como uma cobertura jornalística deve ser feita, traduzindo os interesses em jogo no discurso da imprensa e contextualizando as coberturas realizadas para facilitar ao leitor a compreensão dos acontecimentos midiáticos. O Observatório de Imprensa inscreve-se, pois, no lugar de autocrítica que a mídia deveria ocupar, mas não o faz, e atua como um ouvidor externo à mídia nacional, articulando uma extensa rede de críticas ao comportamento da imprensa que vem se estendendo cada vez mais pelas redes sociais, em especial o Twitter e o Facebook. Mas compreender como se articula discursivamente essa rede de comentários a respeito da mídia é assunto para uma nova pesquisa.

## Referências

- AZEVEDO, N. R. *Modelos de mídia e de leitor: um estudo dos posicionamentos discursivos no website do observatório da imprensa (2009-2010)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- ANTUNES, E. *Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. 2007. 321 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-92.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- DINES, A. *O papel do jornal e a profissão de jornalista*. 9. ed. rev., atua. São Paulo: Summus, 2009.
- DINES, A. Quando conseguirão os jornais desatrelar-se dos fascículos. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, n. 1, abril, 1996. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>

- com.br/primeiras-edicoes/\_ed1\_quando\_conseguirao\_os\_jornais\_desatrelar\_se\_dos\_fasciculos\_/ Acesso em: 12 ago. 2020.
- DINIZ, L. Alberto Dines: polêmico iniciador da crítica de mídia no Brasil. *Revista Bibliocom*, São Paulo, v. 3, n. 1, 2010.
- EGYPTO, L.; MALIN, M. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. (org.). *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008. p. 173-183.
- FERREIRA, G. M. Teorias da comunicação, teorias do discurso: em busca do sentido. In: FERREIRA, G. M. (org.). *Teorias da comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010. p. 41-57.
- FERREIRA, G. M. O posicionamento discursivo da imprensa: em busca de uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO DA SBPJOR, 2., 2004, Salvador. *Anais [...]* Salvador: FACOM, 2004. 1 CD-ROM
- FERREIRA, G. M. Contribuições da análise do discurso ao estudo de jornalismo. In: FRANÇA, V. et al. (org.). *Livro do XI Compós: estudos de comunicação*. Porto Alegre: Sulinas, 2003. p. 263-282.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MACHADO, I. *O Romance e a voz: a prosaica dialógica de M. Bakhtin*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-29.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MELO, J. M. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- MARTINS FILHO, E. L. *Manual de redação e estilo de o Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.
- MOUILLAUD, M. Posturas do leitor. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997a. p. 173-190.

MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997b. p. 305-19.

MOUILLAUD, M. O sistema das citações. MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997c.

MOUILLAUD, M. O título e os títulos. MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997d. p. 99-116.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Linguística. Domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. v. 2.

PINTO, Milton J. *Comunicação e discurso*. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

VERÓN, E. *Semiosis de lo Ideológico y del poder: la mediatización*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995.

VERÓN, E. As mídias na recepção: os desafios da complexidade. In: VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004b.

# **“Tudo pelo interesse público”: estratégias discursivas sobre o papel social do jornalismo**

*Adriana Santiago*

## **Introdução**

Compreendendo a importância para os estudos do jornalismo da observação de fenômenos no âmbito da imaterialidade do discurso, este artigo tenta contribuir com a reflexão sobre uma camada mais profunda da condição de produção discursiva, que é a construção da necessidade social da notícia. Como os agentes do campo jornalístico constroem o discurso que os legitima a ser defensores do interesse público? Quais estratégias são utilizadas para legitimar a necessidade social? Para alcançar respostas, serão propostas possíveis leituras do

discurso jornalístico sobre si mesmo a partir de unidades de análise escolhidas com base nos estudos de Eliseo Verón (2004).

Como *corpus* foram observadas páginas de apresentação de 14 sites oficiais de empresas jornalísticas comerciais e estatais, organizações representativas do campo jornalístico, sindicais e acadêmicas. Este corte sincrônico é para identificar invariantes referenciais, ou seja, textos que devem falar da "mesma coisa", uma vez que a abordagem comparativa é o princípio da análise dos discursos. A seleção dos sites foi feita a partir da identificação de forças no campo jornalístico, optando-se por variações de classe e natureza, a fim de ampliar o alcance de leitura na busca de material. A pesquisa se interessa pela gramática de produção e analisa um conjunto de significantes formado a partir da noção de funções jornalísticas (SCHUDSON, 2008; TRAQUINA, 2005; GOMES, 2009), reconstruindo o processo produtivo do sentido e passando do texto inerte à dinâmica da produção.

Nesta pesquisa, entende-se por hipótese que a posição discursiva da organização no campo modifica o sentido do discurso sobre o papel do jornalismo e, conseqüentemente, suas estratégias. Verón (2004) explica que existe uma organização significativa do espaço do discurso, pois este é alocação do sentido no espaço-tempo e, portanto, um texto não pode ser analisado "em si mesmo", mas apenas em relação ao sistema produtivo de sentido, o contexto.

A consciência social sobre a necessidade da notícia, por exemplo, é formada pela manifestação da ideologia no nível da prática, transferida para a ação social e a linguística e, segundo Verón (2004), essa transferência é legível em um modelo de enunciado mínimo. Porém, no nível ideológico mais denso, essa leitura precisa ser completada pela concepção instrumental da linguagem, a divisão da superfície linguística por meio de um enunciado mínimo e a semântica "de dicionário". Desta forma, assevera que a expressão no plural "análise dos discursos" designa tudo o que é produzido, pois o que circula e determina efeitos den-



tro de uma sociedade são sempre discursos. Alerta, por fim, que texto não é sinônimo de discurso, mas é no termo “discurso” que se ressalta a abordagem dos fenômenos de sentido.

Com base nisso, construiu a Teoria da Produção Social de Sentido. Para o Verón (2004), todo o sistema produtivo de sentido está entre dois polos: o da produção e o do reconhecimento. A circulação seria o terceiro elemento, constituído pela diferença (ou defasagem) entre os dois polos, ou seja, a diferença entre a produção e os efeitos do discurso. Ao analista interessa a gramática, que é sempre o modelo de um processo de produção discursiva, sendo que um texto pode possuir tantas gramáticas quanto houver formas de abordá-lo. Entende-se que a “gramática de produção” é a condição de produção do discurso e a “gramática de reconhecimento” é composta pelas leituras que tiveram como objeto do discurso (efeitos).

A operação metodológica que consiste em constituir um corpus de discurso permite automaticamente distinguir o próprio corpus de todos os outros elementos que devem ser considerados na análise, mas que não estão ‘dentro’ do corpus. Tais elementos, que podemos chamar de extradiscursivos, constituem as condições tanto da produção quanto do reconhecimento. No meio dessas condições, sempre há outros discursos, mas estes últimos, não fazendo parte do corpus, funcionam, na verdade, como condições de produção ou de reconhecimento. Dentro dessas condições, também há, evidentemente, tudo aquilo que o analista considerará, por hipótese, como tendo um papel determinante para dar conta das propriedades dos discursos analisados: esses elementos variam de acordo com o tipo de pesquisa e com a natureza da produção significativa enfocada. (VERÓN, 2004, p. 51-52)

Para justificar a escolha destas invariantes de referência é importante destacar a presença da dimensão do ideológico na situação de comunicação. Para Verón, o "ideológico" é o nome do sistema de relações entre um discurso, suas condições sociais de produção e a análise se dá no nível das gramáticas de produção. "A análise ideológica é o estudo dos traços que as condições de produção de um discurso deixaram na superfície discursiva". (VERÓN, 2004, p. 56) Como o sentido, em geral, é produzido como um desvio, como diferença interdiscursiva, alerta para esta dimensão que está por toda parte, embora destaque que nem tudo é ideológico.

Explicados os postulados da teoria da produção social do sentido, inicia-se a construção teórica das invariantes referenciais usadas nesta pesquisa, que passa pelo processo histórico de autonomização do campo jornalístico.

### **Campo como contexto**

O campo jornalístico, a partir da noção de Bourdieu (1997), é um espaço social estruturado, um campo de forças onde há dominantes e dominados, com relações constantes, permanentes e de desigualdade. Estas forças lutam para transformar ou conservar suas posições neste espaço discursivo. "Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias". (BOURDIEU, 1997, p. 57) Bourdieu (1983) também entende o campo como um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores, um espaço de disputa em concorrência pela autoridade científica, ou seja, a capacidade técnica e o poder social.

No campo jornalístico, está em disputa a credibilidade e a respeitabilidade entre os seus pares, as fontes e o público, que resulta em bons lucros aos veículos. Constituiu-se, assim, um sistema de regras e estilo

que confere legitimidade junto à sociedade, que é um dos pontos de interesse do analista quando descreve a gramática de produção, ou seja, as condições de produção do discurso. (VERÓN, 2004) Da mesma forma, ao falar no mundo dos jornalistas, Bourdieu (1983) alerta para conflitos, concorrências e hostilidades, embora destacando que os produtos são muito mais homogêneos do que normalmente se sugere.

As diferenças mais evidentes, ligadas sobretudo à coloração política dos jornais (que, de resto, é preciso dizê-lo, se descolorem cada vez mais...), ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições impostas pelas fontes e por toda uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a lógica da concorrência. (BORDIEU, 1997, p. 30-31)

Neste sentido, Bourdieu (1983) reforça a necessidade de estudar a imaterialidade do jornalismo e sugere uma compreensão mais subjetiva do campo que, para além das relações de força visíveis, há também relações de força completamente invisíveis. De toda forma, não se pode desprezar as particularidades de cada agente, a posição que ocupa e os vetores que o tensionam. Entre estas variáveis podem entrar posição do jornalista ou do veículo, ou ainda a conjuntura política e econômica. E, principalmente, do modelo de negócio, que o sujeita às pressões comerciais sob o risco de tensionamento, como perda de audiência ou queda nas vendas.

Essa disputa ideológica pode ser observável na superfície dos discursos. Ao esboçar uma sociologia da ação em oposição ao marxismo, Verón (1968) definiu sua teoria como a descrição da ação social do ponto de vista do ator individual. “Na sociologia da ação, a relação entre sistemas de relações sociais e ideias institucionalizadas – que é o que está proposto na distinção infraestrutura e superestrutura – se conceitua nos termos do problema da relação do ator individual com suas ideias”.

(VERÓN, 1968, p. 149) Observa, neste contexto, que há uma transferência ideológica entre agentes do campo e a produção. Assim, explica de forma operacional a relação entre infra e superestrutura como uma "relação entre sistemas de conduta observável de coletividades no interior da sociedade global e mensagens socialmente institucionalizadas sob a forma de textos". (VERÓN, 1968, p. 154)

Verón (2004) chama a atenção para esse agente ideológico enquanto sujeito enunciativo. Para ele, o campo tem uma gramática própria, resultado dos diferentes contextos de aprendizagem internalizados, forças operando em várias direções e seus operadores têm a possibilidade de se posicionarem dentro do vocabulário disponível, com comportamentos dominantes e acessórios. Possibilitando a análise, a partir de gramáticas de sentido, observar um conjunto complexo de regras que descrevem operações detectáveis.

Em outras palavras: o sujeito enunciativo que faz parte do núcleo ideológico da concepção instrumental é semanticamente passivo e sintaticamente ativo. O que há de semântico em sua atividade se reduz a escolher entre conteúdos 'preexistentes'; o que sua atividade tem de operatório é de natureza puramente combinatória e permanece independentemente do sentido. (VERÓN, 2004, p. 47)

A aclamação da objetividade e da independência como valor pode ser interpretada, assim, como efeito de campo jornalístico, para se firmar e legitimar. É um efeito semântico de "conteúdos preexistentes", que retomam o processo de institucionalização da profissão à semelhança do que aconteceu na autonomização do campo literário francês descrita por Bourdieu.

A distância em relação aos poderosos e seus valores serão imediatamente compreendidas, ou mesmo respeitadas e,

com isso, recompensadas, e tenderão, por esse motivo, a impor-se cada vez mais amplamente como máximas práticas das condutas legítimas. (BOURDIEU, 1996, p. 78)

O autor aponta que todos aqueles que queriam se firmar como membro do campo, principalmente os que almejavam ocupar posição dominante, se sentiram obrigados a manifestar independência aos poderes externos, políticos ou econômicos. E, conseqüentemente, a estratégia foi mostrar indiferença em relação aos poderes e às honras. Nada mais próprio da cultura jornalística ao bradar independência nos discursos sobre si, até mesmo em situações contraditórias. Contudo, o texto sobre a defesa do interesse público ainda é mais forte.

### **Papel social como invariante referencial**

Existem contratos sólidos entre público e jornalismo que precisam ser lidos nos discursos atuais e considerando as partes do processo. (VERÓN, 1985) Destaque-se a cultura jornalística e a comunidade interpretativa partilhando quadros de referências comuns que remontam de processos ideológicos historicamente construídos que há muito já foram apagados da memória. Contudo, as diferenças textuais aparecem no processo de semantização que caracteriza cada meio – ou agente/ posição do campo. Os modos de dizer ou o sentido investido mudam nas gramáticas de produção.

Ao longo dos anos, os próprios jornalistas insistem na imprescindibilidade do ofício para a sociedade. O discurso de autolegitimação, pautado nos argumentos da defesa da verdade e do interesse público, naturalizou a imprescindibilidade do jornalismo para a democracia.

A norma pragmática da veracidade [...] ganha a forma de um compromisso entre o jornalismo e os consumidores de noti-

cia, convertendo-se num princípio moral que afeta a atividade de produzir e veicular notícias. [...] Um compromisso que obriga não apenas aos enunciados, como também a todos aqueles que fazem declarações, descrições ou narrativas que tenham por objeto a realidade, todos aqueles que fazem proferimentos verbais que pretendem ser verdadeiros. (GOMES, 2009, p. 10)

Para a semiologia, o discurso absoluto existe somente enquanto efeito discursivo. "Observa-se que, na verdade, o efeito de sentido desse discurso da verdade nada mais é do que o efeito de poder (de crença) de um discurso – o que Barthes chamava, há muito tempo, de 'efeito de naturalização' ao falar do mito". (VERÓN, 2004, p. 57) A prova da verdade na notícia, a imprensa testemunhal, atende ao "estatuto semiótico de verdadeiro fragmento de realidade", pois é único, singular, invencível. Junto a isto, chame-se atenção para o imaginário da sociedade sobre o jornalista, aquele que enfrenta o perigo e tem a habilidade de mediar "o que acontece".

É importante observar a distinção entre real e o discurso da imprensa feita pelo autor. Se o discurso informativo constrói a atualidade, só o faz porque nele há um arcabouço moral e de valores sociais construídos. Essa estrutura concedeu à mídia informativa alvará do público para produzir a mediação. Ou seja, a permissão existe porque o jornalismo – e o jornalista – se coloca a serviço do interesse desse público.

Ter estado lá, ter conseguido mostrar isso, eis o essencial. E claro, esse modelo está historicamente ligado à constituição do imaginário social em torno do jornalista (o perigo de seu trabalho, a habilidade necessária e, sobretudo, seu papel de *go-between*, de mediador entre a atualidade e o 'público'), que tomou forma ao longo da história das *mass media* modernas

e que as duas guerras mundiais contribuíram para cristalizar.  
(VERÓN, 2004, p. 169, grifo do autor)

Os rituais estratégicos de objetividade para manter minimamente o arcabouço de credibilidade isolados por Gaye Tuchman, em 1971, forjaram o modelo clássico de produção jornalística que está sendo desconstruído lentamente pelas mudanças tecnológicas e de rotinas produtivas. (TRAQUINA, 2005) Novos discursos não testemunhais e transformações estruturais surgem com as sociedades pós-industriais. Para Verón (2004), o discurso da informação está finalmente encontrando a verdadeira correspondência com os modos de funcionamento das sociedades contemporâneas.

No que diz respeito à credibilidade, não só o jornalismo assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro. (GOMES, 2009) Contudo, não se pode perder de vista que o jornalismo é um negócio que visa lucro como outro qualquer. “O jornalismo é um ramo de atividades, um negócio legítimo como tantos outros, e não, simplesmente, um serviço público. Quem está no jornalismo está no ramo da informação sobre o estado atual do mundo, a atualidade”. (GOMES, 2009, p. 81)

A instituição jornalística, a despeito das suas intenções comerciais, conquistou historicamente legitimidade social para reconstruir discursivamente o mundo com base na fidelidade do relato jornalístico de ocorrências cotidianas. (FRANCISCATO, 2003) Neste percurso, o jornalismo assumiu funções sociais imprescindíveis, com destaque para a função de promoção de democracia, como defende Michel Schudson (2008). Somadas ao incentivo democrático, o autor aponta outras seis funções do jornalismo que podem ser detectadas nas sociedades democráticas: de informação (ao fornecer informações justas e completas para ajudar em boas escolhas políticas); de investigação (ao in-

investigar fontes importantes do governo); de análise (ao fornecer estruturas coerentes de interpretação); de empatia social (ao informar sobre iguais para que possam apreciar os pontos de vistas variados ou dos menos favorecidos); de esfera pública (ao proporcionar um fórum para o diálogo entre os cidadãos) e de mobilização (ao defender e mobilizar em prol de determinados programas políticos).

É importante frisar que se adota a classificação do pesquisador estadunidense com a ressalva de que não é uma receita exata a ser aplicada no cenário brasileiro, como bem adverte Afonso Albuquerque (2000) a partir da premissa de os Estados Unidos e o Brasil serem países com ambientes culturais diferentes. Entendemos que o jornalismo brasileiro se alicerçou neste discurso importado, inclusive para a formação profissional, embora nem sempre ele possa ser constatado na prática. O interesse do enunciador é mutante, variável e nem sempre é feito para o bem da sociedade, pois o jornalismo é praticado com interesse comercial, em sua maioria.

A título de exemplo, podemos propor o seguinte raciocínio: o princípio 'democracia', que em outras sociedades é entendido como diretamente derivado do direito da participação do indivíduo nos negócios do Estado, tende a ser associado, no Brasil, ao valor 'ordem pública' - democracia é algo que interessa a todos - e entendido como uma conquista importante, ainda que instável, da nossa sociedade. Aceitas tais premissas, não é absurdo sustentar a ideia de que, em situações críticas, é legítimo sacrificar os direitos individuais em nome da preservação da democracia, a qual, afinal, é do interesse de todos. E, se se acredita que a democracia é uma conquista instável (e, portanto, a crise é uma constante) faz sentido tolerar sacrifícios repetidos e sistemáticos do direito individual se eles se fazem em favor do bem comum. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 26)



O autor defende que é dado ao jornalista brasileiro a responsabilidade de moderação que não permite à imprensa nacional definir o seu compromisso com a democracia em termos semelhantes à sua correspondente estadunidense. Por conta do extenso período da ditadura, o fantasma da crise da democracia provoca uma ambiguidade acerca do estatuto dos “fatos” e do “interesse público” o que compromete a noção de objetividade.

Em parte porque o princípio da liberdade de expressão está longe de ter o status privilegiado de que desfruta nos Estados Unidos e, em consequência, a imprensa brasileira é potencialmente muito mais sujeita à censura política, formal ou informal, que a americana; em parte porque a imprensa brasileira encontra muito mais incentivos para intervir diretamente na vida política e legal do país, influenciando as instituições a atuarem na direção ‘certa’, do bem comum. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 26)

Dito isto, voltamos a falar da teoria democrática que dá aos meios de comunicação a função de “mercado de ideias” em que as diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas de forma plural, inclusive as minorias populacionais. (TRAQUINA, 2005, p. 128) A defesa destas minorias é um papel social destacado desde os primórdios da organização da profissão, que se hibridiza de certa forma com o entendimento de defesa de direitos e fiscalização dos poderes político e econômico.

Essa defesa tem relação com a ideia gravada do guardião da verdade (*watchdog*), de mostrar todas as informações e de forma correta, pois o jornalismo seria um quarto poder ou um poder moderador. (TRAQUINA, 2005; ALBUQUERQUE, 2000)

Percebe-se a amplificação discursiva do compromisso em atender ao interesse da sociedade, encarado como um tipo de missão no âmbito

societário, semelhante à função de promoção de democracia defendida por Schudson (2008).

O pacto da mediação cobra do jornalismo obrigações proporcionais à sua importância. Verdade, honestidade, correção, lealdade, respeito, equilíbrio, justeza, imparcialidade são todos valores e princípios que orientam uma ética do jornalismo mesmo lá onde o serviço do interesse público não fizer sentido e nem tiver cabimento. (GOMES, 2009, p. 87)

Este pacto seria um contrato traçado com várias funções pré-estabelecidas que influenciam diretamente as condições de produção da atividade. E não só no produto que oferece, mas também a imagem que faz de si mesmo.

## Movimento de análise

Verón (2004) sugere como movimento de análise reconstituir o processo de produção a partir do produto e passar do texto inerte à dinâmica da sua produção. Possibilitando, assim, reconstruir a gramática de produção dos textos dos sites de organizações jornalísticas.

As condições de produção dos textos levam à uma leitura ideológica possível dos mesmos. Para o autor, uma "análise de texto" orientada para o estudo do ideológico no discurso deve ser enquadrada por um conjunto de hipóteses externas que permite a constituição do *corpus* e a identificação das operações pertinentes dentro do mesmo. Verón afirma que o ideológico no discurso não consiste em propriedades iminentes nos textos e, sim, em um sistema de relações entre o texto, de um lado, e sua produção, circulação e consumo, de outro. "Em outras palavras, o texto é justamente o lugar em que tal sistema se constitui enquanto produção de sentido". (VERÓN, 2004, p. 101)

O objetivo desta pesquisa é observar o sistema de relações que constrói o léxico do discurso legitimador na sua instância da produção e identificar gramáticas de produção sobre o papel social do jornalismo. Para identificar estas gramáticas recorreremos também à noção de Foucault, onde mostra que há uma ordem do discurso, que garante identidade à uma comunidade interpretativa ou à uma sociedade de controle. “As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se; e esta linguagem, desde seu projeto mais rudimentar, nosalaria já de um ser do qual seria como a nervura”. (FOUCAULT, 1999, p. 48) Nos modos de dizer cotidianos, a ideologia insurge em meio ao conjunto das ideais, nas representações, nos exemplos, nos comentários despreziosos, no discurso profissional. São as formações discursivas que emergem na fala cotidiana de ideologias que já foram apagadas pela memória. (FOUCAULT, 2008)

Márcia Benetti (2008) afirma que estas formações discursivas são uma espécie de região de sentidos, entendendo que jornalismo usa de mapas de significados consolidados na sociedade e contribui para estabelecer consensos, ou seja, é uma construção de sentidos sobre a realidade que emergem nas frases. “Quanto mais naturalizada a ideologia, mais formações discursivas que dela derivam carregam sentidos que parecem literais”. (BENETTI, 2006, p.11)

No *corpus* proposto, observou-se as dimensões ideológicas sócio-históricas de produção do discurso, dos sentidos silenciado e das posições no campo. As 14 organizações<sup>1</sup> foram escolhidas por critérios de audiência, antiguidade e natureza do negócio e foram selecionadas com o intuito de cumprir a regra da representatividade. Tentou-se manter um desvio sistemático, tornando visíveis traços mais marcados entre as

---

1 As organizações foram ANJ, Fenaj, SBPjor, Intercom, Folha S.Paulo, Brasil de Fato, Portal G1, Portal EBC, Rádio Band News, Rádio Nacional, TV Globo, TV Brasil, curso de Jornalismo da Unisinos e de Jornalismo da UERJ.

diferenças posições discursivas. Este exercício de seleção das representações a serem consideradas na primeira fase da pesquisa, dilatou a impressão inicial do campo jornalístico com muitos mais atores e posições do que o estimado.

Os textos colhidos nas diferentes organizações foram dispostos de forma a ter um conteúdo mínimo equilibrado e dar equidade à amostra, foram ao total 91 laudas. Esta escolha sincrônica teve por objetivo manter o grupo de textos homogêneo do ponto de vista das condições intratextuais. Neste ponto, contempla-se também uma perspectiva diacrônica, embora de forma transversal, ao comparar também com o curso da literatura que fundamenta o campo no passar dos anos.

A análise dos discursos situa-se nos desvios interdiscursivos. Em relação a conjuntos textuais, ela tem por objetivo reconhecer economias discursivas: a especificidade de uma economia discursiva não pode ser expressa senão como diferença de funcionamento em relação a outras economias. A análise do discurso é, portanto, sempre e necessariamente, intertextual. (VERÓN, 2004, p. 159)

Pelo método, as superfícies discursivas destes textos de apresentação nos sites selecionados serão analisadas de uma forma operacional. Entende-se a superfície discursiva como uma rede de relações textuais, em suas variadas apresentações, onde é possível observar traços da gramática de produção. Estas marcas linguísticas surgiram, no caso desta pesquisa, pelas invariantes em torno do papel social do jornalismo identificadas em um mapeamento semântico prévio. Este mapa pode ser classificado na lógica dos "pacotes mais amplos" de análise, relacionando expressões ao contexto.

Analisado na produção, um discurso desenha um campo de efeitos possíveis e não um efeito, necessário e inevitável: é

uma outra maneira de enunciar o princípio segundo o qual o efeito não pode ser diretamente inferido da análise na produção, é uma outra maneira de lembrar que gramáticas da produção e gramáticas do reconhecimento jamais são idênticas. (VERÓN, 2004, p. 161)

O campo de efeitos, por exemplo, só pode ser considerado a partir da condição de produção, quando deixa rastros no discurso, mas não faz parte do discurso em si. Para efeito de análise, é considerado tudo que tenha papel determinante como uma variável, uma vez que está em jogo a posição discursiva da organização. “Em outras palavras, é preciso mostrar que, se mudam os valores das variáveis postuladas como condições de produção, o discurso também muda”. (VERÓN, 2004, p. 52)

O que se observa logo de início da apreciação do *corpus* é que o método da análise de discursos possibilita uma amplitude de observação do objeto. Vê-se três fortes posições discursivas: das organizações com fins comerciais, que chamaremos doravante de mercado; dos profissionais jornalistas; e da academia. Outras duas posições que apresentam menos força, mas ainda consideradas neste *corpus*, são da imprensa sem fins lucrativos que se declara como alternativa e das organizações públicas.

## O mercado

As marcas identificadas nas organizações de natureza econômica, ou seja, que visam ao lucro, expressam um conjunto de significantes bem peculiar investido nos discursos atestados em torno do papel social. Nesta posição discursiva foram consideradas as organizações Associação Nacional dos Jornais (ANJ), jornal *Folha de S. Paulo*, *Portal G1*, *Rádio Band News* e *TV Globo*. Todas estas organizações assumem posições discursivas semelhantes, que se alinham ao “estatuto semiótico da ver-

dade" apontado por Verón (2004), mais conhecido como o princípio da objetividade.

As organizações se apresentam como defensoras do interesse público, que promovem todos os esforços para não perder a credibilidade, que seria o referendo da sociedade para operarem neste ofício. E, para isso, têm que ser objetivos. Omitem, porém, que são sujeitos às forças do mercado. Por todo o material analisado, perpassa o discurso ideológico da necessidade moral da imprensa, principalmente para consolidar a democracia no Brasil, fiscalizando os governos e garantindo a própria existência da atividade jornalística.

A ANJ, organização de classe que congrega proprietários de veículos de comunicação impressos, inicia a apresentação com a expressão "defesa da liberdade de expressão do pensamento", onde quer uma imprensa "sem restrições" desde que sejam observados os "princípios de responsabilidade". Destaca diversas vezes que a entidade defende os direitos humanos e os valores da democracia, se colocando, igualmente aos jornais associados, como incentivadora da cultura, da memória e do desenvolvimento do país. Afirma que existe "a necessidade das sociedades de terem informações, opiniões, e jornalismo de qualidade", (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2014) embora a associação represente empresas comerciais e tenha um texto marcadamente capitalista e liberal, principalmente quando defende o direito à livre iniciativa, comercialização e à defesa da liberdade de expressão comercial.

As empresas *Portal G1* e *TV Globo* trazem o mesmo texto, "Os princípios editoriais das organizações Globo" e se destacam pela organização discursiva em relação ao jornal *Folha de S.Paulo* (FSP) e *Rádio Band News*. A FSP, além de adotar um Manual de Redação em que padroniza e enquadra editorialmente seus funcionários, destaca que existe há 93 anos demarcando sua experiência como estratégia discursiva. Esse subterfúgio não funciona para a *Band News*, inaugurada somente em

2005, mas que tenta fugir ao padrão quando destaca até o “bom humor” como prova de qualidade.

É preciso uma reflexão mais detalhada nas organizações Globo. Em que pese fortes críticas pelas práticas comprometidas com uma posição ideológica definida, todo o discurso é estrategicamente modalizado para autovalorização como, por exemplo, o “exercício, com integridade, da prática jornalística” ou “valores cuja a defesa é um imperativo do jornalismo”.

O artifício de dizer que “as organizações Globo” são “independentes de grupos econômicos”, “independentes de governos” e “são entusiastas do Brasil, de sua diversidade, de sua cultura e de seu povo”, se aproxima do discurso político-partidário, quase representativo. Outra estratégia discursiva é a alocação de sentido no espaço-tempo em suas práticas, se apresentando como uma empresa sólida e ancestral. Traz, novamente, a Rede Globo: “A posição de sucesso em que se encontram [as empresas do grupo] hoje mostra que os acertos foram em maior número”, “tais princípios foram praticados por gerações e gerações” ou ainda “a nossa experiência cotidiana de quase nove décadas”. (PRINCIPAIS..., 2014)

As organizações valorizam a tradição de boas práticas sempre em prol do interesse da coletividade e omitem os lucros comerciais obtidos. O interesse público é bandeira permanentemente hasteada. O material da Globo alerta para a existência de um “juízo do público” e que “a maior parte das pessoas reconhece uma informação de qualidade” reconhecendo o estatuto da dimensão do reconhecimento. Liga sempre palavras que referendam esse conjunto de práticas profissionais, como “é um compromisso com o público”, “tudo aquilo que for de interesse público”, “mecanismos que mais contribuem no controle de qualidade posterior à publicação das informações é a reação do público”, “notícia tem de ser publicada de forma clara, para que o público a compreenda sem dificuldades”, “todo público tem um alto poder de discernimento e entendimento”, “sensibilidade do público será levada em conta” e “todo veículo jornalístico tem uma responsabilidade social”. (PRINCIPAIS..., 2014)

No *corpus* pesquisado, foi o material que apresentou maiores evidências de uma mimetização entre as organizações e seus agentes. Os jornalistas da Globo, por exemplo, são proibidos de fazer qualquer matéria que os beneficie, ou sequer usar as redes sociais particulares nas horas de folga como quiserem. A empresa afirma que é para evitar situações que possam provocar dúvidas sobre o seu compromisso com a isenção. Chega a afirmar categoricamente que "os jornalistas são, em grande medida, responsáveis pela imagem dos veículos para os quais trabalham e devem levar isso em conta em suas atividades públicas". (PRINCIPAIS..., 2014) Essa estratégia discursiva fortalece o modo de fazer do profissional e esconde o modelo de negócio atrás de reputações individuais.

Por fim, a supervalorização da informação e a sustentação, mesmo contraditória da objetividade, mantém o discurso que legitima o campo. Trechos colhidos nos Princípios da Globo exemplificam: "é importante que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação", a "objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo". O princípio da objetividade é radicalizado: "Livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção, restará apenas o noticiário", "verdade, sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade". (PRINCIPAIS..., 2014)

As organizações jornalísticas comerciais assumem um papel de cão de guarda da sociedade, sempre a servir o seu dono. "O dever de informar vem sempre em primeiro lugar", "jornalismo não pode abdicar desse seu papel", "pratica jornalismo todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar", "compromisso com o acerto deve ser, portanto, inabalável". (PRINCIPAIS..., 2014)



## Os profissionais

Os profissionais aparecem claramente neste *corpus* no discurso da maior representação oficial da categoria. Ao observar as estratégias do discurso da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) destaca-se, sem surpresas, que há uma clara defesa do papel do jornalismo como fórum público, defensor da verdade e promotor de democracia. Observa-se nos trechos: “A Fenaj na luta pela liberdade e pela ética no jornalismo”, “garantissem para a sociedade acesso público à informação ética e plural”, “democracia como valor inalienável do cidadão”, “defender o Jornalismo como atividade essencial à democracia”, “para que o cidadão(ã) possa formar seu próprio juízo e agir individual e coletivamente no ambiente democrático”. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014)

A concepção funcionalista sobre o jornalismo é muito forte e presente. A entidade representante dos trabalhadores assume igualmente a homilia positivista da objetividade, como no trecho: “O jornalista tem como obrigação apresentar os fatos ocorridos com a precisão da busca da verdade, assim como deve procurar ouvir as mais diversas fontes de informação em casos controversos”. Inclusive, está presente no discurso dos profissionais o papel fiscalizador para o interesse público na sua forma mais antiga e arraigada, a função do cão de guarda: “um jornalismo que cumpra a sua tarefa de trazer ao público interesses que insistem em permanecer escondidos e privados”. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2014) Os profissionais alimentam o texto que sustenta a credibilidade do próprio Jornalismo como instituição.

## A academia

Nesta posição são colocadas a Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPjor), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e os cursos de jornalismo da Univer-

sidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Nas entidades representativas de pesquisa, SBPJor e Intercom, o discurso legitimador do jornalismo aparece menos marcado do que nos segmentos anteriores. Observa-se que há um cuidado em não adotar conceitos polêmicos.

No texto 'Quem Somos' da SBPJor sobre a independência e a promoção de democracia, observa-se "garantam a liberdade de expressão e o direito à informação do povo brasileiro"; "democracia já conquistada" e "a democracia pluralista, as necessidades de expressão e informação de segmentos emergentes, organizações, movimentos e novos atores sociais". (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE JORNALISMO, 2014) Estes trechos demonstram o ideário liberal democrático defendido por Schudson (2008). Este mesmo viés funcionalista pode ser encontrado até mesmo na Intercom, que é a maior das entidades de pesquisa, quando trata das funções de investigar, selecionar: "jornais de referência mais sérios têm um editor responsável, que filtra, corrige e comprova os dados apresentados, acompanha a linguagem e faz mediações" e "a função jornalística, de intermediação, não pode nem deve desaparecer". Todas, enfim, para atender ao interesse público: "essência do jornalismo – a narração de acontecimentos ocorridos na sociedade e que sejam importantes e do interesse dela". (INTERCOM, 2014)

Nas universidades, quer seja pública ou particular, o padrão permanece. A particular apresentou estratégias voltadas para as funções mais ligadas à subjetividade: "formação de um profissional ético, crítico, curioso e atento às questões sociais, capaz de fazer leituras das realidades e de relacionar-se com diferentes públicos e pessoas". (UNISINOS, 2014) A organização pública, apesar de destacar que incentivam a "reflexão crítica" e "fomentar o debate público", insiste nas técnicas que garantem objetividade e credibilidade: "Atualmente a busca por informações precisas aumenta a cada dia, e o jornalista é o profissional habilitado para colher, apurar e tratar a informação transformando-a em um

produto final capaz de responder as principais indagações a respeito de um fato”, “desenvolvimento e o aperfeiçoamento da técnica jornalística”, “trabalhar a informação de forma que pudesse ser compreendida facilmente”. São ainda explicitados o interesse público como serviço e o jornalismo como fiscalizador: “fatos de interesse coletivo; checar as informações recebidas e apurar denúncias”. (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014)

### **A imprensa sem fins lucrativos**

O jornal *Brasil de Fato* tem uma tiragem nacional anunciada de 50 mil exemplares, mas se declara não comercial, o que o coloca numa posição discursiva oposta dos veículos comerciais. Semanticamente marcado pela ideologia de esquerda, a estratégia da credibilidade pelo negócio que não visa o lucro ainda deixa uma margem de suspeita, porque é preciso ser vendido para sustentar a produção e uma tiragem desta dimensão. A explicitação desta posição põe em evidência que a combinação entre o discurso de esquerda e as regras funcionais da objetividade é uma estratégia discursiva para atingir um público específico. Ao mesmo tempo em que se quer filiação ideológica, vincula o sentido de verdade à produção jornalística.

O periódico utiliza ainda em sua apresentação uma estratégia discursiva mais voltada para as funções ligadas à subjetividade do jornalismo, como análise, empatia social, fórum público, mobilização e democracia, como se pode observar no trecho: “Para contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”. E se define como “plural e diversificado”. (BRASIL DE FATO, 2014)

Sempre enfatizando a necessidade de democratizar a comunicação no Brasil, o periódico ainda traz para si a imagem de guardião da verdade, de fiscalizador, quando condena o governo de ser “dócil e servil”,

que "apanham da mídia" e que "o destino das denúncias seria o fundo da gaveta". As estratégias discursivas voltam a se aproximar dos demais quando veículo concorda com as organizações comerciais sobre a função de cão de guarda da mídia, quando enfatiza o papel de investigar as denúncias até a exaustão e fiscalizar o governo.

## As organizações públicas

O Portal EBC é o *website* noticioso nacional ligado ao Governo Federal, sem fins comerciais. Apesar de ser financiado pelo governo também utiliza o argumento que tem "independência editorial", "independência nos conteúdos" e "distinguem-se dos canais estatais ou governamentais". A necessidade de explicitar independência, o primado da objetividade e a isenção aparecem de início como estratégia discursiva para afastar a leitura de submissão à administração federal do conteúdo informativo.

O portal mostra que a EBC tem como missão "criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas". Estabelece como função a informação para a promoção de cidadania, apesar de incorporar a expressão "formação crítica" como um componente diferenciador que já remete à noção de defesa de direitos. Neste ponto, observa-se que, na apresentação da estatal, ainda insiste na estratégia que a diferencia dos demais veículos comerciais: "Defendemos os direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania". (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014)

Outra organização financiada em grande parte pelo Estado é a Rede TV Brasil, rede televisão pública nacional que agrega a *TV Brasil*, *TV Brasil* internacional e *TVs Cultura* nos estados. No seu texto de apresentação, também inicia com a estratégia contraditória da "independência" e "isenção", assim como da promotora de democracia, quando afirma: "televisão pública nacional, independente e democrática", se aliando às construções semânticas mais frequentes dos veículos comerciais. "Sua

finalidade é complementar e ampliar a oferta de conteúdo, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania”. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014) Na fala dos dirigentes, observa-se que os princípios da investigação, do câo de guarda estão presentes: “Você gostaria que a EBC fosse mais investigativa? Eu gostaria que fosse. Investigação total”. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014)

O referendo do público também está presente pelas mesmas estratégias discursivas ligadas à objetividade e isenção: “Nós estamos fazendo um investimento na credibilidade. Estamos procurando fazer um jornalismo equilibrado, correto, sem partidarismo, sem exageros”. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014) A dizer que a rede “prestaria um serviço público”, se alia às demais organizações jornalísticas, até mesmo quando não pode ser isenta: “Até presta um serviço público relevante para colocar ao vivo, sem edições, sem cortes, as coisas do governo”. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014) A estratégia do câo de guarda aparece nos textos: “A questão está no direito de as pessoas saberem” e “elas têm o direito de terem acesso às informações e saberem o que está acontecendo”. A estatal, em seu discurso, evidencia o objetivo das estratégias discursivas em busca do referendo da sociedade. “É o processo de construção da confiança”. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2014)

## **Considerações finais**

Embora em posições discursivas diferentes e ideologias que emergem nos textos, há nos discursos oficiais dos agentes do campo jornalístico uma passividade semântica no que diz respeito ao seu papel social, ou seja, às suas funções para atender o interesse público. A hipótese inicial de que a posição discursiva da organização no campo modifica o sentido do discurso sobre o papel do jornalismo e, conseqüentemente, suas

estratégias foi parcialmente confirmada. Porque há uma uniformização inesperada nos modos de dizer, porém ao se levar em conta as condições de produção em cada posição discursiva, o sentido investido e as gramáticas de produção desses sentidos se modificam.

A pesquisa avança<sup>2</sup> ao apontar que as empresas jornalísticas alimentam um conjunto de práticas institucionais e seus discursos oficiais em consonância com a bibliografia alinhada à lógica societária dos Estados Unidos. O ideal profissional liberal descrito teoricamente foi assimilado até mesmo em posições discursivas ideologicamente opostas. Embora os setores de formação profissional sejam menos incisivos, também assumem o modelo clássico. Percebe-se, ainda, que, ao compararmos à literatura sobre o jornalismo, alguns conceitos estão claramente expostos no *corpus*, mas, na prática, a situação é insustentável. Como imaginar independência no jornalismo cuja a empresa sobrevive inteiramente do governo? Como imaginar compromisso total com o interesse público se a empresa depende das forças do mercado? Os agentes mantêm as estratégias clássicas apesar do modelo está afetado pelas mudanças tecnológicas nos seus modos de produção e reconhecimento.

As dimensões sócio-históricas e ideológicas contempladas pela Teoria Social do Sentido proposta por Verón (2004) possibilitaram um realce das posições discursivas, principalmente quando estão em polos ideologicamente opostos. À exemplo do jornal *Brasil de Fato* quando se apresenta em uma posição ideologicamente à esquerda, defendendo o livre pensamento, para logo em seguida sustentar ideias similares aos veículos comerciais sobre objetividade, isenção e verdade jornalística. E, ambos, também defendem a mesma forma que estão a serviço incondicional do público.

---

2 Ver o artigo "Para que serve o jornalismo? Um caminho para estudar as funções da Instituição jornalística no Brasil" de Adriana Santiago.

Observou-se que em todas as posições se consideram igualmente como atributos de informação de qualidade os rituais estratégicos para dar ilusão de objetividade já sistematizados por Tuchman (1993), como prova da verdade, pluralidade de fontes, checagem de dados. A estratégia discursiva parece até mesmo contraditória quando se observa a natureza da organização. Esses modos de dizer semelhantes podem ser atribuídos à ideologia liberal estadunidense que surge em meio ao conjunto das ideias, lançando mão da noção de Foucault (2008) ao classificar as formações discursivas que sofreram um apagamento. É como se os textos semelhantes estivessem sendo escritos para dar um sentido de credibilidade do veículo facilmente acessível. Porque o sentido investido pela comunidade interpretativa e a sociedade brasileira é do jornalismo como garantia de interesse público em uma economia liberal.

Esses apagamentos da memória sobre o jornalismo brasileiro apontam também para a construção do ideal democrático. O Brasil ainda está amadurecendo sua democracia, o que dificulta para as organizações jornalísticas apresentarem-se mais claramente em suas linhas editoriais sem prejuízo comercial, como já acontece nos Estados Unidos, por exemplo. Neste ponto, vale retornar à reflexão de Albuquerque (2000) que atribui essa posição pasteurizada da imprensa brasileira ao extenso período da ditadura e ao medo, que faz com que democracia seja entendida como “ordem pública”, muitas vezes confundida com uma posição de direita e mais conservadora que se aproxima do período ditatorial, que tanto apavora os setores midiáticos. Ao mesmo tempo em que os grandes veículos de imprensa brasileira defendem a liberdade de expressão em seus textos sobre si, na prática, em situação de crise, admitem como naturais o sacrifício de direitos individuais em nome da preservação da democracia ordeira. Ressalta-se que, diferente da imprensa estadunidense submetida a um severo sistema legal, a imprensa brasileira exerce livremente influência direta na vida política e jurídica do país, influenciando fortemente as instituições.

De acordo com Verón (2004), quando o analista tenta montar a gramática de reconhecimento de um discurso, a sua leitura tem como objetivo reconstituir a leitura do "consumidor". Neste sentido, a análise feita demonstra que a estratégia discursiva gira em torno do discurso "absoluto" da verdade, onde o jornalismo é colocado em situação de imaterialidade, institucional. Isto porque a materialidade do jornalismo é uma forma de negócio, um jornal, um programa, um *site*, com viés ideológico, muitas vezes indigno de credibilidade e respeito. Padronizar o texto para um fácil reconhecimento de credibilidade, faz com que o texto de alguns veículos fique muito próximo ao cinismo. Porém, no geral, o que se percebe mais claramente é a tentativa de dissociação da atividade do aspecto material.

## Referências

- ALBUQUERQUE, A. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo*, Niterói, n. 4, p. 23- 57, 2000.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. Quem Somos. 2014. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/institucional/instquemsomos.html>. Acesso em: 08 nov. 2014.
- BENETTI, M. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, 1-11 janeiro/junho 2006.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 1996.
- BOURDIEU, P. O campo científico. Tradução Paula Monteiro. In: ORTIZ, R. (org.). *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRASIL DE FATO. Quem somos. 2014. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos>. . Acesso em: 08 nov. 2014.
- FRANCISCATO, C. E. *A atualidade no jornalismo: bases para sua delimitação teórica*. 2003. 336 f. Tese (Doutorado Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.



EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Apresentação Institucional. 2014. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/institucional/>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. A Federação. 2014. Disponível em <https://fenaj.org.br/fenaj/a-federacao/>. Acesso em: 8 nov. 2014.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo, Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses*: ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009. (Jornalismo a Rigor).

INTERCOM. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. GT Jornalismo. 2014. Disponível em: [http://portalintercom.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=770:dt1-jornalismo&catid=100](http://portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=770:dt1-jornalismo&catid=100). Acesso em: 8 nov. 2014.

PRINCIPAIS editoriais do Grupo Globo. *G1*. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 08 nov. 2014.

SANTIAGO, A. Para que serve o jornalismo? Um caminho para estudar as funções da Instituição jornalística no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 12., 2014, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]* Brasília, DF: SBPJor, 2014. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/view/3774/673>. Acesso em: 6 ago. 2020

SANTIAGO, A. Estratégias discursivas sobre o papel social do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 38., 2015, Rio de Janeiro. *Anais [...]* São Paulo: Intercom, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3269-2.pdf>. Acesso em: 6 de agosto de 2020.

SCHUDSON, Michael. News and democratic society: past, present, and future. *The Hedgehog Review*, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 7-22, 2008. Disponível em [http://www.academia.edu/download/32662588/Schudson\\_LO.pdf](http://www.academia.edu/download/32662588/Schudson_LO.pdf). Acesso em: 6 ago. 2020.

SCHUDSON, M. *Descobrimo a notícia*: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE JORNALISMO – SBPJor. Quem somos?. 2014. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/sbpjour/institucional/quem-somos/>. Acesso em 08/11/2014.

TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

UNISINOS. Graduação em Jornalismo. Apresentação. 2014. Disponível em: <https://www.unisinos.br/graduacao/jornalismo/sao-leopoldo>. Acesso em: 08 nov. 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ. Apresentação. 2014. Disponível em: [http://www.aconteceh.uerj.br/fcs2013/?page\\_id=568](http://www.aconteceh.uerj.br/fcs2013/?page_id=568). Acesso em 08 nov. 2014

VERÓN, E. *Ideologia, estrutura e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1968.

VERÓN, E. El análisis del "Contrato de Lectura", un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media. In: INSTITUT DE RECHERCHES ET D'ÉTUDES PUBLICITAIRES. *Les Médias: Experiences, recherches actuelles, applicattions*. Paris, 1985. p. 203-229.

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004

PRINCIPAIS editoriais do Grupo Globo. *G1*. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 08 nov. 2014.

# O jogo da leitura: a ludicidade no tabletjornalismo

*Rodrigo Cunha*  
*Eduardo Nunes Freire*

## **Introdução: A leitura e seus dispositivos**

Os leitores de hoje dispõem de uma gama substancial de suportes noticiosos, que vão muito além do papel, como os computadores conectados à *web*, os *e-readers*, os *smartphones* e os *tablets*. Para cada um destes suportes existe uma relação entre a produção e seus possíveis modos de leitura. Roger Chartier (1998) ressalta que a leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata. É, antes, um engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros. Chartier destaca a importância da compreensão de que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir), e sublinha que

não existe compreensão de um texto, qualquer que seja ele, que não de-

penda das formas como ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor e os que resultam de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras. (CHARTIER, 1998, p. 17)

Portanto, a leitura e o processo de interpretação dos textos passam pela compreensão de regras que são definidas ainda na fase da produção, e devem ser as mais claras possíveis para que se efetuem no reconhecimento. No jornalismo, tal compreensão ocorre pela repetição de estratégias e estruturas que vão deixar mais nítidas ao leitor quais as funções de cada uma delas, como tais estratégias são usadas e em que situações. Isso acontece por meio do projeto gráfico e do uso de gêneros discursivos jornalísticos. Cada suporte jornalístico possibilita diferentes modos de leitura e determina também os processos de produção. Isso nos remete a uma discussão sobre a noção de dispositivo<sup>1</sup> e as relações que estes estabelecem entre produção e reconhecimento.

Os dispositivos não são apenas aparelhos tecnológicos de natureza material. O dispositivo não é o suporte inerte do enunciado, mas um local onde o enunciado toma forma. Os dispositivos da mídia também não exercem o simples papel de contextos. Enquanto que o enunciado e seu contexto podem ser – em uma certa medida – destacados um do outro (um mesmo enunciado podendo aparecer em diversos contextos), e o contexto traz ao enunciado apenas uma variável do sentido, o local desempenha o papel de uma matriz, de tal maneira que um certo tipo de enunciado só possa aparecer *in situ*. (MOUILLAUD, 2002, p. 85, grifo do autor)

---

1 Sobre o termo, ver também Agamben (2005). Ele faz uma revisão genética da terminologia numa palestra proferida no Brasil. Disponível em: <<http://goo.gl/m28wdw>>.

Charaudeau (2006, p. 104) reitera esta concepção ao afirmar que

o dispositivo é uma maneira de pensar a articulação entre vários elementos que formam um conjunto estruturado, pela solidariedade combinatória que os liga. Esses elementos são de ordem material, mas localizados, agenciados, repartidos segundo uma rede conceitual mais ou menos complexa. O dispositivo constitui o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem, mas não se trata de um simples vetor indiferente ao que veicula, ou de um meio de transportar qualquer mensagem sem que esta se ressinta das características do suporte. Todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido.

Já Daniel Peraya considera que todo dispositivo envolve três dimensões: a sociedade, a tecnologia e a linguagem. Para ele, um dispositivo é

uma instância, um lugar social de interação e cooperação possuindo suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, seus próprios modos de interação. A estrutura de um dispositivo – seu funcionamento – determinada pelas intenções, assenta na organização de meios materiais, tecnológicos, simbólicos, e relacionais que modelizam, a partir de suas próprias características, os comportamentos e as condutas sociais (afetivas e relacionais), cognitivas, comunicativas dos sujeitos. (PERAYA, 1999 apud MEUNIER e PERAYA, 2008, p. 292)

Por isso, um dispositivo de comunicação é composto por aquele que propõe para aquele que se dispõe, e a relação estabelecida entre estas duas instâncias. Charaudeau e Maingueneau (2004) tratam essa relação como um pacto contratado entre o enunciador e o coenunciador, um

contrato de comunicação que é estabelecido entre as partes para que se obtenha o sucesso da comunicação.

O termo contrato de comunicação é empregado pelos semióticos, psicossociólogos da linguagem e analistas do discurso para designar o que faz com que um ato de comunicação seja reconhecido como válido do ponto de vista do sentido. É a condição para que os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, co-construindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação. (CHARAUDEAU; MAINGUE-NEAU, 2004, p. 130)

Eliseo Verón afirma que, em qualquer que seja o discurso, as modalidades do dizer constroem e dão forma ao dispositivo de enunciação. Também trata das instâncias do enunciador, do enunciatário e da relação existente entre estes como constituintes do dispositivo de imprensa. Verón (2004, p. 218) define este dispositivo como contrato de leitura que está submetido às condições de produção e de reconhecimento, centrando suas análises neste contrato e na circulação de sentidos entre estas duas instâncias.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas. (VERÓN, 2004, p. 236)

A interação no processo comunicativo está, portanto, relacionada à ação conjunta de dois (ou mais) atores. Essa ação pode ser cooperati-

va ou conflituosa, pode ser um encontro face a face ou mediada por algum suporte tecnológico. Maingueneau (2001, p. 54), destaca que “toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um coenunciador, é, de fato, marcada por uma interatividade constitutiva”. No caso do contrato de leitura para dispositivos jornalísticos em *tablet* as estratégias enunciativas devem levar em conta uma gramática de produção que abarque as diversas possibilidades narrativas deste suporte, bem como as gramáticas de reconhecimento dos possíveis leitores.

O *tablet* como dispositivo jornalístico seria um misto do jornalismo impresso com o webjornalismo. As estratégias enunciativas vão mesclar elementos do impresso (textos e imagens) com outros do webjornalismo (hipertextos, áudio, vídeos e animações), e com possibilidade de atualização contínua. Porém, existem diferenças marcantes entre o modo de leitura de um jornal impresso, de um *site* lido no computador e de um *tablet*. Os próprios suportes impõem posturas diferentes diante do dispositivo, no modo de interagir com o conteúdo. No impresso, a interação é mínima, restringindo-se ao passar das páginas, ou a dobrá-las para segurar melhor, ou marcar alguma página com caneta. Na tela do computador, temos os *links* para janelas que se abrem com o clique do mouse em áreas específicas. O *tablet* também é portátil (como uma revista) e possibilita a leitura de conteúdos tanto online (num navegador de *web*) quanto *offline* (no aplicativo baixado no aparelho). Contudo, um dos aspectos que mais diferenciam a leitura no *tablet* é o acesso ao conteúdo por meio do toque na tela, sem a necessidade de um mouse ou de qualquer outra ferramenta.<sup>2</sup> Isso reduz a distância entre o leitor e a leitura e possibilita novos afetos.

Do ponto de vista do design, o *tabletjornalismo*<sup>3</sup> é influenciado pelo jornalismo de revista, notadamente no que diz respeito à tipografia e ao

---

2 Palacios e Cunha (2012) tratam do fenômeno da tactilidade.

3 O termo *tabletjornalismo* aqui apresentado tem o mesmo sentido de produtos autóctones

uso de cores e imagens. O design, tanto no impresso como no *tablet*, é considerado como um *modo do dizer*, ou seja, um tipo de enunciação, que adapta os enunciados às condições de produção e de reconhecimento do dispositivo por meio de um contrato específico entre enunciador e seus coenunciadores.

Pela sua ligação com o jornalismo impresso, consideramos que o *tablejournalismo* incorpora aquilo que Charaudeau (2004, p. 232) chamou de exigências constitutivas do discurso do jornalismo impresso:

A imprensa é o domínio da escrita, o que quer dizer que seu campo de atividade discursiva e semiológica é o da conceitualização que se inscreve numa situação de troca monolocutiva e se organiza sobre um suporte espacial. Eis por que a imprensa tem suas próprias exigências de visibilidade, de legibilidade e de inteligibilidade.

A exigência de visibilidade no impresso está intimamente ligada às questões do uso do espaço, ao modo como as notícias são ordenadas na página e mesmo à distribuição dos assuntos em seções e editorias. (MOUILLAUD e PORTO, 2002) Trata-se da organização do conteúdo em unidades perceptíveis e diferenciáveis, com os percursos de leitura propostos, a partir de estratégias enunciativas estruturadas pelo *design*. (FREIRE, 2009, p. 293)

A legibilidade é da ordem da escolha das tipografias que vão compor os textos, cuja finalidade é possibilitar maior fluidez à leitura e dar expressividade por meio do desenho dos tipos em consonância com o

---

para *tablet*, utilizado por Suzana Barbosa e colaboradores (2013, p. 13). Trata-se de uma categoria de jornalismo pensada e desenvolvida especificamente para o suporte *tablet*, levando em consideração não apenas as possibilidades técnicas do dispositivo, como também os recursos narrativos, dentre os quais incluímos a ludicidade. O termo sugerido segue a mesma lógica do telejornalismo, rádiojornalismo e webjornalismo.



contexto semântico do conteúdo. Já a inteligibilidade refere-se à compreensão daquilo que se está enunciando pelas diferentes matérias significantes (textos, imagens, grafismos, cores, diagramação), explicitando também os critérios de hierarquização dos conteúdos na formulação dos percursos de leitura. (FREIRE, 2009, p. 294)

Com base nisso, é possível inferirmos que as exigências do tabletjornalismo seriam aquelas do impresso (visibilidade, legibilidade e inteligibilidade), complementadas pelas do webjornalismo (principalmente, interatividade e hipertextualidade) e mais uma exigência específica: a ludicidade.<sup>4</sup> Por esta exigência, o conteúdo passa a ser acessado (lido) na forma de um jogo de leitura proposto pelo enunciador (o periódico) para um coenunciador (o leitor). O contrato estabelecido entre estas duas instâncias ainda é o de leitura, pois, independente do suporte, o devir de qualquer publicação continua o mesmo, que é o de proporcionar uma leitura agradável, interessante, atraente e eficaz. Mas, não se trata de um jogo pelo jogo, por mero entretenimento, ou diversionismo, mas do aproveitamento de uma possibilidade intrínseca do suporte para produzir uma informação mais completa, adequada aos hábitos de leitura do usuário de *tablets*. Desta forma, estamos propondo que a ludicidade, em diferentes graus, é um dos elementos constitutivos da enunciação no tabletjornalismo, assim como o *design* é no jornalismo impresso, a interatividade e a hipertextualidade são no webjornalismo.

### **A ludicidade e as *affordances* como elementos constitutivos do dispositivo**

A relação do homem com o comportamento lúdico não é algo recente. Muito menos em termos de pesquisa científica. Raessens (2014, p. 96),

---

4 Um exemplo de aplicativo jornalístico que valoriza muito a leitura com ludicidade é o Unifor News, plataforma de publicação de aplicativos jornalísticos da Universidade de Fortaleza e que pode ser baixado para Androide (<https://goo.gl/y12fRA>) ou iOS (<https://goo.gl/8AiAQw>)

por exemplo, recupera o estudo de Friedrich Schiller, de 1795, o qual enfatiza o instinto de jogo como de grande importância para o desenvolvimento da humanidade. A figura do *Homo Ludens* interessa a diversos filósofos como Nietzsche, Heidegger, Gadamer, Derrida e Deleuze, e amplia sua dimensão também para os estudos das ciências sociais e cognitivas. Para esses primeiros estudos, a dimensão lúdica faz parte do nosso modo de vida em sociedade. Na busca para diminuir a dispersão e conquistar a atenção do público, o lúdico tem sido utilizado com mais intensidade.

Para entender melhor a noção de jogo, que está no ápice da definição de ludicidade, relacionamos *Homo Ludens*, o trabalho clássico do historiador holandês Johan Huizinga, publicado originalmente em 1938 e traduzido para diversos idiomas. Para o autor, o jogo é uma atividade livre, “não séria” e assumidamente exterior à vida real, a qual se trata da suspensão do cotidiano, mas que pode ser abandonada a qualquer momento, devido a sua delimitação temporal e espacial. (HUIZINGA, 1980)

Andreia Galhardo (2006) explica que o fato de ser exterior ao cotidiano, não isenta a atividade lúdica de absorver o jogador de maneira intensa e total. Na realidade, cada jogo tem suas regras, que separam do mundo real, entretanto “estabelecem uma escala interna de valores”. (GALHARDO, 2006, p. 27) A pessoa interessada em participar do jogo deve se submeter às regras vigentes, o que podemos relacionar com a ideia de estabelecer ou não o contrato. Outra característica para definir a ludicidade é o da incerteza, pois de acordo com Caillois (2006, p. 128), o desenlace da atividade lúdica, apesar de ter seu início e fim, deve permanecer desconhecido para que não se desvança o interesse do jogador na sua participação.

No jornalismo, o lúdico tem sido uma estratégia crescente, a exemplo dos *newsgames*, dos infográficos interativos e das publicações digitais para dispositivos móveis, muito embora se discuta se isso pode levar a uma queda da credibilidade. Por outro lado, a própria noção de

credibilidade está vinculada à conquista de atenção, à sedução e persuasão do leitor para a leitura, para o convencimento de que determinado conteúdo destacado é relevante, com base em critérios jornalísticos.

Nas publicações digitais em *tablets*, foco deste trabalho, encontramos características e potencialidades do suporte (PALACIOS, et al., 2015) como o principal artifício utilizado de maneira a fazer o leitor jogar, interagindo em busca de novos conteúdos, e coenunciar juntamente com o enunciador a partir do *design* da interface. Palacios e colaboradores (2015, p. 21) citam ao menos quatro destas funcionalidade que decorrem na geração de *affordances* (GIBSON, 2015), ou seja, de possibilidades de ação do coenunciador: taticidade, recurso baseado no sensor da tela sensível ao toque; opticabilidade, relacionado aos sensores de câmera; nivelabilidade, referente ao recurso obtido pelo acelerômetro e pelo giroscópio; e a localibilidade, baseado no sensor de georreferenciação (GPS). Descreveremos, resumidamente, cada uma dessas funcionalidades e sua aplicação ao jornalismo para *tablets*.

A taticidade, segundo Palacios e Cunha (2012, p. 671), já nasce plenamente apropriada para utilização dos aplicativos criados para plataformas móveis. Trata-se do fenômeno da aplicabilidade de gestos e toques para manipulação de objetos virtuais na tela. Ações como estas permitem, por exemplo, acionar um botão com um toque simples, alterar imagens de uma galeria de fotos com o movimento de arraste horizontal ou rolar um determinado conteúdo que esteja ocultado por uma caixa. Por si só, o conceito de ludicidade se encontra na maneira na qual o usuário é colocado para caçar pistas e desvelar conteúdos escondidos, que somente ocorrerão a partir de toques e gestos pré-determinados pelo enunciador e que deverão ser interpretados pelo enunciatário. O mecanismo de construção das publicações digitais também revela o jogo propiciado pelo aspecto da ludicidade. *Softwares* de diagramação utilizam o recurso das camadas de sobreposição para ocultar informações e economizar espaço na tela. A partir dos signos visuais inseridos

na interface, o usuário pode abrir conteúdos em menus desdobráveis ou janelas *pop-up*. A taticidade é aplicada para revelar novas camadas escondidas pela visualização inicial.

A segunda funcionalidade do *tablet*, da nivelabilidade, está direcionada à utilização de acelerômetro e do giroscópio. Tais sensores auxiliam na identificação de níveis de posicionamento e de inclinação do aparelho de acordo com seu ângulo e aceleração gravitacional. (PALACIOS et al., 2015, p. 24) Para o jornalismo, tal recurso é utilizado principalmente na troca da orientação de tela: ao inclinar o *tablet*, o usuário é capaz de oscilar entre os formatos horizontal e vertical de visualização, quando a revista digital permite esse recurso. Quando é possibilitado, o *designer*/enunciador desenvolve leiautes distintos para cada formato, como por exemplo, ter uma diagramação predominantemente ocupada por texto na visualização vertical e aplicar uma galeria de fotos no modo horizontal. O recurso da nivelabilidade também pode ser revelado em imagens panorâmicas, quando o *designer* possibilita o uso do acelerômetro para identificar a direção da área que se deseja observar numa visualização em 360°. Apenas do ponto de vista narrativo, torna-se útil para apresentar um ambiente, seja uma sala, um museu, uma cena de crime. Combinado com o *zoom*, outro recurso incorporado pela taticidade, ampliam-se as possibilidades narrativas da imagem panorâmica.

A opticabilidade, terceira funcionalidade dos dispositivos móveis, reflete o uso do sensor de câmera digital para recursos como realidade aumentada e leitura de QR Codes. Isso permite ativar informações complementares na tela do aparelho enquanto se filma elementos. Trata-se de um recurso já utilizado por museus e galerias de arte. Para citar um caso do jornalismo, há o exemplo da revista experimental exclusiva para *tablets* Katachi Magazine. Na reportagem “Visage”, na primeira edição de 2011, a leitora pode fazer uma *selfie* que automaticamente é incorporada a diagramação da tela, numa galeria de imagens de mulheres que se consideram heroínas, conforme a temática da reportagem. A opti-

cabilidade é uma função de *input*, de captura e possível produção de conteúdos, a partir de casos como o aplicativo Eu-Repórter, do jornal *O Globo*, no qual o usuário pode enviar fotografias e sugestões de pautas à redação.

Por último, relacionamos a funcionalidade da localibilidade, que se resume ao uso do GPS. No jornalismo para *tablets*, provavelmente seja o recurso de menor grau de ludicidade, pois se torna arbitrário dos aplicativos, que podem direcionar o leitor para um conteúdo personalizado de acordo com a localização do leitor. Por exemplo, ao abrir pela primeira vez o aplicativo do jornal espanhol *El País*, pede-se pela autorização do uso do sensor de georreferenciação. Caso positivo, o leitor pode ser direcionado para ter notícias referentes à região a qual está acessando. O leitor é livre para recusar a proposta ou redirecionar o fluxo de informação para outra região escolhida.

Inicialmente, dissemos que cada uma dessas funcionalidades é geradora de *affordances*. Este conceito foi desenvolvido originalmente pelo psicólogo James J. Gibson, para designar o fenômeno de relação recíproca e dinâmica entre animal e ambiente. Segundo ele (GIBSON, 2015; PALACIOS et al., 2015), o que tendemos a perceber é o que a combinação entre meios, superfícies e substâncias oferece para nós, pois os animais envolvem e são envolvidos pelo meio, atuando ao mesmo tempo como percebedores e agentes. No *design* e na interação humano-computador, este conceito é apropriado para designar a relação entre usuários e objetos (artefatos). (NORMAN, 1988) O que necessitamos apreender disso – que a relação é recíproca entre usuários e artefatos, entre leitores e interfaces, entre enunciadores e enunciatários – é que a *affordance* se baseia em possibilidades de ação. Uma ação que imbrica a atitude de jogar – apertar botões, virar a página, trocar a orientação de leitura, desvelar conteúdos ocultos. Algo que se integra a experiência de leitura nos *tablets*.

O uso de cada uma dessas funcionalidades, para render recursos lúdicos, requer parcimônia, bem como ser efetivamente pensadas para a função jornalística. Da mesma forma como o *design* jornalístico não deve utilizar todas as cores disponíveis na paleta do computador e todas as fontes tipográficas de uma só vez, a máxima minimalista de menos é mais, do arquiteto Mies van der Rohe, também vale para a ludicidade no jornalismo para *tablet*. Em conformidade com o conceito de contrato de leitura, certos recursos vão bem para um tipo de publicação (e de público) e nem tanto para outros. Em produtos vespertinos para dispositivos móveis, o uso de recursos lúdicos pode não funcionar tão bem quanto nas revistas digitais, de público mais segmentado, com mais disponibilidade de tempo para leitura, e mais adepto às experimentações.

## O jogo da leitura na produção de sentido

Em um jogo, evidencia-se a limitação de tempo e, principalmente, do espaço de atuação dos interagentes, que se submetem a regras predefinidas para que todos participem e saiam satisfeitos com a experiência lúdica. Todo jogo tem um objetivo a atingir, algo a ser conquistado, e deve ser assumido voluntariamente para que seja prazeroso.

No caso do jogo da leitura, o espaço é representado pelo suporte, seja um livro, um jornal, uma revista, um *site* de internet ou uma publicação digital – aqui nos deteremos apenas na leitura em dispositivos móveis, mais especificamente, *tablets*. Os participantes são, de um lado, a produção (o enunciador e seu lugar de fala) e, do outro, o reconhecimento – o coenunciador, a imagem do leitor para o qual se destina o jogo da leitura. Existem ainda as regras estipuladas pelo que Verón denomina de condições de produção e condições de reconhecimento e suas respectivas gramáticas.

Quanto aos objetivos, em relação à leitura nos dispositivos jornalísticos, o que se deseja é que o leitor saia informado, que ele tenha aces-

so a todo conteúdo disponível. Todavia, é o leitor quem decide o grau de profundidade de leitura que deseja alcançar, dentro do tempo, dos interesses e das próprias possibilidades cognitivas. Isto é, as regras do jogo são definidas por um contrato de leitura estipulado pela produção em função do reconhecimento na construção de uma relação lúdica da leitura. Queremos crer que este contrato seja mantido nos diferentes suportes jornalísticos, seja ele o papel ou a tela do *tablet*.

O *design* como elemento estruturante da enunciação jornalística (tanto no impresso, quanto na *web* e no *tablet*), deve facilitar a criação dos percursos de leitura. No impresso, o processo se torna mais simples por se tratar de uma única camada para disposição dos elementos na página. Na *web*, os percursos se dão de forma bifurcada (GROENSTEEN, 2011, apud FREIRE; BARBALHO, 2012), gerando múltiplos caminhos (por meio dos *hiperlinks*), com diferentes tipos de registros e linguagens (multimídia) e em múltiplas camadas (ou janelas), que compõem o hipertexto. Cabe à produção delimitar o espaço do jogo, para que o leitor não se perca na imensidão do ciberespaço. De toda forma, o percurso ficará sempre a cargo do leitor.

No *tablet*, a narrativa se apresenta também de maneira multibifurcada (como na *web*), em várias telas que podem contar diversas camadas. Por sua vez, estas camadas podem trazer elementos embutidos, um dentro do outro, o que na página de internet resultaria num imenso labirinto. Portanto, questionamos: se assim se constitui o espaço lúdico, será que deixar o leitor num labirinto é admissível num contrato de leitura? Até que ponto o leitor está disposto a permanecer neste jogo? Esta é uma preocupação que jornalistas e *designers* devem ter ao elaborar suas reportagens no *tablet* para evitar que o leitor se perca e desista do jogo, da leitura.

Na gramática de produção do jogo da leitura, o *design* jornalístico e de interface devem levar em conta a usabilidade e a ludicidade para proporcionar a melhor experiência de leitura possível. Esta gramática

levará em consideração as condições de produção que envolvem desde o tipo de plataforma – Android, iOS, Windows Phone, entre outros –, as funcionalidades do dispositivo – taticidade, opticabilidade, nivelabilidade e localibilidade –, o grau de transparência ou opacidade do enunciador – pelo qual se percebe a inscrição do sujeito na enunciação, perceptível pelas pistas visuais mais ou menos explícitas para instruir a navegação – e a imagem que a produção constrói do seu leitor-modelo. Esta imagem compõe as gramáticas de reconhecimento, que estão relacionadas às condições para que a leitura se efetive satisfatoriamente. Desta forma, a produção define se sua publicação se destina a um leitor com maior ou menor experiência na leitura em *tablet*, sobre o tempo que este leitor deveria dispor para leitura, o perfil sociocultural, entre outros aspectos, que definirão as tomadas de decisão na produção.

A leitura no *tablet*, assim como qualquer novo produto inserido no contexto de consumo, demanda algumas competências para interagir com o dispositivo. Durante o aprendizado, quando o leitor é menos experiente, ele se sente mais perdido para perceber, por exemplo, um botão de forma a acionar alguma ação, demandando um gesto tátil do usuário. Pistas visuais, como pictogramas (ou mesmo textos), tornam-se ferramentas necessárias para indicar quando há alguma interação disponível, o que também representa um componente lúdico no jogo da leitura no *tablet*.

Isto fica evidente quando se observa o modo como ocorre a leitura em periódicos para *tablet*, a partir de testes de usabilidade, como o realizado com universitários brasileiros e espanhóis, publicado por Cunha (2017). Neste trabalho, o pesquisador adotou metodologicamente três procedimentos: classificação dos sintagmas (na forma de pictogramas) apresentados em seis publicações digitais para *tablets*, identificação do contrato de interação – ou seja, se o leitor reconhecia os pictogramas de acordo com sua função – e, por último, uma avaliação final da experiência do usuário, com a aplicação de um questionário pós-teste.



No segundo procedimento o pesquisador ditava ao participante cinco tarefas pré-determinadas para cada publicação e o usuário tentaria cumprir. Ao longo da navegação, o pesquisador anotava observações e capturava os diálogos do participante (metodologia conhecida também por protocolo verbal).

A princípio foi possível perceber que algumas publicações exageraram na quantidade de percursos propostos para o leitor, o que pode ser entendido como um complicador no jogo da leitura. Neste caso, o usuário ficava frustrado por não conseguir se encontrar no labirinto da publicação. Por exemplo, de um total de dez participantes, duas não conseguiram executar uma das tarefas solicitadas pelo pesquisador – assistir ao trailer do filme *American Express* (2006) escondida numa galeria de vídeos em uma das reportagens da revista digital espanhola *Vis-à-Vis*. Mesmo sendo usuários habituados com a leitura em *tablet*, não conseguiram visualizar o percurso proposto para executar a tarefa, composto por: 1) procurar a reportagem em questão; 2) passar o dedo para baixo para visualizar o restante do conteúdo; 3) identificar a galeria de vídeos; 4) clicar nos caracteres numéricos para passar pelos vídeos; e 5) assistir ao trailer. Por não compreender o percurso proposto, ou se perder no meio do caminho, as leitoras passavam freneticamente página a página, sem entender o que realmente estavam procurando. E, mesmo com a ajuda do pesquisador do laboratório, que indicava a localização da reportagem, elas não cumpriram a tarefa após alguns minutos de tentativa. (CUNHA, 2017, p. 247)

No final do experimento, os participantes também avaliaram a experiência por meio de questionário para perceber o grau de satisfação com a leitura da revista. Foi utilizada a metodologia de System Usability Scale (SUS), com dez afirmativas que seriam avaliadas a partir de uma escala Likert de cinco pontos, para saber se cada um concordava ou não com a afirmativa. Trata-se de um questionário frequentemente utilizado em pesquisas sobre usabilidade, desenvolvido por Brooke

(1996), que permite livre adaptação de acordo com as necessidades do pesquisador.

Como havia dois grupos de publicações de propostas distintas – revistas digitais espanholas com alto teor de experimentação e revistas vespertinas brasileiras mais contidas em termos de conteúdo e interação – foi possível comparar como os leitores pensam sobre a dosagem de ludicidade. Ao final, fazia-se a somatória dos pontos para obter a escala: quanto maior, melhor usabilidade. Coincidentemente, os vespertinos brasileiros, com menor interação, agradaram mais os participantes do que as revistas espanholas potencialmente interativas. Na ordem, os brasileiros: *Estadão Noite* (83,5), *O Globo a Mais* (74,5), *Diário do Nordeste Plus* (62,5); e os espanhóis: *Quality Sport* (60), *Revista Don* (52) e *Vis-à-Vis* (48,5). (CUNHA, 2017, p. 255)

### Possíveis conclusões

Apesar da singeleza do experimento, podemos nos questionar se seria a simplicidade de conteúdo e a economia de recursos interativos a chave para a satisfação dos leitores em *tablets*? Parece uma forte pista a ser posteriormente testada em novos estudos comprobatórios com outras publicações e com usuários potenciais. Quanto à ludicidade, questionamos também qual seria o nível ideal para cada tipo de publicação. Em vespertinos brasileiros para *tablet*, a exemplo do pioneiro e já extinto *O Globo a Mais*, a quantidade de opções de bifurcações narrativas eram bastante reduzidas. Restringia-se apenas a abertura de novas camadas ao tocar em determinada área, girar o aparelho ou puxar algum conteúdo escondido.

Podemos concluir também que essa quantidade limitada de bifurcações se deve não apenas ao menor tempo de produção dos vespertinos diários se compararmos às revistas semanais ou mensais, mas também pela relação com o perfil do leitor, que não está interessado em jogos de

leitura tão complexos. Nas revistas mais interativas, como a já citada Katachi, a dosagem da ludicidade é levada em conta, pois o contrato estabelecido com o seu leitor é mais experimentalista e isto fica bastante evidenciado no próprio design. Neste caso, o *designer* pode deixar as pistas mais escondidas, de forma a provocar a iniciativa do leitor de tocar em elementos que infira que são elementos de interação do jogo.

No *tablet*, existem formas de sugerir os caminhos para o leitor, seja pelo uso de pistas visuais, seja pelas regras de hierarquização do *design* jornalístico. (FREIRE, 2007) Uma publicação pode assumir uma postura mais didática, fazendo uso dos pictogramas que indiquem mais nitidamente o tipo de interação que se está propondo ao enunciário neste jogo de leitura. Entretanto, nem todos os pictogramas compõem o léxico interativo que indique alto grau de ludicidade. Em publicações mais contidas, a exemplo dos vespertinos, os pictogramas podem sugerir apenas modos de orientação de navegação, presente em praticamente qualquer publicação jornalística para *tablets*.

Portanto, ao “esconder” um conteúdo em uma camada acessível por um gesto tátil, a estratégia enunciativa do jornalista/*designer* (a princípio) pode ser entendida como uma forma silenciar, de reduzir a ênfase sobre algum aspecto do enunciado que deveria ser omitido, mas não foi. Não seria um não dito, um escamoteamento, pois ele está lá. Não seria algo como incluir o texto em letras miúdas numa área menos valorizada da página, como muitas vezes se vê nas seções de “Erramos” dos jornais. Quando o enunciador embute o conteúdo em uma forma lúdica como um botão, ou uma cartela a ser arrastada para o centro da tela, ele valoriza aquele enunciado com uma estratégia de diferenciação. Valoriza o contrato de leitura, pois instaura um diálogo entre enunciador e enunciário. Este segundo, quando instado a “descobrir” a próxima pista, envolve-se ainda mais no jogo da leitura e sente-se valorizado e recompensado pela sua própria perspicácia em alcançar o próximo nível da leitura.

Adotar a ludicidade como estratégia, portanto, não representa uma banalização, uma simplificação do processo de leitura, ou uma desvalorização da inteligência do leitor. Ao contrário, trata-se de um elemento de complexificação. Isso é algo que já faz parte do universo dos novos leitores. O desafio que se apresenta ao jornalista/*designer* é construir uma narrativa que dê conta da transmissão da informação tanto para aqueles que fiquem no nível mais superficial da leitura, quanto para aqueles que busquem um maior aprofundamento por meio dos acessos lúdicos. No jornalismo impresso, isso é feito por meio do *design* quando propõe a fragmentação do texto em várias áreas de entradas (título, linha fina, lide, *boxes*, destaques, entre outros), que permitem “a leitura em 5 minutos ou em 50 minutos”,<sup>5</sup> a depender do interesse de aprofundamento do leitor. Isto não deixa de ser uma forma de ludicidade, este saltar de um ponto a outro da página pelo percurso de leitura proposto pelo *design*. Portanto, a ludicidade já é algo utilizado pelo *design* jornalístico há muito tempo. Ela apenas é ampliada e ganha novo sentido no *tabletjornalismo*.

Consideramos ainda que o conceito de ludicidade flerta também com o conceito de materialidades da comunicação, proposta teórica criada no departamento de Literatura Comparada da Universidade de Stanford, na década de 1980. De acordo com Gumbrecht e Pfeiffer (1994), a proposta trata basicamente de que todo ato comunicativo exige a presença de um suporte material. Este suporte gera o efeito de tangibilidade espacial, de maior ou menor proximidade entre o corpo e o meio, no processo de acoplamento. Gumbrecht, anos mais tarde, vai tratar do fenômeno como produção de presença, na qual a materialidade ganha uma importância na produção de sentido. Em outras palavras, as con-

---

5 Slogan adotado no projeto gráfico-editorial da *Folha de S.Paulo*, em maio de 2006, para falar da leitura em duas velocidades: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/novoprojetografico/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

dições concretas de articulação e de transmissão de uma mensagem influem no caráter de sua produção e recepção. (GUMBRECHT, 2010)

Por fim, percebe-se que este é um campo de investigação bastante fértil, principalmente neste momento em que algumas publicações diárias para *tablet* deixaram de existir após uma breve experiência, como é o caso do Globo A Mais e Diário do Nordeste Plus e poucas novas surgiram. Resta saber se o insucesso se deu por uma falha no contrato de leitura, que inclui o componente da ludicidade (pelo excesso ou pela escassez), ou seria por uma tendência que se tem percebido de troca de interesse dos leitores do *tablet* para o *smartphone*. Na primeira hipótese, uma pesquisa futura poderia interessar-se por identificar qual seria o nicho do *tablet* jornalismo e o tipo de contrato de leitura ideal para este dispositivo, cabendo também à hipótese de um estudo similar para o caso do jornalismo para *smartphones*, que está em franca ascensão.

## Referências

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo?. *Outra Travessia*, n. 5, p. 9-16, 2005.
- BARBOSA, Suzana et al. A atuação jornalística em plataformas móveis: estudo sobre produtos autóctones e a mudança no estatuto do jornalista. *Brazilian Journalism Research*, v. 9, n. 2, p.10-29, 2013.
- BOOKE, J. SUS: A 'quick and dirty' usability scale. In: JORDAN, P. W. et al. *Usability evaluation in industry*. Londres: Taylor & Francis, 1996. p. 189-194.
- CAILLOIS, R. The definition of play and the classification of games. In: SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. (ed.). *The game design reader: a rules of play anthology*. Cambridge: The MIT Press, 2006. p. 122-155.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise de discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARTIER, R. Comunidade de leitores. In: CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 11-31.

CUNHA, R. *Design da Informação e Inovação em Produtos Jornalísticos para Tablets*. Covilhã: LabCom.IFP, 2017. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/297>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CUNHA, R. *Revistas no cenário da mobilidade: a interface das edições digitais para tablets*. 2011. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://tinyurl.com/j8oyc23>. Acesso em: 29 dez. 2015.

FREIRE, E. N. *O design no jornal impresso diário*. Do tipográfico ao digital. *Galáxia*, n. 18, p. 291-310, 2009.

FREIRE, E. N. *A influência do design de notícias na evolução do discurso jornalístico: um estudo de caso do jornal O Estado de São Paulo*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/LFFV1r>. Acesso em: 29 dez. 2015.

FREIRE, E. N.; BARBALHO, M. L. Percursos narrativos da fotografia no web-documentário hipermidiático. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 35., 2012. Fortaleza. *Anais [...]* São Paulo: Intercom, 2012.

GALHARDO, A. *A sedução no anúncio publicitário: expressão lúdica e espetacular da mensagem*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

GIBSON, J. J. *The ecological approach to visual perception*. New York: Psychology Press, 2015.

GUMBRECHT, H. U. *Produção de presença*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; PFEIFFER, Karl Ludwig. *Materialities of Communication*. Redwood City: Stanford University Press, 1994.

HUIZINGA, J. *Homo ludens: a study of the play-element in culture*. London: Routledge and Kegan Paul, 1980.

KLEIN, O. J. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 1, p. 215-231, abr. 2007.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MEUNIER, J.-P.; PERAYA, D. *Introdução às teorias da comunicação*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

NORMAN, D. *The design of everyday things*. New York: Basic Books, 1988.

PALACIOS, M. et al. Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones. In: CANAVILHAS, J.; SATUF, I. *Jornalismo para dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo*. Covilhã: Livros LabCom, 2015. p. 7-42.

PALACIOS, M.; CUNHA, R. A taticidade em dispositivos móveis: primeiras reflexões e ensaio de tipologias. *Contemporanea*, v. 10, n. 3, p. 668-685, 2012.

RAESSENS, J. The ludification of culture. In: FUCHS, M. et al. (Ed.). *Rethinking gamification*. Lüneburg: Meson Press, 2014. p. 91-118.

VERÓN, E. Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento. *Eco-Pós*, v. 12, n. 1, p. 11-26, 2009.

VERÓN, E. O espaço da suspeita. In: VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. p. 159-212.





# **Como os títulos e as fontes podem influenciar na construção discursiva de webnotícias sobre violência sexual infanto-juvenil? Um estudo de caso no *G1* e na *Folha.com***

*Dayanne Pereira da Silva*

## **Introdução**

Este artigo tem como objetivo principal analisar como os títulos e as fontes podem influenciar na construção discursiva em dois importantes sites de notícias brasileiros, o *G1* e a *Folha.com*, além disso, analisamos a contribuição desses veículos para a qualificação da cobertura sobre a temática, o que implica ainda em fazer a análise de um produto midiático em ascensão e em amplo uso, que é o web-jornalismo. Foram analisadas 108 notícias publica-

das *online* sobre violência sexual infanto-juvenil na *Folha.com* e no *G1*, no período de 2007 a 2011.

O estudo analítico comparativo pretende responder a seguinte questão: Como os títulos e as fontes podem influenciar na construção discursiva de webnotícias sobre violência sexual infanto-juvenil? Partimos da hipótese de que o posicionamento discursivo dos veículos surge nas manchetes (títulos-informativos), nos subtítulos, no texto, nas fontes e na disposição dos dados, e todo este conjunto resulta na webnotícia.

Partindo desse pressuposto, a integração desses elementos gera uma construção discursiva para o tema em explanação, neste caso, a violência sexual infanto-juvenil. Como abordagem teórico-metodológica este artigo utiliza os conceitos da Análise de Títulos de Mouillaud (1997), Análise de Discursos (VERÓN, 2004, p. 238), modos de dizer propostos por Pinto (1999, p. 11), conceitos de fato, acontecimento e características do webjornalismo.

Os discursos presentes na imprensa (ou qualquer outro suporte) não produzem apenas um efeito de sentido e sim vários efeitos possíveis, mas nunca um efeito qualquer, por isso o analista precisa estar ciente dessa ambiguidade problematizada por Verón (2004, p. 238).

No trecho destacado abaixo, Verón resume o conceito de contrato de leitura (posicionamento discursivo) de forma lúdica, no qual inclui como o discurso do veículo deve ser percebido pelo leitor e o que esse leitor projeta nessa relação veículo/destinatário que agrega os atores, cenários e objetos, que determinam em certo momento como esse destinatário lê o veículo com o qual estabeleceu o contrato.

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele

corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas. Essa paisagem é mais ou menos plana, mais ou menos acidentada. Ao longo de todo seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhe dão, a maneira como o tratam, a distância ou a intimidade que lhe propõe. Um discurso é um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e ler é movimentar esse universo, aceitando e rejeitando, indo de preferência para a direita ou para a esquerda, investindo maior ou menor esforço, escutando com um ouvido ou com os dois. (VERÓN, 2004, p. 236)

Durante o processo do contrato de leitura (posicionamento discursivo) existem alguns elementos que são inerentes à relação enunciador/destinatário: a posição didática ou não, transparência ou opacidade, distância ou diálogo, objetividade ou cumplicidade, partilha de valores no nível do dito ou no plano das modalidades do dizer, articulação dos discursos e tipo de saber atribuído ao leitor. (VERÓN, 2004, p. 233)

Em uma tentativa de demonstrar os caminhos para a aplicação metodológica da análise do *corpus*, Verón (2004, p. 234) apresenta três observações sobre a análise: (1) comparação – a análise tenta localizar as diferenças entre suporte; (2) regularidade discursiva – as modalidades de discurso que se repetem e que, agrega certa estabilidade à relação suporte/leitor-e a (3) lógica de conjunto – uma propriedade discursiva isolada nunca determina um contrato.

As notícias *online* têm um diferencial importante com relação aos outros tipos de notícias publicadas em outras plataformas como revistas e jornais: neste estudo utilizamos como objeto de análise apenas o texto escrito, no entanto, compreendemos o webjornalismo com suas características específicas que precisam ser consideradas

para tornar o conteúdo mais eficaz para o leitor. Ele não almeja apenas um texto, procura um conteúdo contextualizado com memória de tudo o que foi discutido sobre a pauta e quer essa historicidade em *links*, além disso, ele precisa de imagem, vídeo, áudio ou algo que torne ainda mais real aquele fato ou acontecimento.<sup>1</sup>

Em uma reflexão sobre verdade e perspectiva no jornalismo, Gomes (2009) apresenta questões que ajudam a pensar o conceito de fato, para o autor “os fatos devem poder reger os parâmetros da sua própria interpretação. Eles são algo dado e induzem a sua própria apreensão e representação”. Essa percepção dos fatos que é o papel do jornalista, quando utiliza as fontes e constrói o processo de hierarquização, se aproxima da perspectiva de Rodrigues (1993, p. 27) que discute acontecimento como efeito de realidade e define acontecimento como tudo aquilo que irrompe na superfície da história entre uma multiplicidade aleatória de “factos virtuais”. Para o autor o que torna um fato acontecimento é a previsibilidade, “quanto menos previsível for mais probabilidade tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”.

As imagens, vídeos, áudios que compõem as notícias de ambos os veículos não são elementos de análise da amostra, eles foram contabilizados somente enquanto elemento multimidiático das webnotícias e observados para perceber se a identidade das crianças era revelada. O *corpus* de estudo é o texto escrito.

Este artigo tem como objetivo analisar a construção do posicionamento discursivo dos veículos por intermédio das notícias sobre violên-

---

1 Sobre os conceitos de fato e acontecimento, compreendendo o primeiro como o “mundo a comentar”, no sentido genuíno e em estado bruto, tal como se apresenta, e o segundo como o “mundo comentado”, submerso no que Charaudeau (2010, p. 94) chama de “universo de discurso”. Charaudeau (2010, p. 95) afirma ainda que o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar do sujeito que o integra em um sistema de pensamento fazendo-o inteligível.

cia sexual contra crianças e adolescentes nos veículos em estudo, da categorização dos modos de dizer dos sujeitos discursivos – suspeito/agressor; crianças/adolescente; família; representantes da justiça e outras fontes – e dos veículos, além da análise dos títulos-informativos.

Os títulos assinalam um local de destaque no jornalismo, são eles que fazem o primeiro convite para a leitura e seduzem o leitor para entrar no texto, por isso, resolvemos analisar esta dimensão do texto para descobrir como e com quais posicionamentos discursivos esses locais de destaque no *G1* e na *Folha.com* são ocupados pelas temáticas da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Neste artigo utilizamos as categorias propostas por Mouillaud (1997): títulos-assunto (editorias), assinatura (do próprio webjournal ou de seus colaboradores), título referência (TR) e título informativo (TI). Os títulos-assunto são fixos e não apresentam significação direta, são rubricas vazias de sentido e que exigem que o leitor faça associações com base no seu repertório pessoal.

Mouillaud (1997, p. 85), quando faz uma reflexão sobre o nome do jornal, trabalha também com o conceito de dispositivo e a sua relação com o enunciado. Para o autor francês, o dispositivo não pode ser considerado apenas um aparelho tecnológico de natureza material: a função do dispositivo perpassa a função de suporte do enunciado e se amplia para o local onde o enunciado toma forma. O nome do jornal é um enunciado que faz parte dos enunciados jornalísticos e ao mesmo tempo é para o título (manchete) assim como os títulos são para os artigos (notícias). Dessa forma temos uma hierarquia: primeiro o nome do jornal, os títulos e os artigos.

Essa percepção de Mouillaud (1997, p. 91), de que “a relação do nome-de-jornal com os títulos é lida em um duplo sentido: dos títulos ao nome, no sentido de um fechamento; do nome aos títulos, como uma flecha que os designa”, lembra a linha editorial inerente a todos os veículos, nos quais percebemos que as notícias seguem uma regularidade editorial, assim

como dos seus títulos, em uma proposta clara de filiação a seus princípios editoriais acordados de forma intuitiva ou não na redação.

Seguindo esse raciocínio, Mouillaud (1997, p. 91-92) constata o título como um sistema de dois enunciados: um enunciado da informação (títulos/manchetes) e um enunciado de referência (nome do jornal). São justamente as marcas empregadas nos enunciados jornalísticos que devem construir o nome do jornal. O nome do jornal em si não tem sentido próprio, tornou-se um “nome vazio”, no qual a “significação desaparece em prol da designação”. Se pensarmos nos nomes *Folha.com* e *G1* não conseguiremos inserir significação direta, mas se pensarmos nos conjuntos dos enunciados e na regularidades destes em um determinado período, se pode perceber o sentido da representatividade de cada nome. (MOUILLAUD, 1997, p. 92)

### **Posicionamento discursivo: estudo comparativo da *Folha.com* e do *G1***

Nesta etapa do percurso, o aporte teórico-metodológico apresentado será usado para análise do posicionamento discursivo de dois portais de notícia brasileiros, *Folha.com*, do grupo Folha, e *G1*, do grupo Globo.

### **Análise dos títulos-informativos da *Folha.com***

A *Folha.com* por intermédio de seus títulos informativos (manchetes), apresenta um posicionamento discursivo que, em geral, procura explicar a notícia na manchete através da causa/ação e o resultado/motivação dos acontecimentos discursivos,<sup>2</sup> sugere críticas, ocupa função

---

2 A noção de acontecimento discursivo é um conjunto finito das únicas sequências discursivas que tenham sido formuladas, dentro do questionamento “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”, que remete a necessidade de considerar o dito e o não dito em uma análise. Em contrapartida a noção de campo discursivo, compreende o enunciado na singularidade de sua situação, condição de existência e correlações com outros enunciados. (FOUCAULT, 2010, p. 30-31)



ção de uma pauta ou a construção de premissas genéricas ou contextos ambientais.

3. **Dossiê da ONU** sobre tortura é "preciso", **afirma Vannuchi**

↓
↓  
*fonte primária*
*fonte secundária*

4. **Lula chama** pedófilos de irracionais e pede combate ao trabalho infantil

↓  
*fonte primária*

O próximo exemplo é de incorporação do discurso das fontes na manchete sem atribuir a autoria.

5. PAC **pode agravar** exploração sexual

↓  
*suposição*

Lendo apenas a manchete, temos a impressão de que esse é um posicionamento discursivo do veículo, no entanto, no primeiro parágrafo da notícia, a afirmação (asserção) é atribuída aos "especialistas em direitos humanos, conselheiros tutelares e ONGs como a ANDI". A expressão "pode agravar" é uma suposição que a manchete destaca e o texto tenta confirmar, apresentando dados estatísticos e depoimentos de fontes especializadas.

Nos títulos abaixo, a *Folha.com* ocupa posição pedagógica de mestre, que explica aos "alunos" (leitores) as alterações da lei, no entanto, as expressões "deve mudar" e "devem votar" tem tonalidade de dúvida que supõem que essas alterações podem ou não acontecer. Isso ocorre em razão de tentar antecipar um acontecimento e dar o "furo".



6. **Entenda** o que **deve mudar** com as novas regras contra pedofilia na web  
 ↓ ↓  
*função pedagógica* *suposição*

7. Deputados **devem votar** hoje lei contra pedofilia  
 ↓  
*suposição*

## Análise dos títulos-informativos G1

Os títulos-informativos (manchetes) no G1 apresentam um posicionamento discursivo que segue as mesmas características da *Folha.com*, exceto em um item, o G1 não expõe manchete com discurso da fonte incorporado e sem citação direta no título.

As manchetes procuram explicar a notícia indicando a causa/ação e o resultado/motivação, sugerem críticas, ocupam função pedagógica ou educativa, destacam o discurso das fontes bem como apresentam manchetes que antecipam acontecimentos com tonalidade de incerteza (suposição). Abaixo, apresentamos alguns exemplos localizados entre a amostra do G1 de 2007 a 2011.

1. **Preso padrasto** suspeito de **engravidar menina de 10 anos**  
 ↓ ↓  
*ação/causa* *resultado/motivação*

2. **SP cria comissão** para **enfrentar violência e abuso sexual contra crianças**  
 ↓ ↓  
*ação/causa* *resultado/motivação*

Outra perspectiva de análise dos títulos é a presença de trecho da declaração da fonte, em geral, elas ocupam esse espaço com poder de fala e propriedade. Este lugar de fala pode ser apropriado por sujeitos de cargos importantes em instituições, como na manchete “Delegado do Pará diz que adolescente presa tem debilidade mental”, ou por decla-

ração de um menino ou menina que sofreu violência, em “Criança revela abuso sexual ao tentar fugir para outra cidade da Bahia”.

Nos casos em que a declaração da fonte tem destaque na manchete, ocorre um silenciamento parcial ou total do jornal e, em alguns momentos, o discurso é atribuído à voz autorizada, mas, ao mesmo tempo, o jornal adjetiva a situação. Esse exemplo está presente na manchete “Menor conta drama de ter sido suspeito de matar menina” (2007), o suposto suspeito contou um relato do que ocorreu, quem está adjetivando o relato como um “drama” é o jornal, ou seja, o jornal utiliza um termo que pode despertar a sensibilidade dos leitores para ler a notícia completa.

O termo “menor” é recorrente em notícias do *G1*, no entanto, não deve ser utilizado em razão de estar defasado desde o desuso do Código de Menores e criação do Estatuto da Criança (ECA), na década de 1990. Outra manchete que apresenta o termo “menor” é “Dossiê: 10% dos registros em delegacia no Rio envolvem menores” (2007) e “Menores vítimas de violência terão atendimento especial no DF (2011)”.

Nos exemplos abaixo, estão as manchetes com construções discursivas que direcionam para três características: a suposição, a asserção e a forma pedagógica. A recorrência maior foi de notícias com tom assertivo, que afirmam o fato, com apenas duas ocorrências pedagógicas e uma com suposição.

1. **Compare o custo e o resultado** das CPIs  
↓  
*função pedagógica/educativa*
2. **CPI da Pedofilia deve terminar sem pedir** indiciamentos  
↓  
*suposição*
3. **CPI da pedofilia deve ir** a Catanduva apurar denúncias contra criança  
↓  
*suposição*

Com a análise dos títulos, diagnosticamos que *Folha.com* e *G1* têm comportamentos similares. Os títulos-informativos (manchetes) da *Folha.com* e do *G1* utilizam predominantemente a disposição da causa/ação do acontecimento e seu respectivo resultado ou motivação, as manchetes com esse padrão são atrativas e resumem os dois pontos principais do acontecimento.

O segundo tipo de manchete mais utilizado é aquele que apresenta alguma suposição, asserção ou apelo pedagógico e, em último caso, é utilizada alguma declaração polêmica da fonte.

### **Dispositivo de Enunciação: em busca do Posicionamento Discursivo**

Um conceito importante que vai vincular o suporte (veículo) ao seu leitor e vice-versa é o dispositivo de enunciação que é chamado por Verón (2004, p. 218), de presença do sujeito no discurso. O veículo atribui a esse leitor/destinatário um saber que determina a “opacidade” ou “transparência” do discurso, o enunciador propõe um lugar ao destinatário, essa é a trama enunciativa fundamental para compreender o contrato de leitura.

Por isso Verón (2004, p. 233) diz que a “análise semiológica tem por objetivo destacar e descrever todas as operações que, no discurso do suporte, determinam a posição do enunciador e, como consequência, a do destinatário”.

A construção discursiva que sugere um posicionamento discursivo é desenvolvida através da articulação dos discursos das fontes e dos títulos, pois é por intermédio destes que os webjornais falam e imprimem os seus posicionamentos. O emprego de termos adjetivos e o destaque para declarações polêmicas são elementos que confirmam essa ideia.

As fontes em ambos os veículos foram mensuradas de acordo com a categorização de Guerra<sup>3</sup> (2006): autorizada, qualificada, testemunhal e envolvida. Como a inserção de todos os tipos e a quantidade de cada tipo pode coexistir na mesma notícia, não calculamos percentuais e optamos por apresentar os dados de forma unitária.

Tabela 1 - Distribuição dos tipos de fontes nos veículos  
*Folha.com* e *G1* de 2007 a 2011

Tipo de fonte	<i>Folha.com</i>	<i>G1</i>
Autorizada	49	60
Qualificada	11	13
Testemunhal	0	06
Envolvida	02	10

Fonte: elaboração da autora.

Segundo pesquisa da ANDI realizada em 2003, as fontes policiais predominam no noticiário brasileiro na cobertura sobre violência sexual de crianças e adolescentes, representando 61,42% das fontes citadas. Esse dado também foi confirmado em nosso levantamento, no qual constatamos que as fontes policiais e autorizadas estão presentes nas notícias de forma recorrente e são maioria predominante em ambos os veículos. Entre as fontes autorizadas estão àquelas pessoas ou dados oriundos de alguma instituição ou organização.

3 A tipificação das fontes está dividida em envolvida que participa diretamente do fato (Tipo 1: causadora da atividade geradora do fato; Tipo 2: condição passiva ou sofre as consequências da ação. Autorizada que são pessoas com função institucional ou organizacional (Tipo 1 (reativas): quando sua vinculação ao fato se dá mediante uma solicitação por qualquer outro tipo de fonte implicada na matéria - Tipo 2 (ativas): quando se caracterizam por serem os promotores das atividades que resultam no fato objeto de cobertura). Testemunhal que são aquelas que presenciam o fato (contam o que viram) e qualificada que possuem conhecimentos especializados sobre um dos aspectos que caracteriza o acontecido. (GUERRA, 2006, p. 92)

Em segundo lugar, no *ranking* de fontes com mais inserção no noticiário em ambos os veículos, estão as fontes qualificadas que são aquelas com conhecimento especializado sobre os aspectos do acontecimento. Entre elas encontramos médicos, psicólogos, psiquiatras, conselheiros tutelares entre outros.

Entre as fontes testemunhais, estão aquelas que presenciam o fato ou testemunham sobre ele. Não identificamos na *Folha.com* fonte com esse perfil, enquanto que o *G1* apresentou seis fontes. Entre as fontes desse tipo encontramos mãe, pai, padrasto, tio, tia, avós, vizinhos etc.

Utilizar fontes envolvidas no acontecimento, especificamente nesse tema que pesquisamos, consiste em uma tentativa de aproximação entre o veículo e o leitor, pois a fala daquele que vivenciou o ocorrido tem mais peso e faz com que o leitor fique mais sensibilizado com o fato. Entre as fontes envolvidas estão aquelas que participam diretamente do fato, seja na posição de causador ou vítima.

A *Folha.com* apresentou apenas duas ocorrências e o dez no *G1*. Com base na incidência do uso de fontes envolvidas no acontecimento podemos afirmar que a cobertura do *G1* tem um caráter que possibilita maior envolvimento do leitor com a situação de violência sexual contra meninos e meninas, o que resulta em um pacto e fidelização maior nessa temática do que na *Folha.com*.

Mais importante do que falar em números são os efeitos de sentidos, por isso vamos comentar sobre os posicionamentos discursivos desses tipos de fonte em ambos os veículos para tentar diagnosticar qual posição de fala é utilizada nesses espaços.

### **Posicionamento discursivo da *Folha.com* e de suas fontes**

As notícias de ambos os veículos foram segmentadas de acordo com as funções que identificam os modos de dizer propostas por Pinto (1999), e foram utilizadas para compreender a construção discursiva dos veí-

culos através de suas fontes e da articulação desses modos de dizer no conteúdo dos sites noticiosos. A *mostração*, que é a construção do referente ou universo de discurso do qual fala o texto, pode indicar a caracterização de pessoas, coisas ou acontecimentos; a *sedução*, que é caracterizada pelos valores avaliativos positivos, negativos ou hegemônicos, apresenta função avaliativa com uso de adjetivos, expressões, advérbios ou verbos.

Na categorização consideramos *sedução* com valor/avaliação positivos os posicionamentos que concordavam com os fatos ou eram condizentes com os mesmo, já os valores/avaliações negativas são aquelas em que são contrárias ao fato, representadas através de críticas das fontes ou dos próprios veículos; a *interação*, que é a utilização de estratégia persuasiva e de estabelecimento de vínculos socioculturais, com uso de frases assertivas, interrogativas ou imperativas como estratégias de persuadir o leitor.

Além disso, a autorreferência dos veículos também é uma característica de interação, pois o veículo autoafirma o seu título-referência na intenção de marcar um espaço de respeitabilidade e personificação do nome do jornal.

Alguns exemplos de autorreferência surgem quando a *Folha.com* não consegue falar com alguma fonte ou quando o jornal quer assumir algum posicionamento, como não citar o nome da fonte, por exemplo. Casos como na notícia "Mãe que matou agressor do filho é inocentada em São Carlos (SP)", publicada em 2010, que relata o caso da absolvição de uma mãe que matou um adolescente (em uma delegacia com uma faca de cozinha) que estuprou seu filho de três anos.

A *Folha.com* diz o seguinte: "a Folha não publica o nome dela para preservar os filhos". Consideramos essa atitude fora do comum quando se trata de crimes, pois a *Folha.com* citou os nomes da grande maioria dos agressores de violência contra crianças e adolescentes, mas nesse

caso em que a mãe fez justiça com as próprias mãos, o jornal resolveu proteger a identidade da mulher.

Outra forma de autorreferência surge na mesma notícia quando a *Folha.com* argumenta o fato de não apresentar o outro lado da questão: “A Folha tentou falar ontem com o promotor, mas, por meio de um secretário, ele disse que não comentaria o resultado do júri”. (PELLICANI, 2010)

Diagnosticamos que as notícias são predominantemente formadas por intermédio das declarações das fontes secundárias, no entanto, em alguns momentos, onde o webjornal precisa apresentar dados ou informações das fontes primárias, ele consegue imprimir um posicionamento discursivo.

Um exemplo desse posicionamento surge na notícia “Com restrições do Youtube, usuários migram para sites de vídeo ‘sem-lei’”, publicada em 2007, a notícia aborda a migração dos usuários do Youtube para outros sites com menos restrições, além disso, cita os sites ditos “sem-lei” e é nesse momento que percebemos o posicionamento discursivo da *Folha.com* com relação ao assunto que evidencia claramente a sua contrariedade na utilização desses outros sites mais liberais. Abaixo seguem alguns trechos onde aparece a função de sedução com avaliação negativa.

O Stickam (pronuncia-se ‘stick-cam’), baseado em Los Angeles e fundado pela AdvancedVideoCommunication, navega por águas perigosas, permitindo, sem restrições, que seus usuários postem vídeos de ‘transmissões ao vivo’ de suas webcams. [...] O Stickam tem 260 mil usuários registrados, sendo 50 mil deles entre 14 e 17 anos, recebendo 2.000 e 3.000 adesões por dia. [...] Assim como o Orkut, a companhia ‘confia nos usuários’ para evitar conteúdo ‘obsceno, profano e indecente’ no site’. (COM RESTRIÇÕES..., 2007)

No trecho abaixo, observa-se claramente a função de interação: a *Folha.com* diz que no *site* tem conteúdo sexual, mas vai além quando diz

que esse conteúdo nunca seria permitido em outros sites, induzindo a ideia de que é um conteúdo impróprio e que por isso deve ser restringido. “O site também contém vídeos de conteúdo sexual que nunca seriam permitidos pelo Myspace ou pelo Youtube”. (COM RESTRIÇÕES..., 2007)

Nos destaques acima fica evidente o posicionamento contrário da *Folha.com* com relação aos sites “sem-lei”, quando diz que o Stickam “navega por águas perigosas”, quando opta em não restringir o conteúdo, ou quando destaca que 50 mil usuários têm idade de 14 a 17 anos e mesmo assim a companhia diz que “confia nos usuários” para evitar conteúdo “obsceno, profano e indecente”.

Durante a construção da notícia, o *Folha.com* coloca em evidência dados e declarações, que articuladas, defendem um posicionamento desfavorável sobre o assunto e deixa claro essa posição quando no subtítulo “Crimes virtuais” expõe a função de sedução com avaliação negativa no seguinte trecho: “Mesmo abrigando em grande parte usuários bem jovens – atraídos pela ideia de um reality-show produzido por eles mesmos – poucos dos novos sites de vídeo se preocupam em evitar a prática de pedofilia e abuso infantil”. (COM RESTRIÇÕES, 2007)

Assim como nas manchetes, também encontramos várias ocorrências do uso do termo “menor”<sup>4</sup> nos textos. Essa ocorrência foi classificada como mostração, pois é uma forma de designar a criança. Na notícia “Rodovias federais têm 1.918 pontos de exploração sexual de crianças”,

---

4 A criança no século XIX passa a ser denominadas de “menor”, para delimitar a questão da responsabilidade civil, ou “menor criminoso”, nos casos em que não estava sob a guarda de alguma autoridade (pais ou tutores). Essas crianças eram, segundo a percepção da sociedade na época, mais suscetíveis a cometerem delitos frequentes. (LONDONO, 1991. p 139) Ariès (1981. p 32-33) lembra que o termo infância (*enfant*), na França do século XVII, não era delimitado por características biológicas, mas sim designava a ideia de dependência. Alguns exemplos são “*petitgracon*” (menino pequeno), termo que era usado para designar os jovens trabalhadores de 20 a 25 anos. No entanto, nas famílias nobres, a expressão “*petit enfant*” (criança pequena ou criancinha) era usada para designar a primeira idade, já que nesse contexto a dependência era atribuída à condição de fragilidade física.



no trecho em que aparece a declaração de uma das fontes em discurso indireto “segundo a divisão [divisão de Combate ao Crime da Polícia Rodoviária Federal], é possível encontrar em um único local de cinco a 10 menores em situação de risco”.

Na notícia “PF prende suspeito de pedofilia em biblioteca do Ministério do Planejamento” o termo também aparece – “Na lista de contatos da conta de correio do suspeito constam vários endereços que a PF disse acreditar serem de menores de idade, devido ao aparecimento de um número que sugere ser a idade das vítimas”. (PF PRENDE..., 2008) Esse termo era utilizado na época do Código de Menores e foi extinto, ao menos no papel, depois que o ECA foi criado na década de 1990.

Os meninos e meninas, quando ocuparem a posição de suspeitos ou culpados, devem ser chamados de crianças ou adolescentes em conflito com a lei, e nunca de “menores infratores”.

Nessa mesma notícia o suspeito/agressor tem várias denominações: “suspeito de pedofilia”, “o investigado”, “o preso”. Segmentamos essas ocorrências como mostração, pois são as várias tipificações para designar o agressor ou suspeito. Nos casos em que o agressor tinha uma profissão, esta também era destaque. Na notícia “Polícia prende proprietário de escola suspeito de pedofilia na BA” (2008) o acusado é chamado de “educador” em dois momentos, “um educador de 59 anos foi preso” ou “o educador foi preso por agentes”. Além de ser a profissão dele, o fato de um homem usar da sua profissão para se aproximar de crianças e abusar delas é algo que merece destaque, em uma tentativa de alertar a população que mesmo na escola a criança não está imune de sofrer violência sexual.

Outro dado interessante e que traz conhecimento para o leitor é quando a *Folha.com* cita o ECA para informar o tipo de crime no qual o acusado será enquadrado. Esse tipo de ocorrência foi identificada em notícias de crimes e prisões ou notícias sobre alterações na legislação e sobre o andamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

da Pedofilia. Abaixo destacamos trecho da notícia “PF prende suspeito de pedofilia em biblioteca do Ministério do Planejamento”, publicada em 2008, que evidencia a função de mostraçãõ ao caracterizar a situaçãõ na qual se enquadra o suspeito.

Responderá agora pelo crime previsto no artigo 241 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. A pena varia de dois a seis anos de prisão. (PF PRENDE..., 2008)

O discurso das fontes envolvidas no fato geralmente surge em discurso indireto, no caso dos agressores, a polícia representa esse papel de dizer o que o acusado disse, no caso das vítimas, quem fala é o pai, mãe ou algum parente próximo, em alguns casos a polícia ou algum médico ou conselheiro tutelar que tenha conversado com a criança.

Na notícia “Pai é preso acusado de abusar sexualmente da filha em Guarulhos” (PAI..., 2008) – a declaração do acusado e da vítima foram ditas por intermédio da polícia – “o pai confirmou que abusava sexualmente da filha e que tinha fotos da menina nua, tiradas do seu celular” [...] “A menina contou que sofria abuso sexual desde abril deste ano e que não contou nada para sua mãe, pois era ameaçada pelo pai”. [...] “Uma delas, de 13 anos, está grávida de quatro meses e afirma que Souza é o pai da criança”, esse é um exemplo de discurso indireto com depoimento da vítima que surge na notícia “Designer acusado de estupros seriais é preso na Paraíba”, publicada em 2011. (VELEDA, 2011)

Em outra notícia “Igreja Católica protesta contra aborto de menina violentada em Alagoinhas (PE)” (2009), que aborda um caso que ocorreu em Pernambuco, onde uma criança foi violentada pelo padrasto e engravidou, houve divergências entre família, médicos e igreja com relação à

realização do aborto. O depoimento do acusado é dito por intermédio da polícia – “O padrasto da criança está preso desde o dia 27, no presídio de Pesqueira. Em depoimento à polícia, ele disse que abusava sexualmente da garota e da irmã dela, de 14 anos e que possui problemas mentais, há cerca de três anos”. (BAPTISTA, 2009)

As declarações da mãe e da vítima também estão em discurso indireto. “A mãe estava desesperada porque esperava que tudo fosse feito o mais rápido possível. A cada dia que passava, aumentavam os riscos do procedimento”, disse Paula Viana, da ONG Curumim. Ela disse que conversou com a mãe e a criança, que tem 1,37 metro de altura e pesa 33 kg, e elas estavam bastante decididas. (BAPTISTA, 2009) Aqui fica evidente o cuidado ao trazer a público as declarações, o jornal entrevistou a representante da ONG que prestou atendimento à família para saber as versões das pessoas mais atingidas pela situação, à mãe e a filha.

A função de sedução surge na fala de uma das fontes, a secretária de Cidadania e Assistência Social, Roselene Mendes dos Santos – quando diz – “Não podemos fechar os olhos e dizer que não aumentou o número de casos, mas também aumentou a confiança da população para criar coragem e denunciar”. (ARAÚJO, 2011) Percebemos aqui um discurso que tem aspectos negativos (não podemos fechar os olhos e dizer que não aumentou o número de casos) e positivos (aumento a confiança da população em denunciar).

Um exemplo de interação acontece na notícia “Meninas são as maiores vítimas de violência infantil, aponta secretaria” (2009), quando a subsecretária de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Carmem Oliveira, diz “é preciso que cada brasileiro saia do papel de testemunha passiva e assuma a indignação que nos possibilite proteger crianças e adolescentes” [...], “isso torna possível a responsabilização dos agressores”. (MENINAS..., 2009)

As declarações de crianças e adolescentes vítimas ocorrem em sua maioria em discurso indireto, são raras as ocorrências em discurso dire-

to. Como discurso direto temos um exemplo “Eu resisti porque sou forte, mas não sei o que farão minhas irmãs, disse a garota na gravação”, essa declaração foi da notícia “Sócio de ONG espanhola acusam presidente de maus-tratos a crianças” (SÓCIO..., 2007), que aborda um vídeo denúncia realizado pelos sócios da ONG para denunciar os abusos físicos e sexuais que o presidente da ONG fazia contra crianças e adolescentes.

Apesar de o discurso aparecer na ordem direta, ele não foi coletado diretamente da fonte e sim através do vídeo denúncia. Esse discurso foi categorizado como interação por que ele tem a função de sensibilizar e de fazer com que o receptor acredite na denúncia.

Algumas notícias traziam o discurso de fontes especializadas para instruir a população a evitar ou reconhecer quando a criança ou adolescente sofre abuso. Na notícia “Abuso sexual de criança cresce 60% em São Carlos(SP)”, publicada em 2011, uma psicóloga apresenta elementos importantes para reconhecer a violência sexual.

Pelo menos 90% dos casos de abusos, sejam sexuais ou não, acontecem no âmbito familiar. Por isso é importante dar ouvidos ao que as crianças relatam”, afirmou a psicóloga do abrigo infantil de São Carlos, Gisele Iori.

Segundo ela, também é importante observar marcas no corpo das crianças, mudanças bruscas de comportamento e queda no rendimento escolar.

O conselheiro Marcos Alexandre da Fonseca, do Conselho Tutelar de São Carlos, afirma que as denúncias são essenciais para ajudar as vítimas de abuso. Normalmente, segundo Fonseca, as denúncias chegam por meio de vizinhos, amigos e familiares. Órgãos públicos também solicitam apoio do Conselho para resolver alguma suspeita

‘Professores, monitores de creches e profissionais da saúde têm que estar preparados para observar possíveis casos de abusos’.

‘Esse tipo de atrocidade causa danos muitas vezes irreversíveis e precisamos de todo apoio para tentar frear o aumento dos casos.’ (ABUSO... 2011, grifos do autor)

As fontes também podem apresentar declarações polêmicas como no caso da notícia “PAC pode agravar exploração sexual infantil”, publicada em 2008. No *lead* (que apresenta a mostraçãõ, seduçãõ e a interaçãõ) a *Folha.com* diz: Principal vitrine do governo Lula, o Programa de Aceleraçãõ do Crescimento (PAC) deve agravar um problema recorrente de grandes obras de infraestrutura pelo paìs: a exploraçãõ sexual de criançãs e adolescentes. A constataçãõ é feita por especialistas em direitos humanos, conselheiros tutelares e ONGs, como a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). (FERNANDES; REIS, 2008)

O termo “principal vitrine do governo” sugere que o PAC é uma aposta do governo, mas que apresenta uma consequência que não deve ser motivo de orgulho que é o agravamento da exploração sexual de meninos e meninas.

Contradizendo o argumento da *Folha.com* a fonte Ana Celina Hamoy, do Cedeca (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Belém, “diz que o projeto pode evitar a criação de redes de prostituição de crianças, o que, segundo ela, ocorreu na construção da hidrelétrica de Tucuruí e na instalação dos garimpos no Estado”. (FERNANDES; REIS, 2008)

No entanto, para confirmar seu discurso, a *Folha.com* apresenta duas outras fontes especializadas no assunto: a declaração 1 “a exploração é muitas vezes ‘maquiada, para não denegrir o empreendimento financeiro’” (FERNANDES; REIS, 2008) sugere que o governo pode estar “abafando” a situação para não atrapalhar o investimento financeiro das obras do PAC.

1. O assistente social Eduardo Chaves, do grupo Violes (Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial de Mulheres, Crianças e Adolescentes) da UnB (Universidade de Brasília), concorda e diz que a exploração é muitas vezes 'maquiada, para não denegrir o empreendimento financeiro'.

Outra notícia polêmica com declarações idem foi a "Especialistas criticam decisão do STJ de não criminalizar sexo pago com menores" (2009), a notícia apresenta quatro declarações de sedução com avaliação negativa, ou seja, que discordam da decisão do STF. A *Folha.com* diz que os "Especialistas que atuam na área de defesa de crianças e adolescentes consideraram um retrocesso a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de não classificar como crime um adulto pagar para manter relações sexuais com pessoas menores de 18 anos". (BENITES, 2009)

Nas declarações abaixo podemos perceber a contrariedade da *Folha.com* e suas fontes com relação à decisão do STJ de absolver um réu acusado de explorar sexualmente meninas, segundo o entendimento do STJ o homem não foi culpado por que ele não iniciou as meninas na exploração sexual. Segundo a *Folha.com* – "os ministros do STJ absolveram dois homens acusados de pagar para manter relações com três jovens de 13, 14 e 15 anos, em Campo Grande (MS). Os magistrados consideraram que um cliente ocasional não pode ser condenado por exploração sexual porque não foi ele quem iniciou a adolescente na prostituição". (BENITES, 2009)

'Além de interpretar as leis, a Justiça serve para proporcionar um certo padrão ético e moral para a sociedade. Nesse caso, os ministros ignoraram esse padrão', disse.

Para a secretária, o fato de se pagar a adolescentes por sexo já configura exploração sexual. 'Pela decisão entende-se que, se eu sou dona de um bordel, aí sim tem problema. Agora, se eu

sou consumidor do sexo de jovens, não tem problema. É como se não pudéssemos mais combater a exploração sexual.’

A procuradora de Justiça em Mato Grosso do Sul que atuou no caso, Ariadne de Fátima Cantu Silva, diz que se sentiu perplexa com a decisão do STJ. ‘Estão praticamente descriminalizando a prostituição infantil’, afirmou à Folha.

A presidente do Comitê de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de MS, Estela Scandola, disse que a decisão é ‘um desestimulador ao trabalho de conscientização da população’.

A procuradora de justiça utilizou o termo prostituição infantil, mas o termo adequado é exploração sexual contra crianças e adolescentes, como já pontuamos. Esse caso é polêmico por que prioriza a questão do consentimento sexual ao que aconteceu de fato, para os ministros do STJ, o fato de ter acontecido o sexo com crianças e adolescentes em troca de dinheiro não é o que deve ser julgado, e sim fato de ter iniciado ou não a exploração, com esse entendimento eles conseguiram inocentar o acusado por que ele fez sexo “consentido” e não iniciou as meninas na exploração, uma posição absurda e fora de propósito, tanto que a *Folha.com* não conseguiu declaração que justificasse tal decisão. “Procurado por intermédio da assessoria de imprensa, nem o STJ, nem o ministro relator do caso, Arnaldo Esteves Lima, se pronunciaram sobre as críticas feitas à decisão até o fechamento desta edição”. (BENITES, 2009)

As notícias da *Folha.com* apresentaram predominantemente as funções de mostraçõ e interaçõ, com apenas 16 notícias com ocorrênci da funçõ de seduçõ. Esse diagnõstico possibilita afirmar que o posicionamento discursivo da *Folha.com* se insere na funçõ de interaçõ quando atravê das fontes e dados o veículo tenta inserir o seu posicionamento favorável ou não ao assunto em questão, muitas vezes utilizan-

do a autorreferência para autoafirmar a sua identidade e agregar ainda mais valor ao que está sendo exposto. Esse posicionamento discursivo geralmente surge em notícias que envolvem questões políticas, éticas ou que a hegemonia defende como prioritárias.

### Posicionamento discursivo do *G1* e de suas fontes

A autorreferência no *G1* é um fenômeno recorrente quando o veículo precisa afirmar o seu título-referente, a aplicação é similar ao que acontece na *Folha.com*, no *G1* a autorreferência também é usada para personificar o veículo, no sentido de fazer com que o leitor entenda que aquela informação sigilosa foi revelada pelo veículo, ou a tentativa de contatar sem sucesso alguma fonte ou a pesquisa realizada para elaborar alguma notícia foi uma iniciativa do veículo.

A notícia “Maioria dos projetos de data são homenagens” (2007) apresenta duas inserções da autorreferência no sentido de afirmar a iniciativa de pesquisa do veículo, com essa atitude o veículo passa a ideia de apuração da pauta.

Entre os 30 projetos apresentados na atual legislatura para criação de datas no calendário oficial, 21 deles (ou 70%) tratam de homenagens, segundo levantamento do *G1*.

Projetos sobre homenagens e sobre temas relacionados à área da saúde também são maioria entre os 33 que foram aprovados pelo Congresso entre 1999 e abril de 2007, segundo levantamento do *G1*. (NERY, 2007)

Na notícia “Compare o custo e o resultado das CPIs”, publicada em 2007, o uso da autorreferencialidade é utilizada de outro modo, o *G1* consultou especialistas e parlamentares para afirmar sua hipótese e sustentar o discurso da pauta embasado nessas fontes – “Embora tragam gasto adicional ao Congresso, as comissões parlamentares de inquérito



(CPIs) têm custo-benefício positivo na avaliação de parlamentares e especialistas no assunto consultados pelo G1". (OLIVEIRA, 2007)

A notícia "Crimes contra crianças estão mais violentos, adverte especialistas", publicada em 2007, além de apresentar a autorreferência – "Em levantamento feito pelo G1, foi constatado o caso da mãe que jogou água fervente no rosto do filho de 10 anos enquanto ele dormia" – também apresenta a ocorrência das funções de interação – "As agressões contra crianças são atos repugnantes que, em geral, acabam esquecidos nos registros empoeirados das delegacias", (CRIMES..., 2007) e de sedução com valor negativo no trecho seguinte – Lei é considerada muito branda – A lei branda para esses crimes também preocupa e chama a atenção para a reincidência. A punição prevista para quem é acusado de violência infantil é considerada leve.

No trecho que representa a função de interação o G1 enfatiza o seu posicionamento contrário à violência sexual contra crianças e destaca a ineficácia da justiça em punir esses casos. Quando diz que a "Lei é branda", também enfatiza o seu posicionamento de que algo precisa ser feito para que a punição de crimes sexuais contra crianças e adolescentes tenha punição condizente com a gravidade do delito.

Sobre a ocorrência do termo "menor" e do termo "prostituição infantil", o G1 apresentou a notícia: "Polícia Rodoviária localiza 1.918 pontos de prostituição infantil", publicada em 2007, entre várias outras. "Em 2007, foram flagradas 65 menores na mesma condição". "Segundo a instituição, o número de pontos não reflete a quantidade de menores em situação de risco. Em um único local, o número de menores exploradas pode variar". (POLÍCIA..., 2007)

Na notícia 2, a ocorrência do termo "menor" surge na manchete e em alguns trechos da notícia – "A princípio, os dados que mostram que em 2006 houve uma redução de 52% no número de menores infratores e de 25% entre os menores vítimas de violência, no estado do Rio, com relação ao levantamento feito em 2002, podem parecer animadores" – "Dos

1.890 casos de menores registrados no ano passado, em 90,8% deles, a criança ou adolescente foi vítima de algum tipo de violência”. A declaração da fonte fornece o termo correto quando diz – “Mas, de acordo com Ana Paula Miranda, eles preocupam, mascaram a realidade e mostram que não existe uma gestão integrada de políticas públicas voltada para crianças e adolescentes”. Mas em outro momento utiliza o termo “menor” – “o tráfico está usando esses menores [...], lamentou Ana Paula”. (MENDONÇA, 2007)

Constatamos então com base na análise dos dois veículos que o termo “menor” está inserido no vocabulário jornalístico e de especialistas como sinônimo de criança e adolescente, mesmo com toda a carga pejorativa que a palavra carrega o termo é comumente utilizado.

Um exemplo de sedução com avaliação negativa e positiva do G1 aparece na notícia “Hotéis do CE lançam campanha contra prostituição infantil”, publicada em 2007. No trecho 1, o diz: “garotas que mal chegaram à adolescência” (HOTÉIS..., 2007) e insere o posicionamento contrário à prática da exploração de crianças e adolescentes, quando diz “programas baratos” evidencia que a situação também é social.

1. Em uma avenida na periferia da cidade, distante da área turística, a rede de exploração sexual é evidente e alimentada por clientes que procuram programas baratos com garotas que mal chegaram à adolescência.

2. Em Salvador (BA), uma mulher carrega as lembranças de ter sofrido abuso sexual aos 10 anos. Mas a história dela também é de superação. Hoje, Vera Lúcia Guimarães mantém um abrigo para as pessoas que passaram pela situação. ‘O meu desejo, na época, era que o agressor fosse punido, mas isso não aconteceu’, diz ela. ‘Então, fiquei muito magoada, senti que eu não fui protegida o suficiente. Com o passar dos anos, tive vontade de ajudar as pessoas que passaram pela mesma coisa que eu’. (HOTÉIS..., 2007)

No trecho 2 o *G1* apresenta uma fonte envolvida para exemplificar uma história de superação, dessa forma o veículo consegue uma aproximação maior com o leitor que fica sensibilizado com a história.

Notícias que esclarecem conceitos e legislação também são de extrema importância para informar a população e as fontes especializadas devem ocupar esse espaço de informação. Um exemplo dessa prática no *G1* surge na notícia “Padrastos são principais suspeitos de abuso sexual, diz pesquisa”, publicada em 2009, onde um professor esclarece o que significa pedofilia e abuso sexual.

O professor afirmou que abuso sexual é diferente de pedofilia. ‘A pedofilia é um distúrbio. O pedófilo é aquele que tem um comprometimento mental, que tem um desejo incontornável por criança. Nem todo mundo que abusa sexualmente de uma criança sofre desse distúrbio que é a pedofilia’.

De acordo com ele, o aumento no número denúncias de abusos abuso sexual de crianças e adolescentes nos últimos anos não reflete o crescimento do número de casos e sim a conscientização da sociedade. ‘O abuso sempre houve. O que nós estamos presenciando agora, principalmente com a ajuda da mídia em divulgar o abuso sexual para a sociedade, é um maior esclarecimento das famílias, principalmente para que a mãe e outros familiares possam estar atentos para fazer denúncia’, avaliou Liércio. (PADRASTOS..., 2009)

Nessa mesma notícia, temos a ocorrência da sedução com avaliação positiva quando o *G1* cita dados da pesquisa que revela os dados sobre denúncia do Disque 100 – “Criado em 2003, o Disque 100, que registra casos de violência contra crianças e adolescentes, já encaminhou quase 90 mil denúncias em todo o Brasil. Só neste ano, já foram 4,7 mil

registros, 31% deles relativos à violência sexual, 35% à negligência e 34% a casos de violência física e psicológica”.

O suspeito/agressor no *G1* aparece com as seguintes denominações: suspeito, maníaco, suposto comparsa, o homem que agrediu, foragido e presidiário. Nos casos de grande repercussão como foi o caso do “maníaco da Cantareira” a imprensa de uma maneira geral, adota o nome que a polícia associa ao caso, e foi isso que aconteceu no caso Cantareira. Os trechos abaixo foram extraídos da notícia “Polícia decreta prisão temporária de suposto comparsa de maníaco”, publicada em 2007. (MORA, 2007)

Mostração - A Justiça decretou na tarde desta sexta-feira (5) a prisão temporária, por 30 dias, do suspeito de ser o comparsa de Ademir Oliveira do Rosário, o maníaco da Cantareira.

Detido suspeito de ser comparsa do ‘maníaco da Cantareira’ - Um homem foi detido na manhã desta sexta-feira (5) pela Polícia Civil de São Paulo por suspeita de ser o comparsa de Ademir Oliveira do Rosário, de 36 anos, que ficou conhecido como o ‘maníaco da Cantareira’. O suspeito foi levado para sede do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Uma irmã do maníaco havia dito ao *G1* que o celular do presidiário continha imagens dos garotos e outros registros que mostravam que ele andou acompanhado na região dos crimes. ‘É o menino de 13 anos. Não é a foto dele nu, nada. É uma foto de roupa normal’, disse a mulher, cuja identidade foi preservada pelo *G1*. De acordo com ela, o aparelho foi entregue à polícia. (MORA, 2007)

Além da descrição do acontecimento e das fontes, essa notícia também apresenta uma infografia animada com a reconstituição do crime, o

que caracteriza a função de mostração. Várias notícias no G1 são acompanhadas de vídeo com a respectiva matéria da TV (afiliadas da Globo), no entanto, como as notícias são antigas esses *player* não funcionam, estão desabilitados.

Outra notícia em que o suspeito aparece na manchete e texto é “Preso dono de creche suspeito de abuso sexual na Zona Norte”, publicada em 2010. Quando ainda não ficou provado a participação no ato, a pessoa é chamada de suspeito e o texto noticioso apresenta elementos que trazem a ideia de suposição como na expressão teria abusado.

Mostração - Ele foi preso em casa, também na Tijuca, em cumprimento de um mandado de prisão preventiva após denúncia de cinco pais de crianças. Ele teria abusado sexualmente de crianças entre 4 e 6 anos de idade.

Em operação realizada no início da manhã desta quinta-feira (14), policiais da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (Dcav) prenderam um suspeito de violência sexual contra crianças. O suspeito seria diretor e dono de uma creche na Tijuca, na Zona Norte do Rio. (PRESO..., 2010)

As fontes especializadas são elementos importantes e que agregam conteúdo qualificado. Na notícia “Violência contra menina sequestrada em SP impressiona especialistas”, publicada em 2010, as fontes se surpreendem com as atrocidades sofridas por uma menina que foi vítima de violência.

No parágrafo com função de mostração o G1 demonstra no seu posicionamento discursivo estar sensível ao fato e assim como as fontes, estar surpreso com o que ocorreu.

A violência vivida pela menina de oito anos mantida por duas semanas em cárcere privado e sob agressão sexual de um

homem adulto, namorado da prima que a sequestrou, impressionou até mesmo profissionais que estão acostumados a lidar com vítimas de violência. Presa dentro de um guarda-roupa, a menina só conseguiu escapar do cativeiro porque achou um aparelho de telefone celular esquecido pelo sequestrador e acionou a polícia, que a libertou no domingo (28). A prima dela, adolescente, foi recolhida à Fundação Casa. O homem que a agrediu, foragido da Penitenciária de Tremembé, continua à solta. (DOMINGOS, 2010)

As fontes especializadas foram contatadas para conceder declarações para essa notícia. As declarações apresentam a função de interação, pois são assertivas em orientar o leitor sobre como agir em casos de violência sexual e para qual tratamento direcionar as vítimas, além disso, também enfatizam que o caso apresentado é atípico.

Um caso de violência sexual obteve bastante repercussão em todas as mídias no Brasil, uma adolescente que foi presa com vários homens na mesma cela e foi estuprada por eles. A manchete “Delegado do Pará diz que adolescente presa tem debilidade mental”, publicada em 2007, apresenta a declaração polêmica de um delegado. Em uma tentativa de justificar o que disse, o delegado depois declarou que “a violência sexual sofrida pela adolescente provavelmente a abalou psicologicamente”.

A declaração foi criticada pela ministra da Secretaria Especial das Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire. ‘Esse tipo de declaração de desqualificação da vítima é visto com muita frequência e tem que ser tratada com repúdio. Nada justifica o que aconteceu’, afirmou. (LIMA, 2007)

Na amostra, também localizamos notícias com declarações polêmicas, como na notícia “Crianças da zona rural são mais suscetíveis a aliciamento de pedófilos”, publicada em 2008, que defende o argumento

é defendido nas declarações de fontes especializadas – “As crianças da zona rural são as mais suscetíveis a aliciamentos para fotos de pedofilia e exploração para prostituição, segundo a coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha. Ela disse à Agência Brasil que o perigo aumenta especialmente nas situações em que o campo está muito perto das cidades”. (CRIANÇAS..., 2008)

A fonte defende a ideia de que o fato do adolescente viver no campo e na cidade é um fator de risco para más influências do que ela chama de “ícones urbanos”, ela ainda usa o termo pejorativo “jeca” para se referir às pessoas do campo – “A condição rural sofreu uma deterioração muito grande nos últimos anos, então ninguém quer ser rural. Ser rural virou sinônimo de jeca”, afirmou. “O adolescente que está vivendo entre o campo e a cidade fica em uma situação muito pendular. É aí que ele fica frágil aos apelos dos ícones urbanos”. (CRIANÇAS..., 2008)

Os modos de dizer predominantes no *G1* de 2007 a 2011 dentro da amostra analisada foram representados pelas funções de mostração e de interação, coincidentemente o *G1* apresentou o mesmo número de ocorrência da *Folha.com* na função de sedução, 16 ocorrências.

## Considerações Finais

Analisar a cobertura sobre violência sexual contra crianças e adolescentes em veículos *online* de conteúdo jornalístico, por intermédio do estudo de caso do *G1* e *Folha.com* foi o objetivo principal deste artigo. Identificamos que a disposição das vozes dos atores sociais constitui em si um elemento de construção do posicionamento discursivo, além disso, a articulação entre os dados utilizados para a elaboração da notícia e o direcionamento permite construir uma cena enunciativa que possibilita a produção de efeitos de sentido sobre o assunto abordado.

Essa pesquisa foi inspirada nos trabalhos da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) que acompanha e analisa a cobertura da infância na imprensa no Brasil e em outros países, almejando a qualificação da infância como cidadãos de direitos. No entanto, durante esta pesquisa não localizamos outras sobre o tema no universo online, e é nesse ponto que este estudo pode colaborar como proposta inicial para se pensar a cobertura *online* sobre temas alusivos à infância, especificamente a violência sexual.

O tema principal de análise foi a cobertura sobre a violência sexual contra meninos e meninas. Entre todos os tipos de violência possíveis, essa foi escolhida em razão de carregar na sua concepção elementos que denunciam a desestrutura família (violência sexual intrafamiliar) e a saúde pública no Brasil.

Além disso, é um tema que provoca repulsa e precisa ser divulgado de forma qualificada para informar a sociedade como identificar casos de violência, como se proteger legalmente dos delitos e como tratar as vítimas que tem suas vidas marcadas por esse ato.

O objetivo não é concluir sobre qual veículo tem mais qualidade na cobertura, mas sim perceber as nuances da cobertura e refletir sobre os elementos da notícia e do posicionamento discursivo dos veículos sobre o tema.

Com base na amostra analisada concluímos que o posicionamento discursivo, a postura da *Folha.com* em pautas que envolvem ações políticas, como nas notícias sobre as obras do PAC ou o remanejamento de verbas dos programas sociais fica evidente o posicionamento discursivo contrário às atitudes do governo. Em notícias polêmicas a *Folha.com* consegue evidenciar o seu posicionamento discursivo de forma clara, em geral, procura opinar por intermédio da construção da notícia, do título ou do discurso das fontes.

O *G1* é um pouco mais tímido nesse sentido, não apresenta o seu posicionamento de forma tão evidente, mas deixa perpassar por inter-



médio do discurso das fontes, títulos e da construção da notícia o seu posicionamento. Um cuidado indispensável que o *G1* precisa ter é com o que as fontes falam, algumas fontes apresentam declarações polêmicas e preconceituosas quando evidenciam que pessoas do interior estão mais propensas a sofrer violência por que são suscetíveis a seguir “apelos de ícones urbanos” ou quando diz que as meninas exploradas sexualmente fazem isso em razão do consumismo.

Os títulos-informativos (manchetes) em ambos os veículos são construídos predominantemente apresentando a causa/ação do acontecimento e seu respectivo resultado/motivação, as manchetes com esse padrão são atrativas e resumem os dois itens principais do acontecimento. O segundo tipo de manchete mais utilizado é aquele que apresenta alguma suposição, asserção ou apelo pedagógico e, em último caso, é utilizada alguma declaração polêmica da fonte.

As fontes envolvidas e testemunhais na *Folha.com* geralmente têm suas declarações veiculadas através de discurso indireto, o *G1* segue essa mesma tendência, no entanto, apresenta uma incidência maior de notícias com declarações das vítimas em discurso direto, o que sugere que houve um contato direto ou optou-se por coletar as declarações da polícia e expô-las dessa forma. Já as fontes autorizadas e especializadas têm suas declarações expostas de forma direta na maioria das notícias.

Uma iniciativa importante e que contribui para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes são as declarações de fontes especializadas que indicam como conduzir e identificar casos em que a criança sofreu ou sofre violência. Além disso, através das declarações das fontes e dos dados sobre o tema, ambos os veículos convidam o leitor a refletir sobre o ato de denunciar e de reconhecer as vítimas, que muitas vezes não revelam a violência.

O processo analítico dessa pesquisa permitiu treinar metodologias e formas de olhar a cobertura sobre a violência sexual infantil em veí-

culos *on-line*. Articulando conceitos e categorias, tentamos lançar um olhar criterioso e sensível para detectar as nuances dos discursos dos veículos e suas fontes e perceber de que forma esses discursos contribuem ou não para uma cobertura qualificada. Estudos futuros podem investir esforços em agregar outros veículos e testar outras metodologias que possam atender ao objetivo proposto nesse estudo.

## Referências

ABUSO sexual de criança cresce 60% em São Carlos (SP). *Folha de São Paulo*, 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/879739-abuso-sexual-de-criancas-cresce-60-em-sao-carlos-sp.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2012.

ANDI. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Guia de referência para a cobertura jornalística. Disponível em: <https://www.andi.org.br/publicacao/guia-de-referencia-para-cobertura-jornalistica-grandes-eventos-esportivos-e-os-direitos>. Acesso em: 9 maio 2011.

ARAÚJO, H. Abuso sexual de crianças cresce 60% em São Carlos (SP). *Folha de São Paulo*, 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/879739-abuso-sexual-de-criancas-cresce-60-em-sao-carlos-sp.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2012.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2 ed. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BAPTISTA, R. Igreja Católica protesta contra aborto de menina violentada em Alagoinhas (PE). *Folha de São Paulo*, 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2009/03/529585-igreja-catolica-protesta-contrab-aborto-de-menina-violentada-em-alagoinha-pe.shtml>. Acesso em: 3 mar. 2012.

BARBOSA, S. O. Bases de dados e webjornalismo: em busca de novos conceitos. *Livro de actas - 4ª SOPCOM*, [s. l.], 2005.

BENITES, A. Especialistas criticam decisão do STJ de não criminalizar sexo pago com menores. *Folha de São Paulo*, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u586043.shtml>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federal do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1990

- BRITES, M. J. Fontes e seus enquadramentos: as notícias sobre delinquência juvenil. *Biblioteca on-line de ciência da comunicação*, 2010.
- CARLSSON, U.; FEILITZEN, C. V. (org.). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COM RESTRIÇÕES do YouTube, usuários migram para sites de vídeo “sem-lei”. *Folha de São Paulo*, 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u21276.shtml>. Acesso em: 17 out. 2012.
- CRIANÇAS da zona rural são mais suscetíveis a aliciamento de pedófilos. *G1*, 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL362286-5598,00-CRIANCAS+DA+ZONA+RURAL+SAO+MAIS+SUSCETIVEIS+A+ALICIAMENTO+DE+PEDOFILOS.html>. Acesso em: 14 fev. 2012.
- CRIMES contra crianças estão mais violentos, adverte especialistas. *G1*, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL104602-5606,00-CRIMES+CONTRA+CRIANCAS+ESTAO+MAIS+VIOLENTOS+ADVERTEM+ESPECIALISTAS.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- DIAS, A. R. F. *O discurso da violência – as marcas na oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: Cortez, 2003.
- DOMINGOS, Roney. Violência contra menina sequestrada em SP impressiona especialistas. *G1*, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/violencia-contra-menina-sequestrada-em-sp-impressiona-especialistas.html>. Acesso em: 2 jan. 2011.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FEILITZEN, C. V.; CARLSSON, U. *Criança e mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo, Cortez, 2002.
- FERREIRA, G. M. Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática da análise do discurso. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, São Carlos, v. 8, n. 1, jan./abr., 2006.
- FERNANDES, K.; REIS, T. PAC pode agravar exploração sexual infantil. *Folha de São Paulo*, 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805200828.htm>. Acesso em: 24 jan. 2012.

FIDALGO, A. Sintaxe e semântica das notícias online. Para um jornalismo assente em base de dados. In: FIDALGO, A; SERRA, P. (org.). *Informação e Comunicação Online: Jornalismo Online*. Covilhã: Universidade da Beira Interior-Portugal, 2003. p. 49-62

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, W. Verdade e perspectiva: a questão da verdade e o fato jornalístico. In: GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses*. Florianópolis: Insular, 2009, p. 27-66. v. 1.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (org.). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004. p. 277-309. (Ensino da Psicologia).

HOTÉIS do CE lançam campanha contra prostituição infantil. G1, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL38678-5598,00-HOTEIS+DO+CE+LANCAM+CAMPANHA+CONTRA+PROSTITUICAO+INFANTIL.html>. Acesso em: 19 jan. 2012.

LIMA, S. Delegado do Pará diz que adolescente presa tem debilidade mental. G1, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL195003-5598,00.html>. Acesso em: 22 jan. 2012.

LONDONO, F. T. A origem do conceito menor. In: PRIORE, M. D. *A história da criança no Brasil*. Contexto: São Paulo, 1991. p. 76-90.

MACHADO, E. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Editora Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos em comunicação*. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDONÇA, A. V. Dossiê: 10% dos registros em delegacia no Rio envolvem menores. G1, 2007.

MENINAS são as maiores vítimas de violência infantil, aponta secretaria. *Folha de São Paulo*, 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u567536.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2012.

MORA, M. Polícia decreta prisão temporária de suposto comparsa de maniaco. G1, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL145509-5605,00-POLICIA+DECRETA+PRISAO+TEMPORARIA+DE+SUPOSTO+COMPARSAS+DE+MANIACO.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.

MOTT, L. Pedofilia e pederastia no Brasil antigo. In: PRIORE, M. D. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 44-60.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.

NERY, A. Maioria dos projetos de data são homenagens. *G1*, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL33698-5601,00.html>. Acesso em 19 de janeiro de 2012.

OLIVEIRA, Maria Angélica. OLIVEIRA, Mariana. Compare o custo e o resultado das CPIs. *G1*, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL100280-5601-4095,00.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PADRASTOS são principais suspeitos de abuso sexual, diz pesquisa. *G1*, 2009. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1026942-5598,00-PADRASTOS+SAO+PRINCIPAIS+SUSPEITOS+DE+ABUSO+SEXUAL+DIZ+PESQUISA.html>. Acesso em: 12 jan. 2012.

PAI é preso acusado de abusar sexualmente da filha em Guarulhos. *Folha de São Paulo*, 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u465656.shtml>. Acesso em: 4 fev.

PELLICANI, L. Mãe que matou agressor do filho é inocentada em São Carlos (SP). *Folha de São Paulo*. 2010. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/10/817919-mae-que-matou-agressor-do-filho-e-inocentada-em-sao-carlos-sp.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2011.

PF PRENDE suspeito de pedofilia em biblioteca do Ministério do Planejamento. *Folha de São Paulo*, 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u379827.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2012.

PINTO, M. J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade* 2, São Bernardo do Campo, p. 277-294. 2000.

POLÍCIA Rodoviária localiza 1.918 pontos de prostituição infantil. *G1*, 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL38611-5598,00-POLICIA+RODOVIARIA+LOCALIZA+PONTOS+DE+PROSTITUICAO+INFANTIL.html>. Acesso em: 19 jan. 2012.

PRESO dono de creche suspeito de abuso sexual na Zona Norte. *G1*, 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL1446512-5606,00-PRESO+DONO+DE+CRECHE+SUSPEITO+DE+ABUSO+SEXUAL+NA+ZONA+NORTE.html>. Acesso em: 2 jan. 2011.

PRIORE, M. D. (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1993. p. 27-33.

SILVA, D. P. Cibernautas em Ação: Estudo da interatividade em notícias relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes no A TARDE OnLine. *Revista Temática*, [s. l], ano VII, v. 101, 2011. Disponível em: [http://www.insite.pro.br/2011/Novembro/cibernautas\\_crianças\\_atardeonline.pdf](http://www.insite.pro.br/2011/Novembro/cibernautas_crianças_atardeonline.pdf). Acesso em: 20 out. 2011.

SÓCIO de ONG espanhola acusam presidente de maus-tratos a crianças. Folha de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u346211.shtml>. Acesso em: 17 jan. 2012.

TRAQUINA, N. *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2. ed Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 8. ed. Lisboa: Presença, 2003.

VELEDA, R. Designer acusado de estupros seriais é preso na Paraíba. Folha de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/953234-designer-acusado-de-estupros-seriais-e-presos-na-paraiba.shtml>. Acesso em 02 de janeiro de 2012.

VERÓN, E. *Fragmentos de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2004.

# **Análise de conteúdo & (im)possíveis interfaces com a enunciação: um breve estudo aplicado ao *Jornal Nacional* e ao *Jornal da Record***

*Adriano de Oliveira Sampaio*

## **Introdução**

As primeiras pesquisas em comunicação tiveram como marca a abordagem quantitativa e utilizaram como fundamento conceitos advindos da sociologia e da psicologia. Wolf (1987) subdivide a influência dessas duas disciplinas nas investigações sobre comunicação em duas abordagens a empírico-experimental, ou da persuasão, e a empírica de campo, ou dos efeitos limitados. Esses estudos, segundo o autor, se desenvolvem a partir da década de 1940, e tem como interesse reavaliar as premissas

estipuladas pela teoria da agulha hipodérmica<sup>1</sup> através de investigações experimentais. O que se deve explorar é um ponto em comum às duas modalidades analíticas: a utilização da abordagem quantitativa como base para o desenvolvimento das suas investigações.

Os estudos quantitativos são realizados a partir de associações buscando estabelecer relações de causa e efeito e os métodos quantitativos nos estudos em comunicação, para Gunter (2002, p. 214), buscaram estabelecer associações entre mídia e audiência ou, até mesmo mais diretamente, as relações entre causa e efeito<sup>2</sup> entre elas.

Quando essa abordagem é utilizada para identificar o “conteúdo” da mídia utiliza como principal instrumental a análise de conteúdo. Já as pesquisas experimentais nos estudos em comunicação foram realizadas no intuito de revelar o impacto causado pela mídia em situações específicas tal qual a opinião da audiência sobre o inimigo no período das guerras. (GUNTER, 2002, p. 222) Também a pesquisa experimental teve a análise de conteúdo como técnica, embora, se ateu na realização de grupos de controle (*control groups*) à utilização de questionários.

Sabemos que a análise de conteúdo (AC) serviu como ponto inicial para os trabalhos da análise do discurso (AD), conforme nos relembra Antônio Fausto Neto (2012), passando as suas contribuições nos estudos iniciais de M. Pêcheux e Roland Barthes no campo do discurso. O interesse deste texto é uma iniciativa de reapropriação da AC de forma integrada à análise do discurso e as inquietações analíticas advindas graças ao advento das discussões sobre a enunciação. Ao final deste

- 
- 1 Segundo A. Mattelart e M. Mattelart (1997, p. 31), foi Lasswell quem criou esse termo utilizado para descrever a relação entre as mídias e a audiência. Aos meios cabia a tarefa de produzir efeitos diretos e indiferenciados sobre indivíduos atomizados, apáticos.
  - 2 Nota-se aqui uma primeira simetria entre a análise quantitativa e os pressupostos sobre o ato de comunicação que naquele período, ainda era tributário do modelo matemático, compreendido numa bipolarização de causa e efeito: Estímulo – Resposta → Emissor – Receptor.



capítulo apresentamos uma breve aplicação da AC para a análise discursiva do *Jornal Nacional* e *Jornal da Record* através da utilização integrada com conceitos como *ethos* e cenografia, muito caros à teoria da enunciação.

## **Análise de conteúdo e semiologia**

O uso da análise de conteúdo, nas pesquisas em comunicação, é explorada de modo sistemático no início da década de 1940 no período entre guerras com o interesse de monitorar as transmissões radiofônicas de músicas e notícias como indicadores da moral e dos movimentos do inimigo. (WIMMER; DOMINICK apud GUNTER, 2002, p. 220) Enquanto a utilização da análise de conteúdo já nas investigações sobre os conteúdos da imprensa e posteriormente do rádio, tem no pesquisador Harrold D. Lasswell o primeiro grande nome da AC. O trabalho de Lasswell *Técnicas de Propaganda na Guerra Mundial*, publicado em 1927, é um dos marcos desse tipo de estudo. (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997)

Posteriormente, na década de 1950, coube a Berelson o papel de codificador da análise de conteúdo, estabelecendo a quantificação como regra para esse tipo de pesquisa. A definição clássica da análise de conteúdo advém desse autor, para Berelson a análise de conteúdo é "...uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa, do conteúdo manifesto das comunicações". (BERELSON apud KIENTZ, 1973, p. 10)

O objetivo da análise de conteúdo, naquele momento, está em apreender cientificamente o universo psíquico dos atores a partir dos textos produzidos por eles e através de operações classificatórias. Dito isso, a análise de conteúdo (AC) se aproxima dos questionamentos daqueles estudos dos efeitos limitados cuja inspiração era a observação psicológica e esse tipo de apropriação da AC precede às análises linguísticas. (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997, p. 6-7)

Somente na década de 1960, é que a análise de conteúdo tem uma retomada nos estudos da comunicação em uma abordagem integrada com a linguística e, posteriormente, com a análise do discurso pelo próprio Barthes e por Michel Pêcheux. (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997, p. 16) Esses estudos foram desenvolvidos na École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris tendo a linguística saussuriana como matriz dessas pesquisas que tiveram os mais distintos objetos a exemplo da fotografia e da publicidade.

Conforme observam Robert e Bouillaguet (1997) a análise de conteúdo permite ao pesquisador a delimitação do campo da investigação e do objeto de pesquisa e de modo geral se divide em quatro etapas: pré-análise, categorização, codificação/contagem dos itens e interpretação.

A pré-análise caracteriza-se como uma etapa experimental na qual são lançadas as primeiras observações intuitivas sobre o objeto em questão. Nessa etapa, acontece a delimitação do *corpus* que segue as prerrogativas do modelo comunicativo proposto por Lasswell: Quem fala (emissor), a quem (receptor), para significar o quê? E de que modo?. Na categorização registram-se todos os elementos do *corpus* com o propósito de classificar por categorias temáticas, estabelecendo porcentagens e realizando comparações entre as variáveis. Essas categorias devem por sua vez responder a quatro qualidades fundamentais a pertinência, a exaustividade, a exclusividade e a objetividade. Vê-se aqui mais uma vez a principal característica da abordagem quantitativa que está na generalização das constatações obtidas durante a pesquisa.

De modo geral, essas quatro etapas asseguram, em tese, que se outro pesquisador seguir os mesmos traços definidos em uma dada pesquisa, obterá o mesmo resultado. A codificação/contagem dos itens é a etapa na qual são aplicadas as categorias ao *corpus* e a grade analítica é preenchida. Por fim, na fase de interpretação é através de inferências, com base nas quantificações estabelecidas nas etapas anteriores, que

são elaboradas as conclusões sobre o conteúdo manifesto do texto analisado. (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997, p. 27-32)

Quanto aos procedimentos de avaliação, a análise de conteúdo divide-se em três tipos segundo Kientz (1973, p. 169): a análise de frequência, a associativa e a avaliadora. As limitações da análise de conteúdo, segundo Gunter (2002, p. 222), estão na sua possibilidade reduzida de elaboração de inferências, pois, para o autor, ela revela muito pouco a respeito das ideologias de produção bem como dos impactos sobre a audiência e isso se deve em virtude da sua natureza estritamente descritiva.

Por outro lado, pode ser observada uma postura positiva em relação à análise de conteúdo particularmente em Robert e Bouillaguet (1997). Os autores propõem uma reaproximação da análise de conteúdo com outras metodologias de análise sobre o texto – a análise textual, a teoria literária e a pragmática. Sabemos que a análise do discurso, inicialmente, tem suas primeiras contribuições graças à AC. Em um momento de ruptura paradigmática, há um separação entre análise de discurso e análise de conteúdo, uma vez que a segunda passa a não atender mais aos projetos da análise do discurso e, principalmente, depois da apresentação do aparelho formal da enunciação por Benveniste (1989).

A descoberta do aparelho formal traz o binômio enunciado/enunciação como lugar de análise dos textos e influencia também os estudos em comunicação. Muda-se também a maneira de lidar com a “mensagem” e “conteúdo” da mídia, termo tão caro à AC e aos estudos iniciais sobre os media, para pensarmos em enunciados que guardam intrínseca relação com a enunciação.

No âmbito do discurso, a distinção entre essas duas instâncias: o enunciado e a enunciação é meramente metodológica (BENVENISTE, 1989), uma vez que eles se complementam. O enunciado (o dito) acaba se apresentando como um resultado final da enunciação, as maneiras

de dizer, que, por sua vez, se configuram através de uma cena. (MAIN-GUENEAU, 2001)

A partir de então, a AD apresenta que todo o discurso se atualiza em uma cena enunciativa que é o lugar no qual existe a interlocução entre enunciadore e coenunciadore. Na cena construída pelos telejornais a serem analisados, observaremos que há os apresentadore e repórteres que são, em última instância, a fala do programa em direção ao espectador. Eles, tal qual mestre de cerimônia, conduzem as matérias, gesticulam e buscam convencer e seduzir a plateia: sua audiência.

Tomando como parâmetro a análise de frequência e alguns conceitos próprios ao estudo da enunciação *ethos* e cenografia, que serão mais discutidos em capítulos subseqüentes desse livro, apresentamos, a seguir, a aplicação integrada desses pressupostos para uma análise inicial sobre a enunciação do *Jornal Nacional* (JN) e do *Jornal da Record* (JR).

### **Entre o conteúdo e o enunciado. Uma análise do sujeito discursivo e da distribuição das editorias do JN versus JR**

Nas edições analisadas entre os meses de agosto e dezembro de 2007, foram apresentadas 418 notícias pelo JN e 479 pelo JR, totalizando 897 notícias analisadas e classificadas em *frames* (GOFFMAN, 1991) de acordo com os acontecimentos apresentados.

Os quadros mais frequentes explorados pelos dois telejornais foram: política nacional, política internacional, economia nacional, economia internacional, esporte futebol, esporte outros, cidadania, crimes, violência, terrorismo, policial, *fait-divers*.

Para a classificação inicial dessas notícias utilizamos como método a análise de conteúdo. (ROBERT; BOUILLAGUET, 1997; KIENTZ, 1973) A análise de conteúdo é desenvolvida na análise de discurso com a fina-

lidade de organização do *corpus* e permite realizar inferências sobre o objeto investigado com base em dados quantitativos.

Para o desenvolvimento da análise de conteúdo das 897 notícias presentes no *corpus* foi utilizado o programa estatístico Perfect Statistics Professionally Presented (PSPP), que permitiu a categorização das notícias nos quadros já apresentados. O programa possibilitou o desenvolvimento de relatórios e a análise de frequência das notícias apresentadas, bem como o cruzamento, *crosstabs*, das seguintes variáveis: 1. editoria da notícia, 2. formato de apresentação da notícia, 3. tempo de duração da notícia, 4. notícia de maior tempo de duração por bloco, 5. bloco de apresentação da notícia, 6. dia da semana de veiculação da matéria, 7. mês de exibição, 8. dia de veiculação da notícia, 9. telejornal que veiculou a matéria.

Graças a essa análise pudemos identificar que o *ethos* do JN oferece maior destaque às notícias das editorias de política e economia nacional e internacional, juntas representam 40% das matérias exibidas pelo programa, os outros tipos de notícia mais frequentes são os *fait-divers* 12,2%, polícia 10% e futebol, 7,4%.

Estes tipos de notícias são aquelas, cuja aparição no programa é de maior frequência. A partir dessa constatação, podemos inferir que o posicionamento discursivo do JN aposta que o seu público tem como interesse estar bem informado em relação a essas cinco grandes editorias.

As notícias do JN se concentram prioritariamente no primeiro bloco do programa (34,2%) das notícias. Delas 7,7% foram classificadas no quadro *fait-divers*, 5,3% de polícia, e 4,1% no quadro política nacional. O espectador interessado em notícias sobre esses fatos pode encontrá-las logo no primeiro bloco do programa. Supomos que o posicionamento do JN aposta nas notícias sobre fatos inesperados e na cobertura policial, logo no primeiro bloco, em resposta a proposta do JR que tem explorado esses *frames* em todo o seu programa. Enquanto isso, a política nacional é a editoria mais veiculada no primeiro bloco do progra-

ma. Vale ressaltar outra invariante da marca JN que é a apresentação da previsão do tempo no primeiro bloco, em 12 das 19 edições analisadas ela foi apresentada nesse lugar.

No segundo bloco, o assunto de maior frequência tratado pelo JN é a política nacional com 5%, das 23,9% de notícias veiculadas no bloco. Pode ser observado que esse tema é abordado pelo programa, preferencialmente, nos três primeiros blocos, respectivamente, representando: 4,1%, 5% e 4,5%, economia nacional 4,1% e polícia 2,2% são os outros dois assuntos mais tratados nesse bloco.

No terceiro bloco, o JN traz a concentração da editoria de política nacional 4,5% e política internacional 2,6%, totalizando 7,1% das notícias. No terceiro bloco do JN o público pode encontrar como invariante a recorrência de apresentação das notícias sobre política internacional.

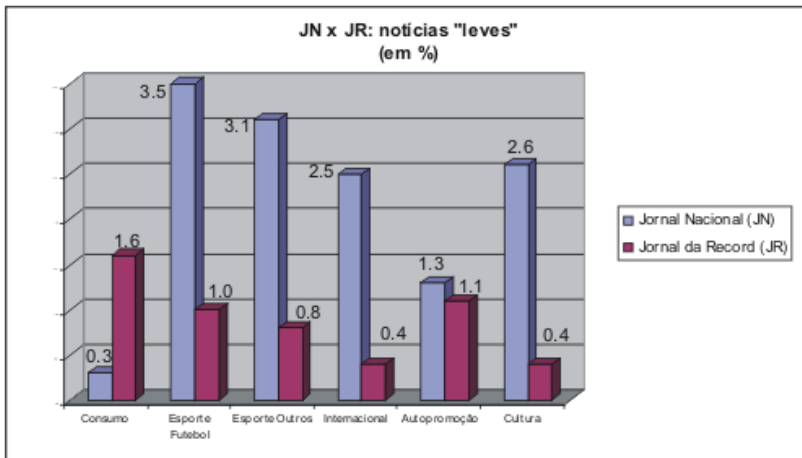
Como estratégia de apresentação das notícias, o JN traz no seu posicionamento discursivo a promessa de veicular, nos três primeiros blocos, as notícias de editorias mais tradicionais.

No último bloco do JN observamos como estratégia do seu posicionamento discursivo, apresentar as notícias ditas "mais leves". O esporte é o assunto mais tratado no quarto bloco do JN e representa 5,7% das 13,6% veiculadas no bloco. O futebol é o esporte mais apresentado com 3,1%. Assuntos relacionados à política nacional ainda podem ser vistos no quarto bloco do programa, representando 1,7% das notícias.

A partir desses dados podemos identificar que o posicionamento do JN apresenta a organização das editorias de modo tradicional. As editorias mais "densas", política e economia nacional e internacional são apresentadas nos três primeiros blocos e se caracterizam como o principal conteúdo do telejornal. O programa exhibe as notícias "mais leves" no final do programa, sendo o esporte o tema mais veiculado no último bloco. A tônica do programa com assuntos que dizem respeito à política nacional é recorrente em todos os blocos e se torna uma das princi-

país invariantes da marca JN. A editoria de política nacional é a que tem maior número de duração das matérias.

Figura 1 – Gráfico comparativo das notícias leves entre o JN e o JR



Fonte: elaboração do autor.

### **A palestra assimétrica do JN: a forma de interpelação do mestre (enunciador) em direção ao aprendiz (coenunciador)**

Na cena criada pelo JN, o espectador é colocado em uma posição como “aquele que assiste a uma palestra” e que vai sair daquela encenação mais bem informado a respeito das principais notícias do país e do mundo. Os apresentadores se alternam em uma espécie de jogral. Através dessa estratégia enunciativa presente na interação face a face (GOF-FMAN, 2005), os mestres de cerimônia do JN se alternam tanto nas apresentações das notícias da escalada como também ao longo dos

blocos. Até mesmo no encerramento do programa ambos devem dizer, de modo alternado, o “boa noite”.

A escolha dessa cenografia está em sintonia com as impressões que o programa pretende sustentar: a imparcialidade, enquanto estratégia discursiva. A palestra, em formato de jogral, como recurso enunciativo harmoniza a relação entre fala e encenação buscando oferecer a impressão de imparcialidade. Graças a esse dispositivo o tempo de apresentação das notícias utilizado pelos apresentadores é dividido ao meio.

A cenografia (MAINGUENEAU, 2001) criada ressalta primeiramente a imparcialidade que o programa busca construir discursivamente, pois sugere certa divisão simétrica das notícias pelos dois apresentadores, de modo que um apresentador não fale mais que o outro. A encenação da imparcialidade e do equilíbrio estende-se às reportagens quando apelam ao padrão do tipo do discurso jornalístico no qual se deve, sempre que possível, ouvir os dois lados de um fato.

Na fala dos apresentadores e jornalistas, a busca pela minimização das modalizações, ratifica a busca do JN pela produção do efeito discursivo de imparcialidade, entretanto sugere a distância que o programa parece querer construir em direção ao seu público. Essa questão se materializa também na angulação de câmera escolhida para os apresentadores a “distância pessoal afastada”. (TUCHMAN, 2002)

Figura 2 - Fátima Bernardes em “Distância pessoal afastada”



Fonte: acervo pessoal do autor. Gravação realizada em setembro 2007.



Como vimos em item anterior, no JN, o primeiro bloco do programa tem o predomínio das notícias de política nacional e economia nacional, contudo a primeira tem maior destaque. Identificamos também que no segundo bloco, essa relação é invertida e as notícias de economia, tanto nacional como internacional ganham a cena. A estratégia enunciativa do JN nos três primeiros blocos sustenta um clima de tensão e seriedade que é amenizado no final do terceiro bloco e se torna mais “suave” no quarto bloco graças à apresentação de notícias das às editorias “mais leves”, a exemplo dos esportes.

Como exemplo desse clima de tensão característico dos momentos iniciais do programa, foi noticiado no primeiro bloco do dia 6 de setembro de 2007 por Fátima Bernardes: *“Mais um diretor da Agência Nacional de Aviação Civil renunciou ao cargo, nesta quinta-feira. Foi o terceiro em menos de duas semanas. Na CPI da crise aérea, na Câmara, foi ouvido um gerente da Anac”*.

O caso em questão é a cobertura midiática da crise dos aeroportos brasileiros no qual em três meses de duração alguns aviões caíram e houve congestionamento nos voos brasileiros. Viajar de avião foi uma tarefa difícil para os brasileiros que estavam sujeitos a risco de vida. Este é um dos casos de matérias cujo *frame* em questão é a política nacional. Nessa notícia foi utilizado pela repórter a apresentação de um documento que regulamenta o modo dos aviões pousarem. Como estratégia de sintetizar algumas informações apresentadas, o JN sinaliza os pontos mais relevantes do documento e apresenta-o para o público.

Essa estratégia também funciona como importante peça de credibilidade do sujeito discursivo que fala através do *ethos* do programa uma vez que ela apresenta a prova dos fatos que exhibe em suas reportagens. Esse recurso também sinaliza outra característica utilizada pelo programa que tem implicação direta na forma como interpela o seu público. Os apresentadores ou repórteres falam como se dominassem o assunto que têm para expor enquanto ao telespectador cabe o papel de

melhor compreender e assimilar. O comentário não é promovido pelo programa que busca construir a imparcialidade a partir de algumas estratégias de construção do texto verbal. Na nota simples veiculada no dia 10 de outubro de 2007, essa estratégia se faz presente.

*Fátima Bernardes: A Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, divulgou hoje, o resultado da avaliação de três mil cursos de pós-graduação do Brasil. Noventa e um correm o risco de ser fechados. Na avaliação de nota máxima sete, eles receberam nota entre um e dois. Duzentos e dezenove receberam notas entre seis e sete, atribuídas a cursos com desempenho equivalente aos dos mais importantes centros internacionais de ensino e pesquisa .*

Mais uma vez, podemos identificar uma das principais características presentes no modo de construção da notícia pelo JN: o apelo à terceira pessoa e à modalização da fala dos apresentadores. Durante a locução das notícias, apesar dos mediadores seguirem um certo padrão de entonação de voz, em algumas palavras, elas ganham um acento (BAKHTIN, 2002) que sugere, geralmente, o par: aprovação/desaprovação. Esses acentos, por sua vez, também se encontram presentes nas expressões faciais dos apresentadores entre sorrisos e franzires de testas.

No trecho transcrito, anteriormente, a apresentadora do *Jornal Nacional* explora a terceira pessoa e oferece um tom impessoal ao seu discurso: “A Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, divulgou, hoje, o resultado da avaliação de três mil cursos de pós-graduação”. Explorando o seu tom professoral, o JN explica ao espectador o que significa a sigla Capes. Os dêiticos geralmente não são explorados, bem como o uso de adjetivações.

A notícia sobre a avaliação da Capes dos cursos de pós-graduação não foi veiculada pelo JR. Qual seria a interação entre essa notícia e o

universo simbólico do público imaginado pelo JN? Omissões desse tipo demonstram que apesar dos telejornais serem do mesmo segmento, telejornal das 20 horas, eles concebem o seu público de modo diferente.

Vimos que na cena de enunciação criada pelo programa há um des-nível entre o coenunciador e o enunciador que se posiciona em um papel pedagógico. Há o domínio dos fatos por aqueles que apresentam as notícias, que devem munir de informações o telespectador mediano: o Homer Simpson.<sup>3</sup>

Tanto a fala dos apresentadores, como os enquadramentos de câmera utilizados não permitem uma aproximação com o público, e são fundamentais para a distância que a enunciação do programa sugere ao espectador: 1. O uso da terceira pessoa e 2. O enquadramento mais utilizado pelo programa a “distância pessoal afastada”. (TUCHMAN, 1993a, 1993b) Veremos que no JR esses elementos são diferentes e que a relação que busca construir com o seu público é distinta quando comparada a esta apresentada pelo posicionamento do JN.

O *ethos* do *Jornal Nacional* tenta preservar a promessa que foi feita logo na sua estreia há 39 anos: ser um integrador nacional e vigilante da ordem pública. As matérias veiculadas são apresentadas de diversas sucursais do país e os acontecimentos apresentados podem ser vividos em qualquer grande cidade do Brasil. Entretanto, existe um espectador ideal que deve ter a competência cognitiva de acompanhar a política nacional e internacional (notícias de que dispõe de maior frequência) e fazer por si só os *links* entre as implicações dos fatos da economia nacional e internacional com o seu próprio bolso.

---

3 Em 2006, William Bonner, apresentador e editor-chefe do JN, declarou que “o telespectador médio do telejornal é como o Homer Simpson, pai folgado e bonachão da família de *Os Simpsons*. Ou seja, tem dificuldade de entender reportagens sobre temas mais complexos, como o jogo de interesses da política em Brasília e os números áridos da economia e finanças”. (RIPARDO, 2006)

Vimos que a encenação presente no *ethos* do JN é assimétrica e ela se posiciona na condição de esclarecer as dúvidas do espectador tal qual em uma relação de mestre (enunciador) e aprendiz (coenunciador). Como o sujeito discursivo do JR se posiciona em relação à sua concorrente?

### ***Bad news are good news: a distribuição das editorias do JR***

Na análise sobre a organização das editorias do JN, identificamos que o programa respeita a máxima de apresentar as notícias “mais pesadas” no primeiro bloco, a exemplo de política e economia, enquanto as “mais leves”, a exemplo das de esporte e cultura, ficam para os dois últimos blocos.

Os dois primeiros blocos do JN são aqueles que dispõem de um maior tempo de duração. De forma inversa, o JR concentra a apresentação das suas principais matérias, com maior tempo de veiculação, nos dois últimos blocos que é uma interessante estratégia do ponto de vista da concorrência.

Uma das invariantes do *ethos* do JN está na em desenvolver o telejornal em quatro blocos<sup>4</sup> e concentrar as editorias mais “pesadas” nos dois primeiros blocos, estratégia inversa quando comparada ao JR.

Enquanto o JN perde o fôlego nos dois últimos blocos com a apresentação de notícias mais leves, o JR veicula as suas notícias mais “pesadas” como forma de derrubar o JN nos dois últimos blocos. Para não correr o risco de apresentar as mesmas notícias do JN, o JR aposta em outra concepção de notícias mais “pesadas”, sendo elas aquelas que apelam para a violência e situações inusitadas, a exemplo de desastres.

---

4 Em uma edição presente no *corpus* do programa, o JN veiculou um quinto bloco, em função do horário político eleitoral, por isso, no gráfico seguinte é apresentada uma coluna que faz referência a este fato. Entretanto, na estrutura padrão do JN, são quatro blocos.

Obedecendo a essa máxima, os *frames* mais frequentes do JR são os “*fait-divers*”, os de “polícia”, “violência” e “política nacional” como foi visto em gráficos anteriores.

Das 479 notícias veiculadas pelo JR no segundo semestre de 2007, 43% delas foram das editorias de polícia, violência e *fait-divers*. Seguindo o padrão clássico do telejornalismo das 20 horas, o JR ofereceu 17,7% das notícias para o *frame* política nacional e apenas 5,4% para as notícias sobre economia nacional.

Por se tratar de um telejornal das 20 horas, o JR não pode deixar de apresentar as notícias sobre política nacional que consiste em uma das editorias de notícias de maior frequência de veiculação do programa, representando 17,1% das matérias. Em reportagem veiculada no dia 6 de setembro de 2007, o programa exibe uma entrevista com o presidente Lula sobre os principais assuntos agendados naquele período: a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), e o Caso Renan Calheiros.

*Celso Freitas: o presidente Lula disse que a CPMF é um imposto justo e não abre mão dele. Numa entrevista às emissoras de rádio, Lula também afirmou que ainda não se pode apontar culpados nos casos mensalão e Renan Calheiros. A entrevista durou quase uma hora. Lula considerou a corrupção uma doença e defendeu tanto os mensaleiros quanto Renan Calheiros.*

Logo na cabeça da matéria a objetividade utilizada pelo JR é diferente daquela presenciada pelo JN. A estratégia enunciativa da apresentação dos dois lados, não permite que o JN vá tão direto ao assunto como faz o JR. O *Jornal da Record*, nessa enunciação que sugere uma proximidade com o público, propõe uma construção discursiva que prima pela intimidade com o telespectador. Para produzir esse efeito de sentido, o JR utiliza, principalmente, a interpelação direta ao público, o

uso de gírias e a linguagem que se aproxima do tom coloquial. Isso é válido tanto para as matérias sobre crimes, *fait-divers* como também nas matérias sobre política.

A cabeça da matéria apresentada anteriormente seria, praticamente, impossível de ser noticiada pelo JN, pela maneira próxima como trata o seu público. De forma econômica, o JR em alguns segundos apresenta ao seu espectador a opinião do presidente da república sobre os fatos que estão em discussão na agenda política. O posicionamento do JR parte do pressuposto que o seu telespectador não tem tempo e não se interessa por essas notícias “mais tradicionais”, e como forma de economia simbólica, o programa já apresenta em tópicos a síntese das principais discussões no campo político do país.

A mesma estratégia do programa é utilizada na editoria de economia nacional que representou 5,4% das notícias veiculadas pelo programa no *corpus* analisado. Nessas matérias, o JR tenta implicar diretamente o telespectador na notícia veiculada, como forma de facilitar e amenizar uma editoria que é dita no jargão jornalístico como “pesada” e de difícil entendimento. Vimos que no JN essa relação é pouco explorada pelo programa. No dia 10 de outubro de 2007 os apresentadores do JR anunciaram:

*Adriana Araújo: Como fazer uma nova prestação com o nome sujo na praça? O que muita gente não sabe, é que o inadimplente pode limpar o nome, usando um serviço grátis*

*Celso Freitas: E é o próprio SPC, o temido Serviço de Proteção ao Crédito, que ajuda quem quer sair da lista dos maus pagadores.*

A pergunta é uma estratégia enunciativa muito utilizada pelo JR, ela funciona como um recurso para poder explorar a proximidade e a simetria do programa em direção ao espectador. É como se o sujeito discurs-

sivo que fala através do programa dissesse ao público: “Você não sabe como retirar o nome sujo na praça, nós aconselharemos você”. Mais uma vez o tom coloquial que é característico do programa se faz presente nas palavras “limpar o nome”, “maus pagadores”. Essa aproximação que o programa tenta construir com o seu espectador faz com que ele explore também adjetivações a exemplo de se referir ao SPC como o “temido Serviço de Proteção ao Crédito”. É dessa forma que editorias duras como política e economia nacional são facilitadas pelo *ethos* do JR, que busca a intimidade com o coenunciador. Se o público desconhece um assunto, o programa busca, de forma próxima, ensinar.

Mas a característica mais acentuada do posicionamento do JR está em distribuir as notícias sobre “polícia” e “violência” em todos os blocos do telejornal. Essa é uma das principais características do seu posicionamento discursivo, como observamos graças à análise de frequência. O JN, por sua vez, aposta em um modelo mais tradicional e concentra as suas principais notícias nos temas “Política Nacional” e “Economia”, conforme foi apresentado em análises anteriores, nos dois primeiros blocos.

Identificamos aqui uma primeira marca de distinção entre os telejornais, enquanto o JR aposta na narrativa de notícias que respeitam a máxima do *bad news is good news*, o JN se posiciona através de editorias clássicas como política e economia. Um dado que reforça essas características dos dois programas está em perceber que o quadro de notícia mais explorado pelo JN é “Política Nacional” (15,8%), enquanto que para o JR são os “*Fait-divers*” (20,3%).

Quando o JN está apresentando as suas notícias sobre “Esporte” e “Cultura” nos últimos blocos, o JR vem com os *frames* de notícias que são o carro-chefe do programa, a maior parte delas segue a máxima jornalística: *bad news are good news*.

## Medo e fragmentação da realidade em uma construção enunciativa que busca proximidade: o ethos do JR

O *Jornal da Record* começa 10 minutos antes do *Jornal Nacional*, sendo o JR precedido por outro programa jornalístico denominado *Balanço Geral* que tem como principal característica explorar notícias da editoria de polícia, abordando a cobertura de fatos violentos em diversas cidades do país, apesar de concentrar a sua cobertura no Estado de São Paulo.

O JR, quando iniciado, segue os padrões clássicos adotados pelo telejornalismo brasileiro no qual o *Jornal Nacional* parece servir como principal inspiração. Nas estratégias de construção de um posicionamento de marca, vimos que um produto busca se relacionar com o concorrente através de semelhanças e diferenças, é neste sentido que o JR investe em utilizar a mesma concepção de cenário do seu principal concorrente. Uma observação sobre as duas cenografias do programa demonstra essa semelhança entre os dois produtos concorrentes.

Figuras 3 – Cenários do JN e do JR em 6 de setembro de 2007



Fonte: acervo pessoal do autor. Gravação realizada em 06 de setembro de 2007.

A opção por utilizar uma dupla de apresentadores (um homem e uma mulher) em muito se assemelha àquela enunciação proposta pelo JN. No *Jornal da Record*, Celso Freitas e Adriana Araújo dividiam a cena de apresentação das notícias. É válido ressaltar que este formato de apre-



sentação dos programas jornalísticos, no Brasil, foi pioneiramente desenvolvido na Rede Globo de televisão nos telejornais exibidos durante a manhã e tarde e depois migraram para o casal (ex-casal) celebridade da televisão brasileira: William Bonner e Fátima Bernardes. Como forma de amenizar essa semelhança com o JN, o JR altera o lugar do homem e da mulher na bancada, uma pequena diferença que não interfere na mesma cenografia construída pelo programa.

Como foi também identificado na análise do *ethos* do *Jornal Nacional*, os apresentadores do JR não se olham, não trocam informações ao ar, diferente de programas jornalísticos, cujo formato permite uma maior interação com os interlocutores, como exemplo podemos mencionar o próprio *Jornal da Band* que é concorrente do horário nobre tanto para a Rede Record como também para o *Jornal Nacional*. Nesse programa, o formato “mesa redonda” permite uma interação com os apresentadores e tal estrutura enunciativa abre espaço para a discussão entre apresentadores e para a entrada do diálogo.

Na estrutura enunciativa do JR também pode ser observada a exploração apenas do eixo O-O, olhos nos olhos. Nele o apresentador interpela diretamente o público através do olhar e é nesta ponte lançada entre enunciador e coenunciador que se concentra a enunciação do programa.

Também não é explorado pelo JR o eixo E-I. Não há espaço de interlocução entre os apresentadores que não se dirigem a palavra. Do ponto de vista jornalístico, a exploração do eixo transversal, E-I, permite inserir nas matérias o gênero do discurso opinativo. (MARQUES DE MELO, 1994) Na estrutura enunciativa de ambos os telejornais, o comentário não é utilizado pelos apresentadores. E essa característica sugere que eles devam se concentrar exclusivamente na apresentação “isenta” dos fatos. A partir de 2009, com a entrada da jornalista Ana Paula Padrão, o *Jornal da Record* tem explorado mais o eixo E-I como forma de acentuar,

ainda mais, o seu posicionamento de proximidade em relação ao público e se diferenciar em relação ao tom impessoal do JN.

Em 50 segundos o JR apresenta sete notícias, o mesmo ritmo proposto pelo JN no mesmo dia de veiculação, 17 de agosto de 2007, conforme foi apresentado anteriormente. Outra semelhança da abertura do JR em relação ao JN está na estrutura enunciativa da escalada do programa. As notícias também são apresentadas de modo alternado pelos apresentadores, que muitas vezes completam a manchete apresentada pelo jornalista que divide, com ele, a bancada. Como exemplo, tivemos no mesmo dia de exibição a narração da matéria por Celso Freitas: *“Uma pesquisa revela que o brasileiro ajuda pouco dentro de casa”*, seguida pela fala de Adriana Araújo: *“E por isso as mulheres acabam trabalhando muito mais que os homens”*. Esse recurso utilizado pelo JR é o mesmo apresentado pelo JN.

Analisando exclusivamente a estrutura da escalada dos dois telejornais, poderíamos afirmar que existem apenas semelhanças entre elas. A observação sobre a postura do apresentador e a forma dele interpelar o espectador demonstra, no entanto, algumas relevantes diferenças. Vimos que o ritmo de apresentação das manchetes na escalada do JN é frenético e auxilia na construção de um clima de tensão do programa. É como se o JN dissesse ao espectador: *“eis toda a realidade aqui”*. No JR, pelo contrário, a rapidez da veiculação das manchetes é amenizada com os sorrisos e timbre de voz tranquilos dos apresentadores que sugerem uma estratégia enunciativa de proximidade entre o enunciador e coenunciador.

Essa característica do JR pode ser percebida através da observação da gesticulação dos apresentadores e a partir da forma como interpela o seu público. Na escalada do mesmo dia de veiculação do JN, o dia 17 de agosto de 2007, Celso Freitas e Adriana Araújo narraram: *“Você já viu uma janela que fecha quando chove? E a moto que só anda quando o piloto coloca o capacete?”* Ao interpelar o coenunciador através de

perguntas, o *ethos* do JR se posiciona como se fosse uma pessoa próxima que apresenta novidades ao outro, ao mesmo tempo em que faz a promessa de responder a essas perguntas no desenrolar do programa, o que auxilia na construção do *pathos*, estratégia de fidelização e sedução do público do programa. Isto porque cria um elo entre o telejornal e o público, no qual o último precisará aguardar o momento em que o JR veiculará a notícia e responderá à indagação que fez ao telespectador.

Esse tipo de estratégia que é utilizada pelo JR não é condizente com a estrutura enunciativa do JN, cujas características estão mais próximas da impessoalidade. No mesmo dia de veiculação, vimos que as notícias são apresentadas pelo JN de forma impessoal e objetiva.

Outra forma de proximidade explorada pelo posicionamento do JR também pode ser observada nesta mesma escalada quando o apresentador narra a chamada da matéria sobre aquisição de imóveis: "O Jornal da Record mostra a vantagem e desvantagens do negócio". Bem diferente do emprego de verbos tais como "explica" utilizados pelo JN.

O JN se posiciona em uma relação de proximidade, como se fosse um conselheiro do espectador, e nessa matéria apresenta as vantagens e desvantagens na hora de adquirir um imóvel. Identificamos que essa forma de interpelação do público pelo JR é, completamente, divergente da proposta pelo JN. Aqui está uma das principais distinções entre os programas que influencia também no conteúdo das matérias apresentadas por eles.

## Considerações finais

Mesmo observando que os conceitos de cenografia e *ethos* rendem mais do que a análise aqui apresentada, podemos identificar que a sistematização do *corpus* é uma das forças atribuídas à AC nos trabalhos acadêmicos. Seria arriscado tecer suposições acerca de um objeto analisado, sem antes aplicar uma simples análise de frequência como maneira de

averiguar se as impressões que o pesquisador tem em relação ao *corpus* pode ser efetivamente demonstrada. Em se tratando da análise de conteúdo, e o seu flerte com a abordagem quantitativa, os números podem oferecer esses dados mais confiáveis, contra os nossos eventuais estereótipos e pré-concepções acerca do material a ser analisado.

Parece ser uma tendência contemporânea a integração dos estudos quantitativos aos qualitativos, entretanto, como podemos ver nesse artigo em alguns momentos parecem que eles não dialogam em virtude, talvez, das tradições e paradigmas dos quais fizeram parte serem divergentes. Como vimos ao longo deste texto, a análise de conteúdo está mais relacionada aos estudos sobre os efeitos, enquanto a análise de discurso tem como inspiração a semiologia e os estudos no campo da linguística. Quem sabe se não é desse marco que vem o preconceito em relação a essa abordagem?

Não queremos com essa breve aplicação exaurir as possibilidades de integração entre o conteúdo e o enunciado e esperamos ter contribuído, minimamente, para a reflexão sobre algumas possibilidades de apropriação da análise de conteúdo na análise do discurso.

## Referências

BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de Survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

BAKHTIN, M. [VOLOSHINOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOFFMAN, E. *Les cadres de l'expérience*. Paris: Les éditions de minuit, 1991.

GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes : Petrópolis, 2005.

GUNTER, B. The quantitative research process. In: JENSEN, K. B. (ed.). *A Handbook of Media and Communication Research: Qualitative and Quantitative Methodologies*. Londres: Routledge, 2002. p. 209-234.

JENSEN, K. B. El análisis de la recepción: la comunicación de masas como producción social de significado. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N. W. (comp.) *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993. p. 165-180.

JENSEN, K. B. Media effects. In: JENSEN, K. B. (Ed.). *A Handbook of Media and Communication Research: Qualitative and Quantitative Methodologies*. Londres: Routledge, 2002a. p.138-155.

JENSEN, K. B. Media reception: qualitative traditions. In: JENSEN, K. B. (Ed.). *A Handbook of Media and Communication Research: Qualitative and Quantitative Methodologies*. Londres: Routledge, 2002b. p. 156-170.

JENSEN, K. B.; ROSENGREN, K. E. Cinco tradiciones em busca del público. In: DAYAN, D. (Comp.). *En busca del público: recepción, televisión, medios*. Barcelona: Ed. Gedisa, 1997. p. 335-370.

JANKOWSKI, N.W; WESTER, F. La tradición cualitativa en la investigación sobre las ciencias sociales: contribuciones a la investigación sobre la comunicación de masas. In: JENSEN, K. B.; JANKOWSKI, N.W. *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993. p. 57-91.

KIENTZ, A. *Comunicação de massa: análise de conteúdo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

LAZARSELD, P. F. A opinião pública e a tradição clássica. In: STEINBERG, Charles S. (org.). *Meios de comunicação de massa*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 641.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. Tradução de Nelson Amador. Porto: Campo das Letras, 1997.

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIPARDO, Sérgio. Crítica: Homer Simpson desafia "Jornal Nacional". *Folha de São Paulo*, Ilustrada, São Paulo, 19 jan. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u56988.shtml> Acesso em 13 de agosto de 2020.

ROBERT, A. D.; BOUILLAGUET, A. *L'analyse de contenu*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. Lisboa: Vega, 1993a. p.74-90.

TUCHMAN, G. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona, Bosh, 1993b.

TUCHMAN, G. The production of News. In: JENSEN, K. B. (org.). *A Handbook of Media and Communication Research*. Londres e Nova Iorque, 2002. p.78-90.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987.

# Fotografias imaginadas

Rodrigo Rossoni

## Apresentação

Já passava das oito da manhã, quando um grupo de crianças que brincava no pátio de uma escola na zona rural do município de Fundão, Espírito Santo, avistou um carro que se aproximava. A chegada já era aguardada, e as crianças estavam ansiosas para dar a notícia. Antes mesmo de o carro parar, amontoaram-se na janela do veículo e entoaram:

*– Rodrigo, Rodrigo, Moisés<sup>1</sup> jogou o filme dele no fogo!*

A “catastrófica” notícia foi surpresa não pelo teor, mas pela dimensão/repercussão que tal ato tomara. Naquelas alturas, era provável que todos da comunidade também já soubessem. Diante da delicada situação, a resposta precisava ser apaziguadora e estratégica. Apaziguadora para ceifar o desejo de punição que pairava no ar; estratégica,

---

1 Nome Fictício da criança.

pois o percurso de construção de sentidos de tal fenômeno dependia da abordagem e, principalmente, do processo de interação com quem praticara tal ato. Somente Moisés seria capaz de oferecer as bases dessa construção. Por isso, demorei alguns segundos e soltei:

- *Não tem problema. Eu dou outro filme a ele.*

A resposta pareceu satisfatória, já que, logo depois, começaram a perguntar quando poderiam entregar os seus próprios filmes. Dada a liberação para a entrega dos materiais, 33 crianças em uma grande aglomeração. Todas ao mesmo tempo; menos uma: Moisés. Ele não se aproximou. Continuou distante durante todo o tempo.

Aquele, era o último dia de atividades de um projeto de pesquisa que investigava os modos de construção de identidade de crianças do MST,<sup>2</sup> tendo a fotografia<sup>3</sup> como norteadora da pesquisa. A ideia foi criar um campo enunciativo para que as próprias crianças empreendessem o seu estilo, escolhessem os seus temas, as suas formas visuais, e as suas linguagens.

Como todos dali, Moisés também recebeu uma câmera equipada com filme de 36 poses. No entanto, foi o único que tomou a atitude inusitada de destruir o seu filme. Um ato,<sup>4</sup> portanto, para nós, de sentido.

---

2 Movimento dos Sem Terra.

3 Com objetivo didático-pedagógico, desenvolvemos uma série de oficinas de fotografia baseadas no funcionamento do dispositivo fotográfico para que as próprias crianças fotografassem o seu cotidiano. Durante oito meses, trabalhamos o processo de formação da imagem, a câmera escura, a fotografia com pinhole, a revelação do filme fotográfico, a ampliação da imagem e a produção fotográfica com câmeras analógicas. Trinta e quatro crianças participaram das oficinas. Tinham entre 6 e 11 anos de idade.

4 Afirmar que o fenômeno em questão é um "ato de sentido" já seria postular, segundo Greimas (1984, p. 12), que ele próprio é um objeto signifiante, e que como tal, faz parte de um sistema semiótico, do qual é uma das manifestações possíveis. Contudo, afirmar a existência de um sistema semiótico não impede de reconhecer, ao mesmo tempo, que esse sistema seja de nós desconhecido. Se existente, mas desconhecido, tínhamos, assim, um problema de pesquisa.



É este ato – jogar o filme no fogo – o norteador da nossa investida neste artigo, logo, a gênese das nossas problematizações. De imediato, já descartamos a tentativa de identificar motivos que levaram Moisés a destruir o seu filme. Esse não poderia ser o nosso propósito. Pareceu-nos muito simplista. Nosso objetivo se inscreveu em um recorte mais específico e concentrou-se em investigar o sentido de uma relação: a de Moisés com a fotografia. Esta sim, ao nosso ver, um fenômeno em ebulição e desejoso por sentido. Configurou-se, assim, o nosso problema de investigação: qual a relação de sentido que Moisés estabelece com o objeto “fotografia”?

Para dar conta dessa problemática, recorreremos às estratégias teóricas e metodológicas da abordagem sociossemiótica<sup>5</sup> que, na atualidade, além e aquém da análise investida nos textos e nos discursos, pretende dar conta de compreender como o sentido emerge também “das nossas relações vividas com os objetos que nos circundam ou dos quais fazemos uso, numa palavra, da vida cotidiana nas suas múltiplas dimensões, inclusive a do sensível”. (LANDOWSKI, 2014, p. 10, grifo nosso)

Sob o viés sociossemiótico, a relação de sentido de Moisés como a fotografia se constituiu como nosso objeto de estudo. O que caracteriza essa abordagem, diferentemente da semiótica clássica (greimasiana), mais presa ao “texto”, no sentido usual da palavra, é essencialmente, o fato de considerar a interação como o lugar mesmo da aparição do sentido: no nível das práticas e das interações vividas.

A noção de interação é o que lhe serve, hoje, de articulação. Pensar sociossemioticamente a questão geral do sentido, ou analisar sociossemioticamente objetos de ordens diversas, é,

---

5 Sobretudo, inspirados nos estudos da produção do sentido de Eric Landowski (1992;1995;1997; 2001; 2003; 2014). A sociossemiótica tem suas bases conceituais na Semiótica de Greimas.

em todos os casos, colocar a noção de interação no coração da problemática da significação. (LANDOWSKI, 2014, p. 11)

Essa noção amplia a área de atuação da sociosemiótica que, segundo Landowski (2014) não pode ser definida pelo caráter “social” dos objetos que ela estuda, nem pode ser considerada uma aplicação da disciplina em um campo particular. De fato, “seu objeto é o sentido enquanto tal, e o papel que ela assume é construir a *teoria geral* desse objeto”. (LANDOWSKI, 2014, p. 11, grifo do autor)

Por isso, na abordagem do fazer sociosemiótico, “presença”, “situação”, “interação” são fundamentais para entender a sua especificidade. Para Landowski (1995, p. 263), o sentido não é uma “coisa” autônoma, já existente e, por assim dizer, à espera de que passe pela proximidade algum especialista capaz de a “descobrir” tal como é, graças aos poderosos instrumentos de decifração que ele estaria levando consigo. “Quer na própria atividade discursiva, quer no nível da sua reconstrução metadiscursiva, o sentido também se realiza ‘em ato’”. (LANDOWSKI, 1995, p. 263)

Esta atitude expressa o esforço constante para nunca perder contato com a dimensão vivida das relações e dos processos analisados, “tal como ela se articula na produção ou pela leitura dos discursos e das práticas em *situação*”. (LANDOWSKI, 1997, p. 12, grifo do autor)

O ato de jogar o filme no fogo, por si só, não daria conta de fornecer os elementos essenciais para nossa análise. Tornava-se necessária a interação com Moisés, já que o seu discurso, em situação, poderia nos fornecer os modos de agenciamentos e as propriedades singulares que fizeram sua ação significar. O discurso interessa à sociosemiótica porque ele não cumpre somente a função de signo numa perspectiva comunicacional, mas porque tem, ao mesmo tempo, valor de ato: ato de geração de sentido, e por isso mesmo, ato de presentificação.

Nossas análises, portanto, se fizeram: 1) pela instância da enunciação<sup>6</sup> – pelas estratégias empregadas nos discursos<sup>7</sup> de Moisés (que veremos a seguir) e pelo próprio ato de jogar o filme no fogo; e, 2) pela relação entre texto (contexto interno de produção/oficina, observações empíricas) e situação (inserção<sup>8</sup> no Assentamento do MST – experiências compartilhadas).

Nada do que nos reteve foi dado *a priori*. Tudo o que fez sentido foi construído e, por conseguinte, pressupôs um fazer de ordem cognitiva e sensível. O projeto sociossemiótico evita determinismos superficiais que procurariam reconhecer nas manifestações de Moisés traços já reconhecíveis, pré-determinados, codificáveis. Ao contrário, o sentido aqui foi concebido como resultado de uma construção negociada entre

- 
- 6 Utilizamos aqui o conceito de enunciação desenvolvido por Landowski (1992, p. 167): “Enunciação vai além de um ato de produzir um discurso. A enunciação é ‘o ato pelo qual o sujeito faz o sentido ser’, e que, para isso, produz os enunciados, que são o ‘objeto cujo sentido faz o sujeito ser’. A partir do momento em que a enunciação é concebida como um ato, isto é, como um fazer, entre outros, todo ‘ato enunciativo’ se torna, por definição, sujeito a uma gramática geral do fazer que, entre outras coisas, implica a instalação e a colocação em movimento de certos dispositivos actanciais”. Se a enunciação é uma instância pressuposta pelo enunciado, ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso e nas ações que realiza. Nessa produção, a enunciação é pensada para além do verbal. Estão engendrados aí, uma série de questões que passam também pelo não verbal, ou seja, pelo visual e pelos atos de linguagem de Moisés em suas acepções mais amplas, como a própria ação intencional de destruir o filme.
  - 7 Sua significação aqui foi construída a partir da análise dos atos de linguagem em contexto, que permearam a completude da comunicação. Por isso, procuramos captar as interações efetuadas, com a ajuda do discurso, entre sujeitos individuais ou coletivos que nele se inscrevem e que, de certo modo, nele se reconhecem. Partimos ainda da concepção que considera o discurso como um espaço de interação. Isso pode nos proporcionar o meio de abordar, de um modo que não fosse meramente intuitivo, a análise da construção de sujeitos, neste caso, Moisés, instaurados nesse discurso.
  - 8 Nossas relações não se limitaram às atividades nas oficinas. Elas se estenderam por outros espaços tempos de sentido como a escola, a igreja, o trabalho, as atividades políticas e festivas e, principalmente, no cotidiano das famílias em suas casas. A oficina foi, antes de mais nada, uma ação educativa e, ao mesmo tempo, uma estratégia de interação com o grupo.

os actantes (Moisés e eu) e como uma totalidade dependente da articulação estrutural imanente ao discurso de Moisés e ao ato de jogar o filme no fogo.

Desejando manter um contato direto com o cotidiano, com o social e com o “vívido” de Moisés, caminhamos para a realização do que Landowski (2001) chama de “uma semiótica da experiência vivida”. Ao tomar o devir de sentido como objeto de análise buscamos nada mais do que compreender como este tempo presente que é o nosso vem ou não a ser experimentado por Moisés, como fazendo sentido para ele, independente de como analisamos de fora.

### **O percurso de um ato**

Naquela manhã, logo depois de ser informado publicamente da destruição do filme, por estratégia, evitei dar importância ao fato. Moisés já sabia que eu tinha conhecimento do seu feito. Por isso, ele não se aproximou. Manteve a distância que ele considerou necessária. Enquanto isso, as atividades na oficina continuavam normalmente, apesar de eu, por várias vezes, ficar avaliando o melhor momento para dialogar com Moisés. Não podia ser ali, naquele tempo em que ambas as partes estudavam o comportamento um do outro, muito menos com todas as crianças esperando, de mim, uma atitude (punitiva).

Foi um intenso processo de negociação. Além de recolher os filmes, também discutimos os detalhes da exposição fotográfica que realizaríamos no assentamento. Moisés preferiu não participar desse momento.

No intervalo das oficinas, normalmente, fazíamos atividades esportivas: um revezamento entre futebol, queimada, vôlei ou outras brincadeiras. Naquele dia, a escolha foi jogar futebol no campo, distante aproximadamente 400 metros da escola. Fizemos dois times mistos com as crianças e as professoras da escola. Mais uma vez, Moisés manteve-se

distante. Não quis participar do futebol, mas ficou ao lado do campo, assistindo ao jogo.

Cerca de 20 minutos após o início da partida, uma surpresa. Moisés esboça a sua primeira reação verbal dirigida diretamente a mim:

– *Rodrigo, seu ruim de bola, seu “perna-de-pau”!* – gritou, à beira do gramado.

Era o convite que faltava. Simulando um saída para descansar, sento ao seu lado e brinco com o fato de eu ser “perna-de-pau”. Tento motivá-lo a jogar também. Rapidamente, encerro o assunto e volto para o jogo. Não pergunto nada sobre o filme. Ele continuou me chamando de “perna-de-pau”.

Quando terminou a partida de futebol, ele ainda estava lá, sentado. Pela segunda vez, sentei ao seu lado e continuamos a conversar amenidades. Todas as crianças foram saindo. Nem se deram conta de que ficamos para trás. A conversa se desenrolou a partir do jogo, do cansaço e dos gols. Moisés já indicava que estava pronto. Senti (sim, é um sentimento) que o momento era aquele: entrei no assunto do filme.

– *Moisés, eu já ia me esquecendo... Estou indo embora, já peguei o filme de todo mundo. Só falta o seu...*

De cabeça baixa e batendo, repetidamente, uma pedra no chão, disse-me:

– *Queimei o filme!*

– *Não entendi* – respondi, aparentando surpresa. E continuei:

– *Entrou luz na câmera?*

– *Joguei no fogo!* – respondeu, ainda de cabeça baixa.

– *Jogou no fogo? E como foi isso?* – perguntei.

– *Joguei no fogo, ora. Fiz uma fogueira e pronto!*

– *E o que fotografou?*

– *Só babaquisses.* – disse-me.

– *E o que era babaquisse?* – perguntei.

– *Pasto, boi, cavalo, Scoobydoo, televisão...*

- *E não fotografou seus pais?*

- *Sim.*

- *E seus pais não são importantes?*

- *Ah! O que adianta ter meus pais na foto, se não tem as coisas que mais gosto. Tinha um monte de trem feio na foto. Minha família, tudo trem feio. Aqui é muito ruim. Só pasto, pasto, boi, vaca. Eu gostaria de fotografar coisas bonitas que tem em Fundão. Carros andando, a praça lá... Isso, sim, eu acho bonito. Agora, aqui, só pasto, pasto - falou gesticulando muito*

- *E o que mais gostaria de fotografar?* - perguntei. Ele olhou para mim, foi abaixando os olhos e disse:

- *Meu irmão! Tem meu irmão que queria fotografar. Mas ele não tá aqui.*

- *E onde ele está?*

- *Ele foi adotado por uma família de Santa Teresa. - [silêncio] - eu sinto muito a falta dele.*

- *Há quanto tempo você não vê ele?* - perguntei.

- *Desde quando ele foi embora. Tem uns seis anos que meu pai deixou ele ir. - e continuou, aumentando a tonalidade da voz:*

- *Mas ele deve estar lá, comendo coisas gostosas, enquanto eu to aqui... No Natal, vamos continuar comendo arroz e feijão. Ele vai comer muito chocolate.*

Depois de alguns segundos, perguntei:

- *E os seus amigos, não fotografou?*

- *Fotografei. Mas ninguém gosta de mim. Eu trago coisas, compro e dou pra eles, e não tão nem aí pra mim... ainda me chamam de viado...*

Neste momento, ele se levantou. Olhou para o céu e lançou, ao longe, a pedra castigada pelas repetidas batidas no chão. Já era hora de encerrar o diálogo. Levantei-me e saímos caminhando em direção à escola. Nesse percurso, o silêncio imperou.

## Construindo sentidos – na interação

Nessa abordagem, devemos recorrer a Landowski (1992) para substituímos a concepção restritiva do “contexto referencial” pela noção ampliada do “contexto semiótico”, que nos interessa. O contexto semiótico é o conjunto de traços linguísticos ou não pertinentes para a atribuição de uma significação ao ato de enunciação, que aqui consideramos o caso de Moisés. O “contexto semiótico” seleciona no “real” os elementos significantes que entram, caso a caso, na colocação do próprio enunciado de Moisés, mas também a maneira como ele se inscreve gestualmente no tempo e no espaço do seu interlocutor (eu), do mesmo modo que todas as determinações semânticas e sintáticas que contribuem para forjar a “imagem” que os parceiros enviam um ao outro no ato da comunicação.

Nem todas essas determinações são legíveis no mesmo nível de profundidade, nem todas pertencem tampouco à mesma substância de expressão (*o verbal combina-se com o gestual*), mas todas concorrem para produzir um só e único efeito global de encenação dos actantes do discurso e condicionam, com isso, o grau de credibilidade dos enunciados intercambiáveis. (LANDOWSKI, 1992, p. 171, grifo nosso)

A distância mantida, no primeiro contato “pós-queima” do filme, forjou sua imagem no ato da comunicação. Apesar de eu agir como de costume, ele não se aproximou. Ficava de longe, apenas direcionando um leve olhar, que não fitava os meus. Acompanhava-me de longe aonde eu fosse. Queria ter certeza de que eu não iria perguntar sobre o filme. Na verdade, de que não seria punido. As punições são muito recorrentes para as atitudes identificadas como erradas.

– Ah Moisés, deixa Rodrigo chegar que você vai ver! – diziam algumas crianças. Isso o assombrava.

A imagem forjada por mim – “ele sabia que eu sabia, mas por que não o interrogava?” – com a distância que se manteve, e a certeza da não punição (não tem problema, se ele quiser dou outro filme), fez com que, à sua maneira, se aproximasse lentamente. A expressão disso ficou evidente nas suas determinações corporais e verbais (efeitos globais de encenação dos actantes do discurso), que ocorreram no campo de futebol.

Ficou sentado à beira do gramado. Não entrou no campo que, naquele momento, era o meu espaço. Mesmo próximo, a linha lateral era o nosso divisor.

A maneira que buscou para atravessá-la foi se referindo ao jogo, especificamente, a minha atuação. Até então sequer se aproximava. A partir do então, direcionava-se a mim, enunciando o meu nome.

– *Rodrigo, seu perna de pau!*

Esse era o convite que faltava para conversarmos. Senti que o momento era aquele. Saí do jogo e sentei ao seu lado, mas para estabelecer ainda uma relação de confiança, não toquei no assunto do filme. Voltei para o jogo e, só depois, pude realizar o diálogo anteriormente citado.

O discurso produzido, em interação, complementou a gama de agenciamentos e de propriedades singulares que faltavam para empreender o processo de construção dos sentidos. Na interação, segundo Landowski (2014), o essencial passa pela dimensão enunciativa, já que aí se constrói e se transforma o regime de relações entre enunciadores e enunciatários. Todas as manifestações regem o funcionamento do plano enunciativo.

Neste processo de experiências compartilhadas e de observações empíricas, Moisés já demarcava o seu posicionamento discursivo desde o início das oficinas. Já externava algum tipo de insatisfação nos seus atos de linguagem, sejam eles linguísticos ou não. Suas expressões corporais (comunicação sensível), na maioria das vezes, eram a principal linguagem utilizada. Com um leve sorriso, cerrando os olhos, e a cabeça



inclinada para a direita, fazendo movimentos circulares, conseguia sensivelmente expressar tal negação, sem mesmo tê-los intencionados.

No início, acreditávamos que a reação negativa era direcionada à oficina de fotografia. Contudo, com o alargamento da interação, pela recorrência das ações a partir dos seus discursos compreendemos que os sentidos eram mais complexos e estavam ligados a uma anterioridade: a relação conflituosa com o seu mundo vivido.

Moisés foi muito taxativo na caracterização do seu lugar de sentido. “Aqui é muito ruim, só pasto, boi, televisão”. Nessa escalada de rejeições não poupou nem os sujeitos que compartilham com ele do seu universo de sentido, os pais e os amigos: “um monte de trem feio”.

Penetrando no discurso de Moisés fica evidente que o que ele quer está fora do seu espaço, da sua experiência. Ele se projeta para o outro: “ele deve estar lá, enquanto eu to aqui”. Surge uma oposição fundamental do “aqui” versus o “lá”. O “aqui” é disfórico, enquanto o “lá” é eufórico. A negação do “aqui” aparece, sobretudo, em “aqui é muito ruim... só pasto, pasto, boi, cavalo, feijão, arroz e meus amigos não tão nem aí pra mim...”

A afirmação do “lá” está inscrita nas figuras que são objetos de valor para o sujeito da enunciação como cidade, praças, carros, chocolate e os possíveis elementos que giram em torno da festa de Natal, que são evidenciados comercialmente pela televisão. No cenário imaginativo de Moisés, o “lá” se constitui como um mundo ideal, para o qual se projeta a fim de saciar os seus desejos. “Lá” estão os seus objetos de valor: carros, chocolates, presentes de natal. “Lá” está o seu maior objeto de valor, o seu irmão, a quem o sentimento da ausência perturba-o cotidianamente: “não vejo ele desde que foi embora [...] sinto muito a falta dele”. O aqui é disjunção, é tensão, é abismo. O lá é privação.

A dor de Moisés tem um endereçamento: a dura forma com que se refere aos seus pais, “um monte de trem feio”. Moisés culpa os seus pais pela adoção do irmão. No enunciado “tem uns seis anos que meu pai deixou ele ir”, está expresso o sujeito que pratica a ação de “deixar ir”: meu

pai. O verbo “deixar” na situação da enunciação adquire dois significados: (1) o de “autorização/permissão”. Foram os pais quem autorizaram a doação do filho. Permitiram, segundo o seu enunciador, que o irmão fosse levado, ou seja, um ato (com)sentido; (2) o de “cessar de pertencer”, deixar de estar. Produziu-se, assim, o rompimento afetivo entre os irmãos, o afastamento, a dor. Moisés nunca mais o viu. Para ele, o irmão saiu dali (lugar ruim) para outro lugar (bom). Mas, Moisés continuou ali. Há algo ainda que perturba Moisés. Os pais, além de tê-los separado, permitiram que Moisés continuasse ali sozinho (lugar ruim).

Na intensa disforia que o lugar de sentido apresenta para ele, evidencia-se ainda o conflito e a difícil afinidade com os amigos. Além da exclusão que expõe quando diz “não gostam de mim, não estão nem aí pra mim”, enfatiza uma situação que é instaurada em diversos discursos, principalmente dos meninos, da menção à homossexualidade: “... ainda me chamam de viado”. É interessante notar que, usando as determinações da análise sintática, o verbo na terceira pessoa do plural leva a constituição de um sujeito indeterminado “eles”, que representa um universo social de indicação da quantidade dos que não gostam de Moisés: “muitos”. Mesmo assim, ele esforça-se para estabelecer seus laços. Compra coisas, tenta agradar, presenteia. Tenta de alguma forma ser aceito pelos amigos. Esforço inválido pois esses “muitos” ainda chamam-no de viado. E o que significa “ser” viado no contexto da enunciação? Ser “viado” é estar fora do que se considera referência de comportamento da figura masculina. É mais que ser diferente. É, portanto, uma desqualificação, uma ofensa. Segundo Landowski (1997), são por meio dessas práticas discursivas que se reafirmam uma diferença.

Moisés não estava feliz. A insatisfação com a família, amigos e objetos do seu mundo vivido já tinha uma anterioridade. A atividade com fotografia só deu visibilidade a esse mal estar e, geraria, ainda, um outro agravante.

## Moisés e fotografia: uma relação sentida

Não tínhamos noção dessa complexidade vivida por Moisés quando iniciamos a prática educativa. Por ingenuidade ou displicência, a oficina se restringiu aos conteúdos técnicos e às estratégias didáticas com fotografia, ou seja, deteve-se ao funcionamento elementar do dispositivo fotográfico. Essa orientação deu ao clique e à operação automatizada da câmera o total protagonismo da ação - de registrar. Aqui começam os nossos agravantes.

Para o crítico e pesquisador francês André Rouillé (2009), esse modelo específico de concepção e de usos da fotografia é denominado “fotografia-documento”. Mais do que uma forma, um fazer, ela é um conceito, um paradigma. De ingênua ela não tem nada. Entender esse conceito e suas implicações no campo fotográfico são questões essenciais para compreendermos: *1) os agravantes gerados pela oficina de fotografia; e, automaticamente, 2) o nosso problema de pesquisa: a relação de sentido de Moisés com a fotografia.*

A fotografia-documento se constituiu no contexto político, econômico e social da nascente sociedade industrial (século XIX). Foi a sociedade industrial, segundo Rouillé (2009), que assegurou as condições de seu aparecimento, permitiu seus desdobramentos, modelou-a e se serviu dela. Não por acaso, a fotografia-documento está diretamente afinada às suas demandas: de ser uma ferramenta. Esse contexto, associado ao caráter mecânico da fotografia, apontou-a como a imagem da sociedade industrial: aquela que a documenta com o máximo de pertinência e de eficácia, que lhe serve de ferramenta, e que atualiza os seus valores essenciais. Do mesmo modo, para a fotografia, a sociedade industrial representa sua condição de possibilidade, seu principal objeto e seu paradigma. (ROUILLÉ, 2009, p. 30)

Todos esses aspectos foram o que a projetaram no coração da modernidade, e que lhe valeram “alcançar o papel de documento, isto é, o

poder de equivaler legitimamente às coisas que ela representava”. (ROUILLÉ, 2009, p. 31) Na prática, a fotografia-documento se fundamenta pela estrutura automatizada da câmera fotográfica cujo funcionamento cumpre a lógica do “espelho da memória”, uma ideia que se estruturou com o próprio desenvolvimento do Daguerreótipo no século XIX: gravar em um suporte fixo aquilo que os olhos veem. Convencionada por convicções dessa sociedade, ela adquiriu uma função utilitária e, seu uso, foi legitimado como a forma mais eficaz, isenta e transparente de documentar o mundo. A fotografia-documento, portanto, construiu-se discursivamente como uma “imagem assimilável a um verdadeiro fenômeno natural”, um decalque, uma marca, um índice.

A teoria do índice é a principal sustentação discursiva da fotografia-documento. A partir dos anos 1980, ela vai se constituir como ontologia fotográfica e argumento chave de diferenciação de outras imagens. A relação de contiguidade física com o referente e a necessária preexistência do objeto, que apenas deixaria impressa o seu rastro, passou a determinar a essência da fotografia e a fortalecer ainda mais o seu valor documental.

E quais as implicações desses fundamentos para o campo fotográfico? Para Rouillé (2009), os pensadores do índice, Dubois (1993); Barthes (1984); Krauss (2002); Schaefer (1996), criaram uma verdadeira vulgata para os discursos acerca da fotografia. Tiveram a grande vantagem de alimentar um pensamento global, abstrato, essencialista, relacionando as imagens à existência prévia das coisas, cujas marcas elas, passivamente, apenas registrariam. A teoria do índice enclausurou a fotografia no território do útil e sustentou, segundo Rouillé (2009), a crença de que a aderência com o real é inerente ao dispositivo fotográfico. Ou seja, condicionou a fotografia ao objeto. Por essa lógica, fotografia não rimaria com criação, com ficção, com invenção ou intervenção. Além de associar a fotografia à relação imediata com as coisas, essa

determinação delegou, semanticamente, a fotografia ao ato de documentar o mundo, de registrar fatos.

Sem tocar nas tensões enfrentadas pela fotografia na contemporaneidade e, ao reduzi-la ao funcionamento elementar do seu dispositivo, a oficina de fotografia nada mais fez do que fortalecer o modelo paradigmático da Fotografia-documento. Talvez, este tenha sido o seu maior equívoco: apresentar “a” fotografia, pensando-a e praticando-a no singular. Segundo tal lógica, a fotografia “não consiste nem em um conjunto de praticas, que são variáveis segundo suas determinações particularidades, nem em um *corpus* de obras singulares”. (ROUILLÉ, 2009, p. 17, grifo do autor) A oficina construiu um paradigma fotográfico “a partir do grau zero, do seu princípio técnico, confundindo-o com um simples automatismo”. (ROUILLÉ, 2009, p. 18)

Quando Moisés recebeu a câmera, o seu saber-fazer fotográfico já seguia, a *priori*, um ordenamento: obedecer o automatismo da câmera para a ação de registrar. A sua primeira pergunta - “*o que é para fotografar?*” - talvez tenha sido a última tentativa/esperança de uma ruptura, de uma possibilidade de criação, de salvação. A resposta “*o que você quiser*”, minguou suas expectativas. O dispositivo fotográfico não lhe dava alternativas. Moisés estava impiedosamente fadado a fotografar os objetos<sup>9</sup> do seu mundo vivido, ou seja, a cumprir o determinismo do “espelho da memória”.

A condição indicial (a necessária preexistência do objeto) foi um golpe certo para Moisés. Produziu-lhe um paradoxo: o que ele deseja, ele não pode fotografar. Está fora da sua experiência visual, logo, indicial - (*irmão, cidade, carros*); Por outro lado, o que ele, tecnicamente, pode fotografar, ele, determinadamente, rejeita - (*pais, amigos, natureza, escola*).

---

9 Quando ouve a resposta, dirige a camera para mim e clica. Seu primeiro fotograma foi sensibilizado com minha imagem

A fotografia-documento tornou-se uma barreira intransponível para Moisés, um verdadeiro encarceramento. O dispositivo fotográfico - em sua relação de aderência com o real - é um aparato impotente para o exercício da sua imaginação de criança (fuga do real) de forjar um outro mundo, com outras pessoas, outras personagens, outros protagonismos, outros objetos como o chocolate, por exemplo. Enquanto a pintura estaria aberta ao imaginário, ao divino, ao passado ou ao futuro, a fotografia, por seu lado, ao presente.

Ao enclausurá-lo ao real, a fotografia-documento impediu-o de criar mundos, de vagar pelo abstrato, de viajar pela ficção, pelo sublime. Não havia fuga, não havia alternativa, não havia brechas. Só lhe restava o automatismo, a "captura" de um "monte de trem feio". A sua percepção sobre fotografia foi construída sob a lógica do documento.

Isso parece explicar a sua recusa em participar, desde o início, de praticamente todas as atividades propostas na oficina. No início, não compreendíamos o motivo. O problema nos parecia de âmbito didático e/ou pedagógico. Entretanto, a análise dos seus discursos e de sua comunicação extralinguística, em interação, apontou-nos para o surpreendente fato de que o seu conflito era com "a" fotografia, ela mesma o seu algoz.

Quando a prática educativa foi planejada, imaginávamos criar possibilidades de expressão, mecanismos de experimentação, de relações identitárias com o espaço, enfim. Com Moisés, isso não foi possível, já que o modelo de fotografia imposto a ele não permitia tais divagações. Moisés merecia mais, e a prática educativa poderia mais se tivesse tensionado essa hegemonia, questionado as práticas de designação e oferecido outras possibilidades significativas (semânticas) à "fotografia", ou seja, poderia ter desconstruído o signo fotográfico ou simplesmente ter apresentado uma fotografia no plural. Ao não fazê-lo, acabou reforçando o *modus operandi* da fotografia-documento de ser mera expres-

são de impressão luminosa, de índice, de mecanismos automatizados de registro.

Com a câmera na mão, Moisés viveu o impasse que Flusser (1992) classificou de dilema em um conflito simbólico: “reconhecer-se funcionário do aparelho e submeter-se a suas rotinas ou rebelar-se e defender a sua liberdade”. Moisés fez a sua escolha. Em meio a tantas forças, tensões e controles, buscou “um pouco de possível para não sufocar”. (DELEUZE, 1992) Fez a sua escolha por uma terceira via. Subverteu o processo: substituiu o “ou” pelo “e”: reconheceu-se funcionário do aparelho e rebelou-se para defender a sua liberdade.

Operar o aparelho se fez necessário naquele momento e demarcou uma ação de sentido: um ato simbólico. Somente depois deste é que veio a rebeldia: destruir o filme, um outro ato de sentido.

Entendamos o processo fotográfico. A fotografia é resultado de dois fenômenos: um físico - o processo de formação da imagem, a captura; e, o outro, químico - processo de fixação da imagem em uma superfície fotossensível, primeiro no filme e depois no papel fotográfico. Moisés interrompeu parte do processo químico, mas não abdicou do fenômeno físico, ou seja, não abriu mão de operar a câmera. Ora, ele poderia ter escolhido não expor o filme à luz. Poderia, mais uma vez, como fazia em outros momentos, recusar-se a fazer a atividade. Bastava não clicar, ou, simplesmente, ter jogado o filme no fogo sem nenhum clique. Mas não o fez. Ele preencheu o filme. Cumpriu todo o primeiro fenômeno (físico) até atingir precisamente a primeira parte do fenômeno químico: a luz que incidiu na emulsão fotossensível deixou um leve rastro, que é a imagem em potência, ainda invisível ao olho, a chamada imagem latente. “A imagem latente se assemelha a uma imagem que existe como embrião ou semente” (FONTCUBERTA, 2012, p. 38). Está ali ávida por ganhar vida.

Essa é a virada de Moisés, a sua subversão. Ele se reconhece funcionário do aparelho, contudo, para um objetivo maior. Vejamos.

Primeiro ato: Moisés completou o fenômeno físico e, ao fazê-lo, contrariou uma ordem quase natural de que, normalmente, são os momentos de alegria que aparecem nos álbuns de fotografias pessoais. “Fotografamos para reforçar a felicidade dos momentos, para afirmar aquilo que nos agrada”, diria Fontcuberta (2010). Ou como reforçaria o psicólogo S. Milagram (apud KOSSOY, 2001, p. 100), “as famílias constroem uma pseudonarrativa que dá realce a tudo o que foi positivo e agradável na vida, como uma sistemática supressão do que foi sofrimento”.

Moisés, entretanto, não suprimiu nada do que o faz sofrer. Pelo contrário, ele reforçou tudo aquilo que não lhe agrada. Como ele mesmo enunciou, registrou objetos que despertam sentimentos de ódio, “*babaquisses, um monte de trem feio*”. A escolha desses objetos para o registro não foi aleatória.

Machado (2015) argumenta que ação de qualquer fotógrafo não é involuntária. Ao contrário, apontar a câmera é uma operação ideologicamente orientada. Corroborando com este pensamento, Kossoy (2001) sustenta ainda que o registro visual documenta a própria atitude do fotógrafo, já que este é um sujeito social que vive as expectativas e as angústias do seu tempo presente. O recorte, portanto, é resultado de uma escolha substancialmente subjetiva.

Quando Moisés decide-se por operar o equipamento, sua ação não foi inocente. Ele direcionou a câmera, escolheu. Fotografou de forma sistemática como se construísse um inventário do seu mundo vivido de sentido. Fotografou a escola, a casa, os pais, os amigos, a natureza ao seu redor, os objetos da casa e a mim mesmo. Todos nós ali, imagens latentes no seu filme. Para Fontcuberta (2012), na ordem do simbólico, a imagem latente constitui para a fotografia a porta para uma dimensão mágica. Trata-se do primeiro estágio do contato físico que a realidade e sua representação estabelecem. Mesmo reconhecendo que nesse estágio não existe representação como tal, concorda com Barthes (1984),



que ela já “é um resíduo, ou melhor ainda, um contágio de pura emanção do real”.

O impacto direto das emissões luminosas de um objeto em uma superfície fotossensível determina o vínculo sobrenatural entre a realidade e a fotografia, e fundamenta, dessa maneira, “o pilar da sua metafísica realista: o real parece se transferir e aderir na imagem ou inclusive se transmutar nela”. (FONTCUBERTA, 2012, p. 39)

Moisés está, agora, no comando. Está com toda a sua realidade transmutada em seu filme. Tudo ali aprisionado. Ele pode fazer o que quiser com ela: (1) dar vida e duplicá-la, ao revelar os filmes e ampliar as imagens, ou, (2) livrar-se dela.

Segundo ato: Moisés recorre ao fogo! Somente depois de todo o processo de captura da sua realidade é que produz uma fogueira no quintal de casa e joga o filme no fogo. A queima do filme é um ato estritamente simbólico. Tomemos o ato de jogar o filme no fogo como um enunciado, que é passível de ser analisado, já que não é um fato isolado e descontextualizado, mas compartilhado e vivido em interação com seu enunciador. Moisés não queria queimar o plástico da bobina, nem a película do filme, como se brincasse de fogueira. Ele queimou simbolicamente o conjunto de elementos do seu mundo vivido: todas as suas rejeições, que estavam ali, latentes, como embriões à espera de condições favoráveis que lhes permitissem voltar à vida.

O fogo vai cumprir o seu papel: eliminar todos “esses trem feio” e transformá-los em cinzas. Dessa forma, elimina quaisquer possibilidades de duplicação da sua realidade. Para Moisés, revelar as imagens é, ao mesmo tempo, revelar a sua dor. É expor no campo visual tudo aquilo que já o afeta no mundo visível. Como sustenta Barthes (1984), a fotografia presentifica o objeto, e diante dela, não a vemos, o referente adere contra tudo e contra todos.

Diríamos que a fotografia sempre traz consigo o seu referente ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro, membro por membro, como um condenado acorrentado a um cadáver, em certos suplícios. (BARTHES, 1984, p. 15)

Moisés não suportaria a fotografia revelada. Se não pode entrar em conjunção com os objetos de valor, ameniza sua dor, jogando no fogo as figuras do seu vivido.

Ao contrário de Barthes, que tomado pela dor da morte da mãe, procurava, em seus arquivos, uma fotografia que pudesse representá-la (mãe), como uma espécie de presentificação, Moisés evita a fotografia “mesma”, enquanto objeto concreto, ou seja, evita o documento, que equivale legitimamente às coisas que representa: a imagem assimilável ao verdadeiro fenômeno natural. Moisés aborta o nascimento da fotografia no próprio ventre.

Nada mais resta: apenas cinzas. Moisés defendeu a sua liberdade. A sua ação de sentido libertou-o dos assombramentos visuais, do “embalsamento” (BAZIN, 1945) temporal e figurativo dos referentes fotográficos.

Moisés está livre. Livre também está de quem introduziu “a” fotografia nesse seu conflituoso mundo vivido: o primeiro clique de Moisés, isto é, a primeira pessoa para quem apontou a câmera foi para este que vos escreve.

Moisés foi a única criança que não apresentou as suas fotografias. Mas isso é o que menos interessa. Como ensina Flusser *apud* Fontcuberta (2010, p.75), “importa mais o gesto beligerante do repúdio, do que qualquer resultado por mais plasticamente potente que pareça”.

## Considerações finais

A construção desse percurso de sentido foi uma das tantas possíveis. Em grande parte ela foi estruturada com base nos mais de dez meses de interação com Moisés.

Dessa experiência de sentido, alguns ensinamentos produziram efeitos. Por mais que o percurso teórico da fotografia e suas tensões nos fosse compreendido, Moisés evidenciou na prática o quão complexo pode se configurar o modelo de concepção da fotografia e das limitações que isso pode produzir.

A fotografia para Moisés é a própria realidade. Confunde-se com ela ou a representa. A relação de sentido com a fotografia é conflituosa já que a sua realidade assim o é. Contudo, a eliminação concreta do filme e das imagens latentes potencializaram uma liberdade e/ou fuga desse seu complexo mundo vivido. Um recomeço, a partir dessa sua micro ação de sentido, e a partir daí, a reinvenção da sua própria existência.

A oficina que poderia ser um espaço de invenções e de criação de mundos tornou-se ela mesma o grande algoz para Moisés. O ato de jogar o filme no fogo demarcou um simbolismo marcante: uma subversão ao controle a que estava submetido. Mas, por outro lado, a oficina também cumpriu um importante papel nesta complexa vida sentida. As operações de sentido possibilitaram uma intervenção, uma maneira de atuar pela via do simbólico que talvez nenhuma outra atividade poderia marcar tanto a sua vida. Na singularidade apresentada a fotografia tensionou ao extremo a sua realidade, e foi esse fato que possibilitou a sua (re)ação.

## Referências

BARTHES, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1984.

- BAZIN, A. Ontologia da imagem fotográfica. In: BAZIN, A. *O cinema: ensaios*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 19-26.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DUBOIS, P. *O ato fotográfico*. 11. ed., São Paulo: Papyrus, 1993.
- KRAUSS, R. *O fotográfico*. São Paulo: Editora G. Gilli, 2002.
- FONTCUBERTA, J. *A câmera de pandora: a fotografia depois da fotografia*. São Paulo: Editora G. Gilli, 2012.
- FONTCUBERTA, J. *O beijo de judas: fotografia e verdade*. São Paulo: Editora G. Gilli, 2010.
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GREIMAS, A. J. Semiótica figurativa e semiótica plástica. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, São Paulo, n. 4, jul. 1984.
- KOSSOY, B. *Fotografia e história*. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.
- LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: EDUCS, 1992.
- LANDOWSKI, E. Sociosemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galáxia*, São Paulo, n. 27, p. 10-20, jun. 2014.
- LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LANDOWSKI, E. O olhar comprometido. *Galáxia*, São Paulo, n. 2, p. 19-56, 2001.
- LANDOWSKI, E. O semiótico e seu duplo. In: LANDOWSKI, E.; OLIVEIRA, A. C. (Org.). *Do inteligível ao sensível: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas*. São Paulo: EDUC, 1995. p. 242 - 261
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular*. Barcelona: G. Gilli, 2015.
- ROUILLÉ, A. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.
- SILVA, L. H. O. Por uma semiótica do vivido: entrevista com o semiótico Eric Landowski. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, v. 12, n.1, 2014, p. 345-361.

## Sobre os autores

### **Adriana Santiago**

Jornalista com 30 anos de profissão, mestre (2010) e doutora (2018) em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde pesquisa discurso no jornalismo após as mudanças estruturais da profissão, os processos de midiaticização e as interações no campo social, com ênfase em comunicação e política. Com a tese “Papel do jornalismo na contemporaneidade: percurso e discurso – Uma análise sobre a Carta Maior e a Folha de S. Paulo” (2018) propôs um estudo do discurso dos jornalistas sobre a profissão operando no debate formado em torno do papel social em meio à realidade brasileira hipermediatizada, tomando como pontos de destaque os fatos políticos da história do Brasil e analisando o quanto a mídia jornalística pode, discursivamente, influenciar na sociedade. *E-mail*: adrisantiago@gmail.com

### **Adriana Telles**

Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (1998); mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (2002). Tem experiência na área de Letras, com atuação em Literatura Brasileira e Portuguesa e Teoria da Literatura; e na área de Comunicação Social, com atua-

ção em disciplinas do campo dos estudos da linguagem. É professora do Centro Universitário Unisba, responsável pelas disciplinas Semiótica, Estética e Comunicação, Análise de Discurso, Análise e Produção de Textos e Elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC – Jornalismo). Principais subáreas/temas de interesse: literatura comparada; sociossemiótica; teorias do romance; estudos sobre identidade e diferença; histórias em quadrinhos; e humor.

*E-mail:* aptelles@unisba.edu.br

### **Adriano de Oliveira Sampaio**

Pós-doutor pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) Doutor, com estágio doutoral pela Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle, e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) Professor associado da Faculdade de Comunicação (Facom) da UFBA; do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da UFBA. Líder do grupo de pesquisa Logos – Comunicação estratégica, marca e cultura (UFBA/CNPq,

*E-mail:* adrianosampaio@gmail.com

### **Cassio Santana**

Jornalista, mestre e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), membro da coordenação do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC/UFBA) e membro do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso (Cepad/UFBA). Pesquisa Análise

do Discurso e Teorias da Comunicação, com interesse na relação entre discurso e mudança social. *E-mail*: cassiossantana@gmail.com

### **Clarissa Viana**

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (POSCOM-UFBA). Integra o Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso Mediático (CEPAD) como pesquisadora. Possui mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas e especialização em Gestão Estratégica Pública pela Universidade Estadual de Campinas. Com atuação na área da comunicação, tem desenvolvido estudos com ênfase em mídia, discurso e cidadania.

*E-mail*: clarissa.viana@gmail.com

### **Claudiane Carvalho**

Doutora e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (PosCOM - UFBA), realizou dois estágios de pós-doutoramento na Faculdade de Comunicação da UFBA, com apoio do CNPq (2015-2016 e 2017-2018), para investigar as implicações do fenômeno da mediatização e de complexas modalidades de circulação na enunciação, em especial, informativa. É jornalista e autora do livro *A construção da notícia: interseções entre jornalismo e comunicação estratégica* (Edufba, 2019). Coordena o GP de Teorias da Comunicação da Intercom e dedica-se, atualmente, a compreender a construção do discurso informativo na articulação entre o jornalismo e campo científico, mediante pós-doutorado no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Inter e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução – INCT IN-TREE. *E-mail*: claudianecarvalho.29@gmail.com

## Dayanne Pereira da Silva

Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Pós-Com - UFBA) na linha de pesquisa, Mediatização e Indústria de Mídias. Pós-graduanda em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas no PósCom/UFBA. Jornalista pela Faculdade da Cidade do Salvador. Integrante do Centro de Estudo e Pesquisa em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD/UFBA). *E-mail*: dayannepsm@gmail.com

## Eduardo Nunes Freire

Jornalista, designer gráfico e professor do curso de Jornalismo da Universidade de Fortaleza. Formou-se em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará e é mestre em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Como jornalista, foi editor de arte do Diário do Nordeste de Fortaleza-CE. Em 2013, foi o responsável pelo desenvolvimento e implantação do Diário Plus, um dos 5 primeiros aplicativos jornalísticos para iPad do Brasil. Além do magistério, dedica-se ao design gráfico editorial, tanto em impresso quanto no digital, e tem realizado projetos focados no design jornalístico para smartphones, aliando design gráfico e narrativas interativas.

*E-mail*: eduardonfreire@yahoo.com.br

## Elton Antunes

Professor associado do departamento de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador permanente do PPGCOM/UFMG. Dedicou-se às pesquisas em torno do jornalismo. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Integra o Grupo de pesquisa em historicidades das formas comuni-



cacionais (ex-press), é pesquisador associado ao Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência, ambos da UFMG.

*E-mail:* eantunes@fafich.ufmg.br

### **Giovandro Marcus Ferreira**

Professor titular na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom-Ufba), na qual está integrado, como pesquisador e professor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Mestrado e Doutorado). Coordena nessa Faculdade o CEPAD – Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso Mediático e o CCDC – Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania. É Graduado em Filosofia e em Comunicação (Jornalismo) e cursou o doutorado no IFP – Instituto Francês de Imprensa, Universidade Paris 2 (Panthéon-Assas). Bolsista Produtividade (PQ) do CNPq.

*E-mail:* giovandro.ferreira@gmail.com

### **Ivanise Hilbig de Andrade**

Jornalista, Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, com estágio doutoral na Université Paris 2 – Panthéon Assas, Paris-França. É professora adjunta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA), onde atua como pesquisadora e professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (Mestrado e Doutorado). Vice-líder do Centro de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso Mediático (CEPAD) e consultora do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC/UFBA). *E-mail:* ivanise.andrade@ufba.br

## **Lidiane Santos de Lima Pinheiro**

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA, com estágio doutoral na Université Paris X – Nanterre-França. Professora Titular do Curso de Bacharelado em Relações Públicas da Universidade do Estado da Bahia-UNEB e integrante dos grupos de pesquisa CEPAD-UFBA, GPESC-UFRGS (Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação) e Interfaces-UNEB. Autora do livro *A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário* (EDUFBA, 2015) e organizadora do livro *Marca lugar, comunicação e cultura* (EDUFBA, 2018) em coautoria com SAMPAIO, A., CARVALHO, C., MARTINS, I. *E-mail*: lidicom@yahoo.com

## **Nelson Soares**

Doutor e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PPGCOM/UFBA). Graduado em Publicidade e Propaganda (UFES). Atualmente, é professor adjunto do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Tem especial interesse nos estudos que envolvem análise do discurso, diversidade, marcas, publicidade e fotografia. *E-mail*: nsoares@outlook.com

## **Nisia Alejandra Rizzo de Azevedo**

Graduou-se em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, em 1997, e concluiu o mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, em 2011, ambos pela Universidade Federal da Bahia. É professora assistente na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), desde 2006. Atualmente, está em fase de conclusão do doutorado em “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade”, na Universidade da

Beira Interior, em Covilhã, Portugal, à espera de defender a tese “Multi-perspetivas na Construção de Contra-frames: uma aplicação da *Frame Analsys* à Coletânea ‘Vozes da Utopia’, de Svetlana Alexievich”.

*E-mail:* nisiarizzo@yahoo.com.br

### **Rodrigo Cunha**

Professor adjunto do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Também atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG-COM/UFPE). Possui doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de jornalismo digital e design da informação, atuando principalmente nos seguintes temas: visualização de dados, jornalismo de dados, design da informação e estatística. É líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Design da Informação Jornalística (GRID).

*E-mail:* rodrigo.escunha@ufpe.br

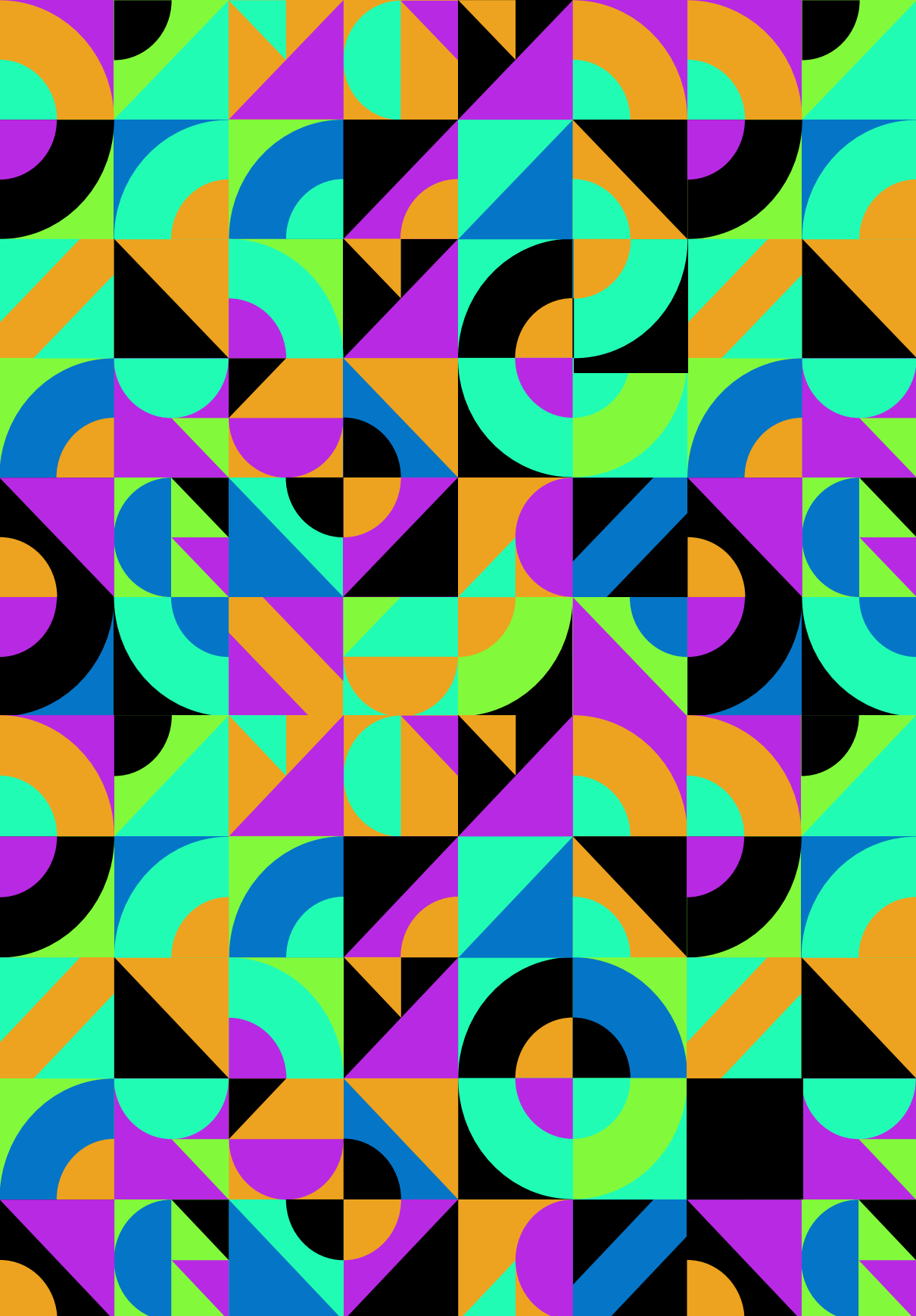
### **Rodrigo Rossoni**

Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – Facom/UFBA. Pós-doutor em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP e doutor em Educação pelo PPGE/UFES. É coordenador do Programa de Formação em Fotografia do Labfoto-Facom/UFBA e autor de “Olhares Comprometidos: fotografia e identidades no MST” (EDUFBA, 2021).

*E-mail:* rosoni76@gmail.com

---

Este livro foi produzido em formato eletrônico (PDF) e utiliza as tipografias *Barlow* e *Barlow Condensed* com miolo e capa criados na Edufba em 2020.



ISBN 978-65-5630-146-4



9 786556 301464

O Centro de Estudo e Pesquisa em Análise de Discurso e Mídia (CEPAD) está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e reúne pesquisadores de vários estados brasileiros. Seus integrantes atuam em diversas frentes de estudos, tendo como norte a reflexão em torno dos processos de produção e circulação de sentidos operados pelos meios de comunicação, utilizando-se de aparatos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, Semiótica, Semiologia, além de Teorias da Comunicação e Teorias Sociais. Criado e coordenado desde o ano de 2001 pelo Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira, o Cepad está cadastrado como grupo de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e já colaborou com a formação de dezenas de mestres e doutores. Este livro apresenta algumas produções do Cepad inspiradas nos estudos dos semioticistas Eliseo Verón e Maurice Mouillaud, que dedicaram esforços para compreender os processos de construção de sentido na comunicação mediada por dispositivos técnicos.

